UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Caroline Passarini Sousa

Partus sequitur ventrem: reprodução e maternidade no estabelecimento da
escravidão e abolição nas Américas até a primeira metade do século XIX

Versão corrigida

São Paulo
2021

Caroline Passarini Sousa

Partus sequitur ventrem: reprodução e maternidade no estabelecimento da
escravidão e abolição nas Américas até a primeira metade do século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Pereira
Toledo Machado

Versão Corrigida

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S725p Sousa, Caroline Passarini
Partus sequitur ventrem: reprodução e maternidade
no estabelecimento da escravidão e abolição nas
Américas até a primeira metade do século XIX /
Caroline Passarini Sousa; orientadora Maria Helena
Pereira Toledo Machado - São Paulo, 2021.
216 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. mulheres negras. 2. escravidão. 3. gênero. 4.
abolicionismo. 5. maternidade. I. Machado, Maria
Helena Pereira Toledo, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Caroline Passarini Sousa

Data da defesa: 04/06/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/06/2021

DocuSigned by:

Maria Helena Pereira Toledo Machado

BBF0063A00BF4CF...

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: SOUSA, Caroline Passarini

Título: *Partus sequitur ventrem*: reprodução e maternidade no estabelecimento da escravidão e abolição nas Américas até a primeira metade do século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em: 04 / 06 / 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Maria Helene Pereira Toledo Machado

Instituição: USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: Iacy Maia Mata

Instituição: UFBA

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: Iamara da Silva Viana

Instituição: UERJ

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: Marília Bueno de Araújo Ariza

Instituição:

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para Dona Maria José Passarini, minha vó,
que saiu de um relacionamento violento e
veio para São Paulo com quatro crianças,
trabalhou, terminou os estudos e não
desistiu.*

Agradecimentos

Começo agradecendo imensamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que, à revelia do desmonte que vem sofrendo nos últimos anos, tornou possível minha dedicação exclusiva à pesquisa, algo cada vez mais raro em nosso país. Agradeço também ao grupo “*Escravidão, Gênero e Maternidade nas sociedades escravistas do Atlântico*” coordenado pela Prof^a Maria Helena P.T Machado, onde desde 2018 pude ter discussões importantíssimas, leituras essenciais e trocas fundamentais com pesquisadores e pesquisadoras incríveis. Eni, Letícia, Marília, Janaílson, Luíz, Lorena, Carol, Marina, Giovana, Lígya... obrigada!

Como não poderia deixar de ser, agradeço à Universidade de São Paulo, e especialmente à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, lugar que desde 2012 se tornou minha segunda casa, junto com a Biblioteca Florestan Fernandes, o “bandejão” e o CEPE. Sei o quanto sou privilegiada por ter chegado até aqui.

Ao longo da minha graduação descobri meu espaço no Lemad, onde passei muitas sextas-feiras em longas reuniões do PIBID e fiz amizades valiosíssimas. Agradeço à Prof^a Antonia Terra, com quem tive a honra trabalhar por cinco anos e aprender a importância da escola pública e de ser professora, sua dedicação ao ensino de história e à escola pública vão estar sempre comigo. Pelos divertidos momentos do nosso amigo livro anual, quando ela não gostava do livro sorteado e tentava a todo custo trocar, também agradeço! Aos meus supervisores da época do PIBID, que se tornaram grandes amigos, sem os quais eu jamais estaria aqui. Com eles dividi fofocas, stress, viagens, conversas sobre política, cervejas no bar... Aprendo e me divirto com vocês, obrigada demais Marty e Eva.

Agradeço as minhas colegas de orientação e amigas... Giovana, Marina, Carol e Lígya. Obrigada pela parceria, pelas trocas, desabafos, surtos e consolos, memes e figurinhas, fofocas e meets com cerveja (que venha a vacina e o bar presencial). Aos nossos projetos futuros! Ironicamente, 2020 tinha tudo para ser o ano mais solitário do mestrado, e acabou sendo o ano que nos aproximou.

À Marília e Eni, meu muito obrigada pela primeira leitura e comentários nas primeiras reuniões do nosso grupo, quando eu ainda estava perdida sobre a qualificação, e depois pela leitura atenta e cuidadosa durante a banca de qualificação; sem ela a pesquisa não seria a mesma. À Marília agradeço especialmente pelo empréstimo dos seus

livros, e por ser sempre tão gentil e atenciosa em tudo que faz. Agradeço ainda à Iacy e Iamara por aceitarem participar da defesa, e por todos os comentários atentos e generosos.

À Marina, minha companheira e metade da laranja desde a sexta série até a entrada na USP, Raul, Pedro, William, João e Vitor, eu agradeço a todos pelos quase vinte anos de amizade.

Ao time de Handebol Feminino da FFLCH eu sou grata por trazer um sentido completamente diferente para a minha graduação e mestrado. Além do esporte, sem o qual eu não vivo mais, o time me presenteou com algumas das maiores amizades da minha vida. Obrigada Flávia, Isabel, Ana Luíza, Raquel e Karina. Cada uma de vocês tem um lugar mais do que especial no meu coração. Eu amo vocês! Deixo um agradecimento especial para a Bel que, além de revisora oficial desta dissertação, desde 2019 tem sido companheira fiel nas tardes de estudos na biblioteca (saudades!), nos lamentos que agora são à distância (intensificados pela pandemia) sobre a vida e o handebol, sempre à base de muito café.

Como não poderia deixar de ser, agradeço à minha orientadora Maria Helena Machado pela convivência e aprendizados. Minha admiração, cultivada desde 2014, quando tive com ela a primeira aula ainda na graduação, só fez aumentar ao longo desses anos. Agradeço a paciência, oportunidade, orientação cuidadosa, carinho e incentivo até nos momentos de choro.

Eu agradeço aos meus pais, que abdicaram de muitas coisas, inclusive de uma condição de vida melhor, para poder garantir uma educação que consideravam melhor para mim e para minha irmã. Agradeço especialmente a minha mãe, por ter tido a coragem de enfrentar a maternidade muito nova e deixado alguns de seus sonhos para depois. Mas não só por isso... Pela mulher maravilhosa que sempre tive como exemplo, tenho um orgulho enorme de ser sua filha. À Tati, que de irmã mais nova chata passou a ser uma amiga sem igual na vida adulta. Ao Nicolas que, em sua inocência de criança, ficou chocado quando expliquei que meu trabalho era estudar, fez uma cara de confuso e disse “nossa, que chato”. E à Dona Maria, a quem agradeço por tudo, com saudade do cafezinho que ela me oferecia sempre que eu me enfiava no quarto para estudar. Amo vocês incondicionalmente, a felicidade de vocês é a minha felicidade.

Matilde e Vitória, dois serezinhos que em um ano de quarentena me ofereceram os melhores momentos de paz, carinho e aconchego.

O handebol me trouxe mais do que amizades... Ao sr. André, mais conhecido como Goiânia, que converti em um “gateiro” convicto, e com quem divido a vida há 6 anos... Eu agradeço por absolutamente tudo. Desde o incentivo a prestar o mestrado, às conversas sobre nossas pesquisas, aos pitacos de historiador “cri-cri” sempre bem-vindos, às críticas ao meu uso de vírgula, aos conselhos de quem já sofreu com o fim do mestrado e a toda ajuda na reta final, conferindo cada nota de rodapé... Em meio às discussões sobre tarefas domésticas, rivalidades futebolísticas (não é fácil ser corinthiana e aturar um palmeirense), e em um ano confinados 24h por dia, 7 dias na semana... Eu descobri o real sentido de companheirismo e amor. Goiânia, te ofereço essas linhas e meu coração estressado.

“Sonho que se sonha só é só um
sonho que se sonha só, mas sonho
que se sonha junto é realidade.”

(Raul Seixas, *Prelúdio*)

Resumo

SOUSA, Caroline Passarini. *Partus sequitur ventrem*: reprodução e maternidade no estabelecimento da escravidão e abolição nas Américas até a primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo investigar a importância das mulheres negras escravizadas tanto para a conformação do sistema escravista nas Américas, quanto para a sua superação. Desde o processo de colonização, o ventre escravo ocupou um local fundamental, no qual a condição escrava de uma pessoa era determinada pelo status de sua mãe. Pelo princípio do *partus sequitur ventrem*, a matrilinearidade da escravidão foi cimentada. As primeiras experiências de abolição da escravidão nas Américas até a primeira metade do século XIX buscaram romper com a hereditariedade da escravidão e, novamente, o ventre de mulheres negras foi essencial. Simultaneamente, ascendia o abolicionismo anglo-americano cujos discursos sobre feminilidade e papéis sociais definidos pelo gênero tinham como foco principal a mulher escravizada e a restauração de suas virtudes femininas, tomadas pelo sistema escravista. Tais discursos sobre mulheres negras tiveram impacto direto sobre suas vidas, por isso, analisamos as representações feitas por abolicionistas brancos – homens e mulheres – sobre mulheres negras, em confronto com a própria autorrepresentação e ativismo de mulheres negras contra a escravidão e racismo nos Estados Unidos, entre 1830 e 1850. Procuramos, deste modo, rastrear o lugar ocupado pelo ventre e o corpo feminino negro na escravidão e abolição.

Palavras-chave: mulheres negras; escravidão; abolição; abolicionismo; gênero; maternidade

Abstract

SOUSA, Caroline Passarini. *Partus sequitur ventrem*: reproduction and motherhood in the settlement of slavery and abolition in the Americas until the first half of 19th century. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

This essay aims to investigate the importance of enslaved black women both in shaping the slavery system in the Americas and in overcoming it. Since the colonization process, the enslaved womb has occupied a fundamental place, in which a person's enslaved condition was determined by the status of their mother. By the principle of *partus sequitur ventrem*, the matrilineality of slavery was cemented. The first experiences of abolition of slavery in the Americas until the first half of the 19th century sought to break with the inheritance of slavery and, again, the womb of black women was essential. At the same time, an Anglo-American abolitionism ascended whose discourse on femininity and social roles defined by gender had as their focus the enslaved woman and the recovery of her feminine virtues, withdrawn by the slavery system. Such speeches about black women had a direct impact on their lives, therefore we analyzed the representations made by white abolitionists - men and women - about black women, in confrontation with black women's own self-representation and activism against slavery and racism in United States, between 1830 and 1850. Based on that, we pursue to trace the place occupied by the womb and the black female body in slavery and abolition.

Keywords: black women; slavery; abolition; abolitionism; gender; motherhood

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Mulheres negras, ventre e legitimação da escravidão nas Américas	8
Legislação escravista: <i>partus sequitur ventrem</i> e a hereditariedade materna da escravidão	19
Da África para as Américas: a representação dos corpos negros femininos	32
<i>Partus sequitur ventrem</i> e a experiência de mulheres cativas: legislação, reprodução e abuso sexual	37
Capítulo 2 – As primeiras experiências de ventre livre nas Américas: norte dos Estados Unidos e América Latina	57
Norte dos Estados Unidos	61
América Latina	74
Capítulo 3 – Abolicionismo e Gênero: participação feminina, discursos e representações sobre as mulheres escravizadas, 1780-1850	89
Abolicionismo inglês: popularização e uso da sentimentalidade	90
A “ <i>parte mais amável da criação</i> ”: mulheres e movimento abolicionista.....	92
A escrita de mulheres brancas no movimento abolicionista britânico.....	100
Abolicionismo feminino branco norte-americano e suas conexões atlânticas.....	112
“A Cabana do Pai Tomás”: raça, domesticidade e maternidade na literatura antiescravista branca	121
Capítulo 4 - <i>Black Womanhood</i>: Ativismo e Escrita de Mulheres Negras no Abolicionismo Anglo-americano, 1830-1850	129
Mulher negra, experiência escrava e exclusão dos padrões femininos	130
O ativismo de mulheres negras contra a escravidão e o racismo: educação, associativismo e imprensa negra	136
<i>Black Womanhood</i> : Escrita literária, autobiografias e ressignificação dos padrões de feminilidade	149
Considerações Finais.....	164
Fontes	166
Bibliografia.....	170
Anexos	188
Documento 1: <i>An Act for the Gradual Abolition of Slavery</i> (Pennsylvania, 1780)	188
Documento 2: <i>An Act to explain and amend an act, entitled “An act for the gradual abolition of slavery”</i> (Pennsylvania, 1788)	192
Documento 3: <i>An Act concerning Indian, Mulatto, and Negro Servants and Slaves</i> (Connecticut, 1784).....	195
Documento 4: <i>An Act authorizing the Manumission of Negroes and Gradual abolition of Slavery</i> (Rhode Island, 1784)	196

Documento 5: <i>An Act to prevent the further introduction of Slaves, and to limit the Term of Contracts for Servitude within this Province</i> (Upper Canada, 1793).....	197
Documento 6: <i>An Act for the Gradual Abolition of Slavery</i> (New York, 1799).....	200
Documento 7: <i>An Act for the Gradual Abolition of Slavery</i> (New Jersey, 1804)	200
Documento 8: <i>Acta del Supremo Congreso Nacional</i> (Chile, 1811).....	202
Documento 9: <i>Reglamento para la educación y ejercicio de los libertos</i> (Argentina, 1813)	202
Documento 10: <i>Congresso de Cúcuta</i> (Colômbia, 1821)	205
Documento 11: <i>Translation of a law registered at page 16, Vol. I. of Collection of Laws of Peru, transmitted to Foreign Office with Mr. B. Wilson's Despatch, of January 2nd, 1835</i> (Peru, 1821)	207
Documento 12: <i>Decreto de la Junta de Representantes del 7 de setiembre de 1825</i> (Uruguai, 1825)	210
Documento 13: <i>Art. 131 - Constitución de 1830</i> (Uruguai, 1830).....	210
Documento 14: <i>Proyecto de ley, 10 de mayo de 1838</i> (Uruguai, 1838)	211
Documento 15: <i>Art. 11 - Constitución Política de 1826</i> (Bolivia, 1826)	213
Documento 16: <i>Ley de 19 de Diciembre de 1826</i> (Bolivia, 1826)	214
Documento 17: <i>"Ley estableciendo la libertad de vientres"</i> (Paraguai, 1842).....	215

Introdução

Em 1792, William Wilberforce, importante nome do abolicionismo na época, apresentou ao Parlamento Inglês a triste história de uma garota africana de apenas quinze anos aprisionada recentemente pelo tráfico de escravos. A menina, de quem nem sequer sabemos o nome, estava sendo transportada quando se recusou a dançar nua para a tripulação do navio, a mando do Capitão Kimber. Em resposta à desobediência, ela foi açoitada por três semanas e depois pendurada de cabeça para baixo, nua e machucada. Segundo relatos, enquanto estava pendurada, os captores a observavam, riam, e a penduravam de diferentes maneiras. Ao ser retirada do castigo, ela viveu por apenas três dias.¹ O caso ganhou espaço não só no parlamento, mas também na imprensa britânica, tendo sido publicado por diversos jornais. Dois meses depois, Kimber foi levado a julgamento por assassinato e inocentado, veredito que acabou indignando a opinião pública, chamando ainda mais atenção para o caso e para a crueldade do tráfico de escravos.

O discurso proferido por Wilberforce na ocasião evocou argumentos humanitários sobre o tratamento recebido por homens e mulheres durante a travessia atlântica, chamando atenção para seus sofrimentos, físicos e psicológicos. O abolicionista fez questão de ressaltar como o tráfico e a escravidão eram particularmente cruéis com as mulheres africanas que, neste raciocínio, vinham sendo ‘corrompidas’ e impedidas de viver e exercer plenamente o papel social condizente com seu sexo, ‘naturalmente’ puro e casto. A história, que ganhou notoriedade pela crueldade do algoz e pelo sexo e idade da vítima, captou também os esforços do parlamentar abolicionista. Seu discurso é um exemplo de como a retórica sentimental adentrou a esfera política nos debates sobre a escravidão; Wilberforce enfatizou os esforços da menina para cobrir seu corpo nu, afirmando que ela havia morrido mais pela vergonha que havia passado, do que pelos severos danos físicos que tinha sofrido. A vergonha da vítima era o modo que o abolicionista encontrava para enfatizar como a escravidão ‘roubava’ a virtude feminina da mulher negra.

Ele usou esses detalhes para argumentar que as mulheres africanas também tinham virtudes femininas, as quais ele e outros reformadores britânicos do

¹ TURNER, Sasha. **Contested Bodies. Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 2017; SWAMINATHAN, Srividhya. “Reporting Atrocities: A Comparison of the Zong and the Trial of Captain John Kimber”, in: **Slavery & Abolition**, v. 31, n. 4, 2010. p. 483-499

final do século XVIII promoveram como necessárias para que os habitantes não-livres das colônias das Índias Ocidentais possuísem, a fim de fazer a transição da escravidão para a liberdade. Os corpos reprodutivos das escravas eram os meios através dos quais os abolicionistas articulavam o caminho para a liberdade.²

A estratégia de Wilberforce foi enfatizar a ‘extrema modéstia’ da jovem, colocando ambas, ela e sua virtude, em perigo. Seu apelo estava fortemente conectado ao gênero e à feminilidade, de maneira que não seria possível conferir a mesma sentimentalização à história caso a vítima fosse do sexo masculino. Talvez Wilberforce buscasse apelar aos seus iguais não só como representantes da nação, mas também para o seu possível papel masculino ‘doméstico’ de proteção às mulheres – suas mães, esposas e filhas. Segundo Brycchan Carey, é possível afirmar que tais discursos produzidos pela retórica abolicionista no âmbito político fizeram uso da retórica sentimental da mesma forma que poemas, romances e panfletos. A autora questiona se eles teriam sido tão eficientes em despertar ‘paixões’ do público quanto a literatura.³ O fato é que os discursos de políticos abolicionistas estiveram intimamente ligados às políticas de emancipação da escravidão nas colônias britânicas, e ao nascimento de uma agenda abolicionista no Mundo Atlântico que se debruçou sobre a feminilidade, reprodução e sexualidade de mulheres escravizadas.

O abolicionismo consolidou uma série de representações das mulheres escravizadas como vítimas da escravidão, a qual lhes tirava as virtudes e pureza tipicamente femininas, impedindo que essas mulheres pudessem ser ‘mulheres de verdade’, segundo os discursos emergentes sobre a ‘*verdadeira feminilidade*’ e papéis sociais relacionados ao gênero.⁴ Quando os primeiros debates sobre o fim do tráfico aconteceram na Inglaterra, a preocupação dos políticos, fossem eles abolicionistas ou não, era garantir que o fim do comércio atlântico de escravos não afetasse as produções de suas colônias por falta de mão de obra. Cessando a reposição pelo tráfico, a saída era voltar-se para a reprodução natural da população escravizada. Neste contexto, a habilidade reprodutiva das mulheres escravizadas se apresentou como a solução, porque possibilitava atingir um ponto de equilíbrio entre acabar com o tráfico e tentar manter o fluxo de mão de obra por meio do crescimento natural da população.⁵ A reprodução

² TURNER, Sasha. **Contested Bodies...**, Op. cit., p. 2, tradução nossa.

³ BRYCCHAN, Carey. **British Abolitionism and the Rhetoric of Sensibility: writing, sentiment, and slavery (1760-1807)**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 180-185

⁴ Em inglês: “True Womanhood”

⁵ SOUSA, Caroline Passarini; TARDIVO, Giovana Puppini; HAACK, Marina Camilo. “Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho”, in: **Revista Cantareira**, n. 34, 2021. p. 65

oferecia uma chance de estabilidade para proprietários de escravos, ao mesmo tempo que ‘agradava’ aos abolicionistas, o que Sasha Turner avaliou como “*o paradoxo da busca abolicionista para salvar as vítimas infelizes do tráfico de escravos, mas não sem garantir que as plantações de açúcar mantivessem sua produtividade*”.⁶

O movimento abolicionista buscava provar que escravidão agredia não só os corpos das mulheres escravizadas, mas também debilitava sua moral, e a degradação moral por elas sofrida impedia que cumprissem seus papéis femininos, prejudicando também a fertilidade. Isso porque, além de serem abusadas sexualmente e impedidas de se casar dentro dos preceitos da religião, o regime escravista lhes reservava dietas inadequadas, um regime de trabalho extenuante e punições físicas severas, mesmo quando engravidavam. Nessa perspectiva, era preciso restaurar a moralidade feminina tendo em vista um projeto de abolição gradual da escravidão, o que significava primeiramente melhorar a vida das mulheres cativas para estimulá-las a formar famílias, fazendo com que cumprissem seus papéis femininos, de esposas e mães.

Na década de 1780, os abolicionistas propuseram a melhoria das condições médicas e materiais de jovens mulheres escravizadas para promover a reprodução biológica nas colônias sob domínio inglês.⁷ Equiparar a população escrava feminina e masculina, bem como promover relações monogâmicas entre elas eram pontos centrais desses projetos que tinham como objetivo principal resolver o problema da fertilidade feminina e a baixa taxa de nascimento na região.⁸ O abolicionismo inglês alçou, assim, as mulheres negras ao centro de uma política ainda colonial, mas que se voltava para a abolição gradual da escravidão. Ao mesmo tempo, outras nações do continente americano escolheram encaminhar o fim da escravidão por meio de políticas que também incidiram diretamente sobre o corpo feminino negro, uma vez que as *leis de ventre livre* buscaram interromper a hereditariedade da escravidão.⁹

⁶ TURNER, Sasha. **Contested Bodies...**, Op. cit., p. 4, tradução nossa.

⁷ ALTINK, Henrice. **Representations of Slave Women in Discourses of Slavery and Abolition, 1780-1838**. [Thesis for degree of Doctor of Philosophy]. Wales: The University of Hull, 2002; BUSH, Bárbara B. “Hard Labor: Women, Childbirth, and Resistance in British Caribbean Slave Societies”, in: GASPAR, David; HINE, Darlene (Orgs.). **More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas**. Indianapolis: Indiana University Press, 1996; e TURNER, Sasha. **Contested Bodies...**, Op. cit.

⁸ TURNER, Sasha. **Contested Bodies...**, Op. cit., p. 19-20

⁹ Esta dissertação é fruto de um projeto maior. Desde 2018, o grupo de pesquisa *Escravidão, Gênero e Maternidade nas sociedades escravistas do Atlântico*, coordenado pela Profª Maria Helena P.T. Machado na Universidade de São Paulo, vem reunindo pesquisadores/as das áreas de história da escravidão, das mulheres, da medicina e da infância em sociedades escravistas do Brasil, dos Estados Unidos e Caribe, para debater questões relacionadas à maternidade, corpo, amamentação,

A preocupação com a fertilidade e reprodução de mulheres negras escravizadas no contexto dos debates abolicionistas estava relacionada ao modo como a escravidão havia sido consolidada nas Américas: pelo ventre de mulheres negras africanas. Ou seja, o mecanismo de escravização também recorreu ao corpo da mulher negra, quando determinou o status de escravidão pela mãe, pelo princípio *partus sequitur ventrem*, o parto segue o ventre. Diante disso, podemos afirmar que a mulher negra escravizada foi agente fundamental tanto no estabelecimento da escravidão no Mundo Atlântico, quanto no discurso abolicionista e consequentes políticas de abolição empregadas posteriormente.

Considerando estas questões, esta dissertação busca compreender a importância das mulheres negras escravizadas tanto para a conformação do sistema escravista nas Américas, quanto para sua superação. Para isso, rastreamos o local fundamental ocupado pelo ventre escravo desde concepções iniciais de ventre, presentes no processo de colonização, até as primeiras experiências de abolição da escravidão que aconteceram até a primeira metade do século XIX, e que buscaram interromper a matrilinearidade escrava. Por meio de vasta pesquisa bibliográfica e análise das leis de abolição do Norte dos Estados Unidos e da América Latina hispânica, pudemos identificar uma tradição atlântica que utilizou a liberdade do ventre escravo para dar início ao processo de abolição. Investigamos, assim, o estabelecimento das primeiras colônias americanas e a utilização do princípio legal romano para determinar a descendência escrava pela via materna; passando por leis que propuseram acabar com a escravidão pela quebra do *partus sequitur ventrem*, em concomitância com o surgimento de um abolicionismo que, em sua vertente anglo-americana, produziu discursos sobre feminilidade e mulheres escravizadas, desembocando no próprio ativismo de mulheres negras contra a escravidão e racismo nos Estados Unidos.

No primeiro capítulo pretendemos investigar de que maneira o gênero, a partir do princípio romano *partus sequitur ventrem*, foi utilizado para consolidar a escravização de

sexualidade, cuidado de crianças livres e escravizadas, a separação entre mães e filhos, analisando a complexidade e multiplicidade de práticas de maternidade que marcaram diversas sociedades escravistas nas Américas. Com o intuito de compreender questões relacionadas à instituição da escravidão baseada na apropriação legal dos corpos e da força de trabalho, e de como ela foi perpassada pela condição de gênero.

populações negras africanas e seus descendentes no Mundo Atlântico. Em um primeiro momento a escravidão se deu primordialmente pelo tráfico internacional, com autorizações de governantes e da Igreja para a exploração das novas terras. Mas, com o passar do tempo, e à medida que as populações escravizadas iam se reproduzindo, novos mecanismos foram necessários para manter sua progênie em cativeiro. Dessa forma, a descendência da escravidão nas Américas foi determinada pelas mães; foi por meio do corpo feminino negro que a continuidade do sistema escravista passou a ser assegurada. Buscamos também mostrar como as representações de mulheres africanas, desde os primeiros relatos de viajantes, tinham a intenção de justificar a inferioridade negra a partir da diferença, e por sua vez, justificar a escravidão. As mulheres foram representadas como animais, promiscuas, fortes e resistentes à dor, representações que reverberaram na construção das sociedades americanas, e por muito tempo não foram questionadas pela historiografia.¹⁰

Após constataremos a centralidade do ventre escravo para a formação das sociedades escravistas atlânticas, nos dedicamos no segundo capítulo à análise dos primeiros processos de abolição gradual nas Américas, entre 1780 e 1842. Os estados do norte dos Estados Unidos, recém independentes, e os países da América Latina hispânica que estavam em conflito ou já eram repúblicas recém independentes, compuseram uma primeira ‘onda’ de experiências relativas à abolição, e acabaram iniciando uma ‘tradição’ no Mundo Atlântico. Essa tradição consistiu em tentativas de acabar com a escravidão com políticas graduais e legislativas que impedissem o nascimento de novos escravizados, pela libertação do ventre das mulheres cativas. No entanto, como veremos, essas legislações vinham atadas a esquemas de trabalho forçado, o que acabou relegando a população negra à precariedade e controle por parte dos ex-proprietários, estendendo o período de servidão e impedindo sua integração à sociedade livre.

O terceiro capítulo tem como objetivo compreender a importância do gênero dentro dos discursos abolicionistas desde seus primórdios, entre 1780 e 1830. Ou seja, a identificação do movimento abolicionista com causas humanas, sentimentais e femininas,

¹⁰ Por muito tempo a historiografia sobre escravidão e abolição abordou as temáticas sob uma perspectiva genérica, que reduzia as experiências dos escravizados a um conjunto de características comuns. Quando não considerava a particularidade da experiência feminina, os estudos acabavam não questionando diversas fontes que ajudaram a consolidar uma imagem negativa sobre as mulheres negras/escravizadas. Quando a experiência feminina sob o cativeiro passa a ser abordada, surgem novas questões a serem respondidas, novos olhares sobre questões antigas.

acabou proporcionando um espaço de atuação política às mulheres sem desafiar diretamente a ideologia das esferas separadas, em que mulheres pertenciam ao domínio privado e doméstico. Assim, procuramos observar como o culto à feminilidade e domesticidade, em conjunto com a participação feminina já na década de 1780, estabelecem um discurso abolicionista centrado em ideais femininos. A consolidação desses ideais e do que significaria ser uma ‘mulher de verdade’ permitiu que abolicionistas – homens e mulheres – passassem a reivindicar para e em nome das mulheres negras direitos propriamente femininos (*cult of true womanhood*). Neste contexto, as mulheres escravizadas foram colocadas no centro da propaganda abolicionista, e o capítulo analisa os discursos produzidos por abolicionistas sobre mulheres negras à luz dos ideais de feminilidade e domesticidade em voga.

No quarto e último capítulo, procuramos analisar como as próprias mulheres negras, algumas delas ex-escravizadas, outras nascidas livres, buscaram exercer seu ativismo abolicionista por meio da escrita, sobretudo nos Estados Unidos, entre as décadas de 1830 e 1850. Elas se utilizaram de jornais, participaram de associações diversas, foram professoras, palestrantes, escritoras... E escreverem sobre escravidão, liberdade, racismo, conquista de direitos, abolição, feminilidade, sexualidade e maternidade. Encontraram na escrita uma forma de proteger a própria feminilidade (negra) e liberdade. Além da experiência da escravidão, a ideologia que excluía mulheres negras da categoria feminina também tem um peso sobre a forma como essas mulheres escrevem e se colocam. Pelo ato de escrever, as mulheres negras abordaram questões de raça e gênero, reconfigurando os ideais femininos que não levavam em consideração suas experiências. A maternidade negra, negada a elas pela escravidão, foi um meio utilizado por muitas para combater a desumanização da escravidão e o racismo. É a partir do papel de mãe que muitas afirmam sua personalidade e feminilidade.

Este estudo limitou-se, portanto, a analisar as primeiras experiências de ventre livre nas Américas em concomitância com ascensão do abolicionismo anglo-americano, rastreando sempre papel do ventre e da mulher escravizada, e suas respectivas representações. Brasil e Cuba também, no último terço do século XIX, iniciaram seus processos de abolição pela via gradual e aprovaram ‘*leis de ventre livre*’, sentindo os efeitos do discurso abolicionista britânico sentimentalizado em torno da mulher escravizada, como afirma Camillia Cowling:

As discussões em torno da escravidão travadas em cada uma dessas localidades foram influenciadas pelo ambiente intelectual atlântico do qual faziam parte. (...) As dramáticas separações de mães e filhos causadas pela escravidão, as relações entre feminilidade e emoção, ou o questionamento sobre se todas as mulheres eram igualmente “maternais” ... foram temas debatidos fervorosamente nas argumentações sobre a escravidão e abolição.¹¹

Apesar disso, ambos passaram por um processo de intensificação da produção e escravização de pessoas trazidas pelo tráfico¹² e, ao lado dos estados do sul dos Estados Unidos, estavam na contramão do que vinha sendo discutido e implementado internacionalmente. Desta maneira, os casos de Brasil e Cuba apresentam um contexto muito diverso, em que outras questões precisariam ser abordadas, o que não seria possível no tempo hábil de uma pesquisa de mestrado. Dadas as particularidades dessas duas regiões escravistas, o Brasil já independente e Cuba ainda uma colônia espanhola, e a complexidade do processo de abolição em cada uma delas, pretendemos nos dedicar a este tema em pesquisas futuras.

Sendo assim, procuramos compreender o papel e importância do gênero, mais especificamente da mulher escravizada, para a consolidação da escravidão e abolição, e como as representações criadas nesses momentos operam dentro da história, nos Estados Unidos e América Latina, criando algumas bases comuns à história do continente americano. Esta pesquisa parte, portanto, de uma perspectiva de gênero, este entendido como uma construção cultural a partir da qual relações de poder são engendradas na sociedade, uma categoria analítica importante e estruturante das relações e hierarquias sociais.¹³ Pretendemos, deste modo, contribuir com os estudos que têm trazido questões de gênero e maternidade nos contextos da escravidão e abolição nas Américas.

¹¹ COWLING, Camillia. **Concebendo a Liberdade:** mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora Unicamp, 2018. p. 174

¹² No Brasil o tráfico foi encerrado definitivamente em 1850, enquanto em Cuba o tráfico ilegal só teve fim em meados da década de 1860.

¹³ SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, in: **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 71-99

Capítulo 1 – Mulheres negras, ventre e legitimação da escravidão nas Américas

Durante a organização das sociedades ao longo da história, a escravidão foi uma forma de exploração presente em diferentes espaços e de diversas maneiras; muitas vezes ela foi concebida pelas sociedades como um modelo de hierarquia estrutural, de ordem divina, quase inerente à sociedade, em que um homem, por meio do uso da força, se impunha sobre outros.¹⁴ Nessa perspectiva, a escravidão beneficiaria, de certo modo, tanto proprietários quanto escravizados, sendo tomada como uma ordem natural de organização da vida em sociedade, estando por isso profundamente arraigada na construção das relações sociais, mas também na destruição delas. Apesar de ser uma das mais antigas ‘instituições’ da história, e a despeito de suas diferentes formas, a partir de meados do século XVI a escravidão se tornou um empreendimento altamente lucrativo de dimensões atlânticas, responsável pelo sequestro de populações africanas que foram comercializadas para colônias recém ‘descobertas’ nas Américas.

Três características, em geral, definiam a condição de uma pessoa escravizada: o sujeito era propriedade de outrem, sua vontade estava sujeita à autoridade de seu proprietário, e seu trabalho era obtido por meio da coerção, podendo ser ela violenta ou não. Em suma, tudo que diz respeito ao cativo, está, supostamente, disponível ao seu proprietário, que tem direito absoluto sobre ele.¹⁵ Digo supostamente porque os estudos vêm mostrando há pelo menos três décadas que, independentemente das restrições impostas pelo sistema escravista, as pessoas escravizadas encontraram diferentes maneiras de não cumprir aquilo que lhes era imposto, não se encaixando, segundo as expectativas senhoriais, no papel a que foram designados – seja por pequenas ações cotidianas ou atos grandiosos, como revoltas organizadas coletivamente. Enquanto ‘coisa’, o cativo poderia ser vendido, hipotecado, legado, doado etc. Por mais de três mil anos as características legais da escravidão mudaram muito pouco, e acabaram sendo sistematizadas no Ocidente pelos romanos. Como indivíduos, os escravizados podiam ser privados do direito ao casamento legal, de possuir objetos ou propriedades, de dar testemunho judicial¹⁶, ou seja, essas pessoas estavam sempre desprotegidas cultural e

¹⁴ DRESCHER, Seymour, **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. ix

¹⁵ DAVIS, David Brion. **O Problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p.49

¹⁶ Ibidem p.76

legalmente dentro das comunidades em que viviam porque eram vistos, invariavelmente, como elementos externos, estranhos e potencialmente perigosos.

A contradição intrínseca à escravidão sempre esteve no ato de considerar homens e mulheres como coisas, uma posse transmissível sem qualquer autonomia de desejo ou consciência, e nesse sentido, as próprias leis e costumes das sociedades escravistas acabaram fornecendo provas constantes dessa contradição inerente.¹⁷ Em grandes sociedades escravistas, como as que se estabeleceram na América, a maioria dos grupos dominantes dependia do trabalho realizado pelos cativos; com o passar do tempo a escravidão foi se tornando um modelo essencial das relações sociais no centro da produção econômica americana. Segundo David Brion Davis, as “(...) *Leis que definem e regulamentam a escravidão chegaram quase sempre muito depois de a instituição ter sido estabelecida (...)*”¹⁸, por isso não é possível pressupor que ela não existisse antes das leis, como um sistema organizado. As próprias leis que buscaram legitimá-la em diferentes lugares acabaram atestando o quão contraditório era considerar homens e mulheres como coisas.

Muitos historiadores procuraram diferenciar os sistemas escravistas consolidados no continente americano, partindo de uma análise sobre suas raízes legislativas. Em análise pioneira de 1946, Frank Tannenbaum defendeu a ideia de que diferenças de ordem moral e legal acabaram determinando as relações desenvolvidas no mundo da escravidão. Em seu raciocínio, a existência de um ‘código’ anterior que regulamentava a escravidão nos territórios espanhol e português e reconhecia sua contrariedade em relação ao direito natural, dando aos escravos a possibilidade de se manumitir, fez com que os sistemas ibéricos pudessem proporcionar uma conjuntura mais favorável aos escravizados em relação à alforria. Isso teria como reflexo último a existência de preconceito racial em menor escala nos países latino-americanos, quando comparados à sociedade norte-americana.¹⁹ Portanto, o aparato legislativo relacionado à escravidão e anterior à colonização na América teria sido, segundo o autor, fundamental para a conformação de diferentes sociedades americanas recém-saídas da escravidão. A obra de Tannenbaum acabou dando novo impulso a uma antiga visão de que a escravidão no Brasil teria tido

¹⁷ Ibidem, p.76-81

¹⁸ Ibidem, p.50

¹⁹ TANNENBAUM, Frank. **Slave and Citizen**. New York: Alfred A. Knopf, 1946.

um caráter mais “ameno” em comparação aos Estados Unidos, onde teria sido supostamente mais violenta e racista.²⁰

Em contrapartida, diversos estudiosos se ocuparam em comprovar que o uso da violência foi um instrumento recorrente para manutenção da classe senhorial escravista independentemente do lugar em que ela estivesse, e que o tráfico negreiro acabou conferindo uma uniformidade relativa ao fenômeno da escravidão nas Américas.²¹ Segundo David Brion Davis, as diferenças nacionais e culturais teriam sido exageradas por autores como Tannenbaum; Davis ainda relativizou o peso efetivo que os textos jurídicos tiveram na diferenciação concreta dos sistemas escravistas, ou seja, na realidade vivida pelas pessoas escravizadas. Isso porque, de alguma forma, todos os senhores de escravos no continente americano teriam compartilhado de certos pressupostos e problemas relativos à estrutura da escravidão por si só, independentemente de sua localização.²² Nesse sentido busco, em consonância com Davis, para além de uma comparação, investigar numa perspectiva atlântica o compartilhamento de experiências em sociedades escravistas em relação à mulher escravizada sem, contudo, deixar de atentar para as especificidades de cada uma delas.

Sem conduzir a diferença do aparato legislativo sobre a escravidão para conclusões sobre os níveis de violência de seus sistemas e sociedades no pós-abolição, a análise feita por Seymour Drescher apontou que no início da era moderna o aspecto que mais distinguiu os ibéricos de outros povos da Europa foi a presença da escravidão em seus próprios territórios e, por sua vez, a existência de algum aparato legal a respeito dela²³, questão que acabou refletindo diretamente sobre as colônias que cada país europeu estabeleceu no Novo Mundo. Para nós interessa antes examinar quais foram os diversos aparatos – ideológicos, políticos, religiosos, legislativos etc., que serviram como base para o funcionamento dessas sociedades atlânticas, e como ela procuravam regulamentar a escravidão como um *modus operandi*.

Durante o século XV a comunicação entre praticamente todas as partes do mundo foi inaugurada pela abertura do trânsito entre os oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, a expansão da atividade econômica pelos caminhos então abertos configurou uma nova

²⁰ SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. **História, direito e escravidão: a legislação escravista no Antigo Regime ibero-americano**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013, p. 39

²¹ Ibidem, p.39

²² DAVIS, David Brion. **O problema da Escravidão...**, Op. cit., p.277

²³ DRESCHER, Seymour. **Abolição...**, Op. cit., p.16

forma de interação entre velho e novo mundo. Dentro desse contexto e ao longo de três séculos buscou-se justificar o estabelecimento da escravidão nas Américas por diferentes meios como a religião, leis, pela natureza e clima, e por fim, pela ‘ciência’. Num primeiro momento em que religião e política estiveram intimamente ligadas, as decisões relacionadas à escravidão acabavam se misturando no que diz respeito à sua natureza.

A religião exerceu um papel imprescindível dentro do processo de expansão marítima em que Portugal e Espanha foram os primeiros protagonistas. No contexto de aproximação entre ibéricos e africanos existiu um esforço para fundir a imagem do sujeito a ser escravizado com a figura do negro/africano dentro pensamento cristão. Um dos discursos mais difundidos ao longo do século XV e utilizado para justificar a escravidão africana foi o de que esta – a escravidão – teria surgido de uma maldição divina, ela era colocada como uma consequência direta do pecado de Adão e Eva, e, portanto, seria um símbolo da desgraça humana.²⁴ A escravidão colocada como resultado do pecado era, por isso mesmo, uma punição. Nesta perspectiva o escravizado era um pecador e penitente.²⁵

Outro acontecimento bíblico usado como justificativa para a escravização de pessoas negras foi a chamada *Maldição de Cam*. Santo Agostinho foi o primeiro a observar uma possível relação entre escravidão e a maldição de Cam, porque neste contexto a palavra “escravo” foi utilizada pela primeira vez na narrativa bíblica.²⁶ No episódio em questão, Cam, filho de Noé, vê seu pai bêbado e nu, e chama seus outros irmãos para ver a cena. O pai, em resposta, teria amaldiçoado a prole do próprio filho com a escravidão. Novamente a escravidão era resultado de um pecado. Dentro dessa estrutura, ela foi colocada como uma oportunidade para que as populações africanas fossem evangelizadas, sob a alegação de afastá-las da África e de seus erros, sendo, portanto, justificável seu cativeiro.²⁷ Segundo Cleiton Oliveira:

Vários autores do século XV, inspirados ainda pelas marcas de continuidade do imaginário medieval, defendiam que o próprio aspecto físico de Cam, que aparece em várias representações iconográficas como negro, era um sinal externo da maldição divina. Seus descendentes carregariam também a negritude como sinal desse castigo, sendo que parte dessa condenação seria a de viver em uma região de excessivo calor, que contribuía ainda mais para

²⁴ OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas *Dum diversas* (1452) e *Romanus Pontifex* (1455)**. [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Alfenas, 2018, p.29-30

²⁵ VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986, p.94

²⁶ DAVIS, David Brion. **O Problema da Escravidão...**, Op. cit.

²⁷ OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam...**, Op. cit., p.35-36

“esturricar” a sua pele, deixando-a com a cor que lembrava trevas. Circulava nos meios eclesiásticos a notícia de um sermão de Santo Ambrósio, que teria afirmado que o nome Cam queria dizer Calidus, isto é, calor.²⁸

Na América Portuguesa os sermões do Padre Antônio Vieira conferiam um sentido de legitimidade à escravidão. Vieira pregava para senhores e escravos em 1633, construindo a imagem dos negros enquanto eleitos de Deus, que à maneira de Cristo deveriam salvar a humanidade através do seu sacrifício. A escravidão era, assim, interpretada como uma virtude, resignação e sacrifício em prol da salvação da alma dos escravizados.²⁹ O discurso de Vieira buscava, dessa forma, manter os escravizados conformados com a sua condição e submissos à realidade terrena, em favor de algo “maior”, em uma projeção religiosa para a vida após a morte.

As tentativas de legitimação também buscaram traçar uma conexão direta entre escravidão e clima. Montesquieu chegou a defender que o clima teria influência na formação do espírito de um povo, em sua forma de agir e na construção de suas instituições, tornando algumas sociedades mais propensas a determinados tipos de governo do que outras. E, apesar do autor condenar a escravidão, ele admitia que em algumas sociedades ela poderia ser aceitável.³⁰ A crença era de que determinados climas favoreciam a preguiça e indolência das pessoas, e que, a depender de seu contexto, certos povos eram mais adaptáveis a certos tipos climáticos, mas que estes mesmos povos adaptáveis, por sua vez, só se comprometeriam com trabalho por meio da coerção, ou seja, da escravidão. Nessa construção, caberia aos europeus, pouco adaptados aos climas tropicais da América, coordenar o trabalho escravo de africanos e africanas. Na contramão dessa ideia, Seymour Drescher afirmou que o clima dificilmente conseguiria formar um componente sólido de legitimação para a escravidão, uma vez que no último quarto do século XVIII a instituição escravista já havia sido implementada em todos os lugares da América,³¹ ocupando diferentes zonas climáticas.

No âmbito legislativo, o primeiro documento a tratar da escravidão foi *Las Siete Partidas*.³² O documento espanhol, que foi compilado e organizado pelo rei D. Afonso entre os anos de 1263 e 1265, garantia já naquela época um ‘corpo de leis’ para a

²⁸ Ibidem, p.33

²⁹ VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão...**, Op. cit., p.97-98

³⁰ MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis** (1748). Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 209-217

³¹ DRESCHER, Seymour, **Abolição...** Op. cit., p.111

³² ALFONSO X. **Las Siete Partidas**. Biblioteca Virtual Universal. Disponível em: <<https://www.biblioteca.org.ar/libros/130949.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

escravidão forjado no cristianismo. No que diz respeito ao teor escravista das *Partidas*, é possível constatar seu embasamento romano-bizantino derivado do texto das Institutas e do Digesto, conjuntos integrantes do Código Justiniano.³³ Pautando-se no princípio de que a escravidão contrariava o direito natural, e, dessa forma, reconhecendo a humanidade de homens e mulheres escravizadas, o código ‘garantia’ aos cativos condições mínimas de existência e acesso à liberdade por meios das manumissões. Davis aponta que os estudiosos deram muita importância ao fato de que as *Partidas* reconheciam a liberdade como uma condição natural do homem, garantindo alguns ‘direitos’ aos escravos, e que muitas dessas concepções foram incorporadas posteriormente pelas leis norte-americanas. Se por um lado o texto procurava estipular alguma condição de existência para os cativos, por outro estabelecia sua completa subordinação à vontade de seus senhores, que podiam desde puni-los severamente, até matá-los em alguns casos.

Particularmente importante para este trabalho é o fato de que as *Partidas* determinavam as formas pelas quais um indivíduo podia ser considerado escravizado, sendo elas: ser um não cristão capturado em guerra, deixar-se vender voluntariamente, ou *nascendo de uma escrava (partus sequitur ventrem)*.³⁴ O documento, ao mesmo tempo que reconhecia o cativo como algo avesso ao direito natural do ser humano, permitia que o indivíduo fosse escravizado já desde seu nascimento, e a descendência seria determinada pela figura da mãe, fosse ela livre ou escravizada. Ainda que no contexto de sua criação o objetivo não fosse tratar especificamente das colônias, dos cativos africanos, ou do tráfico transatlântico, as *Partidas* forneceram as bases para a regulação da escravidão na América espanhola, influenciando diretamente a conformação de um sistema normativo português³⁵ que também seria usado posteriormente nas colônias.

Em 1452, Portugal requisitou uma Bula Papal que aprovasse o seu direito de exploração sobre as novas áreas, enquadrando suas incursões como uma espécie de extensão da Guerra Santa anteriormente instaurada contra o Islamismo; a resposta papal autorizou os portugueses a invadir, procurar, capturar e subjugar quaisquer ‘infiéis’ ou ‘inimigos de Cristo’, reduzindo-os à escravidão perpétua. Dois anos depois as sanções foram reafirmadas e estendidas para qualquer território que pudesse ser conquistado,

³³ SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. **História, direito e escravidão: a legislação escravista no Antigo Regime ibero-americano**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013. p. 59-61; Ver também: DAVIS. **O problema da escravidão...**, Op. cit., p. 124

³⁴ “Quarta Partida. Título XXI, Lei 1”, in: ALFONSO X, **Las Siete Partidas...**, Op. cit. (A expressão em latim foi por nós adicionada e não consta no documento em questão).

³⁵ SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. **História, direito e escravidão...**, Op. cit. p.44

reconhecendo que os africanos estavam sendo escravizados legalmente, à força, em nome da conversão à fé católica. Em 1493 o Papa Alexandre VI concedeu a mesma autorização para Espanha, e no ano seguinte o Tratado de Tordesilhas confirmou todas as bulas papais anteriores.³⁶ As bulas papais constituíam-se como elementos legitimadores das conquistas, além de autorizarem oficialmente a escravização das populações negras africanas, atribuindo-lhe papel de grande importância para o serviço de evangelização dessas pessoas.³⁷ O ponto crucial, no entanto, era ocupar terras, e o tráfico negreiro acabou sendo aprovado como um outro meio aceitável, se não necessário, de converter (à força) infiéis ao cristianismo.

No estabelecimento das primeiras colônias ibéricas em solo americano, as populações indígenas foram as primeiras a ter sua força de trabalho explorada em nome da conversão religiosa ao cristianismo. No entanto, a ‘escravidão natural’ dos povos indígenas em terras americanas logo foi atacada por parte da igreja católica, sob a alegação de que os indígenas, ditos selvagens, tinham alma e que, portanto, precisavam de alguém que os catequizesse. No início da colonização do Brasil, por exemplo, o único e verdadeiro dilema imposto com relação à instituição escravista se deu em torno da legitimidade de escravizar indígenas, querela que indispôs colonos e jesuítas principalmente. Nos anos finais do século XVI algumas leis foram promulgadas e a escravidão indígena restringida.³⁸

Contudo, se algumas vozes – sobretudo religiosas – se levantaram contra a escravidão indígena, o mesmo não pôde ser observado em relação aos homens e mulheres africanas; tais vozes não se incomodaram em questionar os moldes sob os quais pessoas eram trazidas da África e escravizadas.³⁹ À medida que o tráfico negreiro foi se tornando cada vez mais lucrativo, aos indígenas restaram processos catequizantes e discursos que conferiam a eles estereótipos de preguiçosos, indisciplinados, fugitivos, e pouco afeitos ao trabalho, até hoje recorrentes. Na mesma medida, construiu-se a figura do negro africano, como supostamente forte, robusto, disciplinado, naturalmente apto ao trabalho pesado e, portanto, perfeitamente adaptável ao sistema escravista. Estes discursos

³⁶ DRESCHER Seymour. **Abolição...** Op. cit., p.86

³⁷ OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam...**, Op. cit., p.102

³⁸ VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia...**, Op. cit., p.75

³⁹ DAVIS, David Brion. **O Problema da escravidão...**, Op. cit., p.26

atenderam a objetivos específicos, já que a escravização de indígenas era condenada pela igreja e eles não ao tráfico atlântico, cada vez mais lucrativo.

Em outros países da Europa o problema em torno da prática e autorização para escravidão além dos limites metropolitanos foi resolvido num sentido oposto ao dos países ibéricos em função do *'solo livre'*. Porém, da mesma forma que Portugal e Espanha, as autoridades políticas e religiosas dos países do norte europeu não ofereceram oposição à escravidão em seus territórios ultramarinos. O tráfico atlântico e a posse de escravos foram formalmente sancionados pela França quando Luís XIII fez acordos para convertê-los ao cristianismo em 1648. O código negro, "*Code Noir*", elaborado pelo Conselho Real da França, foi criado para ser aplicado exclusivamente em suas colônias, enquanto o princípio de liberdade em solo metropolitano permaneceu intacto; este fato criou complicações posteriormente, quando os cativos eram levados dos territórios coloniais para França junto com seus proprietários. Essa prática foi comum entre as nações europeias com colônias na América. À medida que introduziam práticas escravistas em suas colônias, os países europeus buscavam reafirmar seus territórios como lugares exclusivos de liberdade, o princípio de *'solo livre'* causaria dificuldades para colonizadores que transitassem entre metrópole e colônia em companhia de seus cativos.⁴⁰

Na Holanda, a estrutura descentralizada do Estado e a falta de uma autoridade religiosa transnacional acabaram oferecendo algumas arenas de disputa em torno do questionamento sobre a escravidão. Num primeiro momento a Companhia das Índias Ocidentais hesitou sobre sua entrada no tráfico atlântico, mas depois de entrar e lucrar, não recuou mais. A colonização holandesa caracterizou-se por poucas despesas no que diz respeito à conversão das populações ao cristianismo, e estrangeiros foram os responsáveis por sustentar tanto os sistemas de defesa da metrópole, quanto as atividades atlânticas. O sistema legislativo metropolitano da Holanda permaneceu desvinculado da escravidão existente nos territórios americanos, e províncias holandesas também dispunham de igrejas e leis civis diferentes entre si, o que dificultava um posicionamento único do país. Ainda assim, nenhuma província permitiu a escravidão dentro dos limites da metrópole. Depois de reclamar para si o direito de aplicação da antiga lei romana em suas jurisdições, a Holanda fez dela um corpo de leis aplicável aos seus empreendimentos

⁴⁰ DRESCHER, Seymour. **Abolição...**, Op. cit., p.91-92; DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão...**, Op. cit., p.64

atlânticos. No território holandês, no entanto, este corpo de lei era completamente ignorado pelos juristas.⁴¹

Assim como a Holanda, os primeiros esforços dos colonizadores britânicos não estavam necessariamente preocupados com a aquisição de escravos africanos para mão de obra, no entanto, proibir a escravidão também não era uma opção em seu horizonte. A colônia caribenha da Ilha da Providência foi o primeiro dos empreendimentos ingleses a ter a escravidão africana como força de trabalho primordial, duas décadas depois, Barbados seguiu o mesmo caminho, tornando-se a primeira colônia britânica a se comprometer completamente com a escravidão.⁴² Apenas depois de quase um século e meio desde a fundação de Jamestown, em 1607 – primeiro assentamento inglês em território americano, na Virgínia –, a escravidão parecia ter começado a emergir de fato como uma escolha acertada para a força de trabalho em uma ampla parcela da América colonizada por ingleses.

Durante o estabelecimento do sistema colonial inglês na América, a tensão estabelecida entre a necessidade de uma variação do sistema legal britânico e o desejo de invocar a própria tradição jurídica foi um problema reconhecido desde cedo nos empreendimentos atlânticos, mas a descontinuidade entre o que era apropriado na Inglaterra e nas áreas ultramarinas foi aceita sem hesitação. A primeira ‘patente’ colonizadora, concedida pela rainha Elizabeth em 1584, fazia menção às terras bárbaras que ‘necessitavam’ de leis e estatutos especializados e, de acordo com a rainha, as leis nesses lugares precisariam apenas estar em ‘harmonia’ com aquelas sancionadas para metrópole inglesa. Enquanto no território britânico a escravidão era uma instituição ausente e repudiada, nas colônias esse regime de trabalho se consagrou em um processo passivo de acomodação legal, e ao contrário da maioria das coroas de outros países da Europa, a coroa inglesa nunca desenvolveu um código imperial para regulamentar a escravidão. O que se permitia eram práticas que divergiam da tradição das leis comuns, dentro dessa estrutura a instituição escravista evoluiu por meio da máxima proteção e do mínimo de obstáculos legais impostos aos proprietários de escravos.⁴³

⁴¹ DRESCHER Seymour. **Abolição...**, Op. cit., p.100-101

⁴² Ibidem p.72; MORGAN, Jennifer L. **Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery**. Philadelphia-PA: University of Pennsylvania Press, 2004. p. 14; BROWN, Kathleen M. **Good Wives, Nasty Wenches, & Anxious Patriarchs**. Philadelphia-PA: University of Pennsylvania Press, 1996, p.2

⁴³ DRESCHER Seymour. **Abolição...**, Op. cit., p.106

A lacuna entre a constituição dos escravos enquanto propriedades nos territórios ultramarinos e o silêncio sobre seu status na Inglaterra permaneceu inexplicável nos registros, nenhum regulamento publicado na metrópole inglesa jamais cobrou taxa sobre entrada e saída de cativos, como era feito nos portos coloniais, por exemplo. As discussões no mundo anglo-americano acerca dos fundamentos legais da escravidão africana foram particularmente abreviadas, e problemas práticos de propriedade legal, tal como transferência e policiamento, exigiram respostas diretas da administração estabelecida nas próprias colônias. Em nenhum lugar, no entanto, seja em estatutos coloniais, atos parlamentares ou decisões da Coroa, foi desenvolvido algo remotamente similar a uma jurisprudência específica para escravidão – como existiu nas colônias francesas. Não houve discussão no âmbito do direito comum ou civil, e nenhum código escravo imperial foi desenvolvido para preencher as diversas lacunas que existiam.⁴⁴

As diferenças entre metrópoles e colônias em relação ao princípio de liberdade para pessoas negras ou de ascendência africana foram questões políticas muito complexas a serem pensadas pelos governos metropolitanos, e acabaram moldando as oportunidades para diferentes projetos de vida de pessoas recém-saídas da escravidão nos territórios americanos. Essa questão foi cuidadosamente trabalhada por Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, em *“Provas de Liberdade”*⁴⁵, no qual os autores seguiram os deslocamentos de diferentes gerações de uma mesma família negra por terras haitianas, francesas, norte-americanas, cubanas e belgas. A obra acompanha de perto as trajetórias desencontradas ao longo das gerações, e suas frequentes mudanças, sublinhando a tentativa constante de uma mesma família em alcançar o reconhecimento de sua liberdade e conquista de direitos em diferentes contextos políticos, o que demonstra, em um panorama geral, os esforços das populações negras libertas e livres.

A fragilidade desses processos relacionados à liberdade, os perigos de reescravização e preconceito racial a que ‘pessoas de cor’ estavam sujeitas ao longo dos anos fica evidente no livro. No contexto de seus trânsitos, a família Tinchant, rastreada minuciosamente pelos autores em diversos arquivos, encontra, por vezes na Bélgica e França, lugares propícios para reconstruir suas vidas com algum suporte econômico e social. A estadia em lugares de *‘free soil’*, a experiência de igualdade civil neles

⁴⁴ Ibidem, p.109

⁴⁵ SCOTT, Rebecca J. e HÉBRARD, Jean M. **Provas de Liberdade:** Uma odisseia atlântica na era da emancipação. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

experimentada e o contraste enfrentado quando familiares retornaram para o sul dos Estados Unidos à beira da Guerra Civil foram colocados como fatores importantes para a ‘impaciência’ observada entre os ‘homens de cor’⁴⁶ diante dos fardos da discriminação racial em estados como a Louisiana.⁴⁷ Portanto, como demonstra a obra, a diferenciação de estatutos metropolitanos e coloniais, bem como a recusa dos países europeus em admitir e regular a escravidão em seus territórios, possibilitou o trânsito de pessoas libertas, livres de cor, ou mesmo escravizadas provenientes dos dois lados do atlântico, que constantemente buscaram novas possibilidades de reafirmar ou conquistar suas liberdades.

A validade legal e moral da escravidão, como bem demonstrado por David Brion Davis, foi um assunto problemático para o pensamento europeu, perpassou diferentes momentos, e acabou ganhando proeminência em trabalhos de história, filosofia moral e economia política apenas no século XVIII.⁴⁸ Antes disso, por mais de dois séculos, a questão se colocou de maneira momentânea, e de modo geral foi ignorada por viajantes e missionários que se mostraram indiferentes aos dilemas de mulheres e homens africanos escravizados. Segundo o autor, à medida que o pensamento ocidental caminhava para uma orientação moral, foi necessário conciliar o renascimento da escravidão em tempos modernos com várias teorias do progresso humano.⁴⁹ No século XVIII, a tendência a discutir a escravidão como uma questão de política pública foi naturalmente reforçada à medida que o tráfico e as plantations coloniais se tornavam cada vez mais importantes na disputa internacional por poder econômico e militar. Dessa forma, as questões em torno da escravidão transferiam o foco, que antes engendrava uma visão religiosa sobre pecado e os direitos naturais daí decorrentes, para questões mais práticas em relação aos próprios interesses nacionais, questionando quais seriam os melhores meios de obter e governar uma força de trabalho escrava e colonial.⁵⁰

Segundo Davis, foi preciso que houvesse uma transformação na percepção moral do homem para que a relação entre escravidão e pecado se invertesse, passando ela (escravidão) de uma consequência do pecado, para uma *fonte* dele, ou mesmo como o pecado em si. Para o autor, essa mudança ocorreu em meados do século XVIII, mais

⁴⁶ ‘*Men of color*’ em inglês. O termo ‘de cor’ faz referência a um grupo bastante diverso de pessoas não brancas na América.

⁴⁷ Ibidem, p.156

⁴⁸ DAVIS, David Brion. **O Problema da escravidão...**, Op. cit.p.28

⁴⁹ Ibidem, p.29

⁵⁰ Ibidem, p.132

precisamente nos anos de 1760 e 1770, período que teria marcado a emergência de uma opinião internacional em que a escravidão nas colônias aparecia como uma ameaça ao verdadeiro destino do homem.⁵¹ Uma opinião como essa encontrou sua expressão na atuação antiescravista das *Societies of Friends*, formadas por *Quakers* e responsáveis pelos primeiros passos da luta antiescravista – primeiro pela supressão do tráfico para as colônias inglesas, e depois pela a abolição da escravidão nos estados do norte dos Estados Unidos. Em suma, o âmbito da moralidade como justificativa da escravização de pessoas africanas acabou saindo de cena, para voltar mais tarde como o principal argumento manejado na contestação tanto do tráfico atlântico, quanto da escravidão em si.

Legislação escravista: *partus sequitur ventrem* e a hereditariedade materna da escravidão

Apesar da escravidão africana/negra não ter sido regulada por um código específico na América Portuguesa, é possível dizer que houve uma tradição legal relativa à escravização de africanos e seus descendentes tanto para a América Portuguesa/Brasil, quanto para a América Espanhola.⁵² O compartilhamento de alguns pressupostos básicos permite detectar nas várias disposições régias a existência de uma tradição relacionada à escravidão afro-americana.⁵³ Recorrer a códigos romanos, especialmente os relativos ao conteúdo do Corpus Juris Civilis, e adaptar suas normas às várias realidades escravistas foi algo relativamente comum aos governos coloniais na América. Boa parte deles tiveram pouco êxito ao tentar implementar uma legislação para governar os escravizados.⁵⁴

A porção americana sob domínio da coroa espanhola, mantinha uma legislação colonial dispersa com relação aos escravizados, mas a partir da segunda metade do século XVIII os Bourbon passaram a implementar algumas tentativas de legislar a escravidão nas colônias, como veremos adiante.⁵⁵ Na América Portuguesa os principais textos legais referentes aos escravos africanos encontram-se nos livros IV e V das Ordenações

⁵¹ DAVIS, David Brion. **O Problema da Escravidão...**, Op. cit.

⁵² SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. **História, direito e escravidão...**, Op. cit. p.35

⁵³ LARA, Silvia Hunold. “Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa”, in: José Andrés-Gallego (coord). **Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica**. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000 p.36

⁵⁴ CHAVES MALDONADO, María Eugenia. “Paternalismo, iluminismo y libertad. La vigencia de la Instrucción esclavista de 1789 y su impacto en la sociedad colonial”, in: **Historia y Sociedad**, Medellín, n. 21, dic. 2011. p. 64 Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012184172011000200004&lng=es&rm=iso . Acesso em 20 jun. 2021

⁵⁵ Ibidem, p.63

Filipinas, que tratavam respectivamente do ‘*direito civil substantivo, direito das pessoas e coisas sob o ponto de vista civil e comercial*’ e do processo penal. Por meio das ordenações Manuelinas e sobretudo das Filipinas, foram fixados os princípios básicos que fundamentaram juridicamente as relações entre senhores e escravos no Brasil colonial. Cada uma delas, indicando e legitimando os fundamentos da escravidão de populações africanas e seus descendentes, serviram, dessa forma, para ‘amarrar’ os aspetos intrínsecos à escravidão.⁵⁶

Segundo Waldomiro Silva Júnior, num primeiro momento o quadro normativo português apareceu como uma ramificação do castelhano, para posteriormente adquirir contornos próprios. Para o autor, as *Siete Partidas* configuram uma base tanto para regulação da escravidão na América Espanhola quanto para, mais adiante, o estabelecimento de uma compilação portuguesa mais vasta como as *Ordenações Afonsinas* do século XV⁵⁷, das quais derivam as *Ordenações Manuelina e Filipina*.

A compilação das *Siete Partidas* espanhola pode ser lida como a consequência de uma renovada influência do direito romano sobre a Europa, marcando a entrada da Península Ibérica no direito comum, composto basicamente pelo direito romano Justiniano, ligado a alguns preceitos extraídos do direito romano e costumeiro. Por meio da comparação de excertos extraídos do Código Justiniano e das *Siete Partidas* no que se refere à escravidão. Silva Júnior explicitou as semelhanças tanto no modo de conceber a escravidão, quanto nas formas sob as quais uma pessoa poderia ser escravizada.⁵⁸ Conforme já mencionado, o nascimento foi uma das formas pelas quais o estado de servidão poderia ser estabelecido no código romano; é interessante sublinhar, novamente, que já nesse momento a mácula da escravidão, passada de uma geração à outra, definia-se exclusivamente pela condição jurídica da mãe.

São nossos servos pelo direito das gentes os que são capturados dos inimigos **ou os que nascem das nossas escravas.**⁵⁹

E são três maneiras de servos. A primeira é dos que cativam em tempo de guerra, sendo inimigos da fé. A segunda é **dos que nascem das servas**. A terceira é quando alguém é livre e se deixa vender [...] ⁶⁰

⁵⁶ Princípios como compra, venda, doações, necessidade de batismo, etc. Ver. Ibidem, p.37

⁵⁷ SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. **História, direito e escravidão...**, Op. cit. p.44

⁵⁸ Ibidem, p. 60-62

⁵⁹ “Digesto.1.5.5.1”. (MADEIRA, Hécio Maciel F. (ed./trad.). **Digesto de Justiniano - Liber Primus: Introdução do Direito Romano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais/UNIFIEO, 2005 apud SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. **História, direito e escravidão...**, Op. cit. p. 61)

⁶⁰ “Quarta Partida. Título XXI, Lei 1”, in: ALFONSO X, **Las Siete Partidas...**, Op. cit.

O princípio do *partus sequitur ventrem*, evidenciado pelos trechos expostos acima, é oriundo do direito romano e determina que a condição de nascimento de uma criança dentro de um regime de escravidão deveria seguir a de sua mãe, ou seja: mãe cativa, filhos também cativos. Este princípio foi prontamente incorporado pelas sociedades escravistas assentadas na América ao longo de suas histórias, e reforçado em diferentes lugares a fim de fortalecer a continuidade do sistema escravista em sua matrilinearidade, mesmo quando este parecia caminhar para seu fim. O mundo ibérico o adotou integralmente desde a implementação da escravidão em suas primeiras colônias recém povoadas, enquanto as colônias inglesas, por sua vez, demoraram mais para poder firmá-lo como uma regra geral. O princípio implementado como lei serviu para ratificar a hereditariedade da condição escrava para africanos e seus descendentes, definida como algo ineludível.⁶¹ Dessa forma, o *partus sequitur ventrem* e as disputas travadas ao longo da implementação da escravidão em sociedades atlânticas são de grande importância para este trabalho, que busca compreender de que forma a mulher escravizada tornou-se central para a história da escravidão e da abolição.

Todas as tentativas da coroa espanhola de implementar um Código Negro para seus territórios americanos em 1768, 1769 e 1784 falharam. Em fevereiro de 1789, o rei Carlos IV havia abolido temporariamente o sistema de *asiento*⁶², permitindo que o tráfico de escravos fosse regido pelas leis do livre comércio. Com a liberação do tráfico, permitia-se a introdução de escravos africanos de qualquer mercado. Pouco tempo depois, em maio do mesmo ano, uma nova cédula real estipulava um conjunto de instruções com o objetivo de assegurar maior controle sobre a população escravizada – que agora poderia ser comprada em larga escala – por meio de algumas melhorias em suas condições de vida. O documento “*Instrucción para la educación, trato y ocupaciones de los esclavos*”⁶³, de caráter paternalista e absolutista, procurava definir e regular as relações entre senhores e escravos, que se mantinham reguladas pela legislação romana até aquele momento.⁶⁴ Nele constava um código de direitos dos escravizados e normas sobre o

⁶¹ MACHADO, Maria Helena P.T., “Mulher, Corpo e Maternidade”, in: SCHWARZ, Lilia Moritz, e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p.334-340

⁶² O comércio de escravos para os territórios hispânicos na América era monopólio da coroa espanhola, que a partir de contrato determinava quem poderia realizá-lo.

⁶³ LUCENA SALMORAL, Manuel. “Leyes para esclavos: El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española” [Recurso electrónico], in: **Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica: ensayos y monografías**. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2011, p. 1150

⁶⁴ CHAVES MALDONADO, María Eugenia. **Paternalismo, iluminismo y libertad...**, p.65

tratamento que deveriam receber dos senhores, incluindo regras sobre alimentação, moradia, educação, trabalho, vestuário, saúde, matrimônios, etc. Através de melhorias nas condições vida dos cativos, esperava-se contribuir para a sua reprodução natural.⁶⁵

O regulamento provocou uma forte reação das classes senhoriais instaladas na América hispânica, não chegou a entrar em vigor, tendo sua aplicação logo suspensa. Mas a preocupação com a reprodução da população escravizada foi novamente explicitada na cédula de abril de 1804⁶⁶ que, além de permitir o comércio de escravos por mais 12 anos para espanhóis e 6 anos para estrangeiros, determinava o cumprimento escrupuloso das disposições de 1789 e ordenava medidas pronatalistas muito mais incisivas do que as estipuladas pela Instrução.⁶⁷ Uma das medidas era que o governador devia cuidar para que escravizadas fossem colocadas em todos os engenhos, e até que todos estivessem casados, só escravas do sexo feminino seriam introduzidos nesses estabelecimentos. Com as discussões sobre o fim do tráfico avançando em outros lugares, a coroa espanhola tenta estipular e promover a reprodução natural da população cativa, algo que já vinha sendo feito em colônias britânicas estabelecidas no Caribe.⁶⁸

Por mais que a relação entre escravidão e o ventre de mulheres escravizadas já estivesse cimentada pelas Partidas na América ibérica, a discussão em torno da reprodução e posse de escravos ganhava importância nos momentos de transição e instabilidade experimentados pelo sistema escravista. Segundo María Eugenia Chaves Maldonado, devido à ambiguidade que envolveu a suspensão do documento de 1789, a Instrução não desapareceu da cena judicial, foi rapidamente incorporada ao disperso conjunto de discursos jurídicos que eram aplicados nos tribunais coloniais. Essa compilação abriu uma série de possibilidades aproveitadas tanto por senhores, quanto por escravizados.⁶⁹

Na América do Norte, a cor de uma pessoa funcionava como um importante princípio para a consolidação de leis escravistas, porque era o fator que sinalizava a condição escrava. Pela cor negra presumia-se a escravidão de uma pessoa, a qual

⁶⁵ MARTINS, Roberto Borges. “Códigos negros e políticas pronatalistas em Cuba Colonial”, in: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 2017, p.5

⁶⁶ LUCENA SALMORAL, Manuel. **Leyes para esclavos...**, p. 1197

⁶⁷ MARTINS, Roberto Borges. **Códigos negros e políticas pronatalistas em Cuba Colonial...**, p. 7

⁶⁸ Ibidem, p. 7

⁶⁹ CHAVES MALDONADO, María Eugenia. **Paternalismo, iluminismo y libertad...**, p.86

precisaria provar o contrário.⁷⁰ Presente na maioria dos estados, a regra foi paulatinamente se estendendo a mulatos e ‘*mixed blood*’⁷¹, e estas pessoas precisavam comprovar a existência de alguma *ancestral materna livre* para não serem automaticamente tidas como escravas. Formulava-se, assim, a “*one drop blood rule*” (regra do ‘um quarto de sangue’ negro): para que uma pessoa fosse considerada socialmente negra, e com isso pretensamente escrava, bastaria ter um quarto de sangue negro em sua genealogia.

Antes que os filhos de mulheres escravizadas fossem formal e legalmente condenados ao cativeiro perpétuo, primeiro pela Virgínia, e então pelos demais estados, a disputa em torno da taxaço do trabalho e gravidez de mulheres ganhou corpo e subsidiou a crescente diferenciação entre negros e brancos nas colônias. Conforme a escravidão foi se tornando uma importante forma de trabalho, eventualmente substituindo a servidão de brancos pobres, as construções em torno da diferenciação racial forneceram a base legal para a discriminação social entre mulheres brancas e negras.⁷² Na Virgínia colonial, enquanto ainda coexistiam diversas formas de trabalho compulsório e brancos pobres ainda eram parte considerável da força de trabalho, os senhores precisavam pagar um imposto anual referente a cada um de seus trabalhadores empregados. Dentro de pequenas unidades familiares, todos os homens livres e pessoas que trabalhassem o solo eram taxáveis, em função do trabalho desempenhado. As mulheres que não estivessem sob algum tipo de contrato de trabalho foram a exceção à regra porque era classificadas como dependentes financeiramente, carentes de proteção, e subordinadas à autoridade dos homens chefes de família. Em 1643, a Virgínia definiu o trabalho de mulheres africanas escravizadas como taxável – posteriormente mulheres libertas também⁷³ –

⁷⁰ Com exceção de Delaware, a presunção de escravidão pela cor da pele era lugar-comum em todo o sul dos Estados Unidos ainda no século XIX. Ver: MORRIS, Thomas. **Southern Slavery and the Law (1616-1860)**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996, p.21

⁷¹ Pessoas de ‘sangue misturado’, ou seja, fruto da relação entre diferentes cores ou raças, brancos e negros, indígenas e negros, indígenas e brancos, etc.

⁷² BROWN, Kathleen M. **Good Wives, Nasty Wenches...**, p.108. WEST, Emily. **Enslaved Women in America: from colonial times to emancipation**. London: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2015, p.26

⁷³ Em 1668 essa taxaço passa a ser aplicada também ao trabalho de mulheres negras libertas, o que dificulta sua manutenção após o cativeiro, servindo de barreira também para a formação e famílias negras, já que nesse contexto homens negros chefes de família precisariam pagar impostos sobre suas esposas, o que não acontecia com esposas brancas. Cf. BROWN, Kathleen M. **Good Wives, Nasty Wenches...**, Op. Cit., p.126

classificando-as como trabalhadoras do campo, e equiparando seu trabalho ao dos homens.⁷⁴ Cria-se assim uma distinção legal entre mulheres brancas e negras.⁷⁵

Nesse cenário, quando uma trabalhadora contratada engravidava, era habitual que o senhor pedisse isenção de impostos em função da perda momentânea de sua força produtiva, e adicionava-se um período extra ao contrato de trabalho. Se o pedido de isenção fosse relacionado a uma mulher escravizada, não havia extensão de contrato possível, já que essas mulheres trabalhariam por toda sua vida. Desse modo, a forma de compensar o proprietário era presumir que os filhos dessas mulheres deveriam ficar com os proprietários de suas mães, ligando, assim, a reprodução da mulher cativa ao trabalho.⁷⁶ Foi a partir dessas decisões legais em torno do trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres que a diferenciação racial se estreitou cada vez mais com noções de feminilidade, e a herança materna da escravidão corroborou com a presunção desta como condição natural dos africanos e seus descendentes. O processo de crescente diferenciação racial e naturalização do cativo são fatores importantes para compreender como a escravidão foi uma experiência importante presente tanto no norte quanto no sul dos Estados Unidos.

As leis escravistas no sul dos Estados Unidos têm sua origem no Estado Virgínia, primeira das colônias britânicas na América do Norte a definir o conceito raça por lei⁷⁷, servindo de modelo para os demais estados escravistas do Sul em seu sistema legal e decisões judiciais. Foi no século XVIII que a Virgínia procurou definir *mulato* como sendo o descendente de qualquer casal que tivesse origens raciais diferentes, e a jurisprudência de diversos estados seguiu essa mesma decisão, que se tornou modelo. O esforço observado para que se definisse quem eram os mulatos, a quem buscava-se estender o cativo pela cor da pele, pode sugerir que a cor, como um elemento exclusivamente constitutivo da escravidão, já não era suficiente para determinar escravização. Sugere que, talvez, a pele das pessoas escravizadas estivesse cada vez mais

⁷⁴ Segundo bell hooks, a dinâmica da opressão sexista e racista durante a escravidão deveria ser estudada à luz do comportamento de masculinização de mulheres negras. Isso porque, afora mulheres brancas forçadas a trabalhar no campo como castigo por delitos, esse era um trabalho indigno do título “mulher”. E apesar de ser um trabalho comum para mulheres na África, as africanas logo perceberam que nessa outra sociedade esse era um trabalho masculino, e que elas eram vistas como substituição de homens. Ver: hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020 p.48

⁷⁵ BROWN, Kathleen M. **Good Wives, Nasty Wenches...**, Op. Cit., p.116.

⁷⁶ Ibidem, p.131; MACHADO, Maria Helena P.T. **Mulher, Corpo e Maternidade**. Op. cit., p. 334-340.

⁷⁷ ROTHMAN, Joshua D. **Notorious in the Neighborhood**. Sex and Families across the Color Line in Virginia, 1781-186. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003, p.7

‘clara’, dificultando sua identificação, e que a separação entre brancos e negros, culturalmente e sexualmente, poderia não ser tão rígida quanto era desejado pelas elites e autoridades. Por isso, saber a origem dessas pessoas (histórico familiar), e consequentemente a natureza das relações por trás delas – por vezes entre pessoas de cores distintas –, tornou-se um ponto crucial para a continuidade da escravidão de famílias.

Ao contrário do que os proprietários localizados no Sul tentaram transmitir pela exteriorização de seus preconceitos, pessoas que estiveram de passagem por fazendas na região reconheceram que homens brancos faziam sexo com mulheres negras, frequentemente à força. Segundo descrições usadas por Joshua D. Rothman, as relações forçadas “*ao contrário de serem muito raras, eram infelizmente muito comuns*”.⁷⁸ Além de acreditarem que podiam dispor da mulher escrava como quisessem, os proprietários utilizavam o abuso como um lembrete às mulheres de que seus corpos não lhes pertenciam, e aos homens escravizados lembravam o quanto suas famílias eram insignificantes, e que as esperanças de proteger suas companheiras, filhas, e outras mulheres da comunidade escrava eram nulas. Segundo o autor, os homens brancos perceberam como a exploração sexual dessas mulheres era central para a manutenção da hierarquia racial vigente na escravidão, ainda que o próprio ciclo de violência do estupro pudesse, simultaneamente, ameaçar essa ordem.⁷⁹

O primeiro estatuto criado com a intenção de ‘regular’ relações sexuais entre pessoas de diferentes ‘raças’ foi introduzido, segundo estudiosos, quando questionamentos sobre o *status* das crianças nascidas dessas relações emergiram com força: ‘*o filho de um homem inglês com uma mulher negra deveria ser considerado escravo ou livre?*’⁸⁰ Em resposta, a decisão tomada em 1662 pelos representantes do Estado da Virgínia acabou penalizando sobretudo os descendentes dessas mulheres – negras e cativas –, sobre os quais passou a recair a hereditariedade da condição escrava: “*(...) promulgada e declarada por esta grande assembleia, todas as crianças nascidas*

⁷⁸ Ibidem, p.133

⁷⁹ Ibidem, p.134-135. No quarto capítulo de sua obra, o autor expõe dois casos de assassinato de homens brancos abusadores, um realizado pelo marido de uma escrava abusada e outro pela própria mulher estuprada, com o auxílio de outro escravizado.

⁸⁰ MORGAN, Jennifer L. “*Partus sequitur ventrem*: Law, Race, and Reproduction in Colonial Slavery”, in: **Small Axe**: A Caribbean Journal of Criticism, Mar. 2018, v. 22 n. 1 (55). p. 1–17. Disponível em: <<https://doi.org/10.1215/07990537-4378888>> Acesso em: 10 Dez. 2020.

neste país devem ser consideradas livres ou escravas de acordo com a condição de suas mães."⁸¹

Apesar de supostamente procurar responder uma questão mais ampla sobre as relações entre pessoas de diferentes cores e 'raças', a pergunta foi formulada de forma bem específica, e as personagens desse provável encontro sexual foram precisamente determinadas. Além de envolver diferentes cores, o status legal e condição social do possível 'casal' também entrou na equação, permitindo-nos supor que a maior parte desses 'encontros' sexuais acontecessem com mais frequência entre homens brancos e mulheres negras, refletindo a relação de poder característica do sistema escravidão. A questão envolveu padrões não só raciais, característicos de sociedades marcadas pelo escravismo, mas construções que entremeiam também o gênero. Essas foram duas categorias de grande importância para a conformação do sistema escravista nas Américas e que discutiremos com maior profundidade.

A escolha da mulher negra e do homem branco como base de questionamento não pode ser entendida como fruto do acaso, ela sugere que, dentre todas as possibilidades de relações entre pessoas das mais variadas cores e origens raciais, essa fosse a mais comum, e a dupla vulnerabilidade a que mulheres escravizadas estavam confinadas, como mulheres e como propriedades foi, para isso, fator crucial. Apesar da condição de escravidão da mulher negra não ter sido explicitada, a própria cor da pele pode ser entendida como sinônimo de sua condição em tal contexto. Além de racializada, a resolução tomada pela lei é sintomática da desvalorização sofrida pelo sexo feminino, sentida de maneiras diferentes por mulheres brancas e negras, tanto na questão da reprodução, como na do trabalho.

Ao contrário do que aconteceria caso uma mulher escravizada engravidasse de um homem branco, o envolvimento de uma mulher branca com um homem escravizado ou negro livre deveria ser punido com uma multa, e caso a mulher envolvida não tivesse condições para pagá-la, ela deveria ser obrigada a trabalhar como serva por cinco anos. Os rebentos desse encontro, por sua vez, deveriam trabalhar como servos até completarem trinta e um anos de idade, independentemente da punição sofrida por suas mães.⁸² Se nascidas do encontro entre mulheres negras escravizadas e homens brancos,

⁸¹ Ibidem, p. 1

⁸² No fim do período colonial, surge um desconforto em colocar sob regime de servidão os filhos das mulheres brancas livres com homens negros e/ou escravizados. Ao longo do século XIX o serviço até

as crianças deveriam seguir a condição de suas mães sendo, portanto, também escravizadas. Mães e filhos foram a parte duramente punida pela lei nas diferentes configurações possíveis de relações ‘inter-raciais’.⁸³ Para Jeniffer Morgan, a decisão do Estado da Virgínia, que se constitui o núcleo da legislação para os estados Sulistas, ao declarar crianças nascidas de mulheres negras como escravas independentemente da condição do pai, cimentou a associação entre negritude e o trabalho forçado⁸⁴, estabelecendo por lei a hereditariedade da escravidão.

Na prática, o princípio de hereditariedade aplicado por lei fez com que a maior parte das pessoas mestiças permanecesse sob o jugo da escravidão, já que a maioria das relações sexuais entre diferentes ‘raças’ se desenvolveu pela subjugação de mulheres escravizadas por homens brancos proprietários.⁸⁵ Dessa forma, é possível delinear o caminho traçado pela lei para que, além da cor da pele, a ancestralidade feminina e descendência fossem elementos fundamentais para a escravização de pessoas negras também na América do Norte.

Apesar de sublinhar a importância que a lei de propriedade inglesa teve para constituição das leis de escravidão no sul dos Estados Unidos, Tomas D. Morris reconhece que o princípio jurídico do *partus sequitur ventrem*, em particular, tem sido utilizado para evidenciar que os estados sulistas se voltaram mais especificamente para a lei civil numa tentativa de estabelecer normas de escravização.⁸⁶ Como já mencionado, a primeira provisão adotada em 1662 pela Virgínia deixou estabelecido que todas as crianças nascidas no país deveriam ser declaradas escravas ou livres de acordo com a

30 anos para os filhos dessas mulheres brancas vai sendo reduzido. Cf. MORRIS, Thomas. **Southern Slavery and the Law...**, Op. cit., p.22-24

⁸³ No entanto, se no século XIX o período de servidão dos filhos de mulheres brancas livres com homens negros foi reduzido, devido a questões ‘humanitárias’ que surgiam, os filhos de mulheres negras escravizadas com homens brancos, não foram alvo de qualquer sensibilização e continuaram a ser legalmente escravos.

⁸⁴ Em legislações anteriores, como no Estado de Maryland em 1643, a diferença entre mulheres brancas servas da Coroa Inglesa na colônia, e mulheres negras escravizadas consistia na sua relação com o trabalho. O trabalho de mulheres negras foi definido como permanente, associando sua cor ao trabalho forçado. Cf. MORGAN, Jennifer L. **Laboring Women...**, Op. cit., p.72.

⁸⁵ Ibidem. p.25

⁸⁶ Para o autor, falta nas análises a noção de que juridicamente a ideia propriedade representa a chave para definição de escravidão. Os negros eram vistos enquanto escravos, ao mesmo tempo que os escravos eram percebidos como mercadoria. Segundo o autor, o ponto é que a lei inglesa fornecia categorias legais nas quais os negros poderiam ser encaixados como propriedade, portanto, não havia necessidade de adotar outros estatutos nessa questão; a lei comum de propriedade existia, e permitia que seus possuidores as usassem como bem entendessem. Ver: MORRIS, Thomas. **Southern Slavery...** Op. cit, p.42

condição de suas mães⁸⁷, contudo, o autor ressalta que frase em latim (*partus sequitur ventrem*) não esteve presente nessa lei ou em qualquer outro estatuto dos estados do Sul dos Estados Unidos, seja no período colonial ou após a independência. A adoção do princípio de hereditariedade materno deu-se em função do problema que aparece evidente nos registros legais: qual seria o status de pessoas miscigenadas, fruto das relações sexuais entre pessoas de diferentes raças?⁸⁸

Não existem motivos concretos e coerentes para afirmar que os colonos do século XVII estivessem preocupados com a separação sofrida por mães e filhos sob o regime de escravidão. Se a regra inglesa, aplicada para a população livre, de que o status da criança seguiria o de seu pai, fosse aplicada à população miscigenada, homens que tivessem ultrapassado os limites de cor aceitáveis dentro daquela sociedade, por mais condenável que isso fosse, teriam de se responsabilizar por crianças miscigenadas, retirando-as do cativeiro. Ao invés disso, as regras de herança e hereditariedade em relação às pessoas escravizadas, fruto de miscigenação, foram subvertidas.⁸⁹ Ademais, se a preocupação primordial fosse de fato acabar com os intercursos sexuais entre homens brancos e mulheres negras cativas, Morris sugere que algumas opções existentes, como aplicar uma pesada multa e responsabilizar financeira e/ou legalmente esses homens em relação às crianças poderiam ter funcionado melhor como um impedimento para o desenvolvimento de relações como essas. Não há como negar que a raça – e o preconceito racial – foi, sem dúvida, um fator importante para as resoluções tomadas por lei, entretanto, não era exclusivamente determinante para esse resultado.

Segundo Morris, a chave de compreensão está nos direitos de propriedade dos senhores de escravos.⁹⁰ O ato de 1662 conectou explicitamente hereditariedade com raça. A perspectiva pela qual os homens brancos das elites pensaram a existência de crianças ‘mestiças’ tornou-se crucial para reconhecer como a adoção do princípio do *partus sequitur ventrem* pelas sociedades do sul dos Estados Unidos aconteceu. Os filhos das mulheres escravizadas foram considerados enquanto fruto do crescimento da propriedade

⁸⁷ Laws of Virgínia, 1662, Act XII, in: MORGAN, Jennifer. **Partus sequitur ventrem...**, Op. cit., p.1

⁸⁸ “Whereas some doubts have arisen whether children got by any Englishman upon a negro woman shall be slave or free...”. Laws of Virgínia, 1662, Act XI. In: MORGAN, Jennifer. **Partus sequitur ventrem...**, Op. cit. p.1

⁸⁹ Ibidem, p.3

⁹⁰ O caso que inaugurou a questão aconteceu em 1655, quando Elizabeth, filha de um homem branco inglês com uma mulher negra escravizada peticionou sua liberdade, alegando ser filha de um homem livre. Ela foi declarada livre, e abriu a discussão. Ver: MORGAN, Jennifer L. **Partus sequitur...**, Op. cit., p. 11-12; MORRIS, Thomas. **Southern Slavery...**, Op. cit., p.44

do senhor, uma extensão de suas mães, e por consequência, colocados também como propriedades, sobre as quais os proprietários detinham plenos direitos. O proprietário da mãe teria seu direito estendido aos filhos dela, independentemente de ser ele o pai, da mesma forma que teria direito aos filhotes de uma de suas ovelhas.⁹¹ Transfere-se, assim, a linguagem do âmbito animal para humano, e a escravidão, além de animalizar as pessoas negras, começa a ser passada de mãe para filho. Nesse sentido, nas discussões brasileiras ao final do século XIX, a analogia utilizada pelos proprietários de escravos em meio aos debates sobre a libertação do ventre era de que a mulher cativa era como uma árvore, cujos filhos, como os frutos, pertenceriam aos donos da árvore.⁹²

Depois da Virgínia, Maryland introduziu o princípio de que filhos de pessoas escravas, fosse o pai ou a mãe, seriam considerados escravos como seus pais, não relacionando a descendência escrava especificamente ao gênero de suas mães; a Carolina do Norte declarou que mestiços e indígenas seriam considerados escravos, assim como seus filhos; e a Carolina do Sul estabeleceu que a condição das crianças seguiria a condição social mais baixa identificada entre seus pais, mas em 1740 o Estado também adotou o princípio de que a criança seguiria a condição da mãe estritamente. Metade dos estados sulistas não afirmaram por leis ou estatutos a condição hereditária da escravidão passada especificamente pela mãe, no entanto, como apontou Morris, isso não significa que essa não tenha sido uma prática aplicada por cada um deles.⁹³

Segundo Jennifer L. Morgan, proprietários e legisladores da Virgínia recusaram-se – ou falharam – em explicar o princípio da matrilinearidade como um elemento fundante do status legal das crianças, deixando a questão fundamental, da lógica usada para escravizar, sem respostas. Para a autora, essa lacuna estabeleceu um problema crucial tanto para a conformação de estudos na área da escravidão, quanto para a história de gênero.⁹⁴ No contexto escravista do Novo Mundo, a maternidade tornou-se o veículo pelo qual os significados raciais acabaram se concretizando; foi através do ventre de mulheres negras africanas e de suas descendentes que a escravidão foi sendo passada de geração a geração por séculos. Enquanto por muito tempo os homens reclamaram para si o poder sobre a descendência e controle das heranças familiares no mundo branco e livre, ao se defrontarem com a escravidão, inverteram esse processo, preservando mais uma vez seu

⁹¹ MORGAN, Jennifer L. **Laboring Women...**, Op. cit. p. 82-83

⁹² CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

⁹³ MORRIS, Thomas. **Southern Slavery and the Law...**, Op. cit., p. 47-48

⁹⁴ MORGAN, Jennifer L. **Partus sequitur...**, Op. cit., p. 5

poder econômico e social. Reafirma-se assim o poder de brancos sobre negros, e mais especificamente, de homens brancos sobre mulheres negras.⁹⁵

Na historiografia brasileira alguns estudos se debruçaram sobre a maternidade, família e formação de comunidades⁹⁶, mas a maior parte deles ainda tem separado reprodução e maternidade de outros aspectos da escravidão como trabalho, estruturas legais etc. Apesar das importantes relações entre o princípio do *partus sequitur ventrem* e a realidade vivida por mulheres cativas nos diferentes regimes de escravidão pelo atlântico ainda necessitarem de maior atenção, principalmente por parte dos estudos no Brasil, algumas reflexões têm sido feitas recentemente, abrindo novos caminhos a serem explorados.

Nesse sentido, o trabalho recente de Camillia Cowling sobre Rio de Janeiro e Havana, sublinhou a importância do sexo – tanto de proprietários quanto de cativos – dentro da legislação escravista ibérica, uma vez que a escravidão serviu de importante alicerce para que as relações de poder também se construíssem com base em categorias de gênero. Nesse sentido, a autora enxergou no princípio do *partus sequitur ventrem* o cerne da diferenciação imposta entre a população livre, para a qual a condição legal era concedida aos filhos pelo pai, e a população escravizada, que herdava obrigatoriamente a condição escrava de sua mãe, não importando o status legal de seu pai.⁹⁷ A ‘inversão’ causada pela adoção do princípio legal romano em sociedades escravistas modernas pode ser entendida como um reforço do poder patriarcal do senhor de escravos, tanto em relação à grande parcela da população livre a ele subordinada, quanto no que se refere aos cativos, fossem eles homens ou mulheres. Em boa medida isso significou que, a despeito de possíveis abusos sobre as mulheres escravizadas – que são hoje amplamente apontados pela historiografia – os proprietários não só mantiveram os direitos de propriedade sobre as crianças (muitas vezes escravizando seus próprios filhos), como não tinham obrigação de assumir prováveis responsabilidades paternas, não previstas por nenhum código legal. Também aos homens escravizados o direito de construir um vínculo formal com possíveis filhos foi negado sistematicamente, já que apenas status o da mãe ficava registrado no documento de nascimento das crianças, na maioria dos casos.

⁹⁵ Ibidem, p.12

⁹⁶ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

⁹⁷ COWLING, Camillia. **Concebendo a Liberdade**: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora Unicamp, 2018, p.110

A ideia de que o sistema escravista no Brasil tenha se mantido exclusivamente pelo abastecimento massivo do tráfico de escravos, pode ter retardado pesquisas e caminhos analíticos que olhassem para reprodução natural população escravizada como forma de manutenção. Isso se deveu também ao fato de que lugares como os Estados Unidos dependeram mais da reprodução interna da população escravizada, chegando a registrar índices positivos de crescimento vegetativo entre ela, a partir de políticas de natalidade e controle rígido dos corpos das mulheres cativas por parte dos proprietários.⁹⁸ Encarar o problema da reprodução permite vislumbrar questões relacionadas especificamente às mulheres cativas, desde sua sexualidade, o contexto em que acontece uma relação sexual – por várias vezes numa situação de abuso –, a gravidez, possíveis métodos contraceptivos, o não-exercício da maternidade na escravidão, e sua relação com o regime de trabalho extenuante exigido pelos proprietários.

O olhar mais atento e cuidadoso para o princípio do *partus sequitur ventrem*, amplamente utilizado pelas sociedades escravistas, é imprescindível para poder compreender as bases em que a escravidão foi construída e os modos pelos quais ela pôde se perpetuar: por meio de concepções raciais e de gênero que influenciaram diretamente a forma como as mulheres escravizadas viveram a escravidão. Como apontou Maria Helena P.T. Machado, os processos intrínsecos ao cativeiro não devem mais ser tratados sob uma perspectiva genérica que trata de ‘escravos’, escamoteando as experiências de mulheres marcadas pela condição de sua raça dentro dessas sociedades.⁹⁹ Raça e gênero entremeiam-se, consolidando diferentes maneiras de apreender a experiência da escravidão, liberdade, família, maternidade, trabalho e reprodução. Quando uma profusão de emancipações ocorreu pelo território americano, a importância do princípio romano, e sobretudo a quebra dele, acabaram se tornando centrais para o processo. Por esta perspectiva de análise, o *partus sequitur ventrem* foi fundamental para a maneira como os movimentos abolicionistas acabaram, posteriormente e em grande parte, enxergando o processo de transição da escravidão para a liberdade de maneira gradual, voltando suas atenções às mulheres e seus filhos.

⁹⁸ Era comum que os senhores arrajassem os casamentos e controlassem a menstruação das escravizadas. Cf. SCHWARTZ, Marie Jenkins. **Birth of a Slave**. Motherhood and Medicine in the Antebellum South. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

⁹⁹ MACHADO, Maria Helena P.T. **Mulher, Corpo e Maternidade...** Op. cit. p.334

O *partus sequitur ventrem*, independentemente de ter sido aplicado prontamente, como no mundo ibérico, ou com o passar do tempo – como na América inglesa, foi o mecanismo que realçou, por excelência, a diferenciação de sexo entre a população escravizada, exercendo influência direta sobre a construção das sociedades em territórios americanos. Ele atravessa o cotidiano da escravidão, os problemas da constituição da família escrava, sua permanência ou separação dentro regime escravista, o abuso de homens brancos, por vezes seus proprietários, sobre mulheres escravizadas, a possibilidade de relações das mulheres cativas construídas com homens brancos, o significado que a maternidade pode ter adquirido sob a escravidão, qual o impacto sobre a mulheres escravizadas tanto da maternidade quanto da condição passada aos filhos, de que forma isso pode ter influenciado suas buscas pela autonomia de seus corpos, se elas recusaram a maternidade e de que forma o fizeram, a influência sobre decisões drásticas como o infanticídio, e seus projetos de família e liberdade. Questões como essas motivaram esta pesquisa.

Da África para as Américas: a representação dos corpos negros femininos

É preciso examinar o *partus sequitur ventrem* compreendendo sua importância sobre a conformação e continuidade dos sistemas escravistas atlânticos, olhando para a experiência diferenciada da mulher escravizada dentro dessa estrutura e em função daquilo que o princípio legal estabeleceu. Tal postura permite encaminhar questões importantes sobre o lugar destinado às mulheres cativas do ponto de vista jurídico, e o que elas fizeram a partir dele. No entanto, compreender o lugar ocupado por mulheres negras em sociedades escravistas atlânticas, segundo padrões masculinos, brancos e europeus, exige um recuo na história. Antes de ter sua condição enquanto propriedade estabelecida, foi necessário que visões sobre as populações africanas, a mulher africana em particular, e depois sobre as mulheres negras em geral, fossem construídas, no sentido de lhes enquadrar como ‘o outro’, ‘o incomum’, ‘o diferente’, para que então fosse possível e aceitável subjugar populações inteiras que, segundo os europeus, precisavam ser civilizadas. A construção dessas ‘visões’ acerca do outro nos remete aos primeiros encontros entre europeus e africanos e as descrições publicadas, sobretudo por viajantes, a respeito desses povos.

Dentro da literatura produzida por viajantes e dos ‘descobrimentos’, as mulheres africanas ocuparam um lugar de destaque. O discurso racializado sobre africanos esteve profundamente imbuído em ideias sobre gênero e diferenças entre os sexos, que se

manifestaram de maneira mais explícita durante o encontro com ‘o outro’. Esses encontros, produziram o que Mary Louise Pratt conceituou como “zonas de contato”: *“espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam [...] frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”*.¹⁰⁰ A partir desse contato e intercâmbio desigual, acaba promovendo a construção da identidade do dominado, e do dominador, sempre em relação ao ‘outro’.

Desde o princípio, a era das conquistas se estabeleceu em termos da consolidação de padrões de masculinidade e feminilidade. Os primeiros exploradores produziam mapas sobre as terras a serem desbravadas – ou já visitadas – em parâmetros eróticos, diagramas do corpo feminino, que seguiram uma longa tradição de *“viagens masculinas como uma erótica do alumbramento”*.¹⁰¹ A Terra tornada feminina, estava exposta e à espera da colonização exploração masculina, concebida de maneira altamente erotizada.¹⁰² No século XIX a África já havia sido estabelecida pelo saber popular como uma zona da aberração e anomalia sexual, onde as mulheres condensavam os excessos sexuais.¹⁰³ Existia uma ambiguidade em representar terras desconhecidas, e supostamente vazias, em termos femininos, justamente porque as mulheres serviam como figuras mediadoras, como marcadoras das fronteiras do imperialismo.

O mito da terra virgem é também o mito da terra vazia, envolvendo tanto uma **desposseção de gênero quanto de raça**. Em narrativas patriarcais, ser virgem é estar vazia de desejo e de atenção sexual, **aguardando passivamente o ímpeto da inseminação masculina da história**, da linguagem e da razão.¹⁰⁴

Segundo Kathleen M. Brown, os debates em torno da natureza da mulher ao longo do século XV na Inglaterra e outros países europeus serviram para construir, sob a alegação da fraqueza física e moral feminina, uma metáfora para a suposta ‘natural’ submissão das mulheres aos homens. A analogia da submissão universal feminina serviu para explicar e determinar a natureza do poder político, que estaria destinado exclusivamente aos homens. Tendo como pano de fundo um discurso de naturalização do

¹⁰⁰ PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999, p.31

¹⁰¹ MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010, p.43

¹⁰² Cristóvão Colombo, em suas expedições, escreveu uma carta para casa dizendo que aqueles que a Terra não era redonda, na verdade tinha a forma de um seio de mulher, e o mamilo, era o a direção para a qual ele seguia. Ver: MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial...**, p.43

¹⁰³ Ibidem, p.45

¹⁰⁴ Ibidem, p.57. **Grifo nosso**

poder masculino, a construção da identidade inglesa, e posteriormente a conquista imperial europeia, construíram-se sobre bases explícitas de poder do gênero masculino sobre o feminino.¹⁰⁵ Segundo Anne McClintock “(...) a *dinâmica do gênero foi, desde o início, fundamental para assegurar e manter o empreendimento imperial (...).*”¹⁰⁶

Ater-nos às bases de construção do empreendimento colonial nas Américas é fundamental para que possamos compreender de que forma esses discursos de diferenciação emergiram. É por meio dos encontros manifestados em uma literatura de homens europeus viajantes que se preocupavam em descrever minuciosamente a natureza selvagem, pessoas em lugares desconhecidos, cor da pele, textura dos cabelos, feições, costumes etc. que se iniciou um processo no qual as populações africanas se ‘tornaram’ negras, e pessoas negras tornaram-se escravas. Os colonizadores europeus construíram, a partir deste contato, noções sobre si mesmos, do que era civilização, nacionalidade, cidadania e masculinidade na junção entre natureza e cultura em oposição ao que encontraram, de maneira que isso se tornou uma metáfora para civilização e moralidade, tendo como centro disso o gênero.¹⁰⁷

Jennifer Morgan, analisou a relação entre os corpos femininos retratados pelos viajantes europeus como elementos fundamentais para conformação de uma ideologia racial e de gênero, e trouxe à tona descrições de homens brancos que viram uma mulher negra pela primeira vez para mostrar como a construção desse tipo de imagem contribuiu para a fortalecimento de um discurso europeu sobre as mulheres africanas. Enquanto as descrições sobre a nudez feminina evocavam certo desejo que eles mesmos buscavam manter omitido, esses viajantes também descreviam a mulher negra carregada de um valor reprodutivo que, ao mesmo tempo, evidenciava a falta de feminilidade e dependia dela. Os significados atados ao corpo feminino africano foram forjados muito antes do estabelecimento das primeiras colônias americanas – ibéricas ou anglo-saxão.¹⁰⁸ A imagem e os discursos produzidos sobre o corpo de mulheres africanas negras vão reverberar pelos diferentes territórios coloniais, uma vez que eles estavam conectados por um sistema atlântico que proporcionava a circulação não só de pessoas, mas de ideias, e que permitiam estabelecer o compartilhamento de bases comuns para a escravidão.

¹⁰⁵ BROWN, Kathleen M. **Good Wives, Nasty Wenches...**, Op. cit., p.15-17

¹⁰⁶ MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial...**, p.23

¹⁰⁷ MORGAN, Jennifer L. **Laboring Women...**, Op. cit., p. 13

¹⁰⁸ Ibidem, p.14-16

Os relatos de viajantes sobre diferentes populações africanas, eram carregados de ambiguidade e se utilizavam do comportamento – que desconheciam – de mulheres de diferentes grupos para marcar suas próprias identidades nacionais europeias, inscrevendo-as numa hierarquia racial. Tensionada pelo conflito entre as percepções de beleza e a necessidade de afirmação de uma monstruosidade intrínseca, a composição da imagem dessas mulheres precisou ser encaixada em argumentos morais e religiosos que se agarravam precisamente na contradição do corpo feminino africano para justificar sua comercialização. A organização das relações afetivas e sexuais, ausência de matrimônios, comportamentos sexuais distintos, nudez, disponibilidade feminina para o sexo, práticas diferenciadas durante a gravidez, recusa à maternidade, a forma de amamentar etc. foram aspectos administrados como ‘evidências’ da selvageria dos povos da África, que, por sua vez, foram aproveitados como argumentos fundantes de sua exploração, da necessidade de civilizá-los.¹⁰⁹

Os seios e a amamentação dos filhos foram tópicos privilegiados pelos viajantes europeus que, novamente, insistiam em retratar o corpo da mulher africana.¹¹⁰ A descrição da enormidade dos seios, flácidos, que de maneira evidentemente exagerada pela narrativa, quase caíam até os joelhos das mulheres, foi se tornando um sinal claro da animalidade que elas carregavam. Em função dessa ‘característica’, a amamentação era ilustrada de forma ainda mais animalesca, segundo os relatos, durante esse período as mães jogavam seus seios por cima dos ombros para alimentar seus filhos que, agarrados às suas costas como pequenos animais, sugavam o leite. O corpo, junto com a prática descrita ofereciam uma narrativa visual que deixava evidente a diferença física e cultural das mulheres africanas em relação às europeias, e, portanto, sua inferioridade.¹¹¹

Foi através de seu corpo que a mulher africana se tornou o contingente pelo qual sexualidade e selvageria se ligavam, ambas se encaixavam para possibilitar o trabalho produtivo e reprodutivo que tais mulheres desempenhariam na América. Assim, as descrições sobre a sua força – em oposição à fraqueza das mulheres europeias, ausência de dor durante o parto e facilidade para a amamentar logo foram utilizadas mais uma vez para distinguir a África da Europa. Por supostamente não sentirem dor, segundo

¹⁰⁹ Ibidem, p.29; 41

¹¹⁰ Jennifer L. Morgan apresenta, além das descrições, imagens e desenhos feitos por viajantes, que buscaram retratar de forma animalizada o tamanho dos seios das mulheres africanas, bem como a forma de amamentar jogando os seios acima dos ombros para que a criança em suas costas pudesse ser alimentada. Cf. MORGAN, Jennifer L. **Laboring Women...**, Op. cit., p.32-34; 37-39; 43-44

¹¹¹ Ibidem, p.33

observações equivocadas, as mulheres africanas não poderiam descender de Eva, e por consequência, do próprio deus cristão. A construção em torno da ausência de dor conformava de uma só vez argumentos essenciais para sua subjugação e escravidão nas Américas: não sentir dor as afastava de deus, aproximava da selvageria, e as tornava perfeitamente adaptáveis ao sistema de trabalho pesado das colônias. A escravidão foi o meio encontrado para civilizá-las.¹¹² Para Jennifer Morgan, diante de uma África que precisavam explorar, os autores transformaram o corpo da mulher negra por si só em uma evidência da inferioridade cultural, e que posteriormente codificou a diferença racial.¹¹³

À medida que a literatura de viagem foi se tornando um negócio lucrativo e altamente consumido pela população europeia ao longo do século XVIII, os manuscritos de viajantes precisavam ser tornar atrativos para o mercado que se formava, e por isso, foram se transformando cada vez mais na direção do romance. Dessa forma, os casos de amor/casamentos inter-raciais na ficção configuraram uma transformação romanceada da exploração sexual existente nas colônias. Isso porque era comum que os homens europeus comprassem mulheres locais para servir como acompanhantes sexuais e domésticas durante sua estadia.¹¹⁴ As mulheres – nativas e/ou escravizadas – nessas narrativas, foram convertidas em figuras benéficas e “protetoras” que cuidavam do europeu sofredor, seja por amor, piedade ou paixão erótica.¹¹⁵ A mulher se tornava, assim, uma peça-chave para conquista em sua versão sentimentalizada.

Para Mary Louise Pratt, esses enredos articulam um ideal de harmonia cultural por meio do romance, e o que consolida esse ideal é o que ela chama de “mística da reciprocidade”: o amor retribuído entre indivíduos igualmente valiosos um para o outro. A autora aponta que estes enredos responderam às últimas crises do imperialismo europeu no oitocentos, desafiado pelas resistências, movimentos de independência e abolicionismo. O que se vê como desfecho das histórias de amor inter-raciais no ambiente da conquista é que a expectativa de harmonia cultural através do romance não se concretiza – as mulheres nativas/escravizadas eram deixadas para trás, enquanto seus maridos retornavam para Europa – assim, a alegoria de uma sociedade pós-escravista integrada também não se consolidava.¹¹⁶ A ideia de uma reciprocidade embebida pelo

¹¹² Ibidem, p.36-40;47

¹¹³ Ibidem, p.49

¹¹⁴ PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império...**, p. 171

¹¹⁵ Ibidem, p.172

¹¹⁶ Ibidem, p.174-178

amor ou desejo sexual entre homens brancos e mulheres negras/indígenas acompanhou a narrativa da colonização ao longo dos séculos, independentemente da condição dessas mulheres, de como essas relações se desenvolviam e o que significavam na vida das mulheres. Foi responsável por representar mulheres negras como desejosas deste contato com o homem branco.

A imagem construída por conquistadores europeus a respeito das populações africanas, e principalmente sobre a mulher negra africana, foram cruciais para a organização dos empreendimentos coloniais nas Américas e a legitimação do comércio de pessoas pelo atlântico. O gênero forneceu um dos eixos centrais para que a organização da sociedade colonial e o trabalho escravo em território americano se realizasse, e em função disso a escravidão vivenciada por mulheres foi, sem dúvida, uma escravidão distinta em muitos aspectos da masculina. Pensando a escravidão, grosso modo, como a apropriação legal dos corpos de mulheres e homens africanos – posteriormente também de seus descendentes, nascidos em diferentes colônias na América –, o corpo da mulher negra escravizada sofreu uma dupla violação e apropriação por parte do sistema escravista. De modo que ela era uma trabalhadora geradora de riquezas, como os homens, mas, diferente deles, seu corpo configurava também um espaço para a reprodução da própria escravidão.¹¹⁷

***Partus sequitur ventrem* e a experiência de mulheres cativas: legislação, reprodução e abuso sexual**

A escravidão foi à época um procedimento considerado lícito, válido, legítimo e justo diante das leis divinas, do direito natural e do das gentes.¹¹⁸ O sistema escravista e as sociedades que se construíram sobre ele nas Américas precisaram lidar constantemente com as tensões inerentes ao ato de definir pessoas como coisa, e dependendo da situação, os escravos poderiam ser tratados ora como coisa, ora como pessoas. Podiam, por um lado, ser objeto de transações comerciais, dados como herança, como ‘presente’, alugados, pertencer a diversas pessoas ao mesmo tempo, ser entregues como hipoteca, etc. – como seres inanimados, destituídos de vontade; e por outro, quando cometiam crimes, fugiam, assassinavam seus proprietários e feitores, ou cometiam algum delito,

¹¹⁷ MACHADO, Maria Helena P.T. “Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade?”. In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Instituições Nefandas**. O fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. p.329

¹¹⁸ LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre Escravos Africanos...**, Op. cit., p.27

eram punidos enquanto pessoas, e totalmente responsabilizados por seus atos.¹¹⁹ Os cativos ainda eram impedidos de realizar operações comerciais e legais, tidos como inferiores, seu intelecto era colocado no mesmo patamar de uma criança, incapazes de tomar certas decisões, mas eram julgados por seus atos e infrações como adultos em perfeitas condições psíquicas, e punidos mais severamente do que as pessoas livres, posto que não deveriam desobedecer.

Contudo, não foi só por meio de transações comerciais e ações mais violentas que os escravizados se embrenharam no mundo jurídico. Suas ações, presentes na documentação jurídica de modo geral, evidenciam a percepção que tinham sobre a ilegitimidade da escravização e o que consideravam como seus direitos dentro do sistema escravista, revelando tensões e negociações cotidianas com seus proprietários.¹²⁰ Dessa forma, estudos demonstraram que cativos poderiam figurar nas fileiras do sistema judiciário não só como réus, mas também como autores de processos em defesa da liberdade¹²¹, mas para isso precisavam ser devidamente representados por curadores. Trabalhos importantes como o de Keila Grinberg, do início da década de 1990, sobre ações de liberdade impetradas por escravos no Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, e artigo posterior em que sublinha a profusão de reclamações de liberdade em tribunais como o da Virgínia e Maryland, confirmam a ideia de que a lei representou um lugar importante de lutas políticas e sociais que poderiam ser acessadas pelos escravizados, mesmo de maneira restrita. A prática de recorrer a ações de liberdade em fins do XVIII e início do XIX, segundo a autora, possivelmente se tornou comum em todo o universo atlântico.¹²²

Num contexto mais adiantado em que abolição da escravidão havia sido iniciada em alguns lugares, Camillia Cowling encontrou a presença maciça de mulheres em ações

¹¹⁹ MACHADO, Maria Helena P.T. **Crime e escravidão**. Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas, 1830-1888. São Paulo: Edusp, 2014; ALVES, Maíra Chinelatto. “Crimes de Escravos e os caminhos da autonomia - Campinas, 1876”, in: MACHADO, Maria Helena P.T., CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se Livre**. Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.43-64

¹²⁰ MACHADO, Maria Helena P.T. **O Plano e o Pânico**. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. São Paulo: Edusp, 2010.

¹²¹ GRINBERG, Keila. **Liberata**: A lei da ambiguidade – as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; CHALHOUN, Sidney. **Visões de liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2011; MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. Os significados de liberdade no sudeste escravista - Brasil, Século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

¹²² GRINBERG, Keila. “Alforria, direito e direitos no Brasil e Estados Unidos”, in: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 27, 2001, p.63-83

judiciais movidas por escravos ao longo do século XIX em Havana e no Rio de Janeiro. Apesar de reconhecer que o novo contexto político e judicial gerado pela emancipação tenha favorecido a atuação delas¹²³, a autora chamou a atenção para uma relação mais antiga entre essas mulheres e a liberdade legal. A oposição entre a pequena presença feminina escrava em processos criminais, quando comparada à recorrência de homens, e à sólida participação delas em processos civis, sugere, segundo a autora, diferentes estratégias de homens e mulheres para lidar com a escravidão; enquanto os homens recorriam majoritariamente a meios extraleais, as mulheres buscavam agir dentro das possibilidades da lei.¹²⁴

A relação de mulheres e homens escravizados com a lei pode ser entendida como fruto da própria diferenciação de gênero dos escravizados dentro do regime escravista. É possível entender por que as mulheres poderiam fugir não na mesma proporção e com a mesma facilidade que os homens, ou então que fugissem para lugares mais próximos. Boa parte delas esteve imersa em situações que podiam envolver um controle muito maior caso realizassem trabalhos domésticos dentro da casa dos proprietários, ou então a possibilidade de ter que deixar filhos e projetos familiares para trás, fazendo com que elas vislumbassem não só a sua própria liberdade, mas procurassem agir em prol de outras pessoas também. A presença de mulheres nesses processos indica também que as alforrias não foram simplesmente concedidas a elas, mas fizeram parte de um processo dentro do qual suas próprias perspectivas e atuações foram importantes.¹²⁵

Apesar de sua atuação no âmbito jurídico, não é possível que se deixe para trás a condição de propriedade a que essas mulheres estavam confinadas, e quais implicações o gênero adicionava a sua sobrevivência enquanto propriedade de alguém. Tal qual seus irmãos de cativeiro, elas podiam ser alvo de transações comerciais e castigos físicos, mas diferentemente deles, estavam sujeitas a abusos sexuais proveniente de diversas pessoas. Não que homens (e homens escravizados nesse caso) não pudessem sofrer abusos sexuais, algo muito provável de ter acontecido, mas a lógica patriarcal, que não é exclusividade de sociedades escravistas, fez com que as mulheres, e sobretudo as mulheres escravizadas,

¹²³ As leis de ventre livre: em Cuba, a “**Lei Moret**”, e no Brasil a “**Lei Rio Branco**”

¹²⁴ COWLING, Camillia. **Concebendo a Liberdade...**, Op. cit., p.103-104

¹²⁵ Como foi demonstrado para o caso de São Paulo por BERTIN, Enidelce. **Alforrias em São Paulo do Século XIX: Liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas (FFLCH/USP), 2004; SILVA, Patrícia Garcia Ernando da. **Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de alforrias em São Paulo (1850-1888)**. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

fossem alvo principal dos abusos, que nesse caso poderia vir de proprietários, terceiros ou mesmo familiares.

Sendo propriedade, a mulher escrava podia legalmente ser vítima de estupro? O que significou o estupro de mulheres escravizadas dentro das sociedades escravistas? Como os tribunais procediam em casos deste tipo, caso viessem à tona? Quais as possíveis consequências de um crime como esse? De que forma a possibilidade de sofrer tal abuso pode ter influenciado o cotidiano e as decisões dessas mulheres? Compreender o *partus sequitur ventrem* como um princípio fundador das relações escravistas e de gênero nas Américas implica também em reconhecê-lo como um dispositivo legitimador do estupro sistemático de mulheres negras escravizadas por homens brancos, isso porque, a despeito dos abusos por elas sofrido, seus filhos e elas mesmas seguiram sem amparo.

As restrições impostas particularmente ao gênero feminino durante o regime de escravidão no sul dos Estados Unidos foram sublinhadas por Stephanie M. H. Camp. Além da quase ausência de deslocamento geográfico, pelo fato de muitas delas estarem confinadas ao serviço doméstico nas casas senhoriais, a autora evidenciou o sadismo dos feitores destinado especificamente às mulheres quando precisavam castigá-las. A dupla jornada de trabalho também foi algo próprio da escravidão feminina. Após um dia extenuante de trabalho, que poderia ser tanto na lavoura, quanto no ambiente doméstico das casas dos senhores, essas mulheres, principalmente aquelas que eram casadas, precisavam chegar em suas cabanas/senzalas e realizar novas tarefas domésticas, como cozinhar, lavar, limpar, costurar, cuidar dos filhos, e se submeter a uma outra autoridade masculina: seus companheiros.¹²⁶ Talvez a dimensão cotidiana entre o trabalho doméstico do lar, a construção de famílias e a relação afetiva e de autoridade entre casais escravizados e libertos ainda precise de maior atenção por parte da historiografia.

A situação das mulheres escravizadas pode ter se desenrolado de maneira diferenciada em ambientes urbanos, onde, por vezes, elas poderiam desfrutar de relativa autonomia para transitar. Estudando o Rio de Janeiro do século XIX, Lorena Féres Telles aponta que, se por um lado algumas dessas mulheres desfrutavam de mobilidade para

¹²⁶ Sobre os castigos de mulheres cativas, a autora recorre à descrição de Solomon Northrup sobre o castigo cruel sobre Patsey, cena presente, por certo, no imaginário coletivo em função da publicação do diário de Solomon em português, mas principalmente pelo lançamento do filme “Doze Anos de Escravidão” por todo o mundo. Cf. CAMP, Stephanie M. H. **Closer to Freedom**. Enslaved Women and Everyday Resistance in the Plantation South. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004, p. 28-33.

transitar pela cidade e estabelecer contato com diferentes pessoas, possibilitando que elas criassem algumas redes de solidariedade ou relacionamentos amorosos fruto de suas vontades, por outro, o convívio e proximidade com os proprietários na cidade, e a realização de múltiplas tarefas as colocavam sob vigilância restrita, numa situação de vulnerabilidade a assédios, vendas e separações em consequência disso. O que fica evidente nos dois trabalhos, de Camp e Telles, que tratam de lugares distintos (Estados Unidos e Brasil) é que fosse em grandes fazendas ou nos ambientes urbanos, as mulheres escravizadas estavam mais confinadas e vulneráveis ao abuso sexual, que poderia resultar em uma gravidez, outro aspecto central para suas experiências na escravidão. Segundo Lorena Telles:

(...) a condição de gênero das escravizadas as expôs a práticas específicas de dominação e violência, envolvendo cerceamentos quanto à mobilidade, aos assédios e aos ataques sexuais por parte de senhores. As relações de dominação patriarcal escravocrata que conferiam aos homens liberdade sexual relativamente aceita entre as camadas proprietárias legitimavam o assédio às meninas e mulheres negras escravizadas. Meninas e mulheres engravidaram de seus donos em relações de abusos sexuais esporádicos ou frequentes, conforme indicam as ações de liberdade envolvendo as cativas e seus filhos escravizados pelo pai. As frestas da documentação apontam para as práticas de violência sexual naturalizada para senhores brancos e outros homens livres sobre as escravizadas, na cidade do Rio de Janeiro. As vicissitudes do trabalho que implicavam a circulação em locais ermos ou roças predispunham mulheres trabalhadoras, negras e escravizadas a ataques sexuais (...) ¹²⁷

Além de sublinhar a vulnerabilidade dessas mulheres ao estupro de senhores e fatores no meio rural, a autora deixa claro como os arranjos domésticos que envolviam as trabalhadoras no mundo urbano também as expuseram a maior vulnerabilidade de estupros, bem como propiciaram espaços de sociabilidade que possibilitaram uma vida sexual e amorosa autônoma.¹²⁸ A possibilidade de autonomia sexual das escravizadas e a construção de relações de concubinato com homens brancos foi por muito tempo tratada pelos estudiosos como algo exclusivamente vantajoso para as mulheres, que se utilizavam desses relacionamentos com homens brancos como um meio de alcançar a liberdade. Contudo, é preciso salientar – e estudos recentes têm feito isso – que boa parte dessas relações pode ter sido apenas o resultado de assédios frequentes, dos quais elas não

¹²⁷ TELLES, Lorena Féres da Silva. **“Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas”**: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). [Tese de doutorado], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. p. 81-82

¹²⁸ Ibidem, p. 74-78. Mostra como a construção de uma autonomia sexual e amorosa podia trazer sérias consequências quando seus parceiros não aceitavam sua independência a acabavam assassinando essas mulheres sob a alegação de que estavam sendo enganados e traídos.

conseguiram se desvencilhar por muito tempo.¹²⁹ E mesmo que elas tenham se envolvido romanticamente com estes homens, a condição escrava e a relação de propriedade e subjugação das mulheres cativas são muito complexas e não podem ser ignoradas – como foi por muito tempo – quando estas relações estão sendo analisadas.

Assim, o *partus sequitur ventrem* se relaciona diretamente com experiências vividas por mulheres negras em sociedades escravistas, não só porque funda e sublinha a especificidade do gênero no contexto da escravidão atlântica, mas também porque se mostra fundamental para compreender como, posteriormente, o nascente movimento abolicionista na Inglaterra de fins do século XVIII e início do XIX iria se utilizar de padrões morais, embebidos em concepções bem definidas a respeito de virtudes supostamente femininas, levantando pela primeira vez uma bandeira de proteção à moralidade das mulheres escravizadas. Seu objetivo era chamar atenção para os horrores sofridos pelos escravizados, e em particular pelas mulheres, sujeitas a diversas formas de abusos e violações. As mulheres cativas foram concebidas como agentes primordiais do processo emancipatório, e novamente, por meio de seus corpos, e sobretudo de seus ventres, foram pensados projetos de emancipação gradual para população escrava em diversos lugares da América.¹³⁰ Da consolidação a sua destruição: as mulheres negras foram primordiais dentro do sistema escravista.

Os estudos têm avançado na direção de dar relevância às formas de opressão sofridas por meninas e mulheres escravizadas numa dimensão atlântica da escravidão. A violência e exploração sexual de que foram alvo vêm se mostrando como elementos centrais para compreensão da especificidade da experiência feminina na escravidão, relacionando o poder e dominação escravista patriarcal especificamente ao gênero, à sexualidade e à maternidade. A realidade imposta a partir da implementação do *partus sequitur ventrem* está diretamente ligada à prática do estupro sistemático de mulheres negras na escravidão, observado em toda a América.

Sharon Block caracterizou o estupro como “*universal e invisível*” em seu estudo sobre poder sexual na América do Norte antes da Guerra Civil. A autora ressalta que as

¹²⁹ GAUTIER, Arlette. **Sœurs de Solitude**. Femmes et esclavage aux Antilles Du XVII au XIX siècle. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010 apud TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa de Benguela e Filipa Crioula estavam grávidas...**, Op. cit., p.81

¹³⁰ TURNER, Sasha. **Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica**. Philadelphia-PA: University of Pennsylvania Press, 2017. PANTON, Diana, SCULLY, Pamela (ed). **Gender and Slave: Emancipation in the Atlantic World**. Durham: Duke University Press, 2005

identidades racial e de classe dos homens foram elementos cruciais para determinar se eles poderiam coagir uma mulher ao sexo sem serem detectados ou punidos, da mesma forma que as identidades das mulheres também acabaram determinando sua vulnerabilidade à força sexual dos homens. A exclusão das mulheres negras do status de vítimas de estupro foi uma questão crucial para racialização norte-americana do crime deste tipo de crime, não só através de processos legais, mas também de privilégios conferidos à branquitude.¹³¹ Este é um ponto crucial para entender o significado que o estupro cometido por homens brancos livres, situados no topo da hierarquia de uma sociedade escravista, adquire sobre mulheres negras escravizadas, e como vai ser instituído como uma política de poder e repressão dentro dessas mesmas sociedades escravistas.

No sul dos Estados Unidos a definição básica para estupro era a de um ‘encontro’ sexual forçado, contra a vontade da mulher; nesse cenário, se uma mulher fosse estuprada, ela supostamente deveria ‘chorar e reclamar’ para uma pessoa de *credibilidade*. Se fatores comuns entre as vítimas de violência sexual como a vergonha, auto culpabilização ou medo a impedissem de denunciar imediatamente a situação para alguma pessoa, sua acusação não carregaria o mesmo peso. Elementos como raça, idade e status eram componentes da lei sobre estupro, e a maioria dos estados sulistas buscou soluções para punir o estupro cometido por escravos e homens negros sobre mulheres brancas. Por outro lado, sob hipótese alguma um homem branco poderia, legalmente falando, estuprar uma mulher escravizada.¹³² O estupro como forma de coação, tortura e exercício de poder sobre mulheres negras já era prática comum desde a travessia atlântica, quando após serem marcados, todos eram despídos, e a nudez da mulher africana servia como um constante lembrete de sua vulnerabilidade sexual.¹³³

Mesmo casos de violência sexual realizados por homens negros, livres ou cativos, contra mulheres escravizadas, ou de homens escravizados sobre mulheres negras livres, dificilmente eram levados adiante. Homens escravizados indiciados pelo estupro de mulheres cativas foram casos raramente identificados. Em geral, mulheres negras, fossem elas livres ou escravizadas, não tiveram qualquer proteção da lei norte-americana, em contrapartida muitos estados tornaram o estupro de qualquer mulher branca por um

¹³¹ BLOCK, Sharon. **Rape and Sexual Power in early America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006. p.4

¹³² MORRIS, Thomas. **Southern Slavery...**, Op. cit., p.305

¹³³ hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?...**, p. 41

homem escravizado como crime capital¹³⁴, punido com morte ou castração. Trazidos ao conhecimento da justiça ou não, a literatura tem se dedicado cada vez mais a analisar situações de abusos sofridos por mulheres reduzidas ao cativeiro. As vidas sexuais dessas mulheres foram, muitas vezes, objeto das vontades e do exercício de poder escravista de seus proprietários.

Thelma Jennings se debruçou sobre entrevistas com mulheres ex-escravizadas que tinham por volta de doze ou treze anos no período em que a escravidão foi abolida nos Estados Unidos, ela observou que quase 40% delas tocaram no assunto dos abusos sexuais. A escravidão feminina poderia ser mais severa justamente porque cabia a elas terem filhos – novos cativos para o senhor –, além de terem que lidar com o abuso sexual enquanto deveriam exercer as tarefas que lhes foram incumbidas, trabalho muito similar ao dos homens. Jennings notou que quando era lucrativo para os proprietários explorar as mulheres escravizadas ‘como se fossem homens’ no campo de trabalho, elas não possuíam um gênero específico. No entanto, quando elas podiam ser exploradas de uma forma que só mulheres poderiam, eram exclusivamente mulheres, subordinadas e inferiores a todos os homens.¹³⁵

Em 2017, Andrea Livesey também trabalhou com o testemunho de ex-escravizados que tiveram pais brancos, portanto os filhos de mulheres abusadas sexualmente durante o período da escravidão, por meio de entrevistas feitas na Louisiana pelo Works Progress Administration (WPA) do Federal Writers Projects.¹³⁶ O objetivo da autora era entender como as mães se adaptaram e sobreviveram ao trauma de conceber, e quem sabe criar, filhos que eram fruto de estupros cometidos por homens brancos, bem como se isso teria afetado os laços entre mães e filhos. Ficou evidente, segundo a autora, que os abusos eram do conhecimento de toda a comunidade escravizada, e por vezes se

¹³⁴ MORRIS, Thomas. **Southern Slavery...**, Op. cit., p.306-307

¹³⁵ JENNINGS, Thelma. "Us Colored Women Had to Go Though A Plenty": Sexual Exploitation of African-American Slave Women, in: **Journal of Women's History**. v. 1, n. 3, (Winter) 1990, p. 45-46; DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹³⁶ A autora trabalhou cuidadosamente com as entrevistas e ponderou problemas identificados ao longo delas, pelo fato de terem sido realizadas por pessoas brancas do sul dos Estados Unidos no período Jim Crow de leis segregacionistas. A autora usa o exemplo de uma entrevistadora que revela partes da entrevista com os pedidos dos entrevistados de que aquilo não fosse à público, outra que afirmou veementemente para uma entrevistada que nem todos os senhores escravistas foram violentos, e o tom da entrevistada, o rumo da entrevista muda completamente, etc. O que, segundo Livesey, escancara a falta de entendimento dos entrevistadores sobre os significados de ser um ex-cativo no Sul naquele período. Cf. LIVESY, Andrea. "Conceived in violence: enslaved mothers and children born of rape in nineteenth-century Louisiana", in: **Slavery & Abolition: A journal of Slave and Post-Slave Studies**, 2017, n. 2, p.378

perpetuavam por diferentes gerações de mulheres cativas. As mães, por sua vez, precisavam lidar com o trauma individual e coletivo do estupro, ao mesmo tempo em que tentavam preparar as próximas gerações para o trauma; a violência sexual fez parte do mundo das mulheres escravizadas desde a sua infância.¹³⁷

Apesar da família senhorial em alguns casos reduzir a carga de trabalho dos filhos miscigenados, ou dar-lhes um quarto nos fundos da casa, eles continuavam a ser uma propriedade da família branca como os demais, muitos deles foram vendidos pelos pais e separados de suas mães em algum ponto de suas vidas. A autora ressaltou o esforço das mães para manter sua influência maternal sobre os filhos, a despeito dos ínfimos ‘privilégios’ concedidos pela família branca, bem como para manter uma relação com os filhos, muitas delas concretizadas apenas após a o fim da escravidão.¹³⁸

O estupro é uma dimensão importante da centralidade do corpo feminino como locus de existência da própria escravidão, porque o corpo da mulher negra se configura como um território de abuso e controle. A autora Saidiya Hartman aponta que a ‘confusão’ entre consentimento e coerção, sentimento e submissão, intimidade e dominação, violência e reciprocidade, constituíram os elementos do que ela chama de “*discurso de sedução na lei escravista*”.¹³⁹ Segundo Hartman, o discurso de sedução esconde a primazia e extrema violência das relações entre senhores e escravos na construção do escravizado como propriedade e pessoa. A sedução funciona como um recurso para a ideia de reciprocidade e acordo nas relações, e produz uma construção precipitada sobre a sexualidade da mulher negra em que o estupro é inconcebível, uma vez que legalmente a mulher não poder consentir ou oferecer resistência, e por isso ela estaria presumivelmente sempre disposta e disponível.¹⁴⁰

Como uma teoria de poder, a sedução estabelece que há uma igualdade relativa entre quem domina e quem é dominado. A reversibilidade do poder viria da manipulação do dominado por meio do estabelecimento de relações recíprocas e íntimas. Poder e proteção são conquistados através da rendição, por isso não há necessidade de leis que

¹³⁷ Ibidem, p.382

¹³⁸ Ibidem, p.381-386. Na contramão dos supostos ‘privilégios’ concedidos pela família branca, o depoimento de Terriel revela que seu pai e proprietário o separou da mãe aos seis meses de idade, abrigando-o a usar um sino que ia amarrado em volta de seus ombros até os vinte e um anos de idade como punição por ter nascido de um homem branco com uma mulher escrava,

¹³⁹ HARTMAN, Saidiya. “Seduction and the Ruses of Power”, in: KAPLAN, Caren; ALARCÓN, Norma; MOALLEM, Minoo (eds.). **Between Woman and Nation: Nationalisms, Transnational Feminisms, and the State**. London: Duke University Press, 1999, p. 113

¹⁴⁰ Ibidem, p. 113

regulem essa questão.¹⁴¹ O mote da sedução e da sexualidade da mulher escravizada, supostamente desenfreada, foram utilizados por muito tempo pela historiografia da escravidão, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Mas, é necessário questionar o que é a sexualidade da mulher escravizada em um ambiente onde o consentimento não é uma possibilidade para ela. A sexualidade de mulheres escravizadas esteve marcada profundamente pela subordinação – ainda que houvesse resistência – ao desejo alheio. Para Hartman, a violência sexual é a síntese da dominação e escravidão racial nos Estados Unidos.¹⁴²

A historiografia brasileira ainda tem se omitido de tratar um assunto tão complexo quanto o estupro.¹⁴³ A história produzida sobre as mulheres escravizadas há muito tempo tem sido afetada pela ótica do domínio escravista, valorizando mais seus laços sexuais e afetivos do que seus esforços de trabalho e poupança¹⁴⁴, tratando todo tipo de relação tida por elas como consensuais, constitutivas de uma escravidão baseada em relações dóceis, sem, no entanto, questionar de que forma a natureza de opressão intrínseca à sua condição contrasta com ou mesmo impede a existência de uma relação verdadeiramente consensual.¹⁴⁵

No Brasil, antes da independência e estabelecimento do Código Penal de 1830, a legislação portuguesa imperava, sendo as Ordenações Filipinas as principais fontes jurídicas. Nelas, os crimes sexuais – as Ordenações não usavam a rubrica *estupro* – presentes no Livro V, tit. XVIII, estavam previstos de duas maneiras: o estupro de uma mulher virgem, e o estupro violento; na primeira situação o autor deveria se casar com a vítima, como forma de reparar o dano, e as duas situações ao fim deveriam ser punidas com a morte (ainda que no caso de mulher virgem, o abusador se cassasse com a vítima). A disposição, apesar de inicialmente prever a pena de morte ao autor do crime, em seguida

¹⁴¹ Ibidem, p.123-125

¹⁴² Ibidem, p. 125

¹⁴³ TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas...**, Op. cit, p. 25-26

¹⁴⁴ MACHADO, Maria Helena P.T.; ARIZA, Marília B.A. “Escravas e libertas na cidade: experiências de trabalho, maternidade e emancipação em São Paulo (1870-1888)”, in: BARONE, Ana e RIOS, Flávia (org.). **Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2019. p.118

¹⁴⁵ A matriz interpretativa consagrada nesse sentido é o pensamento de Gilberto Freyre em “*Casa-Grande e Senzala*”, que consagrou uma visão da escravidão brasileira como menos violenta, docilizada. Apesar de mostrar a contribuição do negro para a construção da sociedade brasileira, diferente do que até então havia sido feito, Freyre o faz colocando a escravidão em termos ‘afetivos’, relegando à mulher escravizada a passividade diante da violência sexual.

estabelece que sendo a mulher, vítima do ato, uma prostituta ou uma escrava, a execução da pena não deveria aplicada:

Todo homem, de qualquer estado e condição que- seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher postoque ganhe dinheiro per seu corpo, ou seja escrava, morra por ello.

Porém, quando for com mulher, que ganhe dinheiro per seu corpo, ou com escrava, não se fará execução, até nol-o fazerem saber, e per nosso mandado.¹⁴⁶

A leitura completa do título XVIII das Ordenações permite identificar duas concepções extremas a respeito das mulheres, de um lado a mulher “honrada” e pura, que não deveria ser abusada por ninguém, que é enganada, por vezes no ‘santo’ ambiente do lar, e por isso ‘merece’ ter a honra vingada. Na outra ponta da representação feminina, encontram-se as prostitutas e mulheres escravizadas, as quais, quando vítimas, não são dignas de tais preocupações. As escravizadas e libertas eram consideradas, a priori, mulheres sem honra uma ser preservada, socialmente desqualificadas, consideradas meretrizes, mais desonradas pela ‘cor’ segundo Kelly C. B. Viana¹⁴⁷, e, portanto, sem merecimento de proteção.

A partir de 1830 entrou em vigência o Código Criminal do Império do Brasil, o primeiro a utilizar a palavra “*estupro*” como denominação de um crime, exposto na seção I do capítulo II, “*Dos crimes contra a segurança da honra*”. Seus artigos, que vão do 219 ao 225, não representam somente o crime de conjunção carnal forçada, mas outros delitos de conotação sexual, dentre eles o “defloramento” – estupro de mulher virgem menor de 16 anos. O Código Criminal abrandava a pena em relação às Ordenações Filipinas, e prevê a possibilidade de extinção da pena caso a ofendida se casasse com o ofensor, conforme o artigo 225. O estupro propriamente dito aparece da seguinte forma:

Art. 222. Ter cópula carnal por meio de violência ou ameaças, com qualquer mulher honesta. Penas – de prisão por três a doze annos, e de dotar a ofendida. Se a violentada for prostituta. Penas – de prisão por um mês a dois annos.¹⁴⁸

¹⁴⁶ “Ordenações Filipinas (1603) – Livro V, Título XVIII”, in: ALMEIDA, Candido Mendes (Org.). **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. p. 118, **grifo nosso**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acessado em: 10 Abr. 2021.

¹⁴⁷ VIANA, Kelly Cristina Benjamin. “Prostitutas e “Mães sem Mácula”: Alteridade e Identidade Feminina no Brasil Colonial”, in: **Revista História**. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 2011. p. 71-78

¹⁴⁸ “Código Criminal do Império (1830) – Capítulo II, Seção I, Art. 222”, in: SOUZA, Braz Florentino H (Org.). **Código Criminal do Imperio do Brasil**. Recife: Typ. Universal, 1858. p. 88. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221763>>. Acessado em: 10 Abr. 2021.

O novo código acrescentou “*mulher honesta*”, termo que poderia ser lido como mulheres que tinham “(...) *a conduta marcada pelo pudor, pelo recato e por uma sexualidade controlada e restrita ao leito conjugal* (...)”¹⁴⁹, como forma de diferenciar a pena destinada a essas mulheres e às prostitutas. Abusar de uma prostituta incorria numa pena menor, e as escravizadas sequer foram mencionadas no código. Sendo assim, é possível supor que as cativas não eram contempladas de forma alguma no texto e, legalmente falando, não eram passíveis de serem estupradas. Por outro lado, talvez por não mencionar a condição escravizada/liberta ou cor da pele no texto, a lei tenha aberto uma possibilidade para que essas mulheres, ainda que fossem tidas como propriedades ou mulheres disponíveis, pudessem tentar provar de alguma forma sua condição ou conduta condizente àquela de uma ‘mulher honesta’, ainda que fosse uma tarefa extremamente difícil pelos pressupostos em relação à condição escrava e à cor.

Pensar sobre as formas específicas de abuso feminino dentro da escravidão é prestar atenção ao duplo trabalho exigido das mulheres escravizadas. Ainda que pudesse variar de acordo com o lugar em que estavam e flutuar por períodos distintos, o seu corpo, a reprodução e o aumento da escravaria de proprietários, consequentemente, dependeu em algum momento do ‘trabalho reprodutivo’ dessas mulheres, e por consequência, atravessou de maneira violenta o exercício de sua maternidade. Isso pode ter interferido na maneira como elas viam a maternidade, em oposição à visão de seus senhores. Além da angústia de conceber um filho na escravidão, muitas mulheres precisaram lidar com os traumas causados pelo estupro – em alguns casos desde a infância/adolescência –, além de diversas intervenções senhoriais sobre os aspectos mais íntimos de suas vidas como casamento, sexualidade, gravidez e parto.¹⁵⁰

A exclusão de mulheres escravizadas da legislação relativa ao estupro e a matrilinearidade da condição escrava designada pelo *partus sequitur ventrem*, abriram portas para múltiplas violências sobre elas, permitindo a existência de situações insólitas como as de meninas de 10 anos abusadas por senhores, filhos que eram propriedade dos pais, pais que abusavam de filhas, mães que eram deixadas por herança aos filhos, irmãos

¹⁴⁹ LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. “Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social.”, in: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História Das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p.288

¹⁵⁰ TURNER, Sasha. **Contested Bodies...**, Op. cit. Ver: Cap. 3 e 4.

que herdavam irmãos, etc.¹⁵¹ O abuso sexual sobre mulheres escravizadas existia mas não causava manifestações da sociedade. As consequências desses abusos, como pais que eram proprietários dos filhos, filhos que compravam suas mães, etc. foram discutidas em ambientes jurídicos no Brasil, por exemplo, mas não foram alvo de leis que pudessem inibir ou punir tais situações.

A historiografia brasileira também demorou para perceber os abusos e tratar o assunto como uma questão importante dentro das relações escravistas no Brasil, e que muitas vezes estavam bem evidentes. O conhecido trabalho de Keila Grinberg, que tratou dos caminhos jurídicos percorridos pelos escravos para adquirir sua liberdade é um bom exemplo disso. O livro começa com história da compra de Liberata por José Vieira Rebello, quando ela ainda era uma menina de apenas 10 anos. O desenrolar da história parece um enredo cinematográfico: Liberata se torna concubina do senhor, tendo com ele dois filhos – um deles batizado como filho do senhor –, depois ela acaba testemunhando o assassinato de um recém-nascido, filho da filha solteira de seu senhor, enterrado no quintal pelos dois. Liberata era perseguida no ambiente doméstico tanto por ter relações com o senhor, quanto por ter presenciado um crime, e por isso, passa a se esforçar para conseguir a liberdade, que já havia sido prometida por Vieira.

Por volta de 1790, José Vieira Rebello, morador na Enseada das Garoupas, termo do Desterro, foi à Vila de Paranaguá comprar **uma mulatinha de 10 anos**, Liberata, que pertencia a Custódio Rodrigues. Feita a transação, Vieira levou-a para casa e, escondido de sua mulher e filhos, **passou a persegui-la pelos remotos e despovoados da região. Até que um dia ele conseguiu levá-la para os matos e, finalmente, a possuiu. A partir de então, o capricho virou hábito.**¹⁵²

O ‘*capricho*’ de um homem adulto foi ‘*possuir*’ uma menina escravizada que talvez tivesse dez ou doze anos quando isso aconteceu, por quanto tempo ela teria conseguido fugir de seu proprietário, sendo apenas uma criança? Talvez Liberata já tivesse sido abusada anteriormente por outro proprietário, por mais horrendo que isso soe, e soubesse o que lhe aguardava. O abuso sexual cometido por Vieira contra Liberata é um fato presente na documentação analisada por Keila. Depois de a ‘*possuir*’ pela primeira vez, aquilo que era *apenas um capricho*, virou hábito. O tempo percorrido entre o primeiro abuso e a mancebia, que acabou sendo *consentida* pela menina, ainda que se

¹⁵¹ ROSA, Margarita. “Filial freedoms, ambiguous wombs: Partus Sequitur Ventrem and the 1871 Brazilian free womb law”, in: **Slavery & Abolition: A journal of Slave and Post-Slave Studies**, v. 41, n. 2, 2019, p.377-394

¹⁵² GRINBERG, Keila. **Liberata...**, Op. cit., p. 15, grifo nosso.

afirme que “*três anos mais tarde, teve um filho*”¹⁵³, é nebuloso porque não sabemos se já com dez anos houve o primeiro abuso. No entanto, é possível afirmar que por volta de catorze ou quinze anos Liberata já fosse mãe de uma criança e concubina de seu senhor.

Liberata conta sua história tempos mais tarde, à época do processo analisado pela autora. Por ora, a leitura das três primeiras páginas é suficiente para suscitar diversas questões em torno da especificidade da escravidão feminina e suas consequências. A primeira delas é que o estupro de uma menina de dez anos poderia ser qualificado como defloração pelo Código Criminal de 1830¹⁵⁴, apesar do texto não discriminar a condição da mulher vítima, mas Liberata era uma escravizada. A quem recorreria uma menina de dez anos, vendida sem familiares, sozinha e abusada constantemente por seu proprietário? Quais eram as opções de muitas Liberatas, de muitas histórias sobre as quais não tivemos acesso?

Aparentemente, ela acaba concedendo a mancebia ao seu insistente proprietário, apesar da mesma afirmar nos autos que “*(...) nunca permitia de bom grado os tratos ilícitos que com ela seu senhor tinha (...)*”, ela ‘cede’ após uma promessa de liberdade feita por seu abusador, em um vislumbre de se ver livre de toda essa situação. Além de viver ‘amancebada’ com seu proprietário, Liberata tivera dois filhos com ele, o primeiro deles reconhecido e batizado por Vieira. A promessa não foi cumprida, e em 1813 Liberata resolveu recorrer à justiça. O abuso sexual sofrido desde menina por Liberata não é, nem de longe, colocado como parte da argumentação em prol da sua liberdade, tão pouco os ‘tratos ilícitos’¹⁵⁵ de seu senhor, ou os filhos fruto desse ‘relacionamento’, que faziam com que Vieira fosse proprietário de seus próprios filhos¹⁵⁶ e da mãe deles.

Esta história permite entrever como questões relacionadas ao gênero e à mulher escrava não tinham relevância nos tribunais ainda na primeira metade do século XIX no Brasil, o direito à liberdade de Liberata foi defendido sob a alegação da promessa de

¹⁵³ Ibidem, p. 15

¹⁵⁴ “Art. 219. Deflorar mulher virgem, menor de dezessete anos. Penas de desterro para fora da comarca em que residir a deflorada, por um a três anos, e de dotar a esta. Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas”. (**Código Criminal do Império (1830)** ..., Op. cit., p. 87-88)

¹⁵⁵ Os ‘tratos ilícitos’ entre senhores e suas escravizadas foram alvo de discussão entre os juristas do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), compilados também por Lenine Nequete e serão discutidos com maior detalhamento.

¹⁵⁶ O fato de Vieira ter reconhecido um deles e batizado não significa que essa criança desfrutasse de liberdade jurídica ou de fato, fato que se confirma no desenrolar da história, quando anos mais tarde, os filhos de Liberata demandam por sua liberdade. Cf. GRINBERG, Keila. **Liberata...**, Op. Cit., p. 29

liberdade feita pelos proprietários, e não por conta da relação estabelecida entre o senhor e sua escrava, ou porque um pai supostamente não deveria manter seus filhos em cativeiro, ou ainda pelo defloramento de uma garota de dez anos. Talvez, aos olhos dos homens da lei, por ‘conceder a mancebia’, Liberata tivesse invalidado as questões anteriores e, por este motivo, não fosse considerada uma mulher passível de sofrer um crime contra a honra. Apesar de sublinhar o papel das mulheres no processo de conquista da liberdade, a obra não estabelece qualquer discussão sobre a condição delas enquanto tal. Se a história de Liberata não chegou até a justiça como um caso de abuso sexual do proprietário sobre ela, o mesmo não aconteceu com Honorata na década de 1880, uma menina de doze anos também abusada sexualmente por seu proprietário.

Em 31 de dezembro de 1882 o proprietário de Honorata, Henriques Ferreira Fontes, foi denunciado pela prática do delito de defloramento inscrito no artigo 219 do Código Criminal.¹⁵⁷ Ao contrário do que se espera, Fontes não negou que havia abusado de Honorata, e sua defesa buscou anular o processo alegando a inaplicabilidade da condição de miserável à escrava, tendo em vista que somente pessoas livres dotadas do direito de queixa poderiam perseguir seus ofensores; e a inaplicabilidade da pena de desterro, uma vez que a vítima era sua escrava, e por isso deveria o acompanhar por onde fosse.¹⁵⁸ Dentre as muitas idas e vindas de seu processo, o caso de Honorata foi decidido em favor do proprietário, sob algumas alegações, dentre as quais três são particularmente reveladoras da condição escrava na última década da escravidão no Brasil.

1) O inquérito foi baseado exclusivamente nas declarações da escrava. A condição de escravo restringia a prática de certos atos processuais. O cativo não poderia ser testemunha, conforme disposições do art. 89 do Código de Processo Criminal e as Ord. Liv. 3º, Tít. 5, § 1º;

2) A presunção de que o escravo possuía a condição de miserável era equivocada. Na verdade, o Aviso de 24 de abril de 1853 e o art. 72 do Código de Processo Civil determinavam que somente os senhores poderiam se queixar sobre seus escravos, e nesse caso Honorata queixava-se de seu senhor;

¹⁵⁷ NEQUETE, Lenine. “As Relações entre Senhor e Escravo no Século XIX: o caso da Escrava Honorata”, in: **Revista Brasileira de Estudo Políticos**, Belo Horizonte, n. 53, 1981, p. 223-248; _____. **O Escravo na Jurisprudência brasileira: Magistratura & Ideologia no 2º Reinado**. Porto Alegre: Edição do Tribunal da Justiça, 1988; CONRAD, Robert. **Childs of God Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil**. Princeton Pennsylvania State University Press, 1984

¹⁵⁸ Cf. Nota 131

3) O estupro para o referido desembargador não foi configurado no caso, uma vez que o crime somente ocorre quando se trata de duas pessoas livres. A relação senhor-escravo descaracterizava o crime de estupro.¹⁵⁹

Apesar de reconhecer em sua decisão que “(...) refira-se a um fato torpe, merecedor de severa reprovação, caso seja verdade que o recorrente é seu autor, e, especialmente, pela infeliz condição da ofendida (...),”¹⁶⁰ – mesmo o acusado tendo admitido o ‘ato torpe’ sua culpa é relativizada – o magistrado considera nulo devido à observância das leis, segundo ele, quanto aos direitos civis:

Privados de direitos civis, não têm os escravos o direito de propriedade, o de liberdade, o de honra e de reputação, seus direitos reduzem-se ao da conservação e da integridade de seu corpo, e só quando os senhores atentam contra seu direito é que incorrem em crime punível, porque não há delito sem a violação de um direito¹⁶¹

É possível que, uma vez que casos de estupro já fossem difíceis de chegar às instâncias jurídicas em geral, as ocorrências que envolvessem crianças tivessem mais obstáculos, e dentro desse pequeno número, aqueles sobre meninas escravizadas seriam com certeza os mais difíceis de serem reportados às autoridades. Talvez o caso de Honorata tenha chegado aos tribunais, tido repercussão e sido de fato julgado em diversas instâncias pelo contexto em que estava inserido. Nos anos finais da década de 1870 e início de 1880 o fim da escravidão no Brasil começava a ganhar contornos mais definitivos. Para isso contribuíram o contexto internacional, o fim do tráfico em 1850, a aprovação da Lei do Ventre Livre, o florescimento do movimento abolicionista, e a insurgência cada vez maior dos cativos. Ainda assim, a decisão sobre Honorata se mostra afinada com o pensamento escravocrata, mesmo com a abolição batendo às portas.

Os dois casos, de Liberata e Honorata, permitem distinguir a particularidade do cotidiano a que mulheres escravizadas estavam submetidas desde muito pequenas. Suscetíveis a abusos, não tendo a quem recorrer, porque ainda que tivessem uma rede de apoio nas comunidades escravas e de libertos, não havia nada que legalmente as protegesse da violência sexual, elemento fundamental para reafirmação do poder patriarcal dos proprietários de escravos. Essa não foi uma particularidade do Brasil; na Jamaica, Trevor Burnard documentou as práticas de violência sexual cometidas

¹⁵⁹ BRUNO, João Victor Rosa Cezário. **Escravidão e Direito: Estudo de casos de ações de Liberdade no crepúsculo do Império**. [Dissertação de Mestrado], Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 160-161

¹⁶⁰ NEQUETE, Lenine. **As Relações entre Senhor e Escravo no Século XIX...**, Op. cit., p. 65

¹⁶¹ NEQUETE, Lenine. **O Escravo na Jurisprudência brasileira...**, Op. cit., p. 66

diariamente sobre meninas e mulheres por parte do administrador de uma fazenda.¹⁶² Ao relatar a história de Sally, uma garota de quinze anos que era repetidamente estuprada por seu proprietário na Jamaica, Barbara Bush chamou atenção para o abuso sexual de crianças escravizadas, tema que, segundo ela, ainda é um aspecto do regime escravista pouco pesquisado.¹⁶³ Apenas em 1823 foi aprovada na Jamaica uma lei que punia homens que estupassem meninas menores de dez anos e mulheres escravizadas, ao passo que em outros lugares, como o Brasil, não é possível constatar algo semelhante.

Os ‘intercursos sexuais’ ou ‘tratos ilícitos’ foram constatados por alguns historiadores e interpretados como uma “estratégia de resistência” das mulheres escravizadas, em uma busca de amenizar as condições do cativeiro ou conquistar a liberdade.¹⁶⁴ No entanto, as pesquisas têm encontrado cada vez mais casos em que essas mulheres tentavam pleitear suas liberdades e a de seus filhos ao longo do XIX, alegando ser esse um direito porque viverem em situação de mancebia/concubinato com seus proprietários.¹⁶⁵ Fora do Brasil também existem indícios de ações recorrentes de mulheres escravizadas nos tribunais, reivindicando suas liberdades por esses termos.¹⁶⁶ A diversidade de casos sugere que, ainda que essas relações pudessem ter configurado *uma* das muitas estratégias de resistência utilizadas pelas cativas, de um modo geral, a maioria dessas relações não teve o desfecho esperado: a conquista da liberdade. E ainda assim essas mulheres decidiram buscar a validação daquilo que para elas era legítimo. Elas buscavam respaldo da justiça para algo que compreendiam como injusto, mesmo estando reduzidas ao cativeiro. Quando o historiador restringe a possibilidade de ação da mulher escravizada ao uso excessivo do corpo e da sensualidade para conseguir a liberdade ou melhores condições, sua visão ainda está presa aos estereótipos sobre seus corpos e sexualidade, consolidados desde o início da colonização.

¹⁶² BURNARD, Trevor. “The Sexual Life of an Eighteenth-Century Jamaican Slave Overseer”, in: SMITH, Merril D. (ed.) **Sex and Sexuality in Early America**. New York: New York University Press, 1998.

¹⁶³ BUSH, Barbara. “African Caribbean Slave Mothers and Children: Traumas of Dislocation and Enslavement Across the Atlantic World”, in: **Caribbean Quarterly**. v. 56, n. 1/2, March-June, 2010. p. 81

¹⁶⁴ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**. Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

¹⁶⁵ ALGRANTI, Leila M. **O feitor ausente**. Estudos sobre a escravidão no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1981; GRINBERG, Keila. **Liberata...**, Op. cit.; SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”, in: ALENCASTRO, Luiz Felipe. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil (Vol. II) - Império: A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 233-290

¹⁶⁶ HÜNEFELDT, Christiane. **Mujeres: esclavitud, emociones, y libertad**, Lima 1800-1854. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, documento de trabajo n. 24, Serie Historia, n. 4, 1988.

De maneira geral, as mulheres escravizadas não encontraram suporte da lei em relação aos abusos cometidos por seus senhores, e os proprietários tinham ciência disso. Em uma acusação de defloração no Peru durante a primeira metade do XIX, a defesa do proprietário acusado alegou que muitos senhores vinham sofrendo acusações semelhantes por parte das escravizadas, as quais, não conseguindo atingir seus objetivos de liberdade, acusavam-nos falsamente de libertinagem como forma de mancharem sua imagem, e ainda acrescenta que, de acordo com o direito, não havia lei que concedesse a liberdade às escravas que se envolvessem com seus senhores.¹⁶⁷ Ou seja, ao mesmo tempo que procuravam criar um discurso para invalidar as acusações dessas mulheres, sugerindo que suas alegações eram falsas e apenas uma estratégia para conseguir liberdade às custas da difamação de ‘homens idôneos’, os proprietários e suas defesas não se preocuparam tanto em negar as acusações de envolvimento sexual porque sabiam que para ela não havia punição estabelecida, e que os argumentos dos curadores teriam de enveredar por outros caminhos. Ao fim e ao cabo, eles não negavam seu envolvimento e deslegitimavam a narrativa de mulheres sobre abusos, contribuindo para que fossem vistas não só como ‘dadas a libertinagem’, mas também mentirosas.

Independentemente do lugar, observa-se frequentemente que o número de casos de estupro ou tentativas de estupro levados aos tribunais foram pequenos, isso não significa que a violência sexual não era frequente. O crime sexual sempre envolveu vergonha, culpa, tentativas de proteger a família de uma exposição, e, portanto, impedir que as vítimas denunciassem sempre foi uma prática comum. Dentro do regime de escravidão, os elementos que compõem o ambiente de tensão do estupro potencializam-se. Em uma situação privada e problemática como essa, é preciso refletir sobre a situação da mulher escrava: ela, enquanto propriedade, é passível de sofrer estupro? Sendo seu proprietário o abusador, a quem ela poderia recorrer sobre a questão? Quais as tensões emergiriam dentro de um regime de convívio com a família do proprietário e a comunidade escrava, após uma possível denúncia? Como a comunidade escrava via essas questões, elas eram de seu conhecimento?

A ‘tolerância’ ao estupro de mulheres escravizadas evidencia um pacto entre sociedade e legislação – não abertamente, mas como algo que era comum e não se falava a respeito. Pesava para isso o fato de ser essa mulher uma propriedade de outrem, e por

¹⁶⁷ Ibidem, p.10-13.

isso subordinada às decisões de seus proprietários. Além disso, sobre as mulheres negras recaíam representações resultantes de um imaginário construído por homens, viajantes e escravistas, acerca de uma mulher sedutora, possuidora de uma sexualidade exacerbada, em procura constante por contatos sexuais e os privilégios possíveis como resultado do sexo.¹⁶⁸

A situação ‘privilegiada’ de mulheres negras, que tiveram maior acesso à liberdade foi interpretada, por muito tempo, como o resultado de sua “*capacidade seduzir e manipular homens dominantes, estes sim compreendidos como ativos produtores dos caminhos da superação da escravidão(...)*”.¹⁶⁹ Uma das facetas da teoria da sedução expostas por Hartman, em que mulheres escravizadas, apesar de sua condição, manipulam e conseguem o que querem. Segundo Maria Helena Machado e Marília Ariza, isso acontece porque suas histórias foram afetadas pelo domínio escravista, valorizando mais seus laços sexuais e afetivos com homens dominantes, em detrimento dos seus esforços por meio do trabalho e poupança.¹⁷⁰ Isso reflete a transformação de uma situação de vulnerabilidade a que as mulheres cativas estavam submetidas, em lascívia e disponibilidade sexual. Os estereótipos sobre a população negra em geral, e a mulher negra especificamente, foram fundamentais para a consolidação de uma ‘ciência’ ao longo do XIX, e para a construção de discursos eugenistas e racializantes em sociedades como Brasil e Estados Unidos.

De reprodutoras da escravidão, as mulheres escravizadas passaram à agentes fundamentais da emancipação, novamente por meio da intromissão de homens e do Estado em aspectos íntimos/privados de suas vidas e corpos – reprodução, sexualidade, maternidade. É possível identificar mudanças significativas no discurso a respeito das mulheres escravizadas no que concerne à maternidade no fim do século XVIII. Teriam elas passado a ser identificadas com uma figura materna para seus filhos? Quais são os significados encobertos por esse tipo de discurso? Qual é a maternidade a que mulheres negras libertas e escravizadas teriam direito? Para compreender estes aspectos e analisar seus significados, é preciso investigar de que maneira se construiu um discurso

¹⁶⁸ TELLES, Lorena Féres da Silva. “**Teresa de Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**” ..., Op. cit., p. 27

¹⁶⁹ MACHADO, Maria Helena P.T.; ARIZA, Marília B.A. **Escravas e libertas na cidade...** Op. cit., p.118-119

¹⁷⁰ Ibidem, p.118

sentimental em torno da mulher cativa, de que forma ele circula e como se expressa em diferentes contextos.

Antes que este tipo de retórica se difundisse dentro dos movimentos abolicionistas pelo atlântico, e antes mesmo que o próprio abolicionismo – em suas diferentes expressões – se consolidasse como um movimento político organizado, as primeiras experiências de emancipação no continente americano também tomaram os ventres escravos como ponto de partida. Conhecer os caminhos tomados em direção à abolição e analisá-los em conjunto com o discurso abolicionista permite compreender a forma complexa em que se deu a abolição da escravidão, e principalmente, qual a importância das mulheres negras nesse processo. Aos poucos, o parto não mais seguiria mais o ventre...

Capítulo 2 – As primeiras experiências de ventre livre nas Américas: norte dos Estados Unidos e América Latina

Com exceção da Revolução do Haiti e da Guerra Civil dos Estados Unidos, o fim da escravidão no mundo atlântico não aconteceu de maneira abrupta. As medidas tomadas de norte a sul do continente americano em relação à abolição do sistema escravista foram marcadas, invariavelmente, pelo gradualismo. Os estados do norte dos Estados Unidos logo após a guerra de independência, e os países da América Latina hispânica que estavam em conflito ou já eram repúblicas recém independentes compuseram, assim, uma primeira ‘onda’ de experiências relativas à abolição da escravidão. Por isso, neste capítulo voltaremos nossa atenção para essas duas regiões que acabaram iniciando uma ‘tradição’ no mundo atlântico, ao conduzirem seus processos de abolição com políticas graduais centradas, majoritariamente, nos ventres das mulheres escravizadas.

O chamado ‘*século das abolições*’ pode ser dividido em três momentos, com processos distintos: de 1780 a 1804, no norte dos Estados Unidos e Canadá britânico; nos territórios hispânicos da América do sul entre 181 e 1842; no Caribe espanhol (Cuba e Porto Rico) e Brasil em 1870 e 1871. Excluiremos, portanto, o sul dos Estados Unidos, onde a escravidão se encerrou por meio de um conflito violento na década de 1860 e sem um projeto de transição gradual para liberdade. Os casos mais tardios como Brasil e Cuba, na segunda metade do século XIX, são importantes, mas se inserem em um contexto muito diverso. Por ora, nos debruçamos sobre os casos do norte dos Estados Unidos e da América Latina hispânica, entre 1780 e 1842. Essas primeiras experiências de ventre livre nas Américas estiveram intimamente ligadas às guerras coloniais e ao surgimento de sociedades independentes.

Como visto no capítulo anterior, o ventre da mulher escravizada foi primordial para a consolidação das sociedades escravistas atlânticas, por meio do *partus sequitur ventrem*. As políticas de abolição gradual foram responsáveis por quebrar justamente esse princípio de hereditariedade da escravidão, dado pelo ventre materno. Diante disso, nosso objetivo é analisar a emergência da noção de *ventre livre*, evidenciando sua crescente importância dentro do processo de abolição da escravidão no continente americano.

Na segunda metade do século XVIII há uma mudança nos discursos relativos à escravidão, em que preceitos morais e humanitários passam a ser evocados em favor dos escravizados. A instituição escravista passou a ser compreendida como algo imoral, e a

primeira dimensão atacada pelo nascente movimento abolicionista – na Inglaterra – foi a do tráfico de escravos. Acabar com o tráfico significava acabar com um comércio imoral que, em última instância, estimulava a crueldade dos senhores e a desvalorização da vida dos escravizados, porque proporcionava uma reposição abundante de trabalhadores e trabalhadoras africanas. O fechamento do tráfico obedeceu aos contextos próprios de diferentes localidades, mas em 1807 o parlamento inglês e o Congresso Federal dos EUA aprovaram leis que previam o fim do tráfico para seus territórios a partir do ano seguinte.¹⁷¹

Esse quadro de massiva propaganda abolicionista contra o tráfico atlântico começa a se concretizar como uma ameaça real à escravidão, e novas medidas precisaram ser pensadas: por um lado, era preciso manter a produtividade do trabalho escravizado, e por outro, encaminhar o fim da escravidão. Nesse novo contexto, a habilidade reprodutiva das mulheres cativas passou a ser apresentada como uma espécie de *‘ponto de equilíbrio’* que, se bem-sucedida, permitiria acabar com o tráfico de escravos, oferecendo uma possibilidade de reposição de mão de obra pelo nascimento de novos cativos. Nas ilhas britânicas do Caribe isso ficou evidente pelas políticas natalistas empregadas a partir de 1780, que iam desde uma série de estímulos à reprodução, como tempo maior de descanso no trabalho para mulheres grávidas, tempo maior de recuperação das mães após o parto, tempo de amamentação adequado; até recompensas materiais à gravidez e à sobrevivência das crianças, com promessas de liberdade pelos ‘serviços prestados’.¹⁷²

As leis aprovadas no norte dos Estados Unidos e em parte da América Latina até a primeira metade do XIX serão analisadas aqui em um mesmo quadro porque elas, em conjunto com a proibição do tráfico, constituíram uma fase inicial do quadro de abolições nas Américas. Neste capítulo partimos, portanto, de um contexto em que as primeiras experiências de abolição gradual estão sendo aprovadas e ‘experimentadas’, em concomitância com o surgimento e consolidação do discurso abolicionista na Inglaterra.

¹⁷¹ KLEIN, Herbert S. **The Atlantic Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 191-200

¹⁷² Cf. ALTINK, Henrice. **Representations of Slave Women in Discourses of Slavery and Abolition, 1780-1838**. [Thesis for degree of Doctor of Philosophy]. Wales: The University of Hull, 2002; TURNER, Sasha. **Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica (1780-1834)**. Philadelphia-PA: University of Pennsylvania Press, 2017. As políticas pró-natalistas do Império Britânico em relação as suas colônias no Caribe estão muito imbricadas com o movimento abolicionista que nascia na metrópole, que será abordado no próximo capítulo (seus discursos e influência de sua propaganda/literatura).

Por isso, ambos os casos foram pensados em um quadro distinto daquele observado posteriormente, na segunda metade do século XIX.¹⁷³

Apesar de muitas especificidades locais, tanto o norte dos Estados Unidos quanto a América Latina hispânica compartilham algumas questões mais abrangentes em relação ao fim da escravidão. Ambos estiveram envolvidos em disputas e guerras contra suas antigas metrópoles, e nelas os colonos mobilizaram uma linguagem repleta de conceitos de liberdade e escravidão, colocando-se como ‘escravos’ de suas metrópoles que lutavam pela independência, como meio de consolidar a liberdade política. Nessa perspectiva, as doutrinas dos ‘direitos naturais’ do homem e da universalidade da liberdade proclamada trouxeram discussões que ultrapassaram os limites da luta pela independência em um campo estritamente político, tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina. A participação de contingentes negros, escravizados e libertos, nos exércitos foi imprescindível para o desenrolar dos conflitos. A guerra, de modo geral, fortaleceu o poder de barganha dos cativos porque reduziu o controle dos senhores, possibilitou fugas, e proporcionou a milhares de escravizados a oportunidade de obter a liberdade por meio do serviço militar. No caso da América espanhola, George R. Andrews afirma que “*o preço da participação dos escravos nos exércitos da independência foi a aprovação de programas de emancipação gradual*”.¹⁷⁴

Nos Estados Unidos, a Guerra de Independência também significou um aprofundamento de disputas regionais relacionadas à escravidão. Após a consolidação da independência, os estados do sul, mais dependentes do trabalho escravizado e da economia de *plantation*, não estavam dispostos sequer a discutir medidas graduais de emancipação; no pós-independência norte e sul dos Estados Unidos acabaram se defrontando diretamente com esta questão. Enquanto o Norte passou a aprovar legislações emancipacionistas, houve uma expansão da agricultura de *plantation* em larga escala no ‘*Deep South*’, o que tornou a escravidão ali muito mais extensa do que em qualquer outra região durante todo o período colonial.¹⁷⁵ É preciso ressaltar que estamos nos debruçando sobre sociedades que, ao contrário de Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos, não foram

¹⁷³ Brasil e Cuba estão em um contexto muito diverso, complexo e tardio, e o sul dos Estados Unidos não aprovou qualquer relacionada ao ventre, uma vez que o fim da escravidão se deu por meio da guerra civil.

¹⁷⁴ ANDREWS, George R. **América Afro-Latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 88.

¹⁷⁵ O *Deep South* ou ‘sul mais profundo’, refere-se à região que mais dependeu da *plantation* e mão de obra escravizada, sobretudo quando houve um recrudescimento e expansão da escravidão nos Estados Unidos, após a invenção do descaroçador de algodão.

sociedades propriamente escravistas, eram sociedades cuja economia não dependia completamente do trabalho escravo e do que era produzido por ele.¹⁷⁶ Comum também às *sociedades com escravos*¹⁷⁷ era a porcentagem relativamente baixa de trabalhadores escravizados que chegavam aos seus territórios através do tráfico internacional.¹⁷⁸ Mas, essas sociedades, apesar de não serem escravistas, possuíam enclaves escravistas lucrativos e muito importantes, que dependiam da mão de obra escravizada. Por isso, a abolição gradual foi alvo de muitos embates, causando fissuras entre a classe dirigente.

Assim como falamos especificamente do norte dos Estados Unidos, tratamos de uma América hispânica continental que não incorpora os territórios das ilhas do Caribe, como Cuba. Apesar do Império espanhol ter sido o maior em extensão nas Américas e a Espanha ter mantido colônias por mais tempo no continente, o número de escravos existentes na América espanhola era pequeno quando comparado às colônias inglesas, francesas e portuguesas. Além disso, até meados do século XVIII a Espanha não havia se envolvido diretamente com o tráfico atlântico, foi apenas na segunda metade deste século que a metrópole espanhola passou com a se preocupar com a rentabilidade de suas colônias caribenhas, e até aquele momento as *plantations* espanholas não estavam direcionadas ao comércio internacional. A partir da década de 1770, a economia cubana iniciou um ciclo de crescimento na produção de tabaco, café e especialmente açúcar. Por isso, quando ocorreu o colapso da produção de Saint Domingue, Cuba era a região mais bem posicionada para aproveitar a oportunidade de suplantar o Brasil e as colônias britânicas do Caribe. Como vimos, 1789 a coroa espanhola passou a importar africanos em massa para introduzir uma economia de *plantation* nas colônias do Caribe.¹⁷⁹ Assim, quando os conflitos por independência na América Latina (porção continental do império

¹⁷⁶ O nível de dependência da escravidão variou em função do grau de integração de cada uma dessas regiões à economia de exportação internacional, e da disponibilidade, principalmente na América Latina, de mão de obra indígena em cada uma delas. Cf. ANDREWS, George R. **América Afro-Latina...**, Op. cit., p. 43

¹⁷⁷ A diferenciação entre *sociedades escravistas* e *sociedades com escravos* foi feita por Ira Berlin em **Many Thousands Gone: the First Two Centuries of Slavery in North America**. Cambridge: Belknap Press, 1998.

¹⁷⁸ Por volta de 12% do total de africanos trazidos para as Américas, foram destinados aos territórios da Coroa espanhola, e 3,6% para a América do Norte. Dados tirados de: LIBERATO, Carlos; CANDIDO, Mariana P.; LOVEJOY, Paul E.; FRANCE, Renée Soulodre-La. “Laços entre a África e o mundo atlântico durante a era do comércio de africanos escravizados: uma introdução”, in: **Laços Atlânticos: África e africanos durante a era do comércio transatlântico de escravos**. Luanda: Museu Nacional da Escravidão, 2017.

¹⁷⁹ GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. **Escravidão e Liberdade nas Américas**. São Paulo: Editora FGV, p.68-70

espanhol) passaram a acontecer, a Espanha já vinha voltando seus interesses às colônias caribenhas cada vez mais.

Mas, ainda que o norte dos Estados Unidos e a América Latina hispânica não fossem sociedades com grandes contingentes de escravos sustentadas por economias de *plantation*, a escravidão, além de estar presente em seus cotidianos, foi assentada, como em toda a América, pelo princípio da hereditariedade materna, rompido pelas primeiras leis de abolição gradual. Assim, a libertação do ventre veio, majoritariamente, atada à esquemas de trabalho forçado que tinham como pano de fundo um discurso sobre a necessidade de preparar e adaptar a população negra à vida em liberdade. Esse discurso serviu como mecanismo de tutela e controle sobre os libertos e seus descendentes, estendendo o período de servidão e impedindo sua integração à sociedade livre. O gradualismo foi uma constante nesses processos porque os escravizados eram vistos como perigosos, inimigos, tolos, incapazes, ainda que dotados de humanidade. Por isso, ainda que livres, precisariam ser controlados.

Norte dos Estados Unidos

As colônias do Norte no século XVIII estavam divididas em duas regiões: Nova Inglaterra e Colônias do Centro (Nova York, Pensilvânia, Nova Jersey e Delaware).¹⁸⁰ O envolvimento do Norte com a escravidão deu-se primeiramente nas grandes cidades portuárias, a Nova Inglaterra era o centro do tráfico de escravos nas colônias, suprindo as colônias do Sul do país e Ilhas do Caribe com trabalhadores escravizados. As maiores concentrações de escravos estavam nos centros de agricultura e comércio dos condados. Apesar da posse relativamente pequena, a população escravizada concentrava-se em algumas cidades, em que compunha uma proporção bem alta dos habitantes; em algumas delas o crescimento da população negra chegou a ultrapassar em até 15% o crescimento da população branca livre.¹⁸¹ No fim do período colonial, a população escravizada de Connecticut era a maior de todas as colônias da Nova Inglaterra, enquanto Rhode Island possuía a maior porcentagem de escravizados; entre as colônias do centro, Nova York tinha o maior número de escravizados e a maior porcentagem no Norte, seguida por Nova Jersey.¹⁸²

¹⁸⁰ “New England” e “Middle Colonies”.

¹⁸¹ BERLIN, Ira. **Gerações de Cativoiro**. Uma História da Escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. p. 102

¹⁸² MCMANUS, Edgar J., **Black Bondage in the North**. Syracuse-NY: Syracuse University Press, 1973. p. 15; O número e proporção de escravizados levados a Nova York desde 1626 foi o maior de todo o

Os colonos do Norte não só possuíam escravos, mas estiveram intimamente ligados ao desenvolvimento e manutenção de outras sociedades escravistas, para as quais forneciam comida, trabalhadores escravizados, ferramentas etc. para plantações de açúcar, algodão e arroz. O profundo envolvimento da região norte, e mais especificamente da Nova Inglaterra, com o tráfico de escravos tem sido apontado pela historiografia como o fator crucial para o desenvolvimento e diversificação da economia na região, além de permitir o acesso contínuo ao trabalho negro escravizado.¹⁸³ No século XVIII, Rhode Island chegou a se tornar a colônia da América do Norte mais importante no comércio transatlântico de escravos. Em termos numéricos, a escravidão nos estados do Norte encontrou seu ápice durante a segunda metade do século XVIII, quando então, a partir do início da Guerra de Independência, os números começaram a cair. A demografia da escravidão do Norte em meados do século XVIII, quando há o início das importações de africanos, assemelhava-se muito às colônias de plantation do Sul, segundo Ira Berlin.¹⁸⁴

Apesar de estamos acostumados com a imagem de um Norte ‘livre’ em oposição ao Sul escravista, muitos autores afirmam que a escravidão e o tráfico de escravos moldaram profundamente as sociedades localizadas no norte dos Estados Unidos.¹⁸⁵ Os aspectos econômicos, demográficos e legislativos deixavam evidente a importância da escravidão para o desenvolvimento das colônias do Norte em diversos aspectos. No entanto, essa realidade se alterou substancialmente quando a Guerra de Independência contra a Inglaterra ofereceu aos escravizados novas oportunidades para desafiar a instituição escravista. A ideologia libertária que impulsionou os colonos rebeldes contra

Norte até 1827, quando a escravidão foi de fato abolida no estado. Cf. ROSS, Marc Howard. **Slavery in the North: forgetting history and recovering memory**. Philadelphia-PA: University of Pennsylvania Press, 2018, Edição Kindle (ebook), Cap. 2.

¹⁸³ Cf. BERLIN, Ira. **Gerações de Cativoiro...**, Op. cit.; CLARK-PUJARA, Christy M. **Slavery, emancipation and Black freedom in Rhode Island, 1652-184**. [Thesis for degree of Doctor of Philosophy]. University of Iowa, 2009; MELISH, Joanne P. **Disowning Slavery: Gradual Emancipation and 'Race' in New England 1780-1860**. Ithaca-NY: Cornell University Press, 1998; MCMANUS, Edgar J. **Black Bondage in the North...**, Op. cit.; ROSS, Marc Howard. **Slavery in the North: forgetting history...**, Op. cit.

¹⁸⁴ BERLIN, Ira. **Gerações de Cativoiro...**, Op. cit., p. 106-107

¹⁸⁵ Para McManus os lucros da escravidão possibilitaram a diversificação da economia no Norte: a indústria naval, destilarias, comércio de melaço, exportação de gêneros agrícolas. Além disso, artesão, marinheiros e fazendeiros dependiam do tráfico de escravos. Ver. MCMANUS, Edgar J. **Black Bondage in the North...**, Op. cit., p. 10-14; Joanne P. Melish enfatiza que, mesmo em locais onde o trabalho escravo era essencialmente feito no interior das residências, sua existência foi crucial para que as camadas brancas da sociedade se desenvolvessem outras atividades que não as de subsistência, estimulando assim o desenvolvimento da economia no Norte. Cf. MELISH, Joanne P. **Disowning Slavery...**, Op. cit., p.17-20

a metrópole afetou profundamente as concepções sobre escravidão e liberdade no norte dos Estados Unidos.

A guerra de independência criou um contingente de libertos, dentre os quais muitos adotaram a causa da liberdade universal para si, e nela a liberdade de suas famílias e amigos era parte imprescindível. Se, como afirma Robin Blackburn, o espírito de independência entre os colonos foi encorajado, dentre outros fatores, pela propagação de jornais e revistas, bem como pela circulação de panfletos¹⁸⁶, é possível que a população negra escravizada também tenha se beneficiado dessa experiência posteriormente.¹⁸⁷ As noções de igualdade e direitos humanos foram fundamentais para o engajamento da população negra no processo de perseguir sua liberdade, além disso, é possível identificar o manejo dessa linguagem nos tribunais, nas negociações em torno das condições de trabalho, em petições endereçadas ao poder legislativo, nos panfletos produzidos e distribuídos, etc.¹⁸⁸

Desde a declaração de independência, estabeleceu-se um acordo geral entre os líderes revolucionários de que os estados deveriam, individualmente, determinar o status da escravidão em seus territórios, bem como regular o tráfico de escravos em suas respectivas jurisdições.¹⁸⁹ O tráfico de escravos, que havia sofrido sanções durante o conflito, foi retomado posteriormente por comerciantes nos dois lados do atlântico. A discussão sobre o tráfico transatlântico mostra os limites nacionais em relação à questão da escravidão. Durante a elaboração da Constituição em 1787, ficou decidido que o governo federal não poderia legislar sobre o tráfico ou restringir a importação de escravos por um prazo de vinte anos.¹⁹⁰ E, apesar da escravidão não ser mencionada na Constituição, perpassa todo o texto.

Nesse cenário, a escravidão e sua abolição foram deixadas à competência dos estados e seus governadores, que deveriam decidir se, quando e como conduziriam o

¹⁸⁶ BLACKBURN, Robin. **The American Crucible: slavery, emancipation and human rights**. London: Verso, 2013, Edição Kindle (ebook), Cap. 6.

¹⁸⁷ Gary Nash documenta o engajamento da população negra livre da Filadélfia na luta contra a escravidão e construção de uma comunidade negra. Cf. NASH, Gary B. **Forging Freedom: The Formation of Philadelphia's Black Community, 1720-1840**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

¹⁸⁸ MCMANUS, Edgar J. **Black Bondage in the North...**, Op. cit.; NASH, Gary B.; SODERLUND, Jean R. **Freedom by Degrees: Emancipation in Pennsylvania and Its Aftermath**. New York: Oxford University Press, 1991.

¹⁸⁹ DRESCHER, Seymour. **Abolição...**, Op. cit., p. 129

¹⁹⁰ BERCOVICI, Gilberto. "A Constituição invertida: A Suprema Corte Americana no combate à ampliação da democracia", in: **Lua Nova**, São Paulo, v. 89, 2013. p. 117

processo de emancipação dos escravos. Parecia clara a incompatibilidade entre a escravidão e os valores defendidos pelos revolucionários da independência, e que era preciso buscar uma solução para esse problema. Tratava-se, portanto, de promover uma emancipação lenta, gradual e limitada, que não ferisse o cerne da propriedade privada. O assunto precisava ser conduzido de maneira lenta porque, afinal, os escravizados seguiam sendo vistos – contraditoriamente – como perigosos, inimigos, tolos e incapazes, ainda que fossem a partir de então também vistos como seres dotados de humanidade. Por isso, ainda que livres, essas pessoas precisariam ser controladas.

Entre 1780 e 1804, todos os estados do Norte aprovaram medidas para acabar com a escravidão em seus territórios, as soluções encontradas por cada um deles passariam por reformas graduais, que alteraram pouco a relação com a propriedade privada. Os estados que se propuseram a discutir a questão da escravidão mais detidamente acabaram promovendo a abolição libertando os filhos de mulheres escravizadas. Cria-se, assim, a noção de *ventre livre*, em que as mães permaneceriam sendo escravas, enquanto seus ventres passavam a gerar crianças supostamente livres. Os estados aqui analisados: Pensilvânia, Connecticut, Rhode Island, Upper Canada, Nova York e Nova Jersey, promulgaram leis “*post nati*”,¹⁹¹ para libertar as gerações futuras. Essas experiências acabaram definindo uma base comum que será usada posteriormente nas libertações do ventre que se disseminaram pelo atlântico, desembocando no caso brasileiro, quase um século mais tarde e último deles.

Em muitos estados do Norte as organizações religiosas desempenharam um papel ativo, quando não decisivo, no processo de emancipação escrava. Dentre elas, os mais notáveis eram os *Quakers*, com uma presença notória no estado da Pensilvânia, onde o florescimento do abolicionismo resultou em grande parte de sua persistência e oposição à escravidão, algo que para eles era incompatível com o verdadeiro espírito cristão.¹⁹² Os *Amigos*¹⁹³ começaram o processo de libertação dentro de sua própria congregação religiosa. Em 1758 o encontro anual da Pensilvânia estipulou que os membros que vendessem ou comprassem escravos deveriam ser excluídos de reuniões e da igreja, em 1773 os *Quakers* da Nova Inglaterra concordaram que seus membros deveriam libertar todos seus escravizados, independentemente da idade dos cativos. Seguindo a liderança

¹⁹¹ “Após o nascimento”, tradução nossa.

¹⁹² Cf. LITWACK, Leon F. **North of Slavery: The Negro in the Free States, 1790-1860**. Chicago: University of Chicago Press, 1961.

¹⁹³ Como eram chamados os membros da “Society of Friends”, organização quaker.

Quaker da Pensilvânia, encontros anuais na Nova Inglaterra, Nova York, Baltimore, Virgínia e Carolina do Norte adotaram medidas similares.¹⁹⁴

Na Pensilvânia, os Quakers também participaram ativamente da *Sociedade para a Abolição da Escravidão*, organizada em 1775, e cujos primeiros esforços foram de garantir uma lei de abolição para o estado e proteger os libertos de sequestros que visavam a venda e reescravização. Ainda que os *Quakers* tenham se mobilizado em outros estados, sua longa tradição e organização no estado da Pensilvânia acabou proporcionando ganhos já durante a guerra de independência.¹⁹⁵ Apesar disso, o declínio rápido da escravidão no estado no último terço do século XVIII, segundo Gary Nash, não tem relação estreita com o humanitarismo de legisladores e proprietários, como tem sido interpretado. O autor elenca uma série de fatores, como o desgaste demográfico da população negra, vendas para outros estados, renovação da mão de obra branca, duras taxas sobre a importação de escravos, alta mortalidade e fugas que, combinados, teriam contribuído de maneira complexa para o declínio da escravidão observado primeiro na Filadélfia – maior cidade do estado – e depois na Pensilvânia como um todo.¹⁹⁶

Ao longo dos debates travados, a solução mais viável para a escravidão pareceu ser a manumissão dos escravizados mais jovens, que deveriam cumprir um período de servidão legal previamente estabelecido, isso porque a geração atual, segundo a visão da época, não estaria ‘preparada’ para a liberdade.¹⁹⁷ O trabalho forçado imputado às gerações mais jovens seria uma forma de prepara-las para liberdade e ao mesmo tempo indenizar senhores pela liberdade, cumprindo dois papéis importantes: preservar o direito de propriedade e permitir que as classes proprietárias seguissem controlando a população negra.

O *Gradual Emancipation Act*, de 1780, emancipava crianças negras que nascessem de mulheres escravizadas, mas requeria que os rebentos servissem aos senhores de suas mães até os 28 anos. Os (ex) proprietários seriam obrigados a educá-los e ‘prepará-los’ adequadamente para a liberdade. Caso as crianças não fossem registradas

¹⁹⁴ Ibidem, p. 12-13; ZILVERSMIT, Arthur. **The First Emancipation: The Abolition of Slavery in the North**. Chicago: University of Chicago Press, 1967, p. 75-80

¹⁹⁵ ZILVERSMIT, Arthur. **The First Emancipation...**, Op. cit., p. 124-126

¹⁹⁶ NASH, Gary B.; SODERLUND, Jean R. **Freedom by Degrees...**, Op. cit., p. 75-76

¹⁹⁷ ZILVERSMIT, Arthur. **The first emancipation...**, Op. cit., p. 126-127

pelos senhores até uma data determinada pela lei, deveriam ser libertadas.¹⁹⁸ Após as eleições de 1780, a assembleia do estado foi inundada de petições por parte dos proprietários que não haviam registrado seus cativos dentro do prazo estipulado, e em resposta, a assembleia aceitou revisar a lei em março de 1781, estendendo o período de registo para janeiro de 1782. Isso significava devolver para a escravidão pessoas que já deveriam ter sido emancipadas pela lei. A população liberta da Filadélfia reagiu imediatamente à situação, e várias pessoas negras peticionaram à legislatura para derrubar a alteração. Seis meses depois, em uma nova votação, novas petições foram enviadas pelos libertos:

Não podemos nós mesmos acreditar que esta casa honorável, possuidora de tais sentimentos de humanidade e benevolência, passará um ato para fazer daqueles a quem eles libertaram por lei, e a quem eles restauraram ‘as bençãos comuns a que tinham, por natureza, direito’¹⁹⁹

Segundo o estudo de Gary Nash, no mesmo dia em que essas petições foram recebidas pela legislatura, uma proposta de emenda à lei foi derrotada, e cinco dias depois, a tentativa de reescravizar aqueles que já haviam recebido sua liberdade também sucumbiu.²⁰⁰ Era comum que os senhores vendessem os escravizados para estados do Sul, e neste contexto de emancipação, os proprietários passaram a transportar principalmente mulheres grávidas para outros estados, com o objetivo de que as crianças nascessem escravas, e por isso não pudessem ser emancipadas pelo *Gradual Emancipation Act*. Em vista disso, uma ação conjunta entre a *Sociedade Abolicionista da Pensilvânia* e a *Sociedade dos Amigos* colheu cerca de 2 mil assinaturas reivindicando uma emenda à lei de 1780, para tornar ilegal que navios negreiros aportassem na Filadélfia, porque eles estariam facilitando o transporte de crianças nascidas ‘livres’ após 1780 na Pensilvânia para estados escravistas; ademais, era preciso proibir a venda de mulheres grávidas para estados do Sul, onde suas crianças nasceriam escravas.²⁰¹

A emenda: “*An Act to Explain and Amend an act entitled ‘An Act for the Gradual Abolition of Slavery’*”, de 1788, foi expedida para prevenir os ‘*males e abusos surgidos*

¹⁹⁸ GENERAL ASSEMBLY OF PENNSYLVANIA. **An Act for the Gradual Abolition of Slavery (1780)**. The Avalon Project: Documents in law, History and Diplomacy. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/18th_century/pennst01.asp>. Acessado em: 03 Fev. 2021

¹⁹⁹ “We cannot persuade ourselves to believe that this honourable house, possessed of such sentiments of humanity and benevolence, will pass an act to make slaves of those whom they have freed by law, and to whom they have restored ‘the common blessings they were by nature entitled to.’”. NASH, Gary B; SODERLUND, Jean R. **Freedom by Degrees ...**, Op. cit., p. 64-65, tradução nossa.

²⁰⁰ Ibidem, p. 65

²⁰¹ Ibidem, p.107-108

a partir da lei aprovada em 1780'. Ela foi responsável por proibir proprietários de transportarem mulheres escravizadas grávidas para outros estados com a intenção de que seus filhos nascessem escravos, ainda estipulou multas para o sequestro de escravos e proibiu a separação de famílias negras por mais de dez milhas de distância.²⁰² Os dispositivos mobilizados pela emenda evidenciam uma infinidade de métodos empregados anteriormente para burlar a lei e impedir a emancipação concreta da população escravizada. A lei de 1780 e a emenda de 1788 foram conquistadas também por libertos,²⁰³ e acabaram criando um ambiente hostil aos proprietários de escravos, sobretudo na Filadélfia, onde se consolidou uma comunidade negra forte e significativamente grande no norte do país.²⁰⁴

No século XIX, a população negra encontrou-se em um novo sistema de trabalho forçado, com experiências distintas para homens e mulheres. Na Filadélfia, as mulheres escravizadas eram empregadas majoritariamente como domésticas, o que, apesar da preferência por homens escravizados, fazia com que houvesse uma divisão sexual dos cativos, em que as mulheres se concentravam na cidade e os homens no interior.²⁰⁵ Segundo Erica Armstrong Dunbar, a proporção de manumissões passou a se alterar na década de 1790, quando homens passaram a ser mais libertados do que mulheres, além disso, de 1780 a 1820 havia predomínio de mulheres negras entre os servos contratados na cidade, sendo que as mulheres cumpriam períodos mais longos de contrato, e, portanto, passavam a maior parte de suas vidas como servas.²⁰⁶ Em suma, as mulheres negras da Filadélfia foram as últimas a conquistar suas liberdades. Isso porque, no processo de desmantelamento da escravidão, os últimos a libertarem seus escravos foram aqueles que os utilizavam no serviço doméstico, trabalho ocupado predominantemente por mulheres.

Posteriormente, o trabalho doméstico exercido por mulheres negras foi vital para compor a segurança material das famílias negras livres em formação no Norte, haja vista que, entre as famílias negras, a parceria econômica entre homens e mulheres era indispensável. Ainda que a emancipação tenha ocorrido em etapas e com diferenças

²⁰² "Pennsylvania Legislation Relating to Slavery", in: **Adams County History**, v. 9, n. 1, Article 8. Disponível em: <<https://cupola.gettysburg.edu/ach/vol9/iss1/8>>. Acessado em 03 Feb. 2021.

²⁰³ A comunidade negra da Filadélfia participou ativamente das petições, mesmo antes da lei de 1788.

²⁰⁴ A população negra livre da cidade quadruplicou entre 1783 e 1790, quando o primeiro censo federal realizado, apontou a existência de 183 domicílios negros independentes, contendo 950 pessoas, destes lares, 14% eram liderados por mulheres. Cf. NASH, Gary B. **Forging Freedom...**, Op. cit., p. 76

²⁰⁵ DUNBAR, Erica Armstrong. **A Fragile freedom**: African American women and emancipation in the antebellum city. New Haven: Yale University Press, 2008, p. 12-13

²⁰⁶ Ibidem, p. 28

marcadas pelo gênero, em uma única geração, a maior cidade da Pensilvânia abrigaria a maior população negra livre da nova nação estadunidense, e sua comunidade negra foi responsável por lançar as bases de igrejas, escolas e sociedades negras gratuitas para todo o país.²⁰⁷ O processo legislativo aprovado na Pensilvânia serviu como modelo para outros estados que, aos poucos, também foram adotando medidas semelhantes, e conforme a emancipação gradual ia se difundindo pelo Norte, os cativos a aceleravam por conta própria, fugindo ou se organizando coletivamente.

Em 1784, simultaneamente Connecticut e Rhode Island, os dois estados da Nova Inglaterra com as maiores concentrações de escravizados, também iniciaram seus processos de emancipação gradual. As leis aprovadas em ambos eram muito similares em sua essência, porém com diferenças na linguagem empregada e nos mecanismos conduzidos em cada uma delas, refletindo as nuances das relações raciais observadas em cada um desses lugares. Ademais, elas refletiram também o legado de propostas anteriores apresentadas em suas assembleias, e a influência daquilo que havia sido estabelecido pela Pensilvânia anteriormente.

Em Connecticut,²⁰⁸ a lei de abolição gradual de 1784 foi, na verdade, uma emenda ao “*An Act Concerning Indian, Molatto, and Negro Servants and Slaves*”, segundo o qual crianças nascidas a partir do dia 1 de março daquele mesmo ano não poderiam ser mantidas em condições de servidão/escravidão.²⁰⁹ Ao atingir 25 anos, elas deveriam ser livres, independentemente do status que suas mães ou parentes tivessem no momento do nascimento da criança. O estatuto evidenciava uma tentativa de balancear o impulso antiescravista e os direitos dos indivíduos sobre sua propriedade escrava, e precisa ser entendido enquanto parte de um quadro jurídico que já vinha se construindo dentro do estado.²¹⁰

O documento delimitou um sistema complexo de apreensões, multas, castigos físicos e outras punições para população negra em diferentes atividades consideradas

²⁰⁷ NASH, Gary B. **Forging Freedom....**, Op. cit., p. 74-76

²⁰⁸ Ao lado de Rhode Island, Connecticut era o estado com maior concentração de escravos da região da Nova Inglaterra.

²⁰⁹ STATE OF CONNECTICUT. **Acts and Laws of the State of Connecticut in America**. New London: Governor and Company of the State of Connecticut, 1784. p. 234-235. Disponível em: <<https://archive.org/details/actsandlawsstat00lawgoog/page/n255/mode/2up>>. Acessado em 07 Jan. 2021.

²¹⁰ MENSCHER, David. “Abolition Without Deliverance: The Law of Connecticut Slavery (1784-1848)”, in: **Yale Law Journal**, v. 111, 2001, p. 189. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.yale.edu/ylj/vol111/iss1/4xtv>>. Acessado em 17 Nov. 2020.

ilegais. Para aqueles nascidos antes de março de 1784, a manumissão era uma das poucas saídas possíveis do cativeiro, e ainda assim a decisão de libertar ou não seguiu sendo prerrogativa inquestionável dos proprietários. A cláusula de abolição em si, para Joanne Pope Melish, acabou construindo uma oposição entre acabar com a escravidão e preservar direitos individuais, que seriam estritamente brancos, e dos quais escravos e libertos permaneceriam excluídos, independentemente de seu status quando a escravidão chegasse ao fim.²¹¹ Mesmo as crianças que seriam futuramente libertadas, permaneceram em um limbo de trabalho mandatário e sem compensação, em que não eram escravas, não eram servas contratadas, e com certeza não eram livres. Ademais, escravos e crianças seguiam podendo ser vendidos para fora do estado porque apenas em 1792 foi aprovada uma lei estipulando multas para a exportação de escravizados.

Rhode Island também aprovou legislação semelhante em 1784, mas sua lei apresentava uma retórica mais idealista, refletindo a influência *Quaker* daqueles que a haviam rascunhado, e do discurso revolucionário sobre os direitos naturais aplicado ao problema da escravidão.²¹² Além de possuir uma grande concentração de escravizados, Rhode Island era um pilar para o tráfico de escravos na região. Em 1784, quando sua lei de abolição gradual foi aprovada definitivamente, os mercadores de escravos do estado haviam transportado mais de 70.000 escravos para as Américas. Sendo assim, em Rhode Island o trabalho escravo e, principalmente, os *‘negócios da escravidão’* – forma como eram chamadas uma infinidade de transações comerciais que envolviam os escravizados – eram essenciais para a estabilidade econômica do estado.²¹³

A lei *“An Act authorizing the Manumission of Negroes, Mallattoes, & others, and for the gradual Abolition of Slavery”*²¹⁴ declarava que nenhuma criança nasceria escrava nos limites do estado a partir de 1 de março de 1784, extinguindo a ‘escravidão para a vida’, ou a escravidão de crianças *‘em função da condição de suas mães’*. As crianças

²¹¹ Segundo Joanne P. Melish, a lei de Connecticut, ao regular os comportamentos de pessoas negras e mestiças, livres ou não, codificou um status legal permanente de diferença. Ver: MELISH, Joanne P. **Disowning Slavery...**, Op. cit., p. 70

²¹² MELISH, Joanne P. **Disowning Slavery...**, Op. cit., p.71

²¹³ *‘businesses of slavery’*. Cf. CLARK-PUJARA, Christy M. **Slavery, emancipation and Black freedom in Rhode Island...**, Op. cit. p.94

²¹⁴ GENERAL ASSEMBLY OF THE GOVERNOR AND COMPANY OF THE STATE OF RHODE-ISLAND. **An Act authorizing the Manumission of Negroes, Mullattoes, & others, and for the gradual Abolition of Slavery (1784)**. Rhode Island Department of State: Published Public Laws, Acts & Resolves, General Statutes (1647-2015). Disponível em: https://sosri.access.preservica.com/uncategorized/digitalFile_cb907aee-887d-4c77-9cdd-88ac56b0ec9c/. Acessado em 06 Maio. 2021.

serviriam aos proprietários das mães até os 18 anos, se fossem meninas, e até os 21 anos se meninos; e o poder público seria responsável por mediar os contratos de trabalho. Além disso, a lei de Rhode Island foi a única a tratar da maternidade e convívio entre mães e filhos diretamente em seu texto:

E, considerando que **a Humanidade requer que as Crianças** declaradas livres, conforme supracitado, **permaneçam com suas mães um tempo conveniente após seu nascimento**, para permitir, portanto, aqueles que reivindicam o serviço de tais mães manter e apoiar tais crianças de maneira apropriada, é promulgado ainda **que tal apoio e manutenção serão por conta da respectiva cidade onde residem e são assentados**, desde que as respectivas câmaras municipais possam vincular tais crianças como aprendizes, ou de outra forma providenciar seu apoio e manutenção.²¹⁵

Evocando ideias de humanidade e direitos fundamentais que reforçavam a necessidade de crianças permanecerem com suas mães por um determinado período, a lei destinava o encargo financeiro dos cuidados aos municípios, como uma forma de certificar seu cumprimento. É possível que a tentativa de financiar o tempo de convivência obrigatória entre mães e filhos procurasse coibir possíveis vendas e subseqüentes separações. A própria ideia de estipular um tempo mostra que talvez as separações fossem mais comuns do que se tem registro, já que, apesar de ter direito ao serviço das crianças, os senhores poderiam dispor do trabalho das mães como lhes parecesse melhor. É possível também que a condição financeira de alguns pequenos proprietários não permitisse o cuidado e suporte adequado às crianças, que possivelmente morreriam cedo, e por isso o poder público tentou subsidiar. Ainda que fosse semelhante à legislação de Connecticut em sua essência, a lei de Rhode Island diferia radicalmente em sua concepção sobre as crianças afetadas por ela, já que nessa mesma esteira, previa seu suporte financeiro e instrução dentro dos fundamentos da “moralidade e religião, de leitura, escrita e aritmética”.²¹⁶

Segundo Christy M. Clark-Pujara, os anúncios dos anos 1790 divulgavam fugas constantes de mulheres com filhos menores de quatro anos,²¹⁷ o que sugere uma tentativa de livrar os filhos dos anos de prestação de serviços, ou mesmo de que, na concepção dessas mães, as crianças teriam poucas chances de sobreviver naquele contexto; talvez quatro anos fosse a idade da separação, não sabemos. Contudo, uma emenda aprovada

²¹⁵ Ibidem, p. 7, tradução nossa, **grifo nosso**.

²¹⁶ MELISH, Joanne P. **Disowning Slavery...**, Op. cit., p. 71

²¹⁷ CLARK-PUJARA, Christy M. **Slavery, emancipation and Black freedom in Rhode Island ...** p. 108.

em 1785 transferiu toda a responsabilidade financeira em relação às crianças, antes prevista ao Estado, para o poder privado. Dessa maneira, os senhores se tornavam responsáveis pelas crianças, com direito aos seus serviços sem necessidade de contrato ou supervisão, aproximando-as da mesma condição de servidão e incerteza observada no caso de Connecticut.²¹⁸

Nesse cenário, um vizinho próximo também aprovou lei semelhante em 1793. O Upper Canada, território que fazia divisa com o estado de Michigan, era um território muito novo, fundado em 1791 e pertencente ao Império Britânico. Sua lei: “*An Act to Prevent the further Introduction of Slaves and to limit the Term of Contracts for Servitude Statutes of Upper Canada*” proibia a entrada de qualquer pessoa que fosse levada na condição de escrava ou com a intenção de ser escravizada, contudo, ela não interferia no direito de propriedade daqueles que já estivessem estabelecidos na colônia. A partir de sua aprovação, as crianças nascidas de mulheres escravizadas precisariam prestar serviços até os 25 anos, elas deveriam ser registradas até três meses após seu nascimento, e em caso de negligência o proprietário seria punido. Era obrigação dos senhores vestir e alimentar as crianças, e, em caso de libertação, os proprietários precisavam assegurar às autoridades que essas pessoas não seriam onerosas ao poder público.²¹⁹ Segundo Robin Blackburn, a notícia da lei aprovada no Upper Canada foi recebida com entusiasmo pela metrópole inglesa, tida como uma vitória do movimento abolicionista. O governador responsável havia sido enviado de Londres no auge das campanhas abolicionistas dos anos 1780 contra o tráfico, das quais havia feito parte, e seu posicionamento pode ter auxiliado o processo.²²⁰

Em 1793 também foi aprovada a primeira “*Fugitive Slave Act*” pelo congresso dos Estados Unidos, a lei permitia que proprietários e seus ‘agentes’ procurassem por escravizados fugidos nas fronteiras dos estados livres do Norte.²²¹ Coincidentemente ou não, a passagem desses dois atos em lados opostos da fronteira

²¹⁸ MELISH, Joanne P. **Disowning Slavery...**, Op. cit., p. 72-73

²¹⁹ FIRST PARLAMENT OF UPPER CANADA. **An Act to Prevent the further Introduction of Slaves and to limit the Term of Contracts for Servitude (1793)**. Statutes of Upper Canada. Archives of Ontario. Disponível em: http://www.archives.gov.on.ca/en/explore/online/alvin_mccurdy/big/big_03_anti_slavery_act.aspx. Acessado em 23 Out. 2020.

²²⁰ BLACKBURN, Robin. **The American Crucible...**, Op. cit., Edição Kindle (ebook), Cap. 7

²²¹ THE SENATE OF THE UNITED STATES. “Fugitive Slave Act of 1793”, in: **Acts of Congress**. Annals of Congress, 2nd Congress, 2nd Session, February, 1793. The Library of Congress: American Memory. p. 1414-1415. Disponível em: <https://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=llac&fileName=003/llac003.db&recNum=702> Acessado em: 08 Maio. 2021.

certamente tornou o Canadá um lugar mais atrativo e destino dos escravizados fugidos, já que a partir de então eles poderiam ser capturados mesmo nos estados livres dos Estados Unidos. Não à toa, o Upper Canada acabou se consolidando, posteriormente, como um refúgio de escravizados nos primórdios do que seria a famosa Underground Railroad.²²²

Nova York e Nova Jersey, os últimos estados do Norte a seguirem o caminho da abolição gradual, eram cruciais para a consolidação do sucesso abolicionista na região norte porque nos dois estados havia um forte discurso a favor da escravidão e da propriedade, sobre a má conduta dos libertos e seu despreparo para liberdade, além de pouca organização abolicionista. O Estado de Nova York aprovou sua lei de abolição gradual em 4 de julho de 1799. O documento declarava livres as crianças nascidas de mães escravas, devendo elas serem providas e educadas pelos senhores de suas mães, a quem deveriam prestar serviço, homens até os 28 anos, e mulheres até os 25.²²³ A lei aprovada era muito semelhante a outro projeto que havia sido discutido em 1785, e que não havia sido aprovado porque privava a população negra de direitos – como o casamento com brancos e o voto –, o que era visto como algo altamente perigoso pelas autoridades.²²⁴ No entanto, em 1799 não houve resistência, a lei foi aprovada e população negra foi privada destes direitos. A diferença mais importante entre a lei e o projeto de 1785 foi o direito de abandono das crianças garantido aos senhores, mediante uma taxa de reembolso a eles. As crianças, nesta situação, poderiam ser mandadas para outros senhores após o abandono– ou para os mesmos, nas mesmas condições, fato que levou autores a caracterizarem essa cláusula como um esquema disfarçado de compensação aos proprietários.²²⁵

Como no estado de Nova York, em Nova Jersey havia um discurso muito forte a favor da escravidão e da propriedade, além de pouca mobilização entre abolicionistas. Em 1798, enquanto a legislatura revisava o código escravo, houve uma tentativa de inserir a abolição gradual, derrotada por apenas um voto. Com toda a resistência, só em 1803 a assembleia de Nova Jersey mostrou-se receptiva a uma proposta de emancipação. Em

²²² COOPER, Afua. “Acts of Resistance: Black Men and Women Engage Slavery in Upper Canada, 1793-1803”, in: **Ontario History**, v. 99, n. 1, 2007. p. 15

²²³ STATE OF NEW YORK. **An Act for The Gradual Abolition of Slavery (1799)**. Acts of State Legislature - Laws of 1799, Chapter 62. New York State Archives. Disponível em <<https://digitalcollections.archives.nysed.gov/index.php/Detail/objects/10815>> Acessado em 08 Maio. 2021.

²²⁴ HARRIS, Leslie M. **In the Shadow of Slavery: African Americans in New York City (1626-1863)**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003, p.57-60

²²⁵ ZILVERSMIT, Arthur. **The First Emancipation...**, 1967, p.182

fevereiro de 1804, a *Abolition Society* apresentou uma proposta eloquente em favor da emancipação, afirmando que se emancipar os vivos era violar os direitos de propriedade, esse argumento não poderia ser aplicado à emancipação da geração futura. Após dias de intenso debate, e depois de adicionada uma cláusula que permitia o abandono, como em Nova York, a lei foi aprovada pela maioria. A partir de 4 de julho de 1804, todas crianças negras nascidas de mães escravas no estado de Nova Jersey estariam livres, com a condição de prestarem serviços até os 25 anos se fossem homens, e até 21 anos, caso fossem mulheres.²²⁶ A lei não fez provisões às crianças para o ‘período’ que estivessem servindo aos senhores, ademais, a cláusula de abandono foi revogada posteriormente em razão das pesadas taxas sobre o estado e o alto índice de abandono por parte dos senhores.²²⁷

Essas leis de emancipação, aprovadas pelos estados do norte dos Estados Unidos, ainda que reconhecessem a humanidade e igualdade dos escravizados, reforçavam visões sobre a dependência e corrupção moral da população negra de modo geral. Nesse contexto, a solução encontrada foi libertar gerações futuras, que passariam longos anos em sistemas de servidão muito semelhantes às condições de escravidão anteriores; e ainda assim, a educação das crianças ficaria a cargo de antigos proprietários, acomodados às práticas escravistas.

O tempo de servidão compulsória podia variar de acordo com o sexo das crianças, e era sempre maior entre os homens, o que podia estar relacionado ao alto valor dos trabalhos especializados exercidos por eles, bem como à tentativa dos senhores de evitar qualquer encargo financeiro com novas crianças que pudessem nascer de suas servas, já em idade fértil.²²⁸ Além disso, a servidão estipulada para crianças negras foi, majoritariamente, diferente daquela que já era aplicada às crianças brancas. É possível identificar o preparo da criança branca pobre para a cidadania, enquanto a criança negra estava, acima de tudo, pagando seus ‘débitos’ com senhores. Os estatutos de emancipação gradual acabaram criando uma categoria conceitualmente nova de liberdade e cidadania, que não era igual para brancos e negros.²²⁹

²²⁶ STATE OF NEW JERSEY. **An Act for The Gradual Abolition of Slavery (1804)**. The Library of Congress: American Memory. Disponível em:

<https://www.loc.gov/resource/rbpe.0990100b/?st=text> Acessado em: 08 Maio. 2021.

²²⁷ ZILVERSMIT, Arthur. **The First Emancipation...**, Op. cit., p. 198

²²⁸ HARRIS, Leslie M. **In the Shadow of Slavery...**, Op. cit., p. 57

²²⁹ MELISH, Joanne P. **Disowning Slavery...**, Op. cit., p. 86-88

Para Joanne Pope Melish, essas transformações confirmam aquilo que Frederick Douglass pontuou como sendo uma passagem em que as pessoas negras deixavam de ser escravas de indivíduos para se tornarem “*escravas da comunidade*”, uma vez que o poder público, após a aprovação dessas leis, seguiu impondo uma série de discriminações sociais e políticas, restringindo suas liberdades e limitando seus ganhos.²³⁰ A discriminação nos estados do Norte, legal e extralegal, buscou restringir a população negra em todos os âmbitos de suas vidas.²³¹ Além disso, os estados do Norte, apesar da aprovação de leis de abolição, seguiram, como antes, participando e alimentando o sistema escravista de outros lugares. Sua ascensão e diversificação econômica no final do século XVIII esteve intimamente ligada com o comércio de alimentos para as Índias Ocidentais, e, antes da Guerra Civil, toda a economia do Norte dependia fortemente do algodão cultivado por milhares de escravizados das *plantations* do Sul do país.

América Latina

Uma onda de revoluções invadia o mundo atlântico, causando mudanças drásticas nas estruturas das sociedades, e cada uma delas afetaria a América Latina não só pela força do exemplo e influência, mas também pelos impactos geopolíticos sentidos.²³² A Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas tiveram impacto direto sobre a América Latina, sobretudo quando, em 1807-1808, forças francesas invadiram a península ibérica e derrubaram a monarquia espanhola, o que acabou produzindo uma crise de legitimidade política na América hispânica. Sem ter um rei a quem responder, as elites *criollas* precisaram tomar decisões para se manter no poder, e uma vez que a América espanhola não poderia continuar sendo “uma colônia sem uma metrópole”, suas elites procuraram maneiras de consolidar seu poder sem depender diretamente da monarquia.²³³

A tentativa de preservar o Império espanhol deu-se primeiro pelas Cortes de Cádiz, que reuniu representantes de todas as províncias e colônias espanholas e que naquele momento foram ‘promovidas’ a partes do império, e não apenas colônias. Cádiz

²³⁰ Ibidem, p.86-87

²³¹ Por exemplo, quase todos os estados do norte restringiram a migração de pessoas negras para os seus territórios. Cf. LITWACK, Leon F. **North of Slavery...**, Op. cit., p. 64

²³² Revolução Americana (1776-1783); Revolução Francesa (1789-1799); Revolução Haitiana/Revolta de Saint-Domingue (1791-1804).

²³³ LYNCH, John. “As origens da Independência da América espanhola”, in: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da independência a 1870**, volume III. São Paulo: EDUSP, 2018, p. 71-72

teve como resultado uma Constituição, em 1812.²³⁴ Nesse contexto, as discussões em torno dos limites da cidadania foram centrais, e os conflitos mais acirrados aconteceram em torno da representação dos não brancos livres, que eram a maioria da população na América espanhola. Ao fim das Cortes, foram concedidos direitos políticos aos europeus, brancos, índios e *mestizos*, os descendentes livres de africanos foram excluídos com o apoio dos representantes americanos que estavam em Cádiz.²³⁵ A questão da igualdade racial e abolição da escravidão, por outro lado, foram prontamente rejeitadas.²³⁶ Dessa forma, dentro do Império espanhol, cada região resolveu a questão da escravidão e tráfico de escravos de uma maneira própria.

A complexidade da estrutura das sociedades latino-americanas marcou o processo de suas revoluções/independências, isso porque a América espanhola não era nem esmagadoramente branca e livre como a América do Norte de fins do século XVIII, nem predominantemente negra e escravizada como as colônias francesas – especialmente Saint-Domingue. Na América espanhola continental, os cativos perfaziam cerca de 10% da população total, algo semelhante ao norte dos EUA, mas, por outro lado, sua população livre era majoritariamente não branca. Desta maneira, como aponta Seymour Drescher, a variante hispano-americana seria marcada por sua especificidade, o que, contudo, não a isentou de um resultado tão ambíguo quanto o de suas predecessoras no que diz respeito ao destino da escravidão.²³⁷

Os eventos do século XVIII muniram a América Latina com alguns “modelos” de revolução possíveis. A experiência haitiana deixava claro o poder explosivo de forças contidas na estrutura de sociedades fundamentadas pelo trabalho escravo e racialmente demarcado. Para as classes dominantes, o exemplo do Haiti trazia lições evidentes, das quais a principal era o perigo de que a revolução política se transformasse em uma revolução social.²³⁸ Por outro lado, a mera existência dos Estados Unidos exercia grande impacto sobre os países da América, como o exemplo mais próximo de liberdade e republicanismo, funcionando como uma inspiração constante para a América

²³⁴ Os conflitos no Rio da Prata já haviam iniciado e por isso as Províncias do Rio da Prata não sofreram influência direta da Constituição de Cádiz.

²³⁵ DRESCHER, Seymour. *Abolição...*, Op. cit., p. 266

²³⁶ Ainda que tenha sido rejeitada, medidas foram propostas. E as discussões de Cádiz não impediram que rumores sobre o fim da escravidão se espalhassem entre as populações. Homens e mulheres escravizadas de Porto Rico, segundo relato do governador local, estavam comentando acerca de sua liberdade supostamente concedida nas Cortes e espalhando notícias sobre sua implementação em 1812. Cf. SCHMIDT-NOWARA, Christopher. *Slavery, Freedom, and Abolition in Latin America and the Atlantic World*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 144-145

²³⁷ DRESCHER, Seymour. *Abolição...*, Op. cit. p. 256

²³⁸ ANDREWS, George R. *América Afro-Latina...*, Op. cit., p. 84

espanhola.²³⁹ Os movimentos de independência hispano-americanos iniciaram-se nas periferias onde o trabalho escravo estava localizado mais fortemente, e foram convocados pelas elites locais que passaram a tomar o poder das autoridades espanholas em 1809 e 1810. Antes do contexto de independência, a abolição da escravidão era uma ideia impraticável em toda a América Latina, mas para os escravizados a associação entre independência nacional e liberdade foi algo evidente. Tal como nos Estados Unidos, na América espanhola as guerras de independência acabaram sendo um golpe certo contra a escravidão, contando com a participação ativa dos próprios escravizados.

No contexto de formação das repúblicas latino-americanas e guerras de independência, as *Leis de Ventre Livre* foram aprovadas tanto no início dos conflitos, como forma de estimular a participação negra e escravizada, quanto no fim dos confrontos, de modo a recompensar o serviço militar prestado pela população negra com o encaminhamento da abolição. Tanto a proibição do tráfico quanto as leis de ventre livre foram marcadas por idas e vindas, o tráfico, por exemplo, foi reativado em algumas regiões, enquanto lugares como Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela acabaram estendendo muito o tempo de prestação de serviço dos libertos em decorrência das leis.²⁴⁰ Quando se tornam independentes, os países latino-americanos tinham exemplos de experiências já consolidadas pelos estados do norte dos EUA, local visitado por muitos dos líderes dos movimentos de independência e com o qual mantinham um comércio que ia além de mercadorias e serviços, era também de livros e ideias.²⁴¹

O Chile iniciou sua experiência de governo autônomo em 1810, quando uma primeira junta de governo se estabeleceu em Santiago. É no contexto de um conflito quase permanente entre facções políticas e aprofundamento revolucionário que, em outubro de 1811, o recém organizado Congresso Nacional do Chile decretou o fim do tráfico de escravos e a liberdade do ventre cativo. Ao proibir a entrada de novos escravos, a lei declarava livres os filhos de escravas, como uma forma de ‘consolo’ aos que ainda permaneceriam em cativeiro. Para evitar a venda de mulheres grávidas, a lei declarava “*igualmente libres seus ventres*”, e por consequência os “produtos” deles.²⁴² Examinando

²³⁹ Cf. LYNCH, John. **As origens da Independência da América espanhola...**, Op. cit., p. 67

²⁴⁰ ANDREWS, George R. **América Afro-Latina...**, Op. cit., p. 96

²⁴¹ Cópias da constituição federal e da declaração e independência foram traduzidas para o espanhol e enviadas para a região por comerciantes norte-americanos. Cf. LYNCH, John. **As origens da Independência da América espanhola...**, Op. cit., p. 67

²⁴² “Colección de las leyes i decretos del gobierno desde 1810 hasta 1823: Publicada con la autorización i revisión competente”, in: **Gaceta ministerial. (1846)**. Santiago: Imprenta chilena, p. 29. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.a0009177874&view=1up&seq=34>>. Acessado em: 20 Dez. 2020.

registros judiciais no Chile entre 1810 e 1823, Carolina González apontou a recepção de “novas ideias” que circulavam nos espaços públicos pelos tribunais de justiça após um ano da aprovação das leis contra a escravidão. Segundo a autora, a documentação judicial revisada comprova que o decreto de 1811 mudou o repertório dos discursos até então manejados por agentes da justiça, escravizados e senhores, sendo comum nos litígios perpetrados por mães, escravizadas ou libertas, a oposição entre a figura de uma mãe amorosa e um senhor tirânico e cruel.²⁴³

O Chile foi o primeiro dentre os latino-americanos a implementar uma legislação gradual, sua influência pôde ser identificada em lugares que faziam menção à lei chilena, e optaram por seguir um caminho semelhante, em especial na Região do Rio da Prata. A publicação, em dezembro de 1811, de um resumo das providências tomadas pelo Chile em relação à escravidão pela *La Gaceta de Buenos Aires*, e uma carta endereçada aos “escravos e seus filhos” em um jornal editado pelas alas mais radicais da revolução rio platense em agosto de 1812,²⁴⁴ dão indícios de que existia um trânsito de informações durante o período revolucionário.²⁴⁵

A região do Rio da Prata estabeleceu uma junta de governo *criolla* em 1810, localizada em Buenos Aires. Em janeiro de 1813, a liberdade do ventre foi decretada para crianças nascidas a partir do dia 31 de janeiro do mesmo ano no Primeiro Congresso Constituinte das Províncias Unidas do Rio da Prata. Posteriormente, o “*Reglamento para la educación y ejercicio de los libertos*”²⁴⁶ sublinhou o caráter condicional e extremamente limitado da liberdade que havia sido ‘concedida’. Nele, as crianças eram consideradas libertas – não livres, uma distinção fundamental porque abria um novo repertório para que se regulasse a vida das crianças emancipadas. Os libertos eram considerados pessoas supostamente redimidas de uma servidão da vida toda, e por isso, teriam uma dívida com seus antigos senhores quando fossem libertados. Sendo assim,

²⁴³ UNDURRAGA, Carolina González. “La esclavitud en los registros judiciales y en las leyes de libertad (Chile, 1810-1823)”, in: MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela (ed). **América en diásporas: Esclavitudes y migraciones forzadas en Chile y otras regiones americanas (siglos XVI-XIX)**. Santiago: RIL Editores. Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017. p. 113-129

²⁴⁴ CANDIOTI, Magdalena. “Regulando el fin de la esclavitud. Diálogos, innovaciones y disputas jurídicas en las nuevas repúblicas sudamericanas 1810-1830”, in: **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, Berlim, n. 52, 2015. p. 156

²⁴⁵ Cf. CANDIOTI, Magdalena. “Abolición gradual y libertades vigiladas en el Río de la Plata. La política de control de libertos de 1813”. **Corpus [En línea]**, Mendonza, v. 6, n. 1, 2016.

²⁴⁶ REPÚBLICA ARGENTINA. **Registro oficial de la República Argentina que comprende los documentos espeditos desde 1810 hasta 1873**: tomo primero 1810-1821. Buenos Aires: La República – Publicacion Oficial, 1879. p. 200-201. Disponível em: <http://cdi.mecon.gob.ar/greenstone/collect/registr1/index/assoc/HASH8387.dir/doc.pdf> >. Acessado em: 20 Out. 2020.

funcionaria como se no ventre materno as crianças fossem escravas e o senhor tivesse concordado em libertá-las no momento de seu nascimento.²⁴⁷ O regime de patronato destinado às crianças filhas de mulheres escravas foi justificado como uma forma de garantir que os proprietários das mães se responsabilizassem pela sobrevivência e pelos cuidados das crianças em seus anos iniciais, guardando muitas semelhanças com a escravidão:

Art. 5º Cuando se hubiese de vender una esclava, que tenga un hijo liberto, deberá pasar con él a poder del nuevo amo si el liberto no hubiese cumplido aún los dos años; pero pasado este tiempo, será á voluntad del vendedor el quedarse con él, ó traspasarlo al comprador con la esclava.²⁴⁸

Ao autorizar a separação de mães e filhos quando as crianças completassem dois anos, o patronato conservava a barreira à constituição de famílias negras, fossem elas escravizadas ou libertas. A decisão sobre os destinos, tanto das mães quanto dos filhos, cabia inteiramente aos senhores, e ainda que a justificativa fosse garantir o cuidado das crianças por pessoas que supostamente teriam melhores condições financeiras, isso poderia não ocorrer na prática. De acordo com Magdalena Candiotti, o que as contendas judiciais mostram são pais e patronos disputando incansavelmente os cuidados das crianças, sobretudo quando os pais já não viviam mais com seus filhos.²⁴⁹ As disputas também envolviam questões geográficas. Por mais que a lei do ventre livre de 1813 tenha tido validade no Uruguai, por exemplo, as constantes disputas na região acabaram produzindo uma coexistência e entrecruzamento de autoridades, e, portanto, uma instabilidade na hora da aplicação das leis.²⁵⁰ Os escravizados conheciam essa realidade, e o caso de Petrona, analisado por Candiotti, é um exemplo disso.

Petrona era uma escravizada de Santa Fé que havia sido vendida para uma senhora de Buenos Aires. Pouco tempo depois de comprá-la, a senhora planejava se mudar para Montevideo. Petrona, que estava no início de uma gravidez não anunciada durante a transação comercial, recusava-se a se mudar com a nova senhora porque isso arriscaria a

²⁴⁷ CANDIOTTI, Magdalena. **Abolición gradual y libertades vigiladas...**, Op. cit., p. 5

²⁴⁸ REPÚBLICA ARGENTINA. **Registro oficial de la República Argentina...**, Op. cit., p.201, **grifo nosso**.

²⁴⁹ O índice de crianças que não viviam com seus pais era muito maior entre crianças negras, o que sugere uma alta circulação dessas crianças sem maiores complicações Cf. ANDREWS, George R. **The Afro Argentines of Buenos Aires (1800-1900)**. Madison: University of Wisconsin Press, 1980.

²⁵⁰ Entre 1817-1828 houve um recrudescimento da escravidão e retrocesso de medidas abolicionistas em função da ocupação luso-brasileira na região. Cf. BORUCKI, Alex. **Abolicionismo y tráfico de esclavos en Montevideo tras la fundación republicana (1829- 1853)**. Montevideo: Biblioteca Nacional: Universidad de la Republica, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2009. p. 34

liberdade de seu filho, que nascendo em Buenos Aires seria considerado liberto. O caso foi levado para a justiça. A proprietária propôs fornecer uma carta de alforria à criança recém-nascida como garantia de sua liberdade, ao que o representante legal de Petrona recusou, alegando não ser possível conceder a liberdade a alguém que na verdade já era livre,²⁵¹ ademais, naquela época já existiam proibições tanto ao transporte de escravas grávidas, como a viagens de libertos que ainda não tivessem atingido a idade de sua emancipação.²⁵²

Esse caso, em conjunto com o regulamento dos libertos, permite observar por um lado como as instituições jurídicas criaram e tentaram mediar categorias de liberdade no período de independência e abolição, e por outro, como as populações escravizadas estavam a todo momento tensionando e usando o aparato jurídico em favor de sua liberdade concreta. O Regulamento dos Libertos procurou estipular um tempo mínimo para a amamentação em seu 4º artigo: “*La lactación de los infantes libertos deberá durar doce meses por lo menos*”. Comparando-o com a autorização de venda separada, entendemos como a reprodução da população negra e a formação de uma mão de obra gratuita, e depois barata, estão intimamente ligadas, de forma que importava fornecer apenas o mínimo para que essas crianças sobrevivessem, a despeito de seus laços e parentesco. Um olhar ampliado sobre as tentativas de famílias, e principalmente de mães, em assegurar a condição prevista pela lei aos seus filhos evidencia a circulação das leis para além do círculo das elites e os conflitos em torno de diferentes acepções de liberdade pelos sujeitos.

Em abril de 1814, o governo revolucionário da Antioquia – anteriormente Vice-Reino de Nova Granada e atual Colômbia, aprovou a *Ley de Libertad de Partos*. A lei havia sido proposta no Congresso das Províncias Unidas, em dezembro de 1813, e solicitou a adoção de medidas de abolição, tomando como exemplo direto o caso chileno.²⁵³ A lei declarava livres os filhos nascidos de escravas a partir de 20 de abril do mesmo ano, os rebentos, para compensar os proprietários de suas mães – que, por sua vez, se comprometeriam com a manutenção das crianças – precisariam servir os senhores

²⁵¹ CANDIOTI, Magdalena. "Free Womb Law, Legal Asynchronies, and Migrations: Suing for an Enslaved Woman's Child in Nineteenth-Century Río de la Plata.", in: **The Americas – A Quarterly Review of Latin American History**, Cambridge, v. 77, n. 1, 2020, p.86-88

²⁵² Decreto de novembro de 1821, de Buenos Aires. Em outras províncias, como Entre Rios e Córdoba, passaram leis similares. Cf. Ibidem, p. 89

²⁵³ CANDIOTI, Magdalena, **Regulando el fin de la esclavitud...**, Op. cit., p. 157

até os 16 anos.²⁵⁴ A lei estabeleceu também a criação de “Juntas de Amigos da Humanidade”, responsáveis pela regulação da liberdade dos indivíduos nascidos após a lei e, posteriormente, sua inserção ‘correta’ na sociedade. O texto previa a suspensão dos direitos adquiridos, abrindo caminhos para a reescravização destes sujeitos em caso de ‘abuso’ da liberdade adquirida:

5°. El esclavo que habiendo conseguido su emancipación **abusase de ella, será suspendido en el ejercicio de sus derechos** y entregado a las juntas hasta que se haya reformado.²⁵⁵

Para estimular a libertação, a lei ofereceu aos senhores uma compensação monetária por cada cativo libertado voluntariamente, e proibiu o comércio internacional. Apesar de sua curta duração, uma vez que em 1816 as tropas espanholas assumiram o controle da região e do governo até 1820, a lei de 1814 foi fundamental porque serviu como base para a lei de liberdade do ventre aprovada definitivamente em 1821. Ela foi fundamental principalmente porque seguiu tendo ‘efeito’ na medida em que os cativos seguiram se utilizando dela nos tribunais, para pleitear a liberdade de seus filhos.²⁵⁶

Em 1821, na república bolivariana da Gran Colômbia (Colômbia, Venezuela e Equador), a ‘nova’ lei de “*Libertad de partos, manumisión y abolición del tráfico de esclavos*” diferiu pouco daquela de 1814: estendeu o tempo de serviço das crianças para 18 anos, e reforçou a proibição ao tráfico internacional.

Artículo 3°. Si antes de cumplir la edad señalada **quisieren los padres, los parientes u otros extraños sacar al niño o joven**, hijo de esclava, del poder del amo de su madre, **pagarán a éste lo que regule justo** por los alimentos que le ha suministrado, lo que se verificará por un avenimiento particular o por el prudente arbitrio del juez. (...) Artículo 5°. **Ningunos esclavos podrán venderse para fuera de la provincia en que se hallen, separándose los hijos de los padres**; esta prohibición sólo subsistirá hasta que los hijos lleguen a los años de la pubertad.²⁵⁷

²⁵⁴ REPÚBLICA DE COLOMBIA. “Ley sobre la manumisión de la posteridad de los esclavos africanos, y sobre los medios de redimir sucesivamente a sus padres, extendida y propuesta para su sanción a la Cámara de Representantes del Pueblo por el excelentísimo dictador, ciudadano Juan Bautista del Corral” (1814), in: MARTÍNEZ GARNICA, Armando (Org.). **Colección Bicentenario - La construcción de la patria nuestra: la Nueva Granada después de 1810**. Historia Hoy. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 2009. Fuente 23. p. 87-90. Disponível em: <<https://redaprende.colombiaaprende.edu.co/metadatos/recurso/construccion-de-la-patria-nuestra-la-nueva-granada/>>. Acessado em: 08 Maio. 2021.

²⁵⁵ Ibidem, p. 88

²⁵⁶ CHAVES, María Eugenia; ESPINAL PALACIO, Juan J. “Los usos de las leyes de libertad de vientres de 1814 y 1821 entre los esclavos antioqueños: Ejemplos e indicios para una hipótesis de trabajo”, in: **Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano**. Universidad del Norte, Barranquilla, n. 41, 2020. p. 86

²⁵⁷ “Ley de la manumisión de esclavos - (Sesión del día 19 de Julio de 1821)”, in: CORTÁZAR, Roberto; CUERVO, Luis Augusto. (Orgs.). **Congreso de Cucuta - Libro de Actas**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1923. p. 306-309. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader?id=1sMTAAAAIAAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1>> Acessado em: 08 Maio. 2021.

Os artigos 3º e 5º dão margem para a ação de familiares ao estipular que os pais das crianças, ou parentes, poderiam retirá-las do poder do senhor, contanto que pagassem uma quantia justa pelas despesas anteriores; e que as crianças não poderiam ser vendidas caso isso significasse a separação de pais e filhos. Abrem-se, então, duas questões: primeiro, a importância da possibilidade de manutenção de famílias libertas prevista por lei, mediante indenização; segundo, quando o artigo estendeu a possibilidade a “outros estranhos”, é possível que isso possibilitasse a organização de um mercado em torno dessas crianças, o que significaria, contraditoriamente, a fragmentação de famílias. Os escravizados que reclamaram o acesso à manumissão para si e para seus filhos na justiça mostram como as populações cativas colocaram a lei em prática desde 1814 até a década de 1840.²⁵⁸ Na Gran Colômbia, a vigência das leis patrióticas durante a restauração espanhola casou tensões, e apesar das disputas em torno da questão, o artigo 15º da lei de 1821 favorecia a liberdade dos nascidos durante o governo republicano de 1814: *“Se declaran perpetua e irrevocablemente libres todos los esclavos y partos de esclavas que habiendo obtenido su libertad en fuerza de leyes y decretos de los diferentes gobiernos republicanos (...)”*.

Até a década de 1840, a imprensa nacional denunciava constantemente o mal uso e inoperância das Juntas de Manumissão, e a ideia de que os libertos produziram um grave problema social acompanhou os governantes até pelo menos 1850. Em 1826 e 1836 foram aprovadas leis contra vagabundagem, leis que a historiografia tem interpretado como medidas direcionadas à população liberta, que vinha crescendo. Em maio de 1842 foi aprovada uma lei de aprendizagem, que estendia o tempo de servidão aos senhores ou terceiros por mais sete anos, passando de 18 para 25 anos. Segundo Margarita González, em conjunto com outras medidas do ano seguinte, a lei de aprendizagem serviu para dilatar o processo de manumissão e estreitar o controle sobre a população liberta.²⁵⁹

O Peru, que havia sido palco de repetidas revoltas indígenas ao longo do século XVIII, tendo seu ápice na revolta de Túpac Amaru, permaneceu leal à Espanha durante a década de 1810, e por isso suas elites foram, em grande medida, poupadas dos conflitos até a década de 1820. Em 1818, quando forças rebeldes estavam prestes a invadir o Peru, seu vice-rei declarou que os escravizados estavam abertamente do lado dos rebeldes, de

²⁵⁸ CHAVES, María Eugenia & ESPINAL PALACIO, Juan J. **Los usos de las leyes de libertad de vientres...**, Op. cit., p. 90

²⁵⁹ GONZÁLEZ, Margarita. “El proceso de manumisión en Colombia”, in: **Cuadernos Colombianos**, v. 2, 1974. p. 193

quem esperavam a liberdade.²⁶⁰ Assim, como em outros lugares da América Latina, os conflitos no Peru também contaram com a participação dos escravizados, e o próprio governo espanhol, derrotado em quase todas as partes do continente, recrutou em 1821 cerca de 1500 escravos, numa tentativa mal sucedida de conter o exército invasor de San Martín. Mais da metade dos soldados embarcados para a expedição libertadora do Peru eram escravos manumitidos.

A lei aprovada pelo Peru em 1821 veio atrelada à declaração de independência, e foi também responsável por declarar o fim do tráfico de escravos. Reconhecendo como livres os filhos nascidos de mulheres escravizadas, a lei previu a publicação de um regulamento. Publicado ainda no mesmo ano, o regulamento estipulava detalhadamente as obrigações dos senhores: “*criar e educar, instruir nos princípios religiosos do Estado e nas obrigações com a pátria*”.²⁶¹ Os libertos deveriam saber ler, escrever, e ter um ofício industrial para que pudessem ser “independentes”, “úteis à comunidade” e, principalmente, ao Estado. Os senhores, movidos pela humanidade, deveriam cuidar e educar as crianças, ao passo que elas, como símbolo de gratidão, serviriam aos ‘amos’ de suas mães até completarem 20 anos, se mulheres, e 24 anos se homens.²⁶² A lei de liberdade do ventre estendia-se aos lugares que estavam sob ocupação das forças espanholas, o que naquele momento incluía a Bolívia, que havia voltado a ser considerada parte do Peru após a separação do Prata.²⁶³

Quando San Martín deixou o Peru, em 1823, alguns recuos passaram a ser implementados. Cedendo à pressão dos senhores de escravos, o recrutamento de cativos para o exército foi posto em xeque, e ocorreu inclusive a devolução aos proprietários daqueles que já haviam se apresentado, anulando as manumissões militares. Antes disso, os agentes de recrutamento dos rebeldes eram frequentemente procurados por mães escravas que buscavam alistar seus filhos com o objetivo de torná-los livres.²⁶⁴ O Peru ainda decretou em 1839 a extensão do prazo de servidão dos libertos nascidos após 1821, que a partir daquele momento só atingiriam a idade adulta, e consequentemente a

²⁶⁰ ANDREWS, George R. **América Afro-Latina...**, Op. cit., p. 85

²⁶¹ REPÚBLICA PERUANA. “Decreto sobre la libertad de los vientres (Dado en Lima á 24 de Noviembre de 1821), in: **El General San Martín**. Buenos Aires: Imprenta del Comercio del Plata, 1863. p. 244-245. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader?id=AodMAAAAcAAJ&hl=pt&pg=GBS.PR1>>. Acessado em: 07 Maio. 2021.

²⁶² Ibidem, p.244

²⁶³ RODAS, Alberto Crespo. **Esclavos Negros en Bolivia**. La Paz: Academia Nacional de Ciencias de Bolivia, 1977. p. 98-101

²⁶⁴ Ibidem, p. 92

liberdade, aos 50 anos. Esta foi uma tentativa evidente de controle e cerceamento dos libertos, protelando cada vez mais seu acesso à liberdade.

A primeira constituição da Bolívia, independente em 1825, previu que os escravizados deveriam ser livres por direito²⁶⁵ – sem discussão ou distinção entre livres e libertos –, mas eles só poderiam sair da casa de seus senhores quando uma lei especial regulamentasse sua situação, conforme o artigo 11º.²⁶⁶ O primeiro artigo da lei que regulava especialmente o artigo 11º, determinava que:

Los esclavos **declarados libres** por el artículo 11 de la Constitución, **permanecerán al servicio de sus actuales patrones en clase de meros deudores, mientras que con su trabajo indemnicen su valor**, en el modo y forma prevenidos en esta ley²⁶⁷

Os libertos permaneceriam com os antigos proprietários, que passavam a ser “*patrones*”, para indenizá-los de seu valor por meio do trabalho. A lei ainda previa o fim do tráfico e designava à polícia os cuidados com os libertos, devendo “velar por sua conduta”; os libertos que chegassem aos 55 anos, ou fossem libertados aos 50 sem quitar sua dívida, ficariam isentos de pagar indenização aos senhores. O artigo 10º dessa constituição ainda isentou da indenização os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir de 1813 que tivessem permanecido com os senhores de suas mães, fazendo referência à lei aprovada em Buenos Aires.²⁶⁸ Isso aconteceu mesmo com o território da Bolívia já desligado do vice-reino das Províncias Unidas do Rio da Prata desde 1809. Conforme mencionado, a liberdade do ventre proclamada no Peru também havia se estendido à Bolívia.²⁶⁹ Ou seja, são diversas idas e vindas até que se proclame sua independência, e uma análise preliminar indica que a ideia e opção encontrada por parte das jovens repúblicas pela libertação do ventre viajou por toda a América Latina em meio aos mais variados conflitos, e foi o modo encontrado para conciliar interesses diversos.

²⁶⁵ MORÓN URBINA, Juan Carlos. “Bolívar y su propuesta constitucional de 1826”, in: **Derecho-PUC**: Revista de la Facultad de Derecho. Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, n. 53, 2000. p. 193

²⁶⁶ No original, artigo 11º, parágrafo 5º: “Todos los que hasta el día han sido esclavos y por lo mismo quedarán de derecho libres, en el acto de publicarse la Constitución; pero no podrán abandonar la casa de sus antiguos señores, sino en la forma que una ley especial lo determine”. (“Constitución Política del Estado de 1826”, in: BOLÍVIA. **Las Constituciones Políticas de Bolivia 1826-2009**. Sucre: Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia, 2018. p. 26)

²⁶⁷ “Ley de 19 de diciembre de 1826: El Congreso jeneral Constituyente de Bolivia, queriendo hacer efectivas las indemnizaciones de que habla el artículo 11 de la Constitución”, in: BOLÍVIA. **Colección Oficial de Leyes, Decretos, Ordenes de La Republica Boliviana** - Años 1825 y 1826. La Paz: Imprenta Artística-Socabaya, 1827. p. 315

²⁶⁸ O artigo 10º: “Se declaran ecstentos de toda indemnización los hijos de madre esclava, nacidos después del día 1º de enero de 1813 y que permanezcan en casa del señor de ella”. (Ibidem, p.316)

²⁶⁹ RODAS, Alberto Crespo. **Esclavos Negros en Bolivia...**, Op. cit., p. 98-101

Uma nova Constituição Política boliviana foi sancionada em 14 de agosto de 1831, nela se instituía tanto o princípio do solo livre, quanto do ventre livre. Segundo o artigo 156: “*Nadie ha nacido esclavo en Bolivia desde el 6 de agosto de 1825. Queda prohibida la introducción de esclavos en su territorio.*” Sem quaisquer outras provisões relacionadas à escravidão, a Constituição considerou que já não nasciam mais escravos no país, contudo, o texto considerava livres aqueles nascidos a partir de 6 de agosto de 1825, data da independência Boliviana. Isso constitui um problema, uma vez que acaba invalidando a liberdade decretada em 1825, que tinha como marco o ano e a lei de 1813.

Além disso, o princípio do solo livre, causou inúmeros conflitos entre Bolívia e o Império brasileiro, já que o governo boliviano passou a considerar os escravos fugidos como asilados políticos.²⁷⁰ Em uma nova constituição, aprovada em 1851, a Bolívia reforçou o compromisso de abrigar pessoas fugidas. Segundo o artigo 87º da Constituição:

Son libres en Bolivia los nacidos de madre esclava, desde el 6 de agosto de mil ochocientos veinticinco, y los que en adelante nacieren. Son asimismo libres los esclavos que hubiesen pisado el territorio boliviano con cualquier motivo, desde que se promulgó la Constitución de mil ochocientos treinta y uno y los que en adelante lo pisaren ²⁷¹

A independência do Uruguai, em conjunto com a escravidão e abolição, precisam ser compreendidas dentro de um complexo panorama de disputas políticas e territoriais sucessivas que envolveram Espanha, Portugal, Buenos Aires e Brasil na região do Prata. Quando ainda era parte do Vice-reino do Prata, Montevideu respondia à Buenos Aires, mas, quando o processo revolucionário começou na região, em 1810, Montevideu permaneceu leal à Coroa, e em conflito com os portenhos. Após a independência, entre 1810 e 1820, houve uma série de lutas entre Buenos Aires e as demais cidades do vice-reino, entre 1817 e 1828 o território foi ocupado por forças luso-brasileiras, que chegaram ao oficializar sua anexação em 1821 como Província Cisplatina. ²⁷²

Como dito, embora a lei do ventre livre, aprovada pela Assembleia das Províncias Unidas em 1813, tenha vigorado em partes do Uruguai, as constantes disputas na região

²⁷⁰ Cf. CALDEIRA, Newman. “Os casos de fuga internacional de escravos e a atuação da chancelaria brasileira: as negociações com a República da Bolívia entre 1829 e 1870”, in: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Ano XIII, v. 15, 2013. p. 37-78

²⁷¹ “Constitución Política del Estado de 1851”, in: BOLÍVIA. **Las Constituciones Políticas de Bolivia 1826-2009**. Sucre: Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia, 2018. p. 104, **grifo nosso**.

²⁷² Cf. CAÉ, Rachel da Silveira. **Escravidão e Liberdade na Construção do Estado Oriental do Uruguai**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012; ARAUJO, Thiago Leitão de. **Desafiando a escravidão: fugitivos e insurgentes negros e a política da liberdade nas fronteiras do Rio da Prata (Brasil e Uruguai, 1842-1865)**. [Tese de doutoramento]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

dificultavam uma coerência em sua aplicação, que ficou a cargo dos tribunais. Assim, os senhores tiveram êxito em se aproveitar ao máximo da posse dos filhos de suas escravizadas nesse contexto conturbado.²⁷³ O período de dominação luso-brasileira, por exemplo, determinou a inoperância das medidas de emancipação gradual, momento em que houve um aumento da população escrava devido ao estabelecimento de estancieiros brasileiros na região do Prata.²⁷⁴ No entanto, a guerra para libertar o território do domínio do Império brasileiro também propiciou a retomada de medidas escravistas por parte dos uruguaios. Escravidão e abolição eram campos de intensa disputa. Em setembro de 1825, ano da independência do Uruguai, foi sancionada uma lei de proibição ao tráfico, que declarou simultaneamente a liberdade dos ventres, a qual seria mais bem detalhada com a publicação de um regulamento a ser produzido posteriormente. Segundo Alex Borucki, o regulamento mencionado pela lei demoraria ainda vários anos, o que teria contribuído para que ela não fosse cumprida. A Constituição de 1830 reafirmou a lei de 1825 e suas disposições, segundo o artigo 131º: “*En el territorio del Estado, nadie nacerá ya esclavo; queda prohibido para siempre su tráfico e introducción en la República*”.²⁷⁵

Embora vários estudos mencionem o regime de tutela de crianças nascidas de mães escravizadas no Uruguai, não foi possível encontrar o documento que a regulamentava.²⁷⁶ Em 1837 houve uma lei de regulamentação do tráfico de escravos, nela se estabeleceu um regime de três anos de tutela para africanos acima de 25 anos introduzidos no território, e de menores até que atingissem a maioridade legal (25 anos).²⁷⁷ Isso aconteceu porque o tráfico foi uma questão cheia de idas e vindas mesmo depois de proclamada a independência, quando conflitos externos deram lugar aos conflitos internos pelo poder.

²⁷³ FREGA, Ana. “Caminos de libertad en tiempos de revolución. Los esclavos en la Provincia Oriental Artiguista, 1815-1820”, in: FREGA, Ana; BETANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex. **Estudios sobre la cultura afro-rioplatense - Vol. 1**. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004. p. 45-66

²⁷⁴ BORUCKI, Alex. **Abolicionismo y tráfico de esclavos...**, Op. cit., p. 34

²⁷⁵ “La Constitución de 1830”, in: GROS ESPIELL, Héctor; ESTEVA GALLICCHIO, Eduardo G. **Constituciones Iberoamericanas (Disco Compacto)**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. p. 1-25. Disponível em: <https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv/detalle-libro/1739-constituciones-iberoamericanas-uruguay>. Acessado em: 07 Maio. 2021.

²⁷⁶ Esta pesquisa tem sido realizada por meio de arquivos disponíveis online, portanto, não foram feitas viagens aos arquivos de cada um dos lugares mencionados para uma pesquisa detalhada, por ora realizamos um mapeamento das leis e discussões historiográficas acerca delas.

²⁷⁷ PALERMO, Eduardo. “Vencidad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil”, in: **Memorias del Simposio - La ruta del esclavo em el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias**. Montevideu: UNESCO, 2005, p. 107-109

Nesse sentido, foi possível encontrar apenas um projeto de lei datado de maio de 1838 que procurava regular a situação das crianças nascidas livres²⁷⁸, ainda que não tenha sido referenciado em outros trabalhos e talvez não tenha sido aquele que regulou o patronato, o documento constitui uma fonte interessante. O projeto menciona e reforça as leis de 1825 e 1830, define a idade a que estariam sujeitos ao patronato, mulheres até os 18 e homens até os 20, e permite a transferência do direito do patrono mediante pagamento de taxa, maior quanto mais velha fosse a criança, desde 1 ano até 20. O 3º e 4º artigos previam:

Art. 3. Los esclavos que por venta ó de otro modo saliesen del dominio de sus amos, y tuviesen hijos sujetos al patronato, **cuya edad no pase de tres años, los llevarán consigo**, pagando ellos ó sus nuevos amos al patrono la cantidad detallada en el artículo 2º. por los que vayan á su poder.

Art. 4. **La madre del liberto es de mejor condición que cualquiera extraño para la redención del derecho de patronato en el caso de transferencia; y el patrono no podrá conservarlo cuando aquella quiera redimirlo.**²⁷⁹

O projeto estabelecia que se escravizados tivessem filhos sujeitos ao patronato, mas não estivessem sob o domínio de seus senhores naquele momento, os pais poderiam, caso a criança ainda não tivesse completado três anos, “levá-los consigo”, permanecendo com o filho, mediante o pagamento da taxa mencionada anteriormente. Em sequência, o artigo 4º, afirma que as mães são aquelas em melhores condições – do que qualquer estranho – para o resgate do direito ao patronato em caso de transferência. Mais importante: o patrono não poderia ficar com a criança, caso a mãe quisesse resgatá-lo. É possível que as mães também fossem obrigadas a pagar a taxa, conforme estipula artigo anterior, mas, isso não é mencionado, o que poderia abrir brechas para questionamento em possíveis disputas. Além disso, o direito da mãe em “reaver” seu filho é certificado pelo artigo subsequente, sem possibilidade de contestação por parte do patrono. Provavelmente este projeto não foi aprovado, justamente por abrir possibilidades concretas de que famílias permanecessem com suas crianças, o que, ainda que

²⁷⁸ URUGUAI. **Actas de la H. Camara de Representantes**, Tomo III, Años 1837-1841. Montevideo: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1906, p. 443-444. O documento foi encontrado transcrito no site de um importante projeto encontrado ao longo dessa pesquisa, chamado *The Free Womb Project*. A fonte tem fragmentos acessíveis no Google books. O site reúne os textos legislativos transcritos sobre o ventre livre bem como sugestão de bibliografia acerca do tema. O projeto foi criado pela Dra. Yesenia Barragan, atualmente professora assistente da Faculdade de História da Universidade de Rutgers, em Nova Jersey. Disponível em: <<https://thefreewombproject.com/>>. Acessado em: 05 Nov. 2020.

²⁷⁹ URUGUAI. **Actas de la H. Camara de Representantes**, Op. cit., p. 443

acontecesse mediante indenização, por certo desagradaria antigos proprietários, agora patronos.

A escravidão seria abolida definitivamente no Uruguai apenas em 1842²⁸⁰, e ainda assim, essa lei antevia o recrutamento de “varões uteis” para o serviço armado e um sistema de patronato específico para mulheres negras. Somente em 1853 o patronato sobre os filhos de mulheres escravizadas seria abolido, ou seja, ainda que a escravidão tivesse sido “abolida”, mulheres e crianças negras seguiram ainda por um bom tempo em poder de antigos senhores. Segundo Rachel Caé:

O patronato era expresso como forma de amparar as escravas para que elas pudessem ter algum meio de subsistência até a sua emancipação total e também como um intervalo preparatório para favorecer o exercício da liberdade e a integração social. Na prática esta lógica estava longe de corresponder à realidade. [...] os escravos maiores de idade deveriam ser mantidos sob o regime de patronato por um período de três anos. Mas os patronos teriam exercido diversas formas de resistência à liberdade de suas “pupilas”, seja qual fosse a sua idade, como o prolongamento dos anos de serviço ou a retenção do dinheiro que elas deveriam obter pelo seu trabalho. **A emancipação da maior parte destas mulheres se estendeu [...] muitas tiveram que solicitar sua liberdade na justiça**, confrontando a pretensão de seus patronos a prolongar a sua servidão por tempo indeterminado.²⁸¹

Após sua independência, a população do Paraguai esteve sujeita ao domínio de uma série de ditadores que proporcionaram um isolamento político e econômico do país.²⁸² À escravidão negra no Paraguai faltou um ambiente econômico propício para seu desenvolvimento, com pequenas estruturas agrícolas de sobrevivência e abundância de mão de obra indígena – acessível e barata, no Paraguai a posse de escravizados africanos era mais uma questão de status do que necessidade em termos de economia e produção.²⁸³

Em 24 de novembro de 1842, foi aprovada a *Ley del Vientre Libre*, que libertava a partir do ano seguinte os filhos de mulheres escravizadas, estes deveriam servir e permanecer com os senhores de suas mães até que completassem 24 anos, se mulheres, e 25 quando homens. Caso precisassem vender suas escravas com filhos em idade de amamentação, os senhores não poderiam pedir qualquer valor adicional pela criança, o artigo ainda estipulou a idade de três anos completos para o fim da amamentação. Isso

²⁸⁰ “Lei n.º 242, de 1842”, in: URUGUAY. **Compilación de leyes y decretos: 1825-1930**. Tomo II. Montevideo: Imprenta Nacional Colorada, 1930. p. 351-352. Disponível em: <<http://www.impo.com.uy/armandugon/02/351?carfin=352>>. Acessado em: 07 Maio. 2021.

²⁸¹ CAÉ, Rachel. **Escravidão e Liberdade na Construção do Estado Oriental do Uruguai...**, Op. cit., p. 74

²⁸² ROMANACH, Alfredo Boccia. “La esclavitud en el Paraguay”, in: **Memoria del Simposio “La ruta del esclavo en el Río de la Plata”**: su historia y sus consecuencias. Montevideo: UNESCO, 2005, p. 81

²⁸³ Ibidem, p. 79

sugere que mães e filhos menores de três anos não poderiam ser separados.²⁸⁴ Após a libertação do ventre, houve um aumento da natalidade entre os escravizados,²⁸⁵ mas a abolição total só viria em 1869 com o fim da Guerra travada contra Brasil, Argentina e Uruguai.

Ainda que não tenha tido a importância social e econômica observada em outros países da América, porque o número de escravos no país era muito reduzido, a lei paraguaia encerrou um ciclo de medidas abolicionistas tomadas de norte a sul no continente. A crise aberta com as disputas em torno das independências norte e sul-americanas encerrou-se com o encaminhamento da questão da escravidão, panorama muito diferente daquele observado em países como Brasil e Cuba que passaram a se isolar cada vez mais no cenário internacional, junto com o sul dos Estados Unidos.

As legislações de libertação do ventre estiveram indissociavelmente ligadas a ideologias circulantes de aprendizagem e tutela sobre a população negra, elas demonstram que, apesar das especificidades de cada local, há uma articulação em nível atlântico que pretende atender à emergência de lógicas de regime contratual de trabalho. As leis de ventre livre estabelecem períodos de trabalho para crianças e adultos, tutelados por antigos senhores. Novos protocolos de trabalho livre passam a ser ensaiados nas sociedades escravistas, e eles são, como será observado por estudiosos no período pós-abolição, em última instância, frágeis e fluidos.²⁸⁶

Enquanto os processos de emancipação aqui analisados se desenrolavam, o movimento abolicionista se consolidava na Inglaterra, e depois nos Estados Unidos, entre 1780-1850. O discurso abolicionista passou a se identificar como uma causa essencialmente humana e sentimental, tradicionalmente identificada com a natureza feminina, o que deu margem para que as mulheres fossem, aos poucos, se juntando ao movimento. Neste contexto há uma mudança de concepção e representação sobre as mulheres escravizadas, no próximo capítulo investigaremos de que forma foi construído um discurso abolicionista feminino na Inglaterra e nos Estados Unidos.

²⁸⁴ “Ley Estableciendo la libertad de vientre” (1842), in: **Revista del Paraguay: Ciencias, Literatura y Artes**. Ano I, n. 1. Buenos Aires, Jan. 1891. p. 530-531. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=PKQoAAAAYAAJ&pg=PA532&dq=%22todo+tr%C3%A1fico+de+esclavos%22+paraguay+1842&hl=en&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acessado em: 08 Maio. 2021.

²⁸⁵ ROMANACH, Alfredo Boccia. **La esclavitud en el Paraguay...**, Op. cit., p. 84

²⁸⁶ ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Mães infames, rebentos venturosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)**. [Tese de doutorado], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Capítulo 3 – Abolicionismo e Gênero: participação feminina, discursos e representações sobre as mulheres escravizadas, 1780-1850

Quando a primeira legislação emancipacionista foi aprovada em 1780 na Pensilvânia, o movimento contra a escravidão começava a se consolidar na Inglaterra. Os estados do norte dos Estados Unidos e países da América Latina hispânica conduziram processos de emancipação gradual que tiveram como denominador comum a libertação de crianças nascidas de mães escravas, com um período de trabalho compulsório previsto para tais crianças. Neste quadro, quando o Paraguai, último dos casos estudados, aprovava sua lei de ventre livre em 1842, o movimento abolicionista anglo-americano já havia se consolidado como um movimento importante de envergadura internacional.

O desenvolvimento do movimento abolicionista britânico contou com uma importante participação de mulheres que, antes disso, não podiam se envolver em assuntos de ordem política. Além da participação ativa de mulheres brancas de classe média, o abolicionismo também promoveu a entrada em cena da mulher negra escravizada como participante do projeto de emancipação dos escravos. No primeiro capítulo, evidenciamos a importância do gênero para a conformação do sistema escravista nas Américas, com atenção especial para a forma como o ventre de mulheres escravizadas foi fundamental para reafirmar a escravização de africanas seus descendentes; depois, analisamos as primeiras experiências de emancipação gradual no continente americano que tiveram como pilar o fim da hereditariedade escrava pela via materna. Ambos mostram como a mulher escravizada esteve no centro dos processos de consolidação e abolição do sistema escravista americano.

Neste capítulo, investigaremos a importância do gênero na organização do abolicionismo de raiz britânica e norte-americana, e de que maneira a mulher escravizada acabou sendo colocada no centro do processo emancipatório por esse discurso. Para isso nos debruçaremos sobre a participação de mulheres brancas no movimento abolicionista, bem como as construções sobre o lugar da mulher na sociedade. A ideologia das esferas separadas e os ideais de feminilidade e domesticidade foram cruciais para que mulheres escravizadas passassem a ser representadas como mulheres (mães e esposas) cujos ‘direitos femininos’ haviam sido negados pelo sistema escravista. Quando as legislações emancipacionistas invalidaram o princípio do *partus sequitur ventrem*, o movimento abolicionista enfocava a posição e o sofrimento de mulheres negras escravizadas. Dessa

forma, o discurso/propaganda abolicionista e as políticas de abolição gradual convergiam para um mesmo lugar, localizando a mulher negra escravizada e os atributos da feminilidade como eixo principal.²⁸⁷

Abolicionismo inglês: popularização e uso da sentimentalidade

Segundo Seymour Drescher, uma das qualidades distintivas do movimento abolicionista britânico foi a capacidade de associação entre sua expressão política e uma onda maciça de apoio popular.²⁸⁸ As petições foram a maior manifestação desse apoio popular, e tornaram-se um instrumento fundamental para as campanhas inglesas.²⁸⁹ As grandes campanhas abolicionistas na Inglaterra podem ser divididas em três momentos e objetivos: de 1787 a 1807, pelo fim do tráfico de escravos; pela emancipação dos escravizados, de 1823 a 1834; e pelo fim do sistema de aprendizado em vigor nas colônias inglesas após a abolição, entre 1835 e 1838.²⁹⁰ As mulheres inglesas estiveram envolvidas nessas campanhas, dando suporte às associações abolicionistas, boicotando o consumo de produtos fabricados por pessoas escravizadas nas colônias, escrevendo e comandando suas próprias associações.

O desenvolvimento da cultura impressa na Inglaterra foi um fator de extrema importância para que o impulso contra a escravidão ganhasse força, por meio da disseminação de denúncias sobre os abusos observados nas colônias. A publicação de imagens, panfletos, jornais e manifestos buscava expressar um sentimento supostamente generalizado de humanidade, que tentava quebrar com uma linguagem, até então predominante, do comércio, da diferença racial e civilizacional entre brancos europeus e africanos escravizados.²⁹¹ O nascente movimento abolicionista soube se utilizar de diversas formas de expressão da cultura impressa em suas campanhas. A imprensa e a

²⁸⁷ Em vista da abrangência e complexidade do movimento abolicionista, abordaremos neste capítulo algumas características que nos levam a compreender sua relação com o gênero e a representação de mulheres escravizadas no mundo atlântico.

²⁸⁸ DRESCHER, Seymour. **Abolição...**, Op. cit., p. 296

²⁸⁹ Em 1787-1788 as petições em favor da abolição compuseram mais da metade do total de petições enviadas ao parlamento britânico, e estima-se que em torno de 60 mil pessoas assinaram petições abolicionistas em 1788. Entre 1788 e 1807 foram apresentados mais de doze projetos de lei sobre a abolição do tráfico de escravos ao Parlamento inglês, dois deles tiveram êxito na Câmara dos Comuns, mas foram barrados pela Câmara dos Lordes. Como crianças e mulheres não podiam assinar petições, 60 mil assinaturas representava uma parcela considerável dos homens trabalhadores da época. Cf. Ibidem, p. 303-304

²⁹⁰ ALTINK, Henrice. **Representations of Slave Women in Discourses of Slavery and Abolition, 1780-1838**. Cardiff: The University of Hull, 2002. p. viii

²⁹¹ BLACKBURN, Robin. **The American Crucible...**, Op. cit., Edição Kindle (ebook). Cap.7

literatura foram ferramentas cruciais para a divulgação dos ideais abolicionistas em diferentes lugares e momentos.

Enquanto, no âmbito da política a imprensa, panfletos e discursos políticos apelavam para a racionalidade de seu público, a literatura, por sua vez, tinha como função primordial convidar seus leitores a se colocarem no lugar de outra pessoa, e neste contexto específico, no lugar dos escravizados. A literatura abolicionista tentava apelar diretamente para a subjetividade do sujeito, evocando nele sentimentos como empatia e simpatia. Segundo Lynn Hunt, o papel da literatura foi fundamental para o surgimento de uma preocupação com o que posteriormente viria a ser conhecido como direitos humanos, algo que pode ser atribuído tanto à psicologia dos leitores de romances, quanto aos argumentos empregados por filósofos.²⁹² Ou seja, política e literatura, razão e sentimento, contribuíram para a disseminação do sentimento antiescravista.

Conforme visto no primeiro capítulo, as representações produzidas sobre as populações africanas buscavam evidenciar os ‘motivos’ de sua condição inferior, descrevendo características físicas e intelectuais de maneira animalizada, com o intuito de justificar seu aprisionamento e escravização. Assim, as populações africanas eram retratadas como seres desprovidos de sentimentos, fortes fisicamente e pouco sensíveis a dor; as mulheres, em particular, eram naturalmente promíscuas e desapegadas de seus filhos. Conforme foi se consolidando, o abolicionismo procurou fazer o movimento inverso: investiu em representações sobre o sofrimento, brutalidade e desumanização a que essas pessoas estavam submetidas pelo processo de escravização. Uma retórica sentimentalizada passou a ser empregada para representar as experiências traumáticas de homens e mulheres sob o jugo da escravidão, e esta retórica não se limitou apenas ao campo da literatura.

A retórica sentimental não era uma invenção do abolicionismo, mas na medida em que a escravidão passava a ser reconhecida como uma importante fonte de sofrimento humano, o uso da sentimentalidade passou a ajudar na promoção das ideias antiescravistas. A retórica sentimental, portanto, operou nas esferas literária e política, interessada em persuadir e mudar o pensamento de seus leitores. Em ambos os espaços, ela buscava alertar o público para algum tipo de sofrimento, no anseio de que seu interlocutor se sentisse estimulado a agir frente ao problema e sofrimento retratado. As

²⁹² HUNT, Lynn. **Inventing Human Rights: A History**. New York: W. W. Norton and Company, 2007. p. 33-65

duas esferas, contudo, diferenciavam-se em um aspecto importante, enquanto uma era predominantemente ficcional, a outra detinha-se o quanto podia aos elementos factuais.²⁹³ Apesar de ser um fenômeno literário por excelência, a retórica da sensibilidade não ficou restrita à literatura.²⁹⁴ Era um modo de escrever em que a simpatia do leitor era acionada para que ele desfrutasse completamente de uma obra – romance, peça, poema, etc. Por isso, a sentimentalidade esteve intimamente conectada com as questões filantrópicas do final do século XVIII, uma vez que a filantropia também dependia do engajamento e simpatia do público com a intenção de movê-los em direção a determinadas causas.²⁹⁵ O abolicionismo foi também um movimento de caráter filantrópico.

O sentimentalismo pode ser compreendido como um fenômeno de mudança cultural, a literatura sentimental abriu as portas para uma nova percepção política do mundo, mais humanitária e compassiva.²⁹⁶ O tráfico de escravos mostrou-se como o exemplo mais cruel e desumano da escravidão, o discurso sentimental emergente e os romances surgiram como um espaço inovador de discussão política sobre a desumanização do sistema escravista. Os debates sobre escravidão e abolição mobilizaram a retórica sentimental de uma maneira nunca vista. Dessa forma, a popularização e sensibilização dos debates sobre a escravidão, promovidos em diferentes níveis, acabaram proporcionando um alargamento do espaço político e participação popular, que se concretizou primeiramente nas petições endereçadas ao Parlamento. O abolicionismo acabou abrindo uma nova arena de disputa e um novo espaço público para que sujeitos como as mulheres, até então invisíveis, pleiteassem um lugar nessa esfera de discussão política.

A “*parte mais amável da criação*”: mulheres e movimento abolicionista

Segundo Clare Midgley, as mulheres inglesas estiveram envolvidas na campanha abolicionista desde seus primórdios, em 1780, contra o tráfico de escravos. Com o passar do tempo, elas foram se envolvendo cada vez mais, apoiando e participando de associações abolicionistas locais e nacionais, abstendo-se do consumo de produtos

²⁹³ CAREY, Brycchan. **British Abolitionism and the Rhetoric of Sensibility**: writing, sentiment, and slavery (1760-1807). New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 19-20

²⁹⁴ O discurso de Wilberforce, abordado na introdução, é um exemplo da penetração dos elementos sentimentais no ambiente político. Cf. Nota 1 e 2.

²⁹⁵ Ibidem, p. 46

²⁹⁶ ACEITUNO, Yolanda Caballero. “Anti-slavery and Sentimentalism in Aphra Behn’s Oronoko”, in: **The Grove: Working Papers on English Studies**. Jaén: Grupo de Investigación Hum, n. 13, 2006. p. 20

produzidos pelo trabalho escravo nas colônias, e escrevendo contra a escravidão.²⁹⁷ Nos primeiros anos do movimento as assinaturas femininas em petições não eram consideradas legítimas, uma vez que as mulheres não eram possuidoras de direitos políticos e estavam sempre associadas aos maridos. Ainda assim, as grandes petições abolicionistas levadas ao parlamento no fim de 1780 e começo de 1790 foram resultado de muito trabalho, organização, recursos materiais, propaganda e encontros públicos, processos nos quais as mulheres participaram ativamente. O abolicionismo britânico foi organizado com uma base/rede de apoio nacional que se fortalecia gradativamente a cada nova campanha.²⁹⁸

Os primeiros estudos sobre o abolicionismo britânico, apesar de reconhecerem sua abrangência e caráter popular, reduziram a contribuição das mulheres aos bastidores. Nessa perspectiva, a responsabilidade das mulheres seria utilizar seu poder de sedução, ‘naturalmente’ feminino, para convencer seus cônjuges em relação à importância da questão escrava. Diante disso, a ‘função’ feminina no movimento possibilitava a participação de mulheres desde as classes mais baixas, porque apenas seus maridos poderiam assinar petições, até mulheres das classes mais abastadas que, utilizando seu ‘poder’, convenceriam os esposos, homens influentes na política, e por isso teriam possibilidade de influenciar diretamente a questão. A redução das mulheres aos bastidores e ao poder de sedução ‘tipicamente feminino’ sobre os companheiros estava ligada à ideia de que o mundo político não pertencia ao sexo feminino. As mulheres pertenceriam *naturalmente* ao mundo privado e doméstico, no qual deveriam cuidar do lar, marido e filhos. Ainda assim, seu envolvimento nos bastidores do movimento foi fortemente incentivado pelos homens, como veremos.

As mulheres deram largo suporte financeiro à causa abolicionista. Foram assinantes e colaboradoras de diversas sociedades antiescravistas quando elas ainda eram exclusivamente masculinas. A proporção de mulheres era característica dos padrões de sociedades filantrópicas da época, em que a predominância masculina entre apoiadores nesses grupos era resultado direto da falta de independência legal e financeira feminina, marca do status de mulheres casadas. Em relação à *Abolition Society*, fundada em 1787, entre as assinantes do sexo feminino, a maioria era casada, e, no entanto, apenas um

²⁹⁷ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery: The British Campaigns (1780-1870)**. London: Routledge, 1992. p. 9

²⁹⁸ DRESCHER, Seymour. **From Slavery to Freedom: Comparative studies in the rise and fall of Atlantic Slavery**. New York: New York University Press, 1999. p. 59-60

quarto dessas mulheres aparece relacionada aos seus cônjuges, também assinantes. Isso sugere, segundo Midgley, que essas mulheres tomaram a decisão de apoiar a causa abolicionista independentemente da posição de seus maridos, de maneira que implicitamente se reafirmavam como indivíduos, dispostas a se auto representarem naquela assinatura.²⁹⁹

Mesmo com o passar do tempo, nas décadas de 1830 e 1840, quando a principal pauta do movimento abolicionista era o fim imediato do sistema de aprendizado nas colônias inglesas do Caribe, as mulheres ainda não ocupavam cargos dentro das grandes organizações nacionais que se formaram. Nos anos 1840 e 1850, a *British and Foreign Anti-Slavery Society* (BFASS) era a única sociedade antiescravista em âmbito nacional a continuar suas atividades e, com o intuito de recriar as redes de sociedades locais que existiram no período anterior, a BFASS emitiu um discurso às mulheres da Inglaterra, incentivando e dando prioridade para a formação de sociedades femininas. Em 1840 a BFASS foi responsável por organizar a primeira Convenção Antiescravista Mundial, um evento transatlântico responsável por colocar em contato abolicionistas da Inglaterra e dos Estados Unidos.³⁰⁰

A Convenção Antiescravista Mundial não permitiu a participação de mulheres, episódio que ficou conhecido como *'woman question'*. Isso aconteceu porque o movimento abolicionista norte americano era fortemente dividido em dois grupos, um deles, tido como radical, era liderado por William Lloyd Garrison e defendia também a causa dos direitos das mulheres, tendo entre seus delegados um grupo de mulheres enviadas para participar da Convenção. A BFASS, que já havia se alinhado anteriormente com a *American and Foreign Anti-Slavery Society* na recusa de delegadas inglesas, recusou também as credenciais das norte-americanas designadas a participar. Por mais que incentivasse a formação de sociedades femininas, a BFASS se recusava a aceitar a liderança de mulheres em instituições formais. Esse episódio é importante porque aconteceu em um momento que as organizações femininas antiescravistas haviam se mantido mais ativas do que as masculinas na Inglaterra. A crescente proeminência de mulheres no movimento abolicionista nas décadas de 1840 e 1850 coincidiu com um declínio expressivo do ativismo masculino, consequentemente houve uma

²⁹⁹ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 17

³⁰⁰ Ibidem, p. 121; KENNON, Donald R. "‘An apple of discord’: The woman question at the world's anti-slavery convention of 1840", in: **Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies**, London, v. 5, n. 3, 1984. p. 244-266

marginalização política do antiescravismo no país após 1838.³⁰¹ Assim, as áreas em que as mulheres se estabeleceram com destaque foram aquelas que se tornaram os principais cursos de ação abertos para abolicionistas como um todo.

Durante a década de 1780 os números de assinantes femininas em associações antiescravistas variaram de acordo com a localização das sociedades. Em Manchester, local da primeira petição expressivamente popular, as mulheres eram responsáveis por quase um quarto do total de assinaturas. As sociedades abolicionistas locais, ainda que tivessem comitês masculinos, acabavam se diferenciando das nacionais quando a questão era procurar e assegurar apoio feminino. Considerado radical, o comitê abolicionista de Manchester liderou a transformação da abolição em uma campanha popular, mobilizando a opinião pública para pressionar o Parlamento. Os abolicionistas de Manchester foram os primeiros a apelar publicamente pelo apoio das mulheres, logo no início da campanha contra o tráfico. A carta publicada no Manchester Mercury, em 1787, pedia o apoio financeiro das mulheres para atividades como as petições, das quais elas eram excluídas. A petição de Manchester baseou suas críticas ao tráfico em termos humanitários, de justiça e honra nacional, abordagem que deu ensejo para mulheres se envolverem mais em alguns aspectos da campanha. Para Midgley, o chamado às mulheres por si só foi significativo, porque sugeria o reconhecimento delas como constituintes do espaço público.³⁰²

A publicação levantou outras questões importantes quando apelou para o ‘sexo justo’. Ao contribuir com a causa abolicionista, as mulheres teriam uma oportunidade de serem lembradas para além de seus círculos familiares, ambiente privado a que estavam confinadas. Segundo a carta: *“uma oportunidade pública é dada para o exercício daquelas qualidades que são peculiarmente esperadas e particularmente possuídas pela parte mais amável da criação”*³⁰³. Ou seja, das mulheres eram esperadas qualidades ‘inerentes’, como humanidade, benevolência e compaixão. Quando o movimento abolicionista se colocou como uma causa humanitária, os sentimentos por ele evocados em prol das pessoas escravizadas foram automaticamente ligados à figura feminina, naturalmente dominada por sentimentos, em detrimento da razão.

³⁰¹ Ibidem, p. 123

³⁰² Ibidem, p. 19

³⁰³ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 20, tradução nossa.

Quando os abolicionistas afirmavam que as mulheres eram a parte mais ‘amável’ da criação divina, significava dizer que delas eram esperadas determinadas características/qualidades. Os atributos morais com os quais o compromisso abolicionista havia se identificado foram, desde o início, relacionados à ‘natureza feminina’. As mulheres deveriam ser ‘naturalmente’ amáveis, frágeis, sentimentais, generosas, humanas, empáticas, compassivas, dependentes etc. todas as características eram conclamadas em termos humanitários pelos abolicionistas. O mundo público, caracterizado pela razão e espaço da política, era reservado aos homens, e o lar, lugar dos sentimentos e cuidados com os outros, era território feminino.³⁰⁴ A partir do momento em que o abolicionismo se colocou dentro de características sociais tipicamente femininas, tornando-se um movimento de compaixão e humanidade, convocou o suporte das mulheres. Assim, algumas barreiras entre as esferas públicas e privadas foram, aos poucos, se mostrando menos rígidas para elas

A utilização da retórica sentimentalizada foi fundamental no processo de conseguir o apoio feminino à causa. A literatura sentimental, que havia se desenvolvido algumas décadas antes da campanha contra a escravidão, engolfou a literatura abolicionista na época. Esta tinha o mesmo pano de fundo de panfletos, jornais e discursos contra o tráfico; existiam, assim, dois modos de argumentação com pontos muito similares. A literatura sentimental ganhou mais credibilidade ao pegar elementos do discurso político, e a política ganhou poder de persuasão ao se utilizar de elementos sentimentais, os quais a causa abolicionista não podia deixar de lado.³⁰⁵ Ou seja, literatura e política acabaram fortalecendo um ao outro.

No âmbito da sentimentalidade o discurso abolicionista alcançaria melhor as mulheres, porque elas se sensibilizariam com os sofrimentos dos escravizados de maneira geral, e especialmente com os infortúnios de mulheres cativas, porque esta era sua ‘natureza’. Sentir era algo feminino, enquanto pensar era domínio masculino. As mulheres livres deveriam se compadecer do sofrimento de mulheres escravizadas porque a escravidão violava a vida familiar, ambiente pelo qual as mulheres eram responsáveis. A desestruturação familiar foi um tema que predominou nos escritos femininos

³⁰⁴ WELTER, Barbara. “The Cult of True Womanhood 1820 -1860.”, in: **American Quarterly**: Publication of American Studies Association. Baltimore, v. 18, n. 2, 1966. p. 151-174

³⁰⁵ BRAUDY, Leo. “The Form of the Sentimental Novel”, in: **NOVEL: A Forum on Fiction**. Durham, v. 7, n. 1, 1973. p. 5-13; CAREY, Brycchan. **British Abolitionism and the Rhetoric of Sensibility**..., Op. cit., p. 46-50

abolicionistas. Portanto, a impossibilidade de constituição familiar na escravidão foi o primeiro aspecto sobre o qual as mulheres abolicionistas se debruçaram, seguido pelo horror dos abusos físicos e sexuais infligidos às cativas. Nestes termos, a brutalidade masculina da escravidão opunha-se à sensibilidade feminina, sendo um dos pilares que justificavam a oposição de mulheres à escravidão.

Mulheres deveriam simpatizar com mulheres. A abolição e atuação do movimento abolicionista tinham a possibilidade de aliviar as misérias e sofrimentos a que mulheres escravizadas estavam condenadas. Segundo o abolicionismo, não eram somente os proprietários de escravos os culpados pelos males da escravidão, mas também a indiferença dos homens ingleses com poder de decisão. Para angariar o apoio feminino, a tática abolicionista era evocar para elas um papel de guardiãs da moralidade e da família, de atenuadoras do sofrimento causado pela escravização de pessoas inocentes visando somente o lucro.³⁰⁶ Os discursos sobre a natureza feminina acabaram tendo um impacto importante dentro da campanha abolicionista, com desdobramentos consideráveis no âmbito da política colonial e abolicionista.³⁰⁷

As mulheres seguiram sendo proibidas de assinar petições por uma questão que não era tanto de exclusão política ou resultado de uma educação feminina limitada, porque mesmo homens da classe trabalhadora que não eram escolarizados foram fortemente incentivados a assinar as petições; o status feminino de dependência era a questão principal. Quando o fluxo de petições atingiu seu pico em 1792, alguns jornais passaram a ressaltar o fato de que parte considerável dos assinantes eram mulheres que demonstravam sua aversão ao comércio ‘abominável’, a imprensa chegou a sugerir que elas pudessem enviar petições separadas ao Parlamento.³⁰⁸ Embora a sugestão nunca tenha sido colocada em prática, foi significativa na medida em que, ao defender a validação da assinatura de mulheres, acabou desafiando os papéis de gênero até então vigentes, sugerindo um espaço feminino de representação na esfera pública.

Quando o movimento peticionário atingiu seu ápice nas campanhas de 1791-1792, os organizadores acabaram se preocupando com o entusiasmo popular, e principalmente com o perigo de que a mobilização em massa acabasse se ligando com outras questões e

³⁰⁶ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 23

³⁰⁷ ALTINK, Henrice, **Representations of Slave Women...**, Op. cit.: PAUGH, Katherine. **The Politics of Reproduction: Race, Medicine and Fertility in the Age of Abolition**. Oxford: Oxford University Press, 2017; TURNER, Sasha. **Contested Bodies...**, Op. cit.

³⁰⁸ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 23

programas mais radicais. O temor dos eventos ocorridos no Haiti e da Revolução Francesa, bem como os efeitos de uma guerra recente contra a França, provocaram uma dura retração no movimento peticionário, que durou até a abolição do tráfico em 1807. Durante esse intervalo, o movimento abolicionista concentrou-se na campanha parlamentar, com o objetivo de eleger candidatos abolicionistas, e as mulheres, como não votantes, acabaram novamente marginalizadas desse processo. Após uma derrota parlamentar importante em 1791, uma nova campanha nacional foi lançada, convocando os consumidores a se absterem do consumo de açúcar produzido pelos escravos nas colônias. O movimento pretendia ser um instrumento de coerção econômica direta dos interesses escravistas, e acabou ampliando ainda mais a esfera pública.³⁰⁹

O novo formato de campanha, no entanto, seguiu com apelos especiais feitos às mulheres, agora como administradoras do orçamento doméstico. A convocação destacava ainda a sensibilidade especialmente feminina, sobretudo em relação à separação das famílias, e propunha o boicote ao açúcar colonial como uma maneira de reparar a exclusão que elas sofreram durante a campanha peticionária. A abstenção, portanto, foi vista desde o início como uma preocupação feminina, e deu às mulheres outra importante oportunidade de participar ativamente na campanha abolicionista. De certa forma, o boicote apelava para a autoridade feminina em seu espaço ‘natural’, o ambiente doméstico. Elas eram convidadas a participar, mas ainda eram estranhas à política formal. Seu apoio foi fortemente requisitado. Segundo David Brion Davis, a abstenção mostrava-se como uma alternativa moral à organização política parlamentar, era uma ação popular que pretendia ter efeitos econômicos, gerar pressão política, e por isso poderia ter implicações ‘subversivas’, ameaçando o controle governamental sobre o abolicionismo.³¹⁰

Enquanto responsáveis pela administração doméstica de seus lares, e por isso, com poder decisório sobre o que consumir, as mulheres estavam em posição de realmente liderar a campanha de boicote. A adesão delas era reconhecidamente essencial para o êxito da campanha. Além da sensibilidade, sua influência sobre os homens seguiu sendo constantemente ressaltada, além da possibilidade de formar novos cidadãos por meio da maternidade. Sensíveis, esposas e mães, essa era a representação máxima feminina. Um

³⁰⁹ DRESCHER, Seymour, *Abolição...*, Op. cit., p. 313

³¹⁰ DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution (1770-1823)*. New York: Cornell University Press, 1975. p. 435-436

discurso feito especificamente para mulheres, em 1792, afirmava que elas eram “*universalmente consideradas como modelos de todo sentimento justo e virtuoso*”.³¹¹ A campanha de boicote se utilizou da empatia com as mulheres escravizadas que, como elas, eram mães. As ‘mães que utilizavam o açúcar’ produzido por escravos foram convocadas a “*pensar nas mães com bebês que eram forçadas a trabalhar duro, sujeitas a chicotadas*”.³¹² Cada vez mais, as mulheres passavam a ser alvo dos discursos sentimentalizados em torno da escravidão e abolição. Diante disso, as mulheres escravizadas também passaram a ser retratadas com maior frequência, como vítimas dos abusos escravistas. As mulheres brancas da metrópole foram continuamente convocadas a se compadecer do sofrimento de mulheres ‘como elas’, e lutar pela abolição.

O boicote ao açúcar colonial, como uma ação política, não inseria as mulheres abertamente em um espaço público, ele foi um movimento organizado de forma discreta, com atuação coletiva e não violenta, e que não exigia reuniões que precederam outras formas de organização antiescravista, como as petições. Esse movimento permitia uma atuação direta do ambiente privado doméstico, as mulheres conseguiam se manter na esfera privada, articulando-se enquanto donas de casa. A grande importância da campanha de abstenção para o movimento abolicionista talvez tenha sido seu papel de criar, em um grande número de homens e mulheres, o senso de responsabilidade individual em relação à escravidão, e a crença de que era possível interferir na política por meio de ações fora do Parlamento.³¹³ Para as mulheres esta era uma oportunidade de participação ativa, ao contrário do que havia acontecido com o movimento peticionário.

Apesar disso, contemporâneas do movimento de abstenção, como Elizabeth Heyrick, acreditavam que esta era uma ação muito além da conversão do coração e consciência individual. Segundo ela, a estratégia de abstenção concebia as mulheres enquanto consumidoras, operando diretamente as engrenagens da mudança econômica; Heyrick afirmava que por meio dessa ação, elas mesmas podiam escolher o que comprar para si e suas famílias, sem o intermédio de homens ou políticos, pensando sobre o que poderia tornar a escravidão menos lucrativa.³¹⁴

³¹¹ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 38, tradução nossa.

³¹² Ibidem, p. 38, tradução nossa.

³¹³ Ibidem, p. 40

³¹⁴ LASSER, Carol. “Immediatism, Dissent, and Gender: Women and the Sentimentalization of Transatlantic”, in: CLAAP, Elizabeth J.; JEFFREY, Julie Roy. **Women, Dissent and Anti-Slavery in Britain and America (1790-1865)**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p.112; TWELLS, Alison. ““We Ought to Obey God rather than man”: Women, Anti-Slavery and Nonconformist

Nos primeiros anos do movimento abolicionista, o que temos são discursos produzidos por homens com o intuito de conquistar o apoio feminino para a causa abolicionista. Esses discursos estiveram a todo momento pressupondo e normatizando comportamentos em relação às mulheres, sobre o que elas deveriam sentir ou fazer. Eles procuraram encaixá-las sem perturbar a ordem e os papéis sociais relacionados ao gênero. Por ser uma causa humanitária, em profundo diálogo com preceitos religiosos e visões conservadoras sobre a família burguesa, o abolicionismo conseguiu o apoio feminino sem confrontar diretamente as normas estabelecidas. Em nome da família e dos sentimentos femininos, as mulheres foram habilitadas a participar sem precisar abandonar seu ‘lugar’ social. Mas, uma vez que as mulheres incorporaram questões políticas no seu cotidiano e passaram a adentrar, ainda que timidamente, a esfera política, elas passaram a expressar seus próprios posicionamentos. Ainda que reafirmando seu lugar como esposas e mães, e não confrontando a hierarquia social, ao reivindicar seu próprio direito de falar e escrever por si mesmas, elas frustraram expectativas masculinas prévias.

A escrita de mulheres brancas no movimento abolicionista britânico

Por ser um movimento que não tinha orientação político/partidária ou religiosa definida, o abolicionismo acabou atraindo apoio de homens e mulheres de diferentes segmentos da sociedade, com posicionamentos políticos e religiosos muitas vezes opostos. Nas primeiras décadas de 1780-90 na Inglaterra, as mulheres raramente eram vistas falando ao público, menos ainda sobre questões políticas, que não lhes diziam respeito. Mas, ainda assim, algumas delas escreviam sobre o assunto. Por um breve período, entre 1787 e 1792, o abolicionismo conseguiu aproximar radicais dissidentes, como Mary Wollstonecraft, e conservadoras anglicanas, como Hannah More, em prol de uma campanha abolicionista popular. A união, no entanto, começou a se desfazer em 1792 como consequência do medo e perigo que envolviam a Revolução Francesa, após isso as campanhas acabaram reforçando normas patriarcais e reacionárias.³¹⁵

Mary Wollstonecraft marcou oposição à escravidão em suas obras, expondo a doutrina dos direitos naturais e colocando a escravidão como sua antítese. Segundo ela, o tráfico ultrajava toda razão e religião. Quando, em 1792, Wollstonecraft escreveu seu

Religious Cultures”, in: CLAAP, Elizabeth J.; JEFFREY, Julie Roy. **Women, Dissent and Anti-Slavery in Britain and America...**, Op. cit., p. 65

³¹⁵ DRESCHER, Seymour. “Women’s Mobilization in the Era of Slave Emancipation”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p. 98–120

livro mais conhecido “*Uma reivindicação pelos direitos da mulher*”³¹⁶, ela reafirmou sua posição contrária à escravidão em um outro nível, ao comparar a posição da mulher na sociedade inglesa com a do escravizado.³¹⁷ Como os escravizados, as mulheres também precisavam se emancipar. Wollstonecraft negava a natureza feminina e defendia que as mulheres não podiam ser ‘escravas’ de seus sentidos, o que elas precisavam, na verdade, era desenvolver uma humanidade racional baseada no conhecimento. A sensibilidade feminina não era algo confiável, porque se baseava em emoções ao invés da razão. Ao defender o uso da razão como base do conhecimento feminino, Wollstonecraft estava reivindicando um espaço masculino para mulheres, e, por conta disso, despontou como uma das representantes femininas mais radicais naquele momento.³¹⁸

Hannah More, como representante do conservadorismo anglicano, opunha-se abertamente à Revolução Francesa, e por vezes o medo de que a revolução alcançasse a Inglaterra interferiu em seu comprometimento com o antiescravismo. Segundo Clare Midgley, é possível identificar uma transição da oposição à aceitação implícita da escravidão em sua obra. More defendia que a suposta inferioridade de mulheres e pessoas negras era resultado de uma educação inadequada, enfatizando as diferenças entre homens e mulheres em termos de ‘qualidades naturais’ e papéis sociais. Nas obras sobre o sistema educacional feminino, ela exaltava a sensibilidade das mulheres, defendendo uma regeneração moral da sociedade em bases cristãs, com foco na influência exercida por mulheres educadas dentro da religião.³¹⁹ Alguns de seus poemas tinham mensagens ambíguas de que apenas a religião faria as pessoas contentes e confortáveis, mesmo nas piores situações, como era a escravidão. Muitos deles foram escritos para combater os ‘direitos do homem’ que circulavam entre a classe trabalhadora após a Revolução Francesa. Ao enfatizar a moralidade, lealdade e religião, More não pretendia encorajar uma mudança da ordem estabelecida, ela era contrária não só à revolução, mas ao chamado de igualdade realizado por Wollstonecraft. Apesar de reconhecer a inferioridade

³¹⁶ WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Women:** with Strictures on Political and Moral Subjects. London: J. Johnson, 1792.

³¹⁷ Ela não foi a primeira a comparar a posição de mulheres e escravos, mas obteve grande repercussão quando fez isso no auge da campanha abolicionista na década de 1790.

³¹⁸ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit, 1992, p. 27

³¹⁹ Ibidem, p. 28-30; TURLEY, David. “Complicating the Story: Religion and Gender in Historical Writing on British and American Anti-Slavery”, in: CLAAP, Elizabeth J.; JEFFREY, Julie Roy. **Women, Dissent and Anti-Slavery in Britain and America (1790-1865)**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 32

como fruto da desigualdade educacional, a autora acreditava que a luta por igualdade nesta vida não era primordial diante da igualdade que todos tinham perante Deus.³²⁰

Mary Wollstonecraft e Hanna More nos oferecem duas imagens conflitantes sobre as concepções em torno das mulheres e de liberdade, que simbolizam uma mudança dentro das ideias antiescravistas e de gênero. Transitando entre uma visão radical da liberdade como igualdade, defendida por Wollstonecraft, para uma perspectiva conservadora de liberdade como o estabelecimento das hierarquias adequadas de More. Elas também são exemplos interessantes para compreender o curso do movimento abolicionista, bem como a mudança da relação feminina com o ativismo político nesses anos. Havia uma variedade muito grande de pontos de vista entre as mulheres sobre o que seria a emancipação feminina no século XIX. A participação de mulheres na luta pela emancipação dos escravizados trazia, cada vez mais, questões sobre a própria condição feminina, mas a visão de liberdade construída por mulheres brancas tinha pouca ou nenhuma referência ao significado que a liberdade poderia ter para as próprias mulheres escravizadas.

Antes de 1795, Hannah More havia sido responsável por um número significativo de poemas antiescravistas que serviram de propaganda abolicionista, o destaque que ela e outras conservadoras deram à sensibilidade feminina acabou encorajando muitas contribuições de mulheres à causa. Os tratados sobre os direitos e educação feminina foram trocados por apelos poéticos aos corações. Foi dentro da esfera literária que as mulheres fizeram suas contribuições mais significativas nesse primeiro período de campanha abolicionista.

No campo da literatura, as mulheres foram responsáveis pela autoria de cerca de um quarto dos poemas produzidos no fim do século XVIII com a temática antiescravista.³²¹ A pioneira entre as mulheres foi Aphre Behn, que escreveu o romance *Oroonoko* ou *The Royal Slave* quase um século antes das campanhas contra o tráfico, em 1688. Sua obra pretendia ser a verdadeira história de um príncipe africano aprisionado e escravizado, supostamente conhecido pela autora em uma de suas viagens ao Suriname. No enredo, Oroonoko, um príncipe, apaixona-se por Imoinda, sem saber que seu pai, o rei, pretendia desposá-la. O rei descobre a paixão do filho e decide vender Imoinda como

³²⁰ Ibidem. p. 28-29

³²¹ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 29

escrava. Depois de um tempo, o próprio Oroonoko é capturado e levado como escravo para a mesma plantação de Imoinda. Eles se reencontram, Imoinda engravidada e Oroonoko tenta promover uma revolta de escravos para se libertar e viver com a amada. O plano não dá certo e diante da possibilidade de seguirem escravizados, Oroonoko mata Imoinda ainda grávida, entrega-se aos seus captores e tem uma morte muito violenta.

Oroonoko estabeleceu uma série de elementos literários que se tornaram clichês na escrita abolicionista no século XVIII em poemas e romances: a construção do nobre selvagem, o herói europeu, histórias de amor interrompidas pelos percalços da escravidão, o suicídio como trágico fim para os personagens e única saída diante dos sofrimentos da escravidão, etc. A história, que chegou a ser transformada em peça de teatro, foi extremamente popular no século XVIII, e ganhou nova importância como parte da propaganda antiescravista.³²² Para Yolanda C. Aceituno, a obra já carregava uma discussão politizada e sentimental, e foi construída cuidadosamente para subverter noções imperialistas como a inferioridade racial, tentando promover a empatia dos leitores brancos em relação à cultura dos escravos. O fim violento e abrupto, segundo ela, marcava uma transição em que o imperialismo desumano destruía a fantasia de benevolência inata, impedindo o progresso da sociedade em uma direção melhor.³²³

No ápice das campanhas populares contra o tráfico, a literatura ficcional também atingiu seu auge, entre 1787 e 1792. Ela funcionou como uma parte importante do apelo à opinião pública, circulando através das sociedades abolicionistas e publicada em jornais que faziam a cobertura das campanhas. A poesia foi uma escolha comum entre as mulheres abolicionistas, e estudos mostram que nesse período emergiu uma tradição poética feminina, em que as mulheres assumiram o papel de escritoras e leitoras de ficção popular e poesia.³²⁴ Elas sabiam o poder da escrita em despertar o sentimento popular, e esperavam, através dela, influenciar a opinião pública, e até os encaminhamentos políticos no Parlamento, processos dos quais elas eram excluídas em função do seu sexo. Hanna More, por exemplo, escreveu seu poema mais famoso, “*Slavery*”, como uma propaganda para auxiliar a campanha parlamentar de 1788, escreveu também o “*Poem*

³²² Ibidem. p. 30

³²³ ACEITUNO, Yolanda Caballero. **Anti-slavery and sentimentalism...**, Op. cit., p. 23

³²⁴ MIDLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 31

on the Inhumanity of the Slave Trade”, apelando diretamente aos cidadãos, para que abandonassem seu envolvimento com o tráfico de escravos.³²⁵

Os poucos apelos poéticos feitos por autoras mulheres diretamente ao público feminino para apoiar o abolicionismo enfatizavam a sensibilidade feminina para a questão da escravidão. As poetas mulheres desempenharam um papel importante no desenvolvimento de ideias sobre a sensibilidade feminina na literatura da moda, centrada no sentimentalismo, para promover a causa abolicionista. Histórias trágicas de amor entre pessoas escravizadas buscavam promover a simpatia em relação ao seu sofrimento, bem como combater alguns estereótipos usados pelos escravistas sobre a sexualidade animal dos homens e a licenciosidade das mulheres. O fato de retratar homens e mulheres escravizadas como seres dotados de sentimentos em uma narrativa de amor parece simples, mas já contrariava os pressupostos até então vigentes. Os escravistas viam as manifestações poéticas dos abolicionistas como algo excessivamente sentimental e predominantemente feminino, e por isso, estiveram pouco dispostos a confrontar o abolicionismo nos mesmos termos literários.³²⁶

Das mulheres escritoras do final do século XVIII esperava-se uma escrita ‘feminina’, que demonstrasse delicadeza de sentimentos, abordando angústias emocionais ao invés de problemas políticos, abstendo-se de críticas sociais, radicalismos e discussão política. Mas, foi por meio dos escritos abolicionistas – em verso e prosa – que mulheres conseguiram encontrar uma maneira de expressar suas críticas sociais e políticas, o tema da escravidão e do sofrimento escravo fornecia a elas um meio ‘aceitável’ de se posicionar, justamente por utilizarem meios ‘femininos’ e sentimentais em sua escrita. Segundo David B. Davis, elas deram uma direção emocional aos argumentos racionais que vinham sendo ignorados.³²⁷ Dessa forma, havia um balanço entre a ‘razão masculina’ e a ‘sensibilidade feminina’, qualidades diferentes, mas complementares na luta contra a escravidão.

Diante disso, o processo de sentimentalização e feminilização do discurso contra a escravidão acabou se fortalecendo, e as mulheres escravizadas também foram, aos poucos, se tornando pauta dos debates, tanto nas campanhas abolicionistas e manifestações literárias, quanto nas instâncias políticas. Os castigos corporais aplicados,

³²⁵ Ibidem, p. 32

³²⁶ CAREY, Brycchan. **British Abolitionism...**, Op. cit., p. 92

³²⁷ DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão da cultura ocidental...**, Op. cit.

a vida doméstica/casamento e maternidade foram as três dimensões da vida das mulheres escravizadas presentes nos debates entre escravistas e abolicionistas em todas as ‘fases’ do movimento até a abolição da escravidão (1780-1838). Em 1788, um poster de campanha parlamentar foi produzido para Edward Protheroe – candidato parlamentar da plataforma contra o tráfico de escravos – intitulado “*The Negro’s Mother Petition to the Ladies of Bristol*” (Petição da Mãe Negra para as Senhoras de Bristol):

Senhorita, Senhorita, pense em nós
Do outro lado do grande oceano azul—
Como somos açoitadas, e como choramos —
Como às vezes desejamos morrer...
Quando o branco enviou
Para Casa chamada Parlamento
Mande esse branco para lá
Quanto à oração do pobre negro
Mestre PRODEROE — ele é um bom homem!
Mande ele, senhorita — COM CERTEZA VOCÊ PODE!
Então você vai ver o pobre olho do negro
Com lágrimas de alegria!³²⁸

O poema simulava uma ‘conversa’ entre uma mulher negra escravizada e uma mulher branca livre. O apelo da mulher escravizada era para que as mulheres brancas pensassem em seu sofrimento e na forma como a violência fazia com que elas quisessem morrer. E, por mais que um oceano as separasse — porque a mulher cativa estaria na América e a mulher branca residiria na metrópole — a mulher escravizada acredita que a mulher branca teria condições de apelar aos seus semelhantes (homens brancos) em nome delas — escravizadas. Ao que parece, a mulher escravizada refere-se ao candidato abolicionista Protheroe (Proderoe, no poema) como um bom homem, e o pedido para que ‘mandassem ele’ provavelmente se referia a sua candidatura ao Parlamento inglês. Ela tem certeza de que a ‘senhorita’ poderia fazer isso por ela. Agradecida pela ajuda, ele se emociona: lágrimas de alegria seriam vistas no ‘pobre olho do negro’.

Evidentemente uma propaganda à eleição do candidato abolicionista, o poster com poema intitula-se como uma petição de uma mãe negra, mas apesar disso, o fragmento a que tivemos acesso não nos revela qualquer apelo mais direcionado aos filhos, ou a

³²⁸ Em inglês: "Missey, Missey, tink on we, /Toder side de big blue sea—/How we flogg'd, and how we cry—•/How we sometimes wish to die.../When de Buckra 'peaker sent/ To de House call Parliament, /Send *such* Buckra 'peaker dere/As regard poor Neger prayer. /Massa PRODEROE—he good man! /Send *him*, Missey—SURE YOU CAN! /Den you will poor Neger eye/ Wid de tear birmful of joy!". DAVIS, David Brion. **The problem of slavery in the Age of Revolution...**, Op. cit., p. 408, Tradução nossa.

maternidade de maneira geral. A novidade deste poema estava na utilização da *voz* de uma mulher escravizada, que pede ajuda especificamente para outra mulher. Ou seja, a mulher cativa optou por falar com uma outra mulher, porque ela provavelmente a entenderia melhor. Mas por que uma mãe? De todos os aspectos da vida dos escravizados destruídos pelo cativeiro, a maternidade tornou-se uma questão fundamental, não só como propaganda abolicionista, mas especialmente como aspecto sobre o qual mulheres brancas teriam cada vez mais empatia com as mulheres escravizadas. A reprodução e maternidade das mulheres escravizadas foi um ponto fundamental também para o direcionamento de políticas natalistas e abolicionistas nas colônias em meio ao fim do tráfico de escravos. Os demais sofrimentos da mulher escravizada acabaram gravitando em torno do que deveria ser o ‘devir’ feminino, e que a escravidão as impedia de realizar. A maternidade foi um tópico fundamental que seguiu sendo utilizado pelos movimentos abolicionistas fora da Inglaterra e por todo o século XIX.

Na década de 1820, o foco da campanha abolicionista britânica deixou de ser o tráfico, abolido em 1807, e passou a ser a própria escravidão. A nova fase da campanha foi lançada como uma resposta à constatação de que, contrariando as expectativas dos abolicionistas, a abolição do tráfico não melhorou as condições de vida dos escravizados, nem progrediu em direção à sua emancipação nas colônias. Neste contexto, uma nova associação nacional foi formada, inicialmente a campanha era pela melhoria e eventual abolição da escravidão, mas na década de 1830 ela passou a defender a abolição imediata e completa, que culminou no *Emancipation Act*, de 1833.³²⁹ As mulheres seguiram sendo excluídas dos comitês nacionais, mas desempenharam papel vital em toda a campanha, principalmente por sua atuação em sociedades abolicionistas, que agora elas mesmas construíam e coordenavam.

Em 1824, Elizabeth Heyrick publicou “*Immediate, Not Gradual Abolition*”, e o direcionou às mulheres e suas emoções, acreditando que, ao tocar seus corações ‘femininos’, conseguiria movê-los para o sacrifício. Mas, apesar do apelo aos sentimentos, sua estratégia era mobilizar conceitos econômicos familiarizados por Adam Smith, para que as mulheres se abstivessem, novamente, do que era produzido pelos escravos. Segundo Heyrick, levando em conta a disciplina da lucratividade, a abstenção

³²⁹ O ‘*Emancipation Act*’ aboliu a escravidão nas colônias, mas instaurou um período de trabalho compulsório, chamado de Aprendizado. Cf. MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 43; WOOD, Marcus. **The Horrible Gift of Freedom: Atlantic Slavery and Representation of Emancipation**. Georgia: University of Georgia Press, 2010. p. 117

educaria os proprietários dentro de uma racionalidade econômica da emancipação dos escravos.³³⁰ Ela definiu o imediatismo como uma ação direta dos indivíduos, que deveriam fazer escolhas particulares com propósitos econômicos.

Para Heyrick, o caminho da emancipação era claro: as pessoas precisavam ser orientadas a consumir corretamente, este tipo de envolvimento exigia apelos ao coração, ‘boas pessoas’ pressionariam os escravistas a tomarem decisões moralmente corretas, mesmo que eles próprios não simpatizassem com a questão. Por meios moralistas e sentimentais, a questão econômica prevaleceria. Mesmo se utilizando de argumentos racionais e econômicos, Heyrick acreditava que a participação feminina efetiva se daria justamente pelo convencimento sobre a mudança de sentimentos nos consumidores. Para ela, as petições haviam se mostrado pouco efetivas, e a mão invisível, por meio dos consumidores, apressaria a emancipação sem depender dos mecanismos do Estado.³³¹

Em 1825, foi formada a primeira associação abolicionista feminina na Inglaterra, entre 1825 e 1833 pelo menos 73 associações femininas estiveram ativas, e 24 entre os anos de 1834 e 1838. Apesar do número de associações masculinas ser maior, a diferença diminuiu de uma proporção de oito para um em 1826, para dois para um em 1831. Heyrick ainda publicou, em 1828, duas obras direcionadas especificamente às mulheres: *Appeal to the Hearts and Consciences of British Women* e *Apology for Ladies' Anti-Slavery Associations*³³², nas quais convocava as mulheres individual e coletivamente a boicotar o açúcar. As associações femininas promoveram ativamente a abstenção entre os anos de 1825 e 1833.³³³

Durante a década de 1830, centenas de milhares de mulheres assinaram petições abolicionistas, o que indica que o apoio feminino à causa se tornou extensivo, e a entrada em massa de mulheres nas petições começou quando a política passou a ser pela abolição imediata, com intensificação da campanha popular. A petição feminina nacional de 1833 foi o exemplo mais expressivo de ação nacional antiescravista promovida por mulheres. As petições femininas, apesar de relativamente poucas em números totais, foram significativas porque, além da abolição da escravidão, as mulheres distinguiam-se pela

³³⁰ LASSER, Carol. **Immediatism, Dissent, and Gender...**, Op. cit., p. 113

³³¹ Ibidem, p. 114

³³² HEYRICK, Elizabeth. **Appeal to the Hearts and Consciences of British Women**. Leicester: A. Cockshaw, 1828; _____. **'Apology for Ladies' Anti-Slavery Associations'** [Panfleto]. London: J. Hatchard and Son, 1828.

³³³ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 62

preocupação com o sofrimento das mulheres escravizadas. Petições apresentadas entre os anos 1830 e 1833 expressaram o horror sobre a degradação e sofrimento de mulheres sob escravidão, exigindo que o Parlamento acabasse com o sistema, permitindo que mulheres antes escravizadas ocupassem sua posição adequada como mães, esposas e filhas.³³⁴ Além disso, algumas petições femininas foram impressas a mando do Parlamento, pela redação distinta do texto, e podem ter influenciado a inserção da cláusula que proibia o açoitamento de mulheres na Lei de Emancipação de 1833.³³⁵

As mulheres promoveram a causa antiescravista majoritariamente como uma missão filantrópica em prol de mulheres degradadas e famílias destruídas pela escravidão, visão que estava ligada a uma idealização do papel feminino na sociedade³³⁶, e que, no fundo, não desafiava diretamente a estrutura patriarcal da época. Por mais que seja possível falar de participação popular, de grandes campanhas e de um movimento de massas na Inglaterra, não podemos perder de vista que o movimento abolicionista foi, em sua essência, um movimento da classe média branca. Portanto, as mulheres brancas de classe média que participaram ativamente dele refletiam os ideais do lugar que ocupavam na sociedade. Para elas, a reafirmação de uma perspectiva filantrópica era particularmente necessária, porque possibilitava sua atuação de uma maneira distanciada do âmbito da política, considerado impróprio para mulheres naquele momento.³³⁷

Dentro desse cenário, as mulheres passaram a usar qualidades até então desvalorizadas pela racionalidade a seu favor. As abolicionistas apresentavam a escravidão antes como um problema de ordem religiosa e moral, ao invés de político, e dessa forma, tornavam possível afirmar que o abolicionismo se encaixava na esfera filantrópica religiosa dominada por elas. Essa era uma arena de ativismo público estabelecida entre as mulheres na década de 1820, e aceita porque era vista como uma extensão dos seus deveres domésticos: *“Se não tinham acesso à política formal e representativa, podiam participar indiretamente dos debates sobre a questão social pelo caminho respeitável da benemerência”*.³³⁸ O abolicionismo feminino era, portanto, compatível com a ideologia das ‘esferas separadas’ – esfera política masculina, esfera

³³⁴ Ibidem, p. 64-67

³³⁵ **Slavery Emancipation Act (1833)**. Parliament of the United Kingdom. Session in 28th August. 1833. Disponível em: <https://www.pdavis.nl/Legis_07.htm>. Acessado em: 08 Maio. 2021.

³³⁶ WELTER, Barbara. **The Cult of True Womanhood...**, Op. cit., p. 151-174

³³⁷ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 91

³³⁸ VOSNE, Ana Paula Martins. “A Feminilização da Filantropia”, in: **Revista Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, 2015. p. 22

doméstica feminina. Para Clare Midgley, as abolicionistas ajudaram a desenhar essa ideologia, ao invés de desafiá-la.³³⁹

O ‘culto da verdadeira feminilidade’ (*‘cult of true womanhood’*) era uma ideologia que buscava definir o que era aceitável para o comportamento de ‘mulheres de verdade’. Os ‘atributos’ da ‘verdadeira feminilidade’ eram aqueles pelos quais as mulheres julgavam a si mesmas, eram julgadas por seus maridos, familiares, e pela sociedade de modo geral, e eram divididos em quatro virtudes ‘principais’: piedade, pureza, submissão e domesticidade. A mulher que fosse portadora de tais virtudes, teria a promessa de felicidade completa.³⁴⁰ Essa imagem da mulher é importante porque, por mais que as mulheres reais não se encaixassem completamente nela, acabou sendo a representação dominante no sentido de regular o comportamento feminino, estabelecendo parâmetros dentro dos quais as mulheres eram avaliadas e declaradas – ou não – como ‘mulheres de verdade’.

O mais importante é que o culto à feminilidade, na verdade, buscava resolver contradições das relações sociais nas quais as mulheres estavam inseridas. Tentava trazer coerência e ordem às contradições da condição feminina imposta pelas normas, principalmente à sua exclusão política e econômica no século XIX. Nesse sentido, as mulheres acabaram reafirmando os valores e virtudes ‘femininas’ também porque precisavam justificar seu afastamento da esfera doméstica quando se colocavam contra a escravidão. Por isso, elas buscavam definir suas contribuições específicas à campanha abolicionista, promovendo uma ligação direta com os ideais filantrópicos e abolicionistas em voga. Ao se colocar contra a injustiça representada pela escravidão e sofrimento escravizado, e, principalmente, contra a destruição da família, a mulher branca abolicionista incorporava para si todos os atributos da verdadeira feminilidade. Mesmo que esta mulher estivesse um pouco mais próxima da política, ela o fazia do ‘seu lugar’ de mãe e dona de casa. ‘Lugar’, como vimos, que elas defendiam como um ‘direito’ das mulheres escravizadas.

Até aquele momento, o que definia a ‘verdadeira mulher’ era o que definia a mulher branca, as mulheres africanas e escravizadas não se encaixavam nas convenções estabelecidas, como vimos no primeiro capítulo. A imagem da mulher negra foi

³³⁹ MIDLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 92

³⁴⁰ WELTER, Barbara. **The Cult of True Womanhood...**, Op. cit., p. 152; CARBY, Hazel V. **Reconstructing womanhood: The Emergence of the Afro-American Woman Novelist**. New York: Oxford University Press, 1989. p. 23

construída a partir de uma oposição evidente à imagem da mulher branca europeia. Enquanto a fragilidade era valorizada como o estado ‘natural’ das mulheres, o trabalho pesado da escravidão exigia outras qualidades físicas de mulheres negras. Elas, mesmo que fossem ‘frágeis’, eram obrigadas a trabalhar onde e como os proprietários determinassem. As mulheres escravizadas não tinham como *escolher* o caminho da ‘verdadeira feminilidade’, e não foram representadas em patamares semelhantes aos de suas senhoras, a elas faltava fragilidade, pureza e domesticidade.³⁴¹

Foi nesta ‘falta’ de representação que as mulheres abolicionistas tentaram atuar. A articulação e preocupação das mulheres, especialmente com as mulheres escravizadas, deu às associações abolicionistas femininas um foco específico para o seu trabalho, no qual elas apresentavam uma visão bem específica de liberdade. Já na fundação, algumas sociedades expressavam suas resoluções: determinadas a fazer campanhas até que as mulheres escravizadas não fossem mais açoitadas, e que toda mãe negra, vivendo sob leis britânicas, deveria “*poder apertar seu bebê nascido livre em seu peito*”.³⁴² Elas se colocavam diretamente contra a degradação do próprio sexo, exposição à licenciosidade, luxúria e assaltos sexuais. A compaixão feminina precisava ir além dos sofrimentos corporais, e se preocupar com a degradação moral dessas mulheres. Com bases muito religiosas, o objetivo abolicionista era restaurar a moralidade, e os panfletos convocando mulheres para as associações femininas focavam especialmente no sofrimento das escravas.³⁴³

Diante disso, é preciso compreender qual era a liberdade reivindicada por mulheres brancas para mulheres escravizadas: era a liberdade de poder ser esposa, dona de casa e mãe. As mulheres escravizadas precisavam desfrutar do seu direito à verdadeira feminilidade, baseada no culto à domesticidade, em um modelo branco e burguês de família que havia se consolidado. Essa mulher precisava poder se dedicar ao lar e aos filhos, enquanto seu marido se encarregaria de prover o lar financeiramente. As mulheres inglesas, sobretudo por estarem em um contexto de colonização, viam-se como

³⁴¹ Às mulheres escravizadas não eram ofertadas as mesmas oportunidades, elas não podiam se recusar a trabalhos pesados, eram constantemente assediadas e atacadas sexualmente por seus senhores desde muito novas, quando engravidavam não podiam ser mães de seus filhos. Elas eram propriedades. Não poder escolher o caminho da virtude feminina fazia com que elas não fossem ‘mulheres de verdade’. Nem que quisessem, as mulheres escravizadas conseguiriam cumprir completamente o padrão feminino estabelecido. Cf. CARBY, Hazel V. **Reconstructing womanhood...**, Op. cit., p. 23-26

³⁴² MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 94, tradução nossa.

³⁴³ Ibidem, p. 94

privilegiadas no exercício de sua feminilidade e maternidade, e por isso desejavam estender seus privilégios às mulheres escravizadas.

As petições femininas associaram seus próprios privilégios a um imperialismo “esclarecido” que poderia espalhar os benefícios do cristianismo e das convenções sociais britânicas e do governo para as colônias³⁴⁴

Idealizando sua própria posição social, as britânicas brancas de classe média buscaram afirmar seu poder e influência no movimento abolicionista, representando as mulheres escravizadas como vítimas passivas. Neste contexto, a ‘irmandade’ de mulheres brancas em relação às mulheres negras tinha uma abordagem que vinha de um modelo paternalista. Elas, em sua benevolência, deviam ajudar aquelas que não tinham condições de se proteger. Segundo elas, a sociedade colonial era dirigida por pessoas degradadas, proprietários de escravos que abusavam das mulheres negras e acabavam minando as perspectivas de construção de uma vida familiar e cristã. As mulheres abolicionistas foram vitais para o desenvolvimento de uma ‘missão’ imperial cristã inglesa em prol das mulheres desfavorecidas. Em suma, a retórica abolicionista feminina inglesa fundamentou-se em seus próprios privilégios como mulheres – deixando de lado sua própria posição inferior em relação aos homens – e no desejo de estendê-los às outras.³⁴⁵

As abolicionistas britânicas tinham uma visão conservadora de emancipação feminina:

As mulheres britânicas expressaram seu desejo de emancipar mulheres escravizadas para que fossem **livres para cumprir seus papéis domésticos e deveres como esposas e mães**, vivendo como Cristãos em famílias nucleares sob a proteção de seus maridos. Mas esta posição era subordinada: A lei britânica não concedia às mulheres casadas identidade legal ou direitos separados. Quando mulheres britânicas falaram em estender seus privilégios como mulheres britânicas para mulheres escravizadas, **elas ignoraram o problema de seu próprio status subordinado como mulheres casadas**.³⁴⁶

Ainda que estivessem falando de um lugar social específico e com um discurso conservador sobre ideais de feminilidade, a crítica feita por essas mulheres abolicionistas ao abuso sexual sofrido por mulheres escravizadas é, em última instância, uma crítica ao poder patriarcal, aos excessos do poder senhorial arbitrário. Dentro dos limites que a classe lhes impunha havia um projeto, uma politização crescente dessas mulheres.

³⁴⁴ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 99, Tradução nossa.

³⁴⁵ Idem. “British Abolition and Feminism in Transatlantic Perspective”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p. 125

³⁴⁶ Ibidem, p.132, Tradução nossa.

Abolicionismo feminino branco norte-americano e suas conexões atlânticas

Desde o início, a luta contra a escravidão nos Estados Unidos foi muito bem localizada geograficamente. Quando o conflito pela independência batia às portas, alguns importantes senhores de escravos e políticos, como Thomas Jefferson, expressaram sua repugnância em relação à escravidão. Algumas sociedades antiescravistas foram fundadas também no Sul, poucas bem-sucedidas, todas com programas de abolição gradual e deportação de libertos para fora das fronteiras sulistas. Sendo assim, conforme explorado no capítulo anterior, o movimento pela emancipação gradual foi tocado pelos estados ao Norte do país, logo após a Revolução Americana.³⁴⁷ O entusiasmo inicial em acabar com a escravidão arrefeceu logo nas primeiras décadas do século XIX, em conjunto com o desenvolvimento trazido pelo descaroçador de algodão e novas possibilidades de lucro na região Sul com a expansão da economia escravista de *plantation*.³⁴⁸

O abolicionismo nos Estados Unidos surgiu como uma das muitas mobilizações de movimentos reformistas religiosos – o “Segundo Grande Despertar” das décadas de 1810-1820. Por isso, os grupos religiosos (evangélicos) estiveram no batalhão de frente de diversas lutas reformistas, incluindo esforços missionários, reformas morais e na campanha pela abolição da escravidão.³⁴⁹ Mesmo aqueles considerados mais radicais, como William Lloyd Garrison, sustentavam a ideia de que a escravidão era um pecado que transgredia as normas criadas por Deus. Por este motivo também, as associações antiescravistas estiveram intimamente ligadas com organizações religiosas já existentes.

Na década de 1830, o antiescravismo do norte expandiu-se num movimento maior, estabelecendo um debate sobre liberdade e justiça e sobre questões relativas à cidadania e racismo.³⁵⁰ Isso aconteceu devido ao rápido crescimento de sociedades antiescravistas, à participação crescente de pessoas negras livres em grupos abolicionistas, e ao envolvimento público das mulheres com a questão pela primeira vez.³⁵¹ Em 1832, impressionado com o trabalho realizado pelas mulheres britânicas nas campanhas da Inglaterra, William Lloyd Garrison inaugurou em seu jornal abolicionista

³⁴⁷ AZEVEDO, Célia Maria M. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 30

³⁴⁸ JEFFREY, Julie Roy. **The Great Silent Army**: Ordinary Women in Antislavery Movement. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999, p. 15

³⁴⁹ LASSER, Carol. **Immediatism, Dissent, and Gender...**, Op. cit., p. 14

³⁵⁰ AZEVEDO, Célia Maria M. **Abolicionismo...** Op. cit., p. 30

³⁵¹ LAPSANSKY, Phillip. “Graphic Discord: Abolitionist and Abolitionist Images”, in: YELLIN, Jean Fagan; HORNE, John C. Van (Orgs.). **The Abolitionist Sisterhood**: Women’s Political Culture in Antebellum America. New York: Cornell University Press, 2018. p. 202.

– *Liberator* – um departamento feminino, com a intenção de que as mulheres se interessassem mais ativamente pela causa da emancipação escrava.³⁵² Aqui, novamente, a definição da mulher como guardiã moral da sociedade e cultura do século XIX implicava algum papel feminino dentro das atividades propostas pelo abolicionismo.

Até aquele momento as mulheres, quando eram convidadas a participar de conferências ou reuniões, eram colocadas estritamente no papel de expectadoras. Quando algumas convidadas passaram a tomar papéis mais ativos nesses eventos, acabaram tensionando a incorporação de mulheres em organizações antes exclusivamente masculinas, e impulsionaram a emergência de sociedades femininas autônomas. Em 1832 foram fundadas a *Boston Female Anti-Slavery Society* e a *Philadelphia Female Anti-Slavery Society*, principais agentes na promoção da inclusão igualitária de mulheres na campanha abolicionista, e na criação de uma campanha pelos direitos das mulheres. Elas passaram a se articular primeiro sobre sua própria condição oprimida, com o objetivo de construir um argumento sobre seu direito de participação no movimento abolicionista e na sociedade como um todo. As convenções femininas, organizadas ao longo dos anos 1830, acabaram incentivando o movimento feminista a promover a organização nacional de mulheres abolicionistas.³⁵³

Diferentemente do que aconteceu com as abolicionistas inglesas, no movimento dos EUA, as norte-americanas utilizaram-se de comparações explícitas entre a escravidão e sua condição no casamento, e consequentemente dentro da sociedade americana. As mulheres brancas no norte dos Estados Unidos evocavam a metáfora da escravidão para expressar suas respectivas opressões, numa perspectiva em que as esposas seriam ‘escravas’ de seus maridos. Uma vez que o casamento acabava reduzindo o acesso dessas mulheres a possíveis direitos, a perspectiva era de que, consequentemente, o casamento era uma forma de escravidão.³⁵⁴ Isso aconteceu porque o movimento abolicionista norte-americano, em sua vertente Garrisoniana, foi marcado por incorporar agendas mais amplas de reforma social, e dentre elas estavam os direitos das mulheres.

As figuras femininas mais visíveis da campanha abolicionista norte-americana, que contou com o apoio amplo de operárias e mulheres pobres, eram as mulheres de uma

³⁵² JEFFREY, Julie Roy, *The Great Silent Army...*, Op. cit., p. 18

³⁵³ WILLIAMS, Carolyn. “The Female Anti-Slavery Movement: Fighting Against Racial Prejudice and Promoting Women’s Rights in Antebellum America”, in: YELLIN, Jean Fagan; HORNE, John C. Van. *The Abolitionist Sisterhood: Women’s Political Culture in Antebellum America*. New York: Cornell University Press, 2018, p. 160

³⁵⁴ DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe...* Op. cit., p. 46

classe média e da burguesia emergente, que não eram obrigadas exercer um trabalho remunerado, e por isso podiam dedicar boa parte do seu tempo a atividades de caridade e filantropia. Elas eram esposas de médicos, advogados, comerciantes, donos de fábricas. Como donas de casa em uma nova configuração do capitalismo industrial, passaram a ‘detectar’ uma inferiorização de sua condição social enquanto mulheres, o abolicionismo acabou dando a elas a oportunidade de protestar implicitamente contra o caráter opressivo da sociedade em que viviam, e consequentemente contra seu papel em casa.³⁵⁵

Temos assim, uma distinção evidente entre a participação feminina inglesa e norte-americana no abolicionismo: as primeiras reivindicavam o apoio à causa abolicionista como parte de seus deveres femininos e domésticos, enquanto as norte-americanas se engajaram fortemente após constatar sua própria exclusão política em função de seu ‘papel feminino’. Comparando sua privação de direitos às privações de pessoas escravizadas, as norte-americanas buscaram conectar a luta antiescravista feminina com a conquista de direitos pelas mulheres.³⁵⁶ Isso não significa dizer que houve um abandono dos ideais de domesticidade e feminilidade, mas sim um ataque mais direto a essas ideias por uma parte do movimento abolicionista – a ala mais radical. A forma como raça e gênero estavam intimamente ligados à construção da cidadania nos Estados Unidos também teve um papel crucial para a construção tanto do abolicionismo, como do feminismo no país.

Os abolicionistas seguiram formando sociedades abolicionistas até a Guerra Civil, nos anos 1860, mas a década de 1830 assistiu ao auge dessas organizações, com a fundação de associações locais, estaduais e nacionais. Mesmo com o desenvolvimento de uma ala abolicionista mais radical, os preceitos da época, que associavam as mulheres à virtude, como no movimento inglês, e caracterizavam o abolicionismo com uma reforma moral da sociedade – praticamente uma extensão da fé religiosa – tornaram o apoio feminino à causa quase um dispositivo legitimador dela. Segundo essa premissa, se a presença das mulheres reforçava o ato moral do abolicionismo, elas, por seu caráter moral, deveriam se interessar naturalmente pela causa. Apesar da visibilidade que mulheres das classes médias e altas tinham dentro do movimento abolicionista, segundo

³⁵⁵ Ibidem, p. 49

³⁵⁶ De todas as abolicionistas pioneiras, as irmãs Grimké foram as que estabeleceram de modo mais consistente a relação entre escravidão e opressão de mulheres. Cf. SKLAR, Kathryn Kish. “‘The Throne of My Heart’: Religion, Oratory, and Transatlantic Community in Angelina Grimké’s Launching of Women’s Rights (1828-1838)”, in: _____; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007. p. 211-241

Julie R. Jeffrey, um olhar mais atento sobre as associações femininas revela que poucas abolicionistas brancas eram mulheres da elite que já haviam trabalhado em causas benevolentes antes.³⁵⁷

Apesar da participação feminina em associações religiosas ou benevolentes ter sido uma parte comum da vida de mulheres brancas de classe média, alguns estudos vêm mostrando que as associações abolicionistas acabavam atraindo mulheres de classes sociais diferenciadas, que anteriormente haviam sido impedidas de participar deste tipo mais tradicional de organização.³⁵⁸ Em alguma medida, o abolicionismo proporcionou uma diversidade econômica e de classe no ativismo feminino. Mesmo sendo entendido como um dever moral em correspondência com os ideais de feminilidade da época, um exame da vida institucional dessas mulheres revela a importância de uma visão de mundo pautada pelo gênero. Ainda que a definição do espaço doméstico como essencialmente feminino, e a forma como a lógica abolicionista feminina acabava se conformando dentro dessa ideologia, a atuação feminina era capaz de exigir certos comportamentos que iam além do que a cultura e as normas definiam como atitudes propriamente femininas.³⁵⁹

Por mais que as mulheres conseguissem participar do abolicionismo, respeitando seu ‘lugar’ social, sempre em diálogo com o culto à domesticidade vigente, seu envolvimento com a questão causou respostas acaloradas e ocasionalmente violentas entre os defensores da escravidão. A década de 1830 foi um período em que homens e mulheres abolicionistas, tanto no ambiente rural como no urbano, precisaram enfrentar comportamentos que iam desde insultos a agressões físicas. Entre 1834 e 1837, três jornais abolicionistas reportaram 157 tumultos no norte do país, alguns destes ataques eram organizados com objetivos bem específicos, e a maior parte das violências eram direcionadas aos eventos organizados pelas associações ou mesmo reuniões entre os membros.³⁶⁰

O ataque violento às mulheres abolicionistas aumentava à medida que elas eram acusadas de ‘amalgamação’, por se associarem a pessoas negras na construção do movimento.³⁶¹ Este foi o caso “*Abolition Hall*”, que aconteceu em maio de 1838, quando estava em curso a segunda *Anti-Slavery Convention of American Women*³⁶², na

³⁵⁷ JEFFREY, Julie Roy. **The Great Silent Army...**, Op. cit., p. 46; 54

³⁵⁸ Ibidem, p. 58

³⁵⁹ Ibidem, p. 55

³⁶⁰ Ibidem, p.50.

³⁶¹ LAPSANSKY, Phillip. **Graphic Discord: Abolitionist and Abolitionist Images...**, Op. cit., p. 226; MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 126

³⁶² “Convenção Feminina Americana Antiescravista”

Pensilvânia. O encontro interracial era um entre vários que aconteceriam naquela mesma semana no salão recém-inaugurado, e acabou provocando uma forte reação anti-abolicionista. O local foi atacado e queimado por tumultuadores logo após uma sessão da convenção de mulheres. O evento ganhou na época uma representação litográfica publicada em jornal, nela o salão se assemelhava muito a um bordel, composto por vários casais interraciais que se distribuíam pelas janelas e ruas da cidade.³⁶³

O movimento de boicote aconteceu nos Estados Unidos, mas de forma diferente. Na Inglaterra, Elizabeth Heyrick afirmava que a racionalidade econômica e o sentimento moral promoveriam a emancipação, conectando explicitamente o mercado e a emancipação através de uma política econômica representada pelo boicote aos produtos produzidos por escravos. As abolicionistas norte-americanas, por sua vez, raramente se engajaram em discussões sobre uma política econômica da emancipação, elas seguiram partes do exemplo britânico, e apesar de serem grandes admiradoras de Heyrick, não conseguiam enxergar a abstenção como uma ação econômica direta para ferir o poder dos proprietários de escravos.³⁶⁴ Por isso, enquanto na Inglaterra o movimento de boicote contou com uma contribuição feminina importante, em terras norte americanas este mesmo movimento não mobilizou mais do que uma pequena minoria, a maioria dos abolicionistas não abraçou a ideia ou logo desistiu.

Segundo Lloyd Garrison, o não consumo dos produtos poderia funcionar como uma ação individual e acabar desmobilizando outras iniciativas em relação à escravidão, por isso acabou sendo visto mais como uma questão moral e pessoal do que como uma ação econômica e coletiva. Além disso, a abstenção de grupos pequenos, segundo ele, não afetaria a economia e os consumidores não conseguiriam evitar todos os produtos produzidos em cativeiro. Enquanto os ingleses apelaram para o fator econômico, os americanos queriam apelar para a consciência do proprietário. As distinções entre o movimento americano de produção livre e as campanhas de abstenção na Inglaterra sublinharam a distância conceitual e estrutural entre os dois lados do atlântico.³⁶⁵

Nos Estados Unidos, como na Inglaterra, as mulheres voltaram-se com força também para petições, levantamento de fundos para atividades/bazares e organização de encontros, acumulando experiências políticas dentro do movimento abolicionista que posteriormente seriam fundamentais para sua organização em prol dos direitos das

³⁶³ Para ver a litografia mencionada: Cf. LAPSANSKY, Phillip. **Graphic Discord...**, Op. cit., p. 226

³⁶⁴ LASSER, Carol. **Immediatism, Dissent, and Gender...**, Op. cit., p. 120

³⁶⁵ Ibidem, p. 120-126

mulheres. Durante os primeiros trinta anos do século XIX, as mulheres dos dois lados do atlântico reivindicaram seu direito moral, enquanto mulheres, de participar e formar uma opinião pública contra a escravidão. A transição para um discurso propriamente transatlântico começou na década de 1830, quando líderes abolicionistas norte-americanos, homens e mulheres, passaram a se articular na mesma direção seguida pelo movimento britânico. Além disso, a participação das mulheres no movimento inglês e sua importância na mobilização de um público mais amplo no Reino Unido era algo amplamente reconhecido por todos, e por isso mesmo, incentivada em outros lugares.³⁶⁶

O contato mais direto entre inglesas e norte-americanas foi se formando nas décadas de 1820-1830, tanto por intermédio da *Antislavery Society* (Inglaterra), quanto pelo florescimento de associações especificamente femininas. Quando em 1833, a lei de abolição colocou fim à escravidão nas colônias inglesas, e em 1838 acabou com o sistema de aprendizado, o movimento abolicionista britânico passou a se concentrar sobre o bem-estar do escravizados, e na expansão da abolição pelo mundo. Não à toa, o principal objetivo da *British and Foreign Anti-Slavery Society* (BFASS), fundada em 1839, era a “*extinção universal da escravidão e do tráfico de escravos, a proteção dos direitos e interesses das populações emancipadas nas possessões britânicas e de todos capturados como escravos*”.³⁶⁷ Foi neste contexto de internacionalização do movimento que as mulheres estreitaram seus laços pelo atlântico.

Em meados do século XIX, três grandes países escravistas ainda desafiavam uma espécie de convergência transatlântica antiescravista. Brasil, Cuba (ainda colônia da Espanha) e Estados Unidos além escravizarem um grande número de pessoas, mantinham classes de proprietários solidamente enraizadas, com grandes interesses econômicos e poder político. A aproximação específica entre abolicionistas britânicos e norte-americanos pode ser encarada com naturalidade, porque os países dividiam uma herança cultural e os Estados Unidos já contavam com um movimento estruturado e jornais abolicionistas espalhados pelo Norte, mas Célia Maria M. Azevedo chama atenção para o fato de que, nas primeiras décadas do século XIX, os abolicionistas passaram a afirmar que a escravidão norte-americana era a pior do mundo.³⁶⁸ A partir de então se inicia uma propaganda antiescravista fundamentada em comparações entre a escravidão do sul dos Estados Unidos e a escravidão em outras partes do mundo. O enfoque sobre os Estados

³⁶⁶ Ibidem, p. 113

³⁶⁷ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 120, Tradução nossa.

³⁶⁸ AZEVEDO, Célia Maria M. **Abolicionismo...**, Op. cit., p. 36-37

Unidos revela que os abolicionistas acreditavam que o movimento internacional pela abolição dependia, sobretudo, dos resultados obtidos ali.³⁶⁹

Mesmo neste contexto de internacionalização e participação feminina no movimento abolicionista, as mulheres foram proibidas de entrar na Convenção Antiescravista Mundial de Londres, em 1840, como vimos. Diante disso, as norte-americanas, representantes de associações Garrisonianas, aproveitaram a oportunidade para viajar pela Grã-Bretanha e angariar fundos e apoio para suas organizações. Em geral, britânicas e irlandesas foram responsáveis por boa parte da ajuda financeira estrangeira destinada ao movimento abolicionista norte-americano nos anos 1840-1850.³⁷⁰ Após o fim do período de aprendizagem nas colônias, as ligações entre abolicionistas, que antes eram mútuas, acabaram se transformando em um apoio mais unilateral inglês ao movimento estadunidense. Como o movimento norte-americano era fortemente dividido em duas correntes, era preciso escolher quem apoiar. E essa rede transatlântica de mulheres abolicionistas desenvolveu-se, sobretudo, com as apoiadoras de Garrison. Segundo Clare Midgley, essas redes foram cimentadas pelo desenvolvimento de amizades pessoais entre líderes, que trocavam não só informações sobre o abolicionismo, mas também sobre uma ampla gama de questões políticas e filantrópicas.³⁷¹

Duas questões foram fundamentais para o desenvolvimento e diferenciação entre os abolicionismos femininos nos dois lados do atlântico: os fatores que determinavam a cidadania política e o significado particular que a escravidão possuía em cada um desses lugares. Nos Estados Unidos, raça e gênero eram os dois elementos determinantes para a consolidação de uma cidadania plena, mulheres e pessoas negras foram sistematicamente excluídas de uma suposta noção universal de personalidade, que garantiria os direitos por meio da constituição. As mulheres eram dependentes de seus pais ou maridos, enquanto os escravizados eram responsabilidade particular de seus proprietários. Por outro lado, na Inglaterra, o fator determinante da cidadania era a classe, e a posição socioeconômica em termos de propriedade era primordial. Além disso, a escravidão era um problema colonial para os ingleses, legitimada e construída por leis distintas das que operavam na metrópole. A escravidão existia na metrópole, mas não era uma instituição central, era uma repercussão do envolvimento britânico no tráfico e na escravidão colonial, só proprietários e comerciantes abastados levavam alguns de seus cativos para trabalhar na

³⁶⁹ Ibidem, p. 38

³⁷⁰ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 123-124

³⁷¹ Idem. **British Abolition and Feminism...**, Op., cit., p. 125-129

metrópole como servos domésticos.³⁷² Enquanto isso, nos Estados Unidos, a escravidão fazia parte da constituição daquela sociedade, e era um problema intrínseco a ela.

A forte política de classes na Inglaterra impediu, de certa forma, a radicalização do movimento abolicionista em conjunto com uma linha de gênero, a identidade da classe média britânica esteve muito atada à ideia das esferas separadas, e desde a publicação de Mary Wollstonecraft em 1790, a defesa dos direitos das mulheres caiu em descrédito rapidamente, por ser associada ao apoio à Revolução Francesa.³⁷³ Enquanto isso, nos Estados Unidos, as mulheres puderam desafiar mais diretamente a ideologia das esferas separadas ao longo dos anos 1830 e 1840, mesmo sob a ameaça de que suas reuniões fossem interrompidas por aglomerações racistas. O abolicionismo estadunidense sempre foi uma causa minoritária, enquanto na Inglaterra, entre os anos de 1820 e 1850, era visto como uma forma de filantropia humanitária, representando uma visão moderada da maioria, o que explica, em partes, o caráter mais radical de um, e moderado do outro.

A ausência de um número substancial de homens e mulheres negras livres na Inglaterra foi outro ponto de contraste em relação ao movimento dos Estados Unidos, e acabou impactando a natureza do envolvimento das mulheres nos movimentos abolicionistas de cada lugar. A participação ativa de mulheres afro-americanas foi significativa para que o movimento norte-americano se encaminhasse de forma mais radical.³⁷⁴ A Inglaterra contava sim com a presença de ex-escravizados fugidos, como Frederick Douglas, que desafiavam as noções filantrópicas de patrocínio branco sobre vítimas negras do cativeiro. As atitudes de ativistas brancos em relação aos abolicionistas negros eram ambíguas, permeadas de pressupostos sobre relações apropriadas de gênero, raça e classe. Abolicionistas negros como Douglas desafiavam as visões abolicionistas brancas, muitos deles não eram ‘apenas’ ex-cativos, e desempenharam um papel importante de liderança no movimento transatlântico.³⁷⁵

As visões de abolicionistas brancos sobre liberdade foram construídas sem considerar quais seriam as visões das próprias pessoas que já haviam vivido a escravidão na pele, com as mulheres não foi diferente. As mulheres brancas que articularam o discurso em prol da mulher escravizada, cujo sofrimento era diferente dos homens, eram

³⁷² Ibidem, p.125-126; DRESCHER, Seymour. **Abolição...**, Op. cit.; WOOD, Marcus. “Beyond the Cover: Uncle Tom’s Cabin and Slavery as a global entertainment”, in: _____. **Blind Memory: Visuals Representations of Slavery in England and America (1780-1865)**. Manchester: Manchester University Press, 2000. p. 143-213

³⁷³ Cf. MIDGLEY, Clare. **British Abolition...**, p. 127

³⁷⁴ Ibidem p.128

³⁷⁵ Ibidem, p.138

mulheres brancas livres que falavam em nome de mulheres negras escravizadas. Não havia interesse ou consulta ao sentimento e pensamento dessas mulheres, deixá-las falarem por si mesmas não era uma opção levada a sério, até que as próprias mulheres negras (fossem elas ex-escravizadas, libertas ou nascidas livres) passaram a reivindicar o direito à voz dentro dos movimentos abolicionistas, o que, claro, gerou tensões. No fundo, abolicionistas brancos, homens e mulheres, expressavam suas próprias ideias de liberdade.

Desde as campanhas inglesas contra o tráfico de escravos, abolido em 1808, a maioria das imagens comemorativas da data escolheu usar a figura de um homem negro de joelhos, implorando por misericórdia. Em muitas representações como essa, os escravizados ajoelhavam diante de uma mulher branca – representando a Inglaterra – com o poder de acabar com seus sofrimentos, concedendo-lhes a liberdade.³⁷⁶ A imagem do escravizado ajoelhado foi amplamente divulgada, virou selo e símbolo da propaganda abolicionista inglesa. Com o slogan “*Am I not a man and a brother?*” (“eu não sou um homem e um irmão?”) apelava para a humanidade e ‘igualdade’ dos escravizados, irmãos dos brancos. A imagem, altamente vitimizada e subserviente, foi também evocada pelas mulheres abolicionistas no final da década de 1820, que utilizaram a imagem de uma mulher escravizada, no lugar do homem, com os dizeres “*Am I not a woman and a sister?*” (“eu não sou uma mulher e uma irmã?”). A afirmação da humanidade e igualdade espiritual entre brancos e negros pelo abolicionismo vinha de mãos dadas com a crença na superioridade cultural branca.³⁷⁷ Essas imagens evidenciam que abolicionistas brancos concebiam a liberdade escrava como um presente *concedido* por brancos para negros.³⁷⁸

Mesmo quando puderam consultar mulheres que haviam vivido a experiência da escravidão, as mulheres brancas britânicas não aproveitaram a oportunidade. Este foi o caso de Mary Prince, mulher que havia sido escravizada nas colônias britânicas do Caribe. As abolicionistas brancas a enxergaram como uma vítima da escravidão que poderia contribuir apenas contando sua história de sofrimento, e embora Prince se intitulasse como uma representante dos escravos das colônias, clamando pela emancipação de todos, nunca foi aceita como uma ativista pelas mulheres brancas.³⁷⁹ É preciso ressaltar que

³⁷⁶ WOOD, Marcus. **The Horrible Gift of Freedom. Atlantic Slavery and Representation of Emancipation.** Georgia: University of Georgia Press, 2010. p. 71

³⁷⁷ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 96

³⁷⁸ A ideia da liberdade como um presente branco concedido à população negra foi defendida e analisada em: WOOD, Marcus. **The Horrible Gift of Freedom...**, Op. cit.

³⁷⁹ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 133

essas visões criadas sobre as populações escravizadas, e especialmente sobre mulheres escravizadas, influenciaram políticas do pós emancipação nas colônias britânicas³⁸⁰ e processos emancipatórios pela América.³⁸¹ O discurso abolicionista transatlântico nunca viu os negros como socialmente iguais, embora houvesse exceções. As imagens negativas tinham grande apelo, e eram combatidas majoritariamente pela ótica da vítima passiva, degradada e servil, representação largamente difundida pela literatura.

Nos Estados Unidos a literatura também teve um papel importante para a consolidação e disseminação do abolicionismo entre um público mais amplo, também para a consolidação das relações entre os abolicionismos femininos britânico e norte-americano. Tópicos como a feminilidade, domesticidade e maternidade foram constantemente abordados nos romances de cunho abolicionista por todo o século XIX. Esses romances apelavam especificamente aos sentimentos femininos porque para as mulheres a escravidão representava a corrupção moral da sociedade, cabendo também a elas o papel de lutar pelo seu fim. Nesse sentido, o famoso romance de Harriet Beecher Stowe reúne diversos componentes importantes para a disseminação dos ideais de feminilidade, de um abolicionismo feminino e concepções abolicionistas sobre a escravidão e população negra. Por isso, analisaremos esta obra mais detidamente.

“A Cabana do Pai Tomás”: raça, domesticidade e maternidade na literatura antiescravista branca

A obra “A Cabana do Pai Tomás” (*“Uncle Tom’s Cabin”*), de Harriet Beecher Stowe (1811-1896), circulou primeiro como coluna do jornal *‘National Era’* entre 1851-1852, e depois de ganhar destaque foi publicada como livro em 1852. Logo de cara, o livro alcançou um sucesso grandioso nos dois lados do atlântico, sendo o primeiro romance americano a vender um milhão de cópias, e tornou-se obra de literatura abolicionista mais popular de todos os tempos.³⁸² Ele era tanto um romance, no que diz respeito ao seu mérito artístico, quanto uma ‘ficção didática’ ou propaganda, no que concerne à política abolicionista.³⁸³ Serviu, ao mesmo tempo, como retrato da realidade social da época e uma crítica a ela. Sua difusão transacional massiva foi chamada pelos

³⁸⁰ ALTINK, Henrice. **Representations of Slave Women...**, Op. cit.; PAUGH, Katherine. **The Politics of Reproduction...**, Op. cit.; TURNER, Sasha. **Contested Bodies...**, Op. cit.

³⁸¹ Como vimos no capítulo anterior, referindo-se ao norte dos Estados Unidos e América Latina Hispânica.

³⁸² CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 34

³⁸³ FISCH, Audrey A. **American Slaves in Victorian England: Abolition Politics in Popular Literature and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 11

contemporâneos de “Tom Mania”.³⁸⁴ Marcos Wood ressalta que durante os anos 1850, o racismo científico tinha se desenvolvido consideravelmente, penetrando a arte e literatura nos dois lados do atlântico. Pela primeira vez as teorias de inferioridade racial estavam sendo absorvidas pela cultura popular em diferentes níveis³⁸⁵, o que, certamente, influenciou a recepção da obra de Stowe. Segundo Wood, “A Cabana do Pai Tomás” é um ponto chave para compreender o que a audiência popular queria ver, e o que os editores queriam impor sobre a representação de pessoas negras escravizadas.³⁸⁶ Saber a repercussão e alcance da obra de Stowe é importante para compreender de que forma ela contribuiu para a consolidação de uma série de representações sobre as populações negras ao longo do século XIX.³⁸⁷

Assim como na Inglaterra, o ápice do movimento abolicionista nos Estados Unidos (época da publicação de Stowe), foi fruto e reforço de uma explosão da cultura impressa. No fim do século XVII a imprensa crescia substancialmente nos Estados Unidos, e os abolicionistas aproveitaram para multiplicar os debates sobre as crueldades do tráfico interno, separação de famílias e insalubridade do cativeiro.³⁸⁸ A expansão da imprensa mudou a forma como a esfera pública foi definida e utilizada, sobretudo pelo abolicionismo.³⁸⁹ A publicação de Stowe, seriada no jornal, tinha como público alvo o Sul do país, a autora buscava partir de uma posição mais persuasiva, sua intenção não era atacar o Sul e sim a escravidão. O objetivo era convencer os leitores de que a abolição era um imperativo cristão, e não uma crença de fanáticos extremistas (concepção dos proprietários).³⁹⁰ Segundo Judie Newman, Stowe esperava que o livro fosse criticado por

³⁸⁴ FERRETI, Danilo José Z. “A publicação de “A Cabana do Pai Tomás” no Brasil Escravista: O “momento europeu” da edição Rey e Belhatte (1853)”, in: **Varia História**, Minas Gerais, v. 33, n. 61, 2017. p. 192

³⁸⁵ Cf. WOOD, Marcus. **Beyond the Cover...**, Op. cit., p. 143-144. Isso não significa que a teoria da inferioridade racial não fosse utilizada antes disso. Desde a década de 1780 os abolicionistas frequentemente tinham posições ambíguas em relação à utilização de termos advindos do racismo científico.

³⁸⁶ WOOD, Marcus. **Beyond the Cover...**, Op. cit., p. 143

³⁸⁷ Além de ter sido um *best seller*, “A Cabana do Pai Tomás” foi também a peça de teatro mais popular de todo o século XIX, readaptada inúmeras vezes para o que era chamado de “Tom Shows” - apresentações que misturavam música, dança, efeitos especiais, atores fazendo *black face*, em demonstrações de racismo pouco disfarçadas. Cf. NEWMAN, Judie. “Writing Against Slavery: Harriet Beecher Stowe”, in: CLAAP, Elizabeth J; JEFFREY, Julie Roy. **Women, Dissent and Anti-Slavery in Britain and America (1790-1865)**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 180

³⁸⁸ Segundo Ira Berlin, o comércio interno de escravos gerou tamanha circulação demográfica que reduziu as especificidades regionais, tão característica do século XVII e XVIII, restringindo até mesmo as maiores diferenças do sentido norte-sul. Cf. BERLIN, Ira. **Gerações de cativeiro...**, Op. cit., p. 202

³⁸⁹ Para se ter uma ideia, a **American Anti-Slavery Society** (ASS), fundada em 1833, por exemplo, publicou 122 mil itens em 1834 e 3 milhões de itens até 1840. Em 1838 já havia 1.346 organizações antiescravistas locais no chamado norte. Cf. DRESCHER, Seymour. **Abolição...**, Op. cit., p. 431 - 433

³⁹⁰ Ibidem, p. 179

aboliconistas por ser muito leve, e aceito pelos sulistas, mas a reação foi inversa.³⁹¹ Segundo Danilo Ferreti, “*A Cabana do Pai Tomás foi, acima de tudo, um incomparável catalisador do entusiasmo antiescravista, dentro e fora dos EUA. O livro se tornou um dos maiores sucessos editoriais de todo o séc. XIX (...).*”³⁹²

A história se organiza em torno de dois enredos. O primeiro deles narra a trajetória de Pai Tomás, um escravo cristão vendido pelo senhor endividado, que passa por diferentes senhores e situações de escravidão. Nesse eixo, a paciência e resignação cristã de Pai Tomás são enfatizadas, indicando sua resistência passiva à escravidão, representada principalmente por sua recusa em cometer violência contra seus semelhantes. O segundo enredo conta a história da fuga de uma família de escravos, composta por Eliza e George com seu filho Harris, em direção ao Norte dos EUA.³⁹³ Para escrever o romance, a autora baseou-se também nos relatos de ex-escravizados, escritos em primeira pessoa. Este foi um gênero literário que se popularizou ao longo do século XIX e se tornou importantíssimo para a construção e expansão do movimento abolicionista em escala transatlântica.³⁹⁴ Compreender o sucesso de Stowe é também levar em conta que, apesar da importância dos relatos e narrativas biográficas, poucas obras antiescravistas conseguiram apelar para o mercado popular da mesma forma porque quase todas essas obras eram vendidas a preços muito baixos, como forma de ajudar a causa abolicionista.³⁹⁵

Existe no livro uma hierarquia de cor evidente que opera não só entre brancos e negros, mas também entre os próprios personagens negros, de acordo com a tonalidade de suas peles. O casal protagonista que tenta fugir, Eliza e George, é composto por indivíduos descritos como bonitos e de pele clara (*light-skinned*); na contramão, as pessoas negras com a pele mais escura (*black-skinned*), como Pai Tomás, são os personagens mais ‘cômicos’, por vezes ingênuos. Enquanto os personagens negros que possuem a pele mais escura falam um dialeto tipicamente escravo, as pessoas de pele mais clara falam de uma maneira que acaba as aproximando dos personagens brancos. Entre as raças branca e negra também é possível identificar uma hierarquia operante quando a

³⁹¹ Abraham Lincoln chegou a descrevê-la, em 1863, como “a senhora que, com seu livro, causou essa grande guerra (a guerra entre os estados)”. Cf. NEWMAN, Judie. **Writing Against Slavery...**, Op. cit. p. 179

³⁹² FERRETI, Danilo José Z. **A Publicação de “A Cabana do Pai Tomás” ...**, Op. cit., p. 191

³⁹³ Ibidem, p. 191

³⁹⁴ SAMPAIO, Maria Clara C; ARIZA, Marília Bueno A. “Narrativas de mulheres escravizadas nos Estados Unidos do século XIX”, in: **Revista de Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, 2019. p. 179

³⁹⁵ NEWMAN, Judie. **Writing Against Slavery...**, Op. cit., p. 184

cada uma delas são atribuídas ‘características’ específicas, ‘dons’ e ‘qualidades’ a serem desenvolvidas. Os africanos são pessoas humildes e dóceis (Pai Tomás), ao passo que os brancos anglo-saxões são caracterizados pela misericórdia e nobreza, características que deveriam ser aprimoradas para proteger os fracos (escravizados), ao invés de oprimi-los.³⁹⁶

Segundo Angela Davis, “*A maioria dos negros é dócil e servil; as mulheres, mães e quase nada além. Pode parecer irônico, mas a obra mais popular da literatura antiescravagista daquela época perpetuava ideias racistas (...)*”.³⁹⁷ A contradição apontada por Davis não era específica de Stowe, mas do próprio movimento abolicionista, que tinha um conteúdo reacionário com apelo progressista. O abolicionismo não era, e não deve ser confundido com um movimento por igualdade racial.³⁹⁸ A igualdade racial foi, inclusive, motivo de divisões no movimento abolicionista. Os projetos de emancipação gradual adotados por países da América, estudados no capítulo anterior, são evidências do modo como a população branca enxergava a população negra, fosse ela escrava ou não. Por mais que o abolicionismo tenha procurado culpabilizar a instituição escravista (abstrata) pelo ‘rebaixamento’ social/degradação da população negra, antes de usar justificativas propriamente raciais, a inferioridade negra, segundo a população branca, era uma premissa, fosse ela cultural ou biológica. Nesse sentido, a imagem de Pai Tomás foi positiva para os abolicionistas brancos, pois lhes dava o protagonismo de trazer o fim da escravidão como um ‘presente’.³⁹⁹

O livro também tinha um apelo especial às mulheres, e pode ser considerado o principal exemplo de romance doméstico sentimental popular do século XIX, escrito por uma mulher, para mulheres e sobre mulheres. Harriet Beecher Stowe tornou-se um símbolo filantrópico e missionário para mulheres brancas incumbidas de “levar” liberdade e cristianismo à ‘grata’ população negra.⁴⁰⁰ “A Cabana do Pai Tomás” encaixa-

³⁹⁶ WATERS, Hazel. **Racism on the Victorian Stage: Representation of Slavery and the Black Character**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 157-158

³⁹⁷ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe...**, Op. cit., p. 44

³⁹⁸ Por isso, as atitudes filantrópicas e paternalistas em relação ao sofrimento homens e mulheres escravizadas podia coexistir e ajudar na consolidação de estereótipos e preconceitos em relação à população negra, classificando-a sempre abaixo em uma hierarquia social e racial. Cf. WATERS, Hazel. **Racism on the Victorian Stage...**, Op. cit., p. 156

³⁹⁹ Marcus Wood discute bastante a ideia de que a construção sobre o fim da escravidão foi feita para dar protagonismo aos abolicionistas brancos, com a ideia da liberdade **concedida** por brancos, ao invés de **conquistada** por negros. Ver: WOOD, Marcus. **The Horrible Gift of Freedom...**, Op. cit.

⁴⁰⁰ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 144

se numa perspectiva de que o romance doméstico popular do século XIX representou uma tentativa de reorganizar a cultura a partir do ponto de vista da mulher.⁴⁰¹

“A Cabana do Pai Tomás” é uma obra emblemática porque congrega diversas questões importantes para nossa reflexão. Por ser um romance escrito por uma mulher branca do Norte, que buscou retratar o Sul, seus posicionamentos podem ser cruzados com muito do que estudamos até aqui sobre o abolicionismo feminino. Expressa visões de mulheres brancas abolicionistas a respeito de diversas questões envolvendo a escravidão e o papel feminino na sociedade. Dotada de uma função cultural e propagandística importante, a autora oferece em seu enredo importantes representações sobre a população negra escravizada e sobre mulheres, tanto brancas quanto negras. No livro fica evidente de que maneira o culto à natureza feminina e à domesticidade, encontrados nos primeiros anos do abolicionismo britânico, seguiram encontrando ecos ao longo do tempo e em diferentes lugares, e de que forma eles foram usados em prol da causa abolicionista. Esses preceitos foram apropriados e reafirmados por grande parte das mulheres abolicionistas no século XIX, e a obra de Stowe foi fundamental para esses discursos e para o movimento abolicionista contemporâneo.

Quando Stowe publicou seu romance, o século XIX assistia ao auge do culto à maternidade, no qual uma mulher perfeita era necessariamente uma mãe perfeita⁴⁰², o lugar das mulheres continuava, portanto, sendo a casa e não a esfera política. Se a obra reflete as contradições inerentes ao movimento abolicionista branco, é também um reflexo da posição contraditória ocupada pelas mulheres no oitocentos. Por isso, além das discussões sobre escravidão e questões raciais, o gênero também ocupa um lugar fundamental na história. As mulheres brancas foram representadas como portadoras de conhecimentos éticos e religiosos, responsáveis pela educação dos dependentes que habitavam suas casas – filhos e escravizados. Elas eram encarregadas da formação moral dos indivíduos e da gestão da casa.⁴⁰³ A forma como exerciam essas funções definia se a mulher era uma boa senhora e um bom exemplo para os demais. Enquanto mulheres brancas eram instruídas e capazes de gerir uma casa, as mulheres negras ficavam restritas ao campo do trabalho, o trabalho feminino – trabalhos manuais e remunerado – foi,

⁴⁰¹ NEWMAN, Judie. **Writing Against Slavery...**, Op. cit., p. 181

⁴⁰² PATTON, Venetia K. **Women in chains: the legacy of slavery in Black women's fiction**. Albany: State University of New York Press, 2000. p. 31

⁴⁰³ BRAGA, Marcelle Danielle de C. “Espaço feminino e abolicionismo no romance ‘A Cabana do Pai Tomás’”, in: **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, Jul. 2014. p. 98

inclusive, retratado pela autora como uma atividade degradante apenas para a mulher branca.

Como dissemos no início deste capítulo, a maternidade seguiu sendo um elemento constitutivo da feminilidade desde o século XVIII, era o que aproximava naturalmente mulheres brancas e negras, era o elo possível da mulher negra com a verdadeira feminilidade. No romance de Stowe a maternidade foi componente mobilizador das agências da maioria das mulheres, brancas e negras, era o que lhes dava coragem para enfrentar as situações mais difíceis.⁴⁰⁴ Era através da maternidade que a escravizada poderia se tornar uma mulher feliz e completa, cumprindo seu ‘destino’ na qualidade de mãe. Essa era a única infelicidade de Eliza até aquele momento, uma mulher escravizada com uma relação muito ‘harmoniosa’ com seus senhores, mas que carregava a tristeza de já ter perdido dois filhos. Eliza precisaria ‘apenas’ ter um filho para que sua dura realidade fosse preenchida. Quando ela externaliza sua dor em um momento de fraqueza, é reprimida “*com benevolência*” por sua senhora nos “*limites da razão e religião*”. Manifesta-se, assim, a representação das mulheres brancas, senhoras educadas, compassivas e bondosas, o modelo de mulher a ser atingido.

Durante um ou dois anos, Elisa viu o marido com frequência. Nada interrompeu a sua felicidade, a não ser a perda de dois filhos de tenra idade, a quem ela tinha muito amor. Deu tais largas ao seu desgosto que **a senhora se viu obrigada a censurá-la com benevolência, levando-a com solicitude verdadeiramente maternal a conter os seus legítimos sentimentos dentro dos limites da razão e da religião.** Todavia, **após o nascimento do pequeno Harry,** ela conformara-se e acalmara-se a pouco e pouco: **todos os laços de sangue se concentraram naquele pequeno ser e retomaram toda a sua força.**⁴⁰⁵

A Sra. Bird acobertou uma escrava que havia fugido para impedir a venda de seu filho, desrespeitando a lei e a posição de seu marido por se compadecer do sentimento que era perder um filho. Cassy, uma mulher escravizada que passou por muitos donos e acabou se relacionando com um deles, teve dois filhos vendidos, e um morto por ela para que não precisasse viver como escravo. O sentimento da maternidade faz com que as personagens prefiram o infanticídio a ver seus filhos passando pela crueldade da escravidão. Eliza, quando foge, atravessa o Rio Ohio congelado, com os filhos nos braços.

(...) Ela deu de comer ao filho. A criança reparou que a mãe não comia, e abraçando-a quis meter-lhe um pedaço de bolo na boca. — Não, Harry, meu amor. **A mãe não pode comer enquanto não estiveres salvo...** Temos que

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 101

⁴⁰⁵ STOWE, Harriet Beecher. **A Cabana do Pai Tomás**. Lisboa: Editorial Verbo, 2004. Edição Kindle (ebook)

ir... Andar, andar muito, até chegarmos ao rio. (...) Um enorme bloco de gelo estalou e fugiu-lhe debaixo dos pés. Mas ela não parou um segundo. Entretanto, lançando sempre gritos selvagens, redobrando de energia perante o perigo, **lançou-se de bloco em bloco, escorregando, agarrando-se, caindo, mas levantando-se sempre!** Perdeu um sapato, as meias fugiram-lhe das pernas, **deixou o seu rasto marcado com sangue.**⁴⁰⁶

A dinâmica estabelecida entre o casal de escravizados protagonista fornece elementos para pensar a masculinidade e feminilidade da época. Para Hazel Waters, George e Eliza representam a personificação da masculinidade e feminilidade, respectivamente.⁴⁰⁷ Enquanto George é impulsivo, forte, decidido, ‘rebelde’, e Eliza é terna, compassiva, materna, indulgente, ‘conformada’. Eliza é caracterizada por sua fê cristã e amor maternal, a tal ponto que age apenas mediante a ameaça de separação da criança, ela representa a possibilidade de redenção das mulheres negras, cujos predicados femininos haviam sido retirados pela escravidão, e o reencontro com os princípios da feminilidade (essencialmente branca).

Stowe usou o sentimentalismo para criar um sentimento comum entre o leitor e os personagens. Para criar esse sentimento comum, Stowe imaginou uma leitora e apelou para seus instintos maternos. O desejo de Stowe de obter simpatia de outras mães é um aspecto da posição centralizada das mulheres em seu romance. Para Stowe, a mãe é sinônimo de mulher; todas as suas personagens femininas adultas são também mães. Ao apelar para as mães, ela está apelando para todas as mulheres que se relacionam com o culto da verdadeira feminilidade.⁴⁰⁸

Raça e gênero são os dois cernes da obra de Stowe. Sua escrita carrega preconceitos raciais e enfatiza os atributos da domesticidade feminina relegada ao lar e maternidade, mas, ao criticar a escravidão e retratar mulheres em papéis ativos na sociedade, acabou defendendo posições à época consideradas progressistas. Por outro lado, reforçou e ajudou a construir visões estereotipadas sobre as populações negras, e o sucesso de sua obra fez com que essas representações fossem difundidas internacionalmente.

Além de graduais, a maioria das abolições por toda a América foram realizadas tendo o gênero como fator determinante. A maioria delas procurou encerrar a escravidão pela quebra do princípio de hereditariedade, concedido pela mãe. Dessa forma chegamos em um ponto crucial: o papel das mulheres escravizadas nesses processos. A partir do momento que os princípios femininos e maternos passam a se ligar intimamente com uma

⁴⁰⁶ STOWE, Harriet Beecher. **A Cabana do Pai Tomás...**, Op. cit., Edição Kindle (ebook)

⁴⁰⁷ WATERS, Hazel. **Racism on the Victorian Stage...**, Op. cit., p.159

⁴⁰⁸ PATTON, Venetria K. **Women in chains...**, Op. cit., p. 44, Tradução nossa.

defesa feminina da abolição, as mulheres passam também a reivindicar para mulheres escravizadas os ‘direitos femininos’ que elas usufruíam. As mulheres escravizadas passam a ser representadas pelos abolicionistas como os exemplos máximos da crueldade escravista. Quando as legislações emancipacionistas passam a decretar a liberdade dos ventres escravos e filhos de mulheres cativas, elas estão sendo influenciadas pelos debates promovidos no abolicionismo. E cada vez mais, as mulheres escravizadas foram alçadas ao centro do processo emancipatório.

A literatura também teve seu papel, influenciando e sendo influenciada pelo contexto, informando e sendo informada pela sociedade na qual estava inserida. Desde 1780 o abolicionismo buscava ser um movimento além da esfera política, buscando convencer a opinião pública. Ainda que os processos de abolição estudados no capítulo anterior tenham se concretizado antes da publicação de Stowe em 1852, é preciso lembrar que restavam três importantes núcleos escravistas no mundo: Estados Unidos, Brasil e Cuba. Os dois últimos seguiriam os mesmos passos dos países já estudados, adotando leis de ventre livre no fim do século XIX. Ou seja, as mulheres escravizadas seguiram tendo um papel crucial nos debates sobre o fim da escravidão, e também para a construção das sociedades no pós-abolição. Uma vez que essas políticas foram também fruto dos debates e representações construídas ao longo do século XIX (tanto sobre raça quanto sobre gênero) e incidem sobre os corpos das mulheres negras, podemos afirmar que as imagens construídas tiveram impacto direto na realidade vivida por elas.

Quando as abolicionistas se debruçaram especificamente sobre os sofrimentos de mulheres negras escravizadas em suas campanhas, elas desenvolveram análises sobre a exploração sexual e racial, em conjunto com uma retórica de irmandade que buscava articular a empatia e identificação com outras mulheres. Mas, esta retórica acabou sendo vinculada a uma abordagem ‘maternalista’ de tutela, em que as mulheres escravizadas eram apenas vítimas que precisavam de proteção. Apesar de terem existido nos Estados Unidos sociedades abolicionistas interracialistas, muitas abolicionistas brancas excluíaam mulheres negras das associações femininas. Por isso, as mulheres negras acabaram procurando seus próprios espaços. Até aqui vimos como mulheres e homens brancos representaram as questões de raça e gênero no abolicionismo. No próximo capítulo veremos quais as visões das próprias mulheres negras, escravizadas, libertas e livres sobre essas questões, sobretudo no contexto do abolicionismo norte-americano.

Capítulo 4 - *Black Womanhood*: Ativismo e Escrita de Mulheres

Negras no Abolicionismo Anglo-americano, 1830-1850

O objetivo do movimento abolicionista, e principalmente das mulheres abolicionistas, era, conforme discutido, estender às mulheres negras escravizadas os ‘privilégios’ da ‘verdadeira’ feminilidade e do culto à domesticidade, amparado na ideologia das esferas separadas. Sendo assim, as mulheres negras escravizadas, libertas e livres, deveriam ter o ‘direito’ de preservar sua pureza e inocência até que pudessem se casar apropriadamente, quando casadas deveriam poder cuidar de seus companheiros, do lar, e mais importante, deveriam amar e zelar por seus filhos, como ‘mulheres de verdade’. Mas, o que seria das mulheres que já haviam perdido seus direitos femininos? Mulheres egressas da escravidão, mães sem maridos, conseguiriam cumprir os requisitos da verdadeira feminilidade? O que essas mulheres pensavam e escreviam sobre tais questões?

O abolicionismo nos Estados Unidos contou com forte atuação da comunidade negra livre, que reivindicava muito mais do que a abolição da escravidão para as pessoas negras. Com o aumento da participação feminina branca e da população negra livre do Norte, há também o surgimento de um abolicionismo feminino negro entre as décadas de 1830 e 1860, responsável por levantar questões importantes que mulheres brancas e homens negros não conseguiam incorporar quando falavam em nome do abolicionismo. Neste capítulo nos debruçaremos sobre as percepções próprias de mulheres negras (ex-escravizadas, libertas e livres) sobre escravidão, raça, abolição, feminilidade e maternidade, e como estas questões impactaram sua atuação política e abolicionista na primeira metade do século XIX, impulsionando a defesa de uma concepção feminina própria das mulheres negras.

O culto à *verdadeira* feminilidade, que vinha sendo maturado desde o século XVIII na Inglaterra, encontrou seu auge nos anos 1820-1860, quando mudanças nas estruturas econômicas e sociais da sociedade (norte-americana) passaram a afetar a estrutura familiar e atribuições relacionadas aos papéis de gênero.⁴⁰⁹ Piedade, pureza, submissão e domesticidade compunham as quatro virtudes básicas que governariam a natureza de uma mulher *de verdade*. Estes não eram apenas objetivos sobre os quais as

⁴⁰⁹ BONVENTRE, Laurie. **Cult of True Womanhood**: Women of the Mid-nineteenth Century and their Assigned Roles as Reflected in Contemporary Writing. [Master of Liberal Studies in American Culture]. University of Michigan, 2005, p. 6

mulheres deveriam se esforçar para alcançar, eram os componentes obrigatórios do ‘ser mulher’. É preciso ressaltar que o ideal de feminilidade é em si uma projeção idealizada, um projeto, e por isso, apenas mulheres brancas de classe média podiam esperar incorporar tais pilares.⁴¹⁰ Por mais que as abolicionistas reclamassem a igualdade entre mulheres brancas e negras, o culto à feminilidade e domesticidade foi estruturado, em última instância, excluindo a mulher negra de sua definição feminina.

Mulher negra, experiência escrava e exclusão dos padrões femininos

O culto à feminilidade estava presente em revistas, livros e literatura que instruíam as mulheres sobre suas responsabilidades e virtudes básicas. Para mulheres solteiras a pureza era a maior força, aquelas verdadeiramente virtuosas deveriam manter os homens longe, preservando a virgindade até o casamento. Quando casadas, deveriam se manter submissas aos seus maridos porque a submissão (aos pais, maridos e irmãos) era uma das qualidades mais femininas das mulheres, e mantinha a ordem do lar sob a autoridade masculina máxima. O ambiente doméstico era o lugar apropriado para o exercício de suas virtudes. Aderir e exercer essas qualidades de maneira adequada dava à mulher poder e responsabilidade de manter a moralidade do lar⁴¹¹ – e em última análise, da sociedade. As mulheres brancas da classe média eram colocadas em um pedestal moral, representadas como puras, frágeis e símbolos da boa feminilidade, enquanto mulheres negras e brancas pobres compartilhavam o estigma da feminilidade ‘ruim’. As ideias sobre a sexualidade feminina cruzavam barreiras de raça e classe, servindo para criação de estereótipos.

A noção de submissão e passividade que caracterizava, acima de tudo, a feminilidade branca, não tinha o mesmo significado para mulheres negras.⁴¹² Desde muito cedo as mulheres negras escravizadas foram obrigadas a exercer tarefas pesadas nas plantações escravistas, ao lado dos homens, sem direito à fragilidade ou delicadeza. Não havia escolha, feminilidade não era e não podia ser uma questão quando sobreviver era uma prioridade. Nesse sentido, o abolicionismo procurou dotá-las de alguma feminilidade

⁴¹⁰ PATTON, Venetia K. **Women in chains...**, Op. cit., p. 29-30

⁴¹¹ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist: A Study in Activism (1828-1860)**. Knoxville: University of Tennessee Press, 1992. p. 40

⁴¹² bell hooks explica a transformação da imagem da mulher branca, que de pecadora sexual é alçada ao papel de senhora virtuosa no século XIX, e como isso aconteceu concomitantemente à massiva exploração sexual das mulheres negras escravizadas. A rígida moral sexual da Inglaterra vitoriana, segundo a autora, criou uma sociedade em que a mulher era exaltada com mãe e cuidadora, ao mesmo tempo que se formava um massivo submundo de prostituição. Ver: hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?...**, p.60-65

ao representá-las como frágeis vítimas dos abusos escravistas. Como vimos, segundo essa visão, a escravidão havia roubado delas direitos, privilégios e proteções que pertenciam a todas as mulheres.

O período escravista foi uma fonte inesgotável para construção de estereótipos sobre a população negra em geral, e especificamente sobre mulheres escravizadas, que foram constantemente acusadas de serem cúmplices do homem branco na subjugação do homem negro. As relações sexuais entre homens brancos e mulheres escravizadas foram usadas por muito tempo como evidências dessa suposta cumplicidade, quando na verdade o que existia era uma institucionalização do estupro de mulheres negras, escravizadas ou não.⁴¹³ As ligações construídas entre a imagem da mulher negra e uma sexualidade ‘ilícita’, provocativa e disponível, foram consolidadas em diferentes sociedades escravistas, com resultados ideológicos poderosos que perduraram por anos, afetando diretamente a vida da população negra após a abolição da escravidão.

A força e complexidade da imagem negativa sobre a sexualidade da mulher negra escravizada – promiscua, lascívia – apesar de ser também sexista, conferia aos ideais de ‘feminilidade’ um significado profundamente racial e sexual para as comunidades negras livres.⁴¹⁴ A pureza, uma das quatro características de uma mulher *de verdade*, estava intimamente conectada à brancura, e não pertencia às mulheres escravizadas porque a experiência da escravidão por si só solapava completamente qualquer perspectiva de pureza. Dentro do culto à domesticidade feminina, uma mulher dotada de uma sexualidade fora dos padrões aceitáveis do recato não poderia ser considerada uma ‘mulher de verdade’, não importando de que maneira ela poderia ter perdido suas ‘virtudes’. Mesmo mulheres negras que viviam em liberdade tinham uma realidade completamente diferente do que os padrões de feminilidade instituía e, na maioria dos casos, precisavam trabalhar fora para dar suporte financeiros a suas famílias – contrariando os ideais femininos da época.⁴¹⁵ A imagem de mulheres negras fortes, não submissas, independentes e muitas vezes chefes de suas próprias famílias não era positiva para aquele momento porque ela transgredia os padrões, mulheres fortes eram dotadas de

⁴¹³ Como vimos no primeiro capítulo, por lei mulheres negras não eram legalmente passíveis de ser estupradas nos Estados Unidos. Ver BLOCK, Sharon. **Rape and Sexual Power...**, Op. cit.

⁴¹⁴ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 44

⁴¹⁵ Ibidem, p. 41

atributos ‘não naturais’ que deveriam ser características exclusivas do poder masculino.⁴¹⁶

Juntos, o culto à feminilidade e a ideologia das esferas separadas desdobraram-se em um culto à maternidade. A domesticidade deu à maternidade um papel social e político que acabou sendo definidor das mulheres enquanto uma classe, tornando-se o prisma pelo qual as expectativas e prescrições feitas a elas foram estabelecidas. Mulher era sinônimo de mãe. Curiosamente, a consolidação da maternidade enquanto papel social das mulheres foi o que fez com que a privação dos direitos/privilégios maternos, sofrida principalmente por mulheres escravizadas – atacado principalmente pela separação familiar – fosse compreendida como um meio de negação ao seu status feminino.⁴¹⁷ Enquanto os homens controlavam a família em termos legais e financeiros, a maternidade foi colocada como uma possibilidade de controle feminino. As mulheres poderiam ‘modificar’ o mundo ao se responsabilizarem pela criação de novos cidadãos, o que, na prática, oferecia oportunidades para que elas aumentassem seu poder doméstico.

A maternidade era uma forma de abnegação da mulher. Nesse sentido, a figura Mammy se enquadraria nas qualidades da verdadeira feminilidade, mas, apesar disso, ela ainda não era uma mulher de verdade, como argumenta Venetria K. Patton. Sua contínua exclusão, segundo a autora, está baseada na artificialidade de sua posição, os cuidados maternos deveriam ser naturais, e os cuidados maternos da Mammy eram direcionados aos filhos dos senhores, em detrimento dos seus. A institucionalização da função das Mammys⁴¹⁸ por parte dos proprietários acabou interferindo diretamente na concepção de maternidade dentro da própria família escrava, porque a maternidade das mulheres negras foi retirada do campo afetivo para ser realocada como um serviço, diminuindo a habilidade dessas mulheres de prover – cuidar e amamentar – seus próprios filhos.⁴¹⁹ A sexualidade e maternidade foram aspectos da vida das mulheres negras completamente atravessados pela experiência da escravidão, e que interferiram diretamente sobre suas concepções de família, liberdade e maternidade.

A ‘aceitação’ dos padrões brancos femininos pela comunidade negra refletia, na verdade, o desejo de apagar os estereótipos que haviam sido construídos ao longo de suas

⁴¹⁶ CARBY, Hazel V. **Reconstructing womanhood...**, Op. cit., p. 39

⁴¹⁷ PATTON, Venetria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 31

⁴¹⁸ Que em outros lugares corresponde à figura das amas de leite/ amas secas ou a ‘mãe preta’

⁴¹⁹ PATTON, Kenetria V. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 34

vidas pelo processo de escravização. Ao defender para si os papéis ‘ideais’ e estereótipos característicos das populações brancas, mulheres e homens negros livres acabam trocando uma gama de imagens estereotipadas por outras, mas que naquele momento os aproximavam da norma branca. O esforço de reformular a ideia de feminilidade, criando uma ‘alternativa’ negra e o incentivo de papéis sociais diferenciados para homens e mulheres pode ser identificado nos discursos e escritos da comunidade negra livre. Neles, as mulheres negras eram descritas em termos utilizados para descrever mulheres brancas de classe média, ademais, elas eram frequentemente aconselhadas sobre suas responsabilidades domésticas e influência positiva da ‘natureza’ feminina sobre o lar.⁴²⁰

Mesmo dentro de uma realidade muito diversa daquela vivida pela classe média branca, as mulheres negras, tal como as brancas, foram compelidas em nome da submissão aos companheiros a manter sua participação nas questões de reforma pública/política dentro dos parâmetros ‘aceitáveis’ para uma mulher, ou seja, em alguma medida, elas não podiam atacar diretamente nem abandonar por completo os ideais de feminilidade. Segundo Shirley J. Yee, dentro da comunidade negra livre os ideais da ‘verdadeira feminilidade’ eram representados como uma antítese da experiência escrava, que constantemente negava a homens e mulheres negras sua própria autonomia. Os mitos que rondavam o ‘caráter’ das mulheres negras estavam intimamente atrelados à experiência delas sob o jugo da escravidão, e foram parte constituidora das noções sobre sexualidade do século XIX. A imagem negativa carregada por mulheres negras estava vinculada ao seu papel enquanto trabalhadoras e ‘comodities’ sexuais na escravidão.⁴²¹ Por isso, ser uma mulher ‘de verdade’ era se afastar da escravidão e tudo que ela representava.

Por mais que o movimento abolicionista branco e a população negra livre se esforçassem para que as mulheres negras estivessem dentro do que seria a ‘verdadeira feminilidade’, acabavam admitindo que elas não se encaixavam naturalmente naquele papel, não tinham os ‘predicados’ necessários. Por isso, elas precisavam ser conduzidas à virtude feminina, em um processo quase civilizatório. Alguns jornais negros por vezes insistiam para que os maridos ‘controlassem’ suas esposas, como foi o caso do *Colored American*, que protestou contra mulheres negras de Nova York que haviam participado de uma tentativa de resgatar escravos fugitivos para livrá-los de acusações na justiça.

⁴²⁰ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 44

⁴²¹ Ibidem, p. 41

Segundos os editores: “*a vergonha e remorso eternos se apoderam das mulheres que ontem se degradaram tanto. Pedimos aos maridos que as mantenham em casa e encontrem uma ocupação melhor*”.⁴²² Ou seja, mesmo na comunidade negra os homens condenavam uma participação mais ativa das mulheres em questões de ordem política, como era o abolicionismo; elas deveriam se resguardar ao que era esperado do sexo feminino.

Ainda que o movimento abolicionista reconhecesse os abusos sofridos por mulheres escravizadas, e o fato de que elas eram vítimas dos seus senhores e, portanto, não tinham culpa, as mulheres negras seguiram sendo pouco ‘elegíveis’ aos ideais de feminilidade. Mesmo vitimizadas, a simples ideia de que elas haviam passado por todo tipo de infortúnio sob o sistema escravista, e sobreviveram a eles, que foram fortes o suficiente para superar as condições de adversidade, já não condizia com o que era esperado de uma mulher. Elas não correspondiam a uma natureza feminina ‘frágil’. Analisando a literatura abolicionista e a construção de mulheres, brancas e negras, na obra de Harriet Beecher Stowe, Hazel V. Carby afirma que o ‘erro’ da mulher negra foi sobreviver, porque a verdadeira heroína branca e frágil preferiria a morte a ter sua virtude arrancada.

A mulher negra falhou repetidamente no teste da verdadeira feminilidade porque ela sobreviveu ao estupro institucionalizado, enquanto a verdadeira heroína prefere morrer a ser abusada sexualmente. A comparação entre essas figurações de feminilidade negra versus branca também encorajou leitores a concluir que a escrava deveria ser menos sensível e espiritualmente inferior.⁴²³

É interessante observar como as primeiras representações sobre mulheres africanas criaram arquétipos e visões com intenção de subjugar-las e, posteriormente, essas mesmas representações foram usadas também para definir os limites daquilo que seria considerado verdadeiramente feminino. Se antes as mulheres africanas eram representadas como fortes e resistentes à dor, e por isso aptas ao trabalho escravo pesado, agora, mesmo tendo seus sofrimentos reconhecidos e sentimentos como o amor materno validados, elas ainda eram vinculadas a características pouco femininas. Nesse sentido, fica cada vez mais evidente que uma ‘mulher de verdade’ era, necessariamente, uma mulher branca.

⁴²² Ibidem, p. 45

⁴²³ CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 34, tradução nossa, **grifo nosso**.

Assim, para pensar as fronteiras ideológicas do ‘culto à verdadeira feminilidade’, é preciso reconhecer a relação dialética entre os dois ‘tipos’ de mulheres reconhecidos pela sociedade. A ‘alternativa’ associada à mulher negra existia justamente fora da definição de feminilidade, a mulher negra e sua sexualidade foram manejadas para definir quais seriam os limites aceitáveis para outras mulheres.⁴²⁴ Ou seja, as mulheres negras eram promíscuas porque as mulheres brancas eram castas, uma imagem acaba consolidando a outra, em um jogo de oposição. A questão principal não está na própria definição de feminilidade em si mesma, mas em quem está a produzindo. O ideal da mulher foi construído com base nas presunções que homens faziam e definiam sobre o papel das mulheres na sociedade.⁴²⁵ E as mulheres, de acordo com suas experiências de raça, classe, condição jurídica etc. incorporaram ou rejeitaram tais definições.

O movimento abolicionista utilizou-se tanto do sofrimento, quanto da ‘ausência’ de virtudes femininas nas mulheres escravizadas para defender o fim da escravidão. Fosse justificada em termos biológicos da ‘raça’, ou em função da experiência traumática da escravidão, as mulheres negras não cumpriam os requisitos da ‘*verdadeira mulher*’. A feminilidade da mulher negra estava, então, polarizada contra a feminilidade branca em uma estrutura que gravitava sobre a sexualidade feminina, e particularmente sobre a associação da mulher negra com uma sexualidade exacerbada e tabus sexuais. Nesse sentido, processo de mulheres negras consolidarem uma voz pública para si mesmas relacionava-se diretamente com a necessidade delas, como escritoras, desenvolverem seus próprios discursos sobre a feminilidade. Isso não significou necessariamente construir uma feminilidade negra em oposição direta à branca. É preciso compreender como a ideologia que as excluiu da categoria ‘mulher’ influenciou e, em grande medida, moldou a voz pública de escritoras negras.

As mulheres negras, ao conquistarem sua presença pública como escritoras, iriam confrontar diretamente as dimensões políticas e econômicas de sua subjugação. **Elas tiveram que definir um discurso de feminilidade negra que não só abordaria sua exclusão da ideologia da verdadeira feminilidade, mas, como consequência dessa exclusão, também resgataria seus corpos de uma associação persistente com uma sexualidade ilícita.**⁴²⁶

⁴²⁴ Ibidem, p. 30

⁴²⁵ PATTON, Venetria K. *Women in Chains...*, Op. cit., p. 66

⁴²⁶ CARBY, Hazel v. *Reconstructing Womanhood...*, Op. cit., p. 32, tradução nossa, **grifo nosso**.

O ativismo de mulheres negras contra a escravidão e o racismo: educação, associativismo e imprensa negra

O ativismo de mulheres negras pela causa racial levou-as a participar de atividades que desafiavam os limites do que era aceitável tanto para mulheres quanto para pessoas negras. Quando elas escreviam, falavam em espaços públicos, assinavam ou organizavam petições contra a escravidão e racismo no norte dos Estados Unidos, desafiavam todos os códigos de comportamento da época. Nesse processo, enquanto indivíduos e como grupo, elas reconstruíam noções de respeitabilidade dentro da comunidade negra em relação ao ativismo negro feminino. Em diferentes níveis, elas também desafiavam suposições predominantes sobre a inferioridade intelectual de mulheres negras.⁴²⁷ Cada vez mais essas mulheres mostravam que não eram vítimas passivas da escravidão/opressão, e sim participantes ativas nos esforços para ajudar suas famílias e comunidades, e para garantir a igualdade racial.

A comunidade negra livre estadunidense acreditava na necessidade e importância da educação para sua consolidação. As sociedades para manumissão de escravos foram as primeiras a fundar escolas públicas para pessoas negras após a guerra de independência, a primeira delas em 1780 em Nova York.⁴²⁸ A partir desse momento as primeiras gerações negras passavam a ter educação formal, e apesar de seguir o modelo educacional, a educação negra teve significados muito diferentes para homens e mulheres negras quando eles chegavam à idade adulta. Meninas negras que recebiam educação também eram ensinadas sobre os deveres femininos domésticos, no entanto, sua realidade de trabalho na vida adulta diferiu radicalmente daquela vivida por mulheres brancas de classe média. Por outro lado, a aplicação de suas obrigações em prol da comunidade acabou habilitando muitas delas a sobreviver financeiramente sem necessariamente depender de um casamento ou competir com os homens negros por emprego. Apesar das adversidades econômicas encontradas pela população livre do Norte, alguns líderes da comunidade seguiram promovendo imagens sobre os papéis sociais apropriados para homens e mulheres, e instituições importantes dentro da comunidade negra, como a imprensa, escolas e igreja davam grande suporte à ideologia. Ironicamente, as realidades

⁴²⁷ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p.112

⁴²⁸ Ibidem, p. 47

econômicas acabaram realçando as contradições da ideologia da '*verdadeira feminilidade*'.⁴²⁹

Mesmo as mulheres que compunham a elite afro-americana viam-se entre os afazeres domésticos, cuidado de suas casas, e a necessidade, em muitos casos, de manter um emprego fora de casa, em um esforço de ganhar uma renda adicional para amparar suas famílias. Além do trabalho dentro e fora de casa, essas mulheres realizavam uma diversidade atividades como trabalhos de caridade, participavam do abolicionismo e dedicavam-se à devoção religiosa; dessa maneira elas foram construindo seus próprios espaços pessoais e públicos. As pesquisas têm mostrado o ativismo precoce e persistente das mulheres afro-americanas na luta contra a escravidão⁴³⁰, prática que ia muito além do impulso benevolente que estimulou o antiescravismo branco. Elas se uniram em uma infinidade de organizações de ajuda mútua, combinando o compromisso de elevar sua comunidade e lutar contra a escravidão, o que impactava todos os afro-americanos.⁴³¹

A educação foi também fundamental para o trabalho comunitário de muitas mulheres negras. Elas haviam sido educadas para aceitar seu papel doméstico na família e comunidade, muitas delas trabalhavam coletivamente incentivando membros da comunidade negra a se matricularem em escolas locais (no Norte), algumas delas acabaram se tornando professoras e organizando sociedades intelectuais para seu melhoramento pessoal. Era esperado que elas conduzissem seus esforços educacionais de acordo com os padrões predominantes da feminilidade, e quando este trabalho envolvia a cooperação com homens negros, elas acabavam assumindo papéis auxiliares nas organizações masculinas.⁴³² Na busca de sua própria educação, as mulheres negras formaram organizações intelectuais separadas dos homens. Enquanto as sociedades masculinas ressaltavam o aperfeiçoamento da leitura, debate e composição, as femininas encorajavam as mulheres a melhorar a mente para cumprir melhor suas 'responsabilidades femininas'.⁴³³ O espaço educativo foi o lugar em que muitas mulheres

⁴²⁹ Ibidem, p. 54-58

⁴³⁰ Em Salem, por exemplo, elas formaram a primeira Sociedade Feminina Antiescravista, em 1830. Cf. JEFFREY, Julie Roy. **The Great Silent Army...**, Op. cit., p. 41

⁴³¹ KELOW, Margaret M. R. "Women and Abolitionism in the United States: Recent Historiography", in: **History Compass**, v. 11, n. 11, Nov. 2013. p. 1009

⁴³² YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 62

⁴³³ Ibidem.

negras viram uma oportunidade de contribuir diretamente com a elevação da comunidade livre residente no norte dos Estados Unidos.⁴³⁴

O ofício de professora, contudo, não era algo financeiramente rentável para maioria das mulheres negras, e mesmo professoras que pertenciam a famílias de classe média precisaram batalhar financeiramente, principalmente aquelas que montaram suas próprias escolas privadas. Entre o desejo de melhorar as oportunidades educacionais para pessoas negras e ajudar suas próprias famílias, elas trabalhavam para manter suas escolas abertas, e muitas delas pediram suporte financeiro para organizações religiosas ou sociedades antiescravistas.⁴³⁵ A postura que essas mulheres tomavam enquanto professoras também influenciava o apoio e sucesso de seus projetos educacionais, se elas desafiassem autoridades masculinas ou promovessem atividades consideradas ‘não-femininas’, era muito provável que recebessem hostilidade no lugar de apoio – moral ou financeiro.

Sarah Mapps Douglass que havia nascido em uma proeminente família negra da Filadélfia, depois de receber uma educação sofisticada e tutorada por muitos anos, acabou ingressando em uma escola para pessoas negras fundada por sua mãe em 1819. Durante a década de 1820 Douglass fundou sua própria escola para crianças negras, uma das dez disponíveis naquele período. Embora sua escola fosse sustentada pela Sociedade Feminina Antiescravista da Filadélfia, quando pôde, Douglass conduziu sua instituição para longe do controle da Sociedade, permitindo que ela fosse mantida por membros da comunidade negra.⁴³⁶ Ela permaneceu como educadora por quase toda vida e foi a primeira mulher afro-americana a frequentar Medical College da Pensilvânia, em 1852.⁴³⁷

Como muitas abolicionistas da classe média negra, Mary Ann Shadd Cary também iniciou sua carreira como professora. Ela fazia parte de uma família negra livre em

⁴³⁴ Segundo bell hooks, mesmo nos anos 1960 meninas negras da classe trabalhadora tinham três opções de carreira: o casamento, trabalho doméstico ou tornar-se professoras. A autora ressaltou o compromisso de suas professoras para a consolidação de uma intelectualidade negra, ensinando desde cedo que a devoção ao estudo era um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista, um ato contra hegemônico. Ver: hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017, p.10-11.

⁴³⁵ Ibidem, p. 66

⁴³⁶ DUNBAR, Erica Armstrong. “Writing for True Womanhood: African American Women’s Writings and the Antislavery Struggle”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007. p. 307

⁴³⁷ MORGAN, Tabitha A. “Revolution and Roses: The Voice and Aesthetic of Sarah Mapps Douglass”, in: **Pennsylvania History: A Journal of Mid-Atlantic Studies**, v. 87, n. 4, Autumn. 2020. p. 657

Delaware, estado escravista, seu pai era um líder de oposição ao movimento de repatriação de negros livres para a África, e sua casa acolheu muitas vezes escravos fugidos. Ainda criança ela se mudou para Pensilvânia com a família para poder estudar, com 17 anos voltou para Delaware para abrir uma escola para crianças negras. Depois disso ela se tornou uma professora itinerante, passando por vários estados do Norte durante a década de 1840, ensinando crianças muito pobres. Nesse período ela conseguiu se misturar com alguns círculos abolicionistas negros e criar uma reputação para si como ativista.⁴³⁸ Conforme foi consolidando sua atuação, Mary Ann passou a ser tida como uma mulher que não agia de acordo com os padrões femininos, o que lhe trouxe algumas inimizades. Acima de tudo, ela fez do seu compromisso com a educação e autonomia negras uma questão política a ser disputada.⁴³⁹

Diversos tipos de associações – literárias, de caridade, abolicionistas, educacionais – espalharam-se por diferentes cidades e estados, organizadas tanto por homens quanto por mulheres e encorajando a educação da população negra e a abolição da escravidão; Erica Dunbar aponta que a década de 1830 inaugurou uma era de clubes e associações femininas.⁴⁴⁰ Enquanto educar uma nova geração era o objetivo primordial da comunidade negra, para a elite negra era igualmente importante se aprimorar e se preparar para a arena pública/política de debate. Por mais que estivessem associadas às normas instituídas pelos padrões de feminilidade e domesticidade, as sociedades literárias femininas foram a primeira forma de organização política e social feita por e para mulheres negras.⁴⁴¹ É preciso ressaltar que, por mais que os ideais de feminilidade soassem irreais, eles eram transmitidos também pelas instituições negras que buscavam definir qual seria a participação da mulher na elevação da raça negra.⁴⁴²

Em 1831 as mulheres afro-americanas da Filadélfia formaram a *Female Literary Society of Philadelphia*, em que promoviam a educação de seus membros e tinham o antiescravismo como parte importante do trabalho, sua coleção incluía livros e panfletos abolicionistas. No ano seguinte seria formada a *Philadelphia Female Anti-Slavery*

⁴³⁸ RHODES, Jane. “At the Boundaries of Abolitionism, Feminism, and Black Nationalism: The Activism of Mary Ann Shadd Cary”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007. p. 348

⁴³⁹ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 66

⁴⁴⁰ DUNBAR, Erica Armstrong. **Writing for True Womanhood...**, Op. cit., p. 301

⁴⁴¹ Idem. **A fragile freedom: African American Women and Emancipation in the Antebellum City**. New Haven: Yale University Press, 2008. p. 97

⁴⁴² YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 59

Society, mesmo ano em que se formou a *Afric-American Female Intelligence Society*, em Boston, cuja constituição refletia a “*natureza moral do comprometimento das mulheres de cor*” (*women of color*) com a educação feminina.⁴⁴³ Neste contexto, as sociedades literárias possibilitavam às mulheres negras da elite socializar entre si e aprimorar o diálogo político. Esses espaços promoveram o encontro entre amizade e discussão política, fornecendo uma geração de mulheres politicamente preparadas, cujo ativismo tinha como cerne a emancipação e cidadania.⁴⁴⁴

A primeira sociedade antiescravista feminina dos Estados Unidos havia sido formada em 1832 por um grupo de mulheres negras em Salem, Massachusetts (*Female Anti-Slavery Society of Salem*), e logo após isso, várias sociedades antiescravistas femininas foram se estabelecendo nas cidades maiores.⁴⁴⁵ Enquanto Sociedades como as da Filadélfia e Boston encorajavam a interação entre pessoas brancas e negras, muitos membros brancos de diferentes organizações tinham visões conservadoras e desencorajavam o contato inter-racial, por acreditarem na inferioridade negra. O racismo podia se mostrar de diferentes formas, em algumas sociedades as associadas negras eram obrigadas a se sentar em lugares reservados especificamente para elas, outras sociedades sequer aceitavam a entrada de pessoas negras, e mesmo em organizações como a da Filadélfia, em que mulheres brancas e negras dividiam responsabilidades de lideranças, os cargos mais importantes sempre eram destinados a mulheres brancas.⁴⁴⁶

Muitas mulheres, brancas e negras, que participavam das sociedades integradas (ou interracialis) denunciaram essas práticas. Algumas organizações femininas, como a Sociedade de Nova York, mesmo após proibir mulheres negras de se associarem, seguiram proclamando uma irmandade entre mulheres brancas e escravizadas. Segundo Shirley J. Yee, quando mulheres brancas acreditavam em uma união delas com as escravas mas excluíaam mulheres negras de suas associações, elas revelavam o modo como distinguiam mulheres escravizadas de mulheres negras livres, afirmando seu compromisso exclusivamente com o fim da escravidão (e suas vítimas), mas não com igualdade social entre brancos e negros.⁴⁴⁷ Essa foi uma questão importante entre abolicionistas brancas e negras, as abolicionistas negras davam centralidade para a

⁴⁴³ Ibidem, p. 63

⁴⁴⁴ DUNBAR, Erica Armstrong. **Writing for True Womanhood...**, Op. cit., p. 300-302

⁴⁴⁵ JEFFREY, Julie Roy. **The Great Silent Army...**, Op. cit., p. 66

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 113

⁴⁴⁷ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 92

questão dos direitos iguais para negros livres dentro do abolicionismo.⁴⁴⁸ Por compreender que o abolicionismo deveria ir além da abolição da escravidão, muitas mulheres negras acabaram preferindo atuar em associações construídas por e para pessoas negras, que enfatizavam o objetivo de melhorar a vida da população, aliando assistência à comunidade negra livre com a abolição da escravidão.

A maternidade, da maneira como era explorada pelas abolicionistas brancas, também foi um ponto delicado das relações entre mulheres no abolicionismo porque a forma como as mulheres brancas mobilizavam a experiência materna não incluía, novamente, a experiência de mulheres negras. E cada vez mais as mulheres negras foram compreendendo que a irmandade tão proclamada não se estendia a elas.⁴⁴⁹ É preciso lembrar também que além da experiência da escravidão e da raça, a condição econômica interferia diretamente na possibilidade de exercer a maternidade e domesticidade de acordo com os padrões a serem atingidos. Sendo assim, por mais que a maternidade também fosse uma parte importante da vida das mulheres negras, elas precisavam lidar com uma série de questões como trabalho, sobrevivência financeira, racismo, sexismo, etc. que tornavam a maternidade mais complexa e distante dos padrões estabelecidos. Mesmo mulheres da elite negra sabiam que suas experiências jamais seriam iguais às de mulheres brancas com algum suporte financeiro, e consequentemente, os caminhos reivindicados por cada uma delas no dentro do abolicionismo também seriam diferentes.

Apesar das sociedades abolicionistas terem fornecido às mulheres negras uma estrutura na qual elas podiam participar do ativismo comunitário ao mesmo tempo em que trabalhavam contra a escravidão, o movimento serviu também como palco de muitos conflitos à medida que a cooperação entre raças e sexos encontrava seus limites. Além de lidar com as abolicionistas brancas e o racismo, as abolicionistas negras precisaram encarar o sexismo de seus companheiros negros. Elas precisavam se empenhar diariamente para manter uma agenda que enfatizasse ou incluísse a perspectiva de mulheres negras. Ainda que muitos homens negros, representantes do abolicionismo, fossem rigidamente apegados aos padrões de feminilidade, a preocupação com o avanço de sua raça acabou impedindo que eles se mantivessem contra a participação feminina nos negócios e políticas por muito tempo.⁴⁵⁰ Por meio de ações de ajuda mútua e

⁴⁴⁸ Era uma questão entre concepções abolicionistas brancas e negras de maneira geral. Cf. JEFFREY, Julie Roy. **The Great Silent Army...**, Op. cit., p. 82

⁴⁴⁹ KELOW, Margaret M. R. **Women and Abolitionism in the United States...**, Op. cit., p. 1009

⁴⁵⁰ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 46

antiescravistas, as mulheres negras tornaram-se importantes elos entre a comunidade negra e as sociedades abolicionistas (brancas e negras). Por mais que as noções dos papéis de gênero concebidas pela comunidade negra servissem para definir o papel das mulheres no movimento, elas mesmas decidiram, enquanto indivíduos, como contribuiriam com a causa.⁴⁵¹ O fato delas formarem suas próprias associações revela que as limitações impostas a elas dificultaram o alcance de objetivos do abolicionismo negro, com desenvolvimento de uma unidade negra, e também do movimento de mulheres.⁴⁵²

A intensificação do ativismo de mulheres negras, proporcionada pela difusão de sociedades literárias e abolicionistas e da imprensa negra, desafiava suposições sobre a inferioridade da mulher negra e sobre comportamentos femininos apropriados para o século XIX. A profusão de Sociedades Antiescravistas nos anos 1830 acabou possibilitando às mulheres negras participarem daquilo que seria a primeira forma de escrita feminina e de envolvimento político das mulheres em geral: as petições. A década de 1830 assistiu ao maior esforço peticionário, que seguiu ocorrendo durante os anos 1840 e 1850, até culminar numa campanha grandiosa durante a Guerra Civil.⁴⁵³ Aos poucos, as mulheres negras foram diversificando suas formas de escrita, e à medida que se deslocavam das petições coletivas para os poemas e ensaios individuais, passaram a ser vistas como representantes do progresso coletivo da população negra.⁴⁵⁴

Apesar do racismo que impedia as mulheres negras de publicarem textos, a arena abolicionista produziu novos contatos e oportunidades, a partir desse momento elas passaram a utilizar a imprensa negra e outros meios impressos para descrever suas experiências e reconstruir suas reputações. Elas contribuíram com poesias, contos e ensaios que expressavam sentimentos e opiniões sobre suas experiências pessoais enquanto mulheres negras⁴⁵⁵, maternidade, antiescravismo e liberdade. Quando seus textos passaram a fazer parte de jornais locais e nacionais, elas estavam levando preocupações privadas e debates políticos para o espaço público através da imprensa. As escritoras negras se viram navegando pelos obstáculos da raça e visões convencionais

⁴⁵¹ Ibidem, p. 85-90

⁴⁵² Ibidem, p. 111

⁴⁵³ JEFFREY, Julie Roy. *The Great Silent Army...*, Op. cit., p. 20

⁴⁵⁴ DUNBAR, Erica Armstrong. *Writing for True Womanhood...*, Op. cit., p. 305

⁴⁵⁵ “The Liberator”, “The North Star” e “The Pennsylvania Freeman” foram alguns dos jornais mais proeminentes nos quais mulheres negras contribuíam com seus textos.

sobre a ‘esfera’ das mulheres, desafiando os códigos contemporâneos de comportamento e estereótipos sobre a inferioridade feminina negra por meio da escrita pública.⁴⁵⁶

Uma das maiores contribuintes negras em jornais foi Sarah Forten, filha de membros de uma família da elite negra bem conhecida na Filadélfia. Quando Sarah nasceu, em 1814, sua família já era reconhecida nos círculos antiescravistas dos Estados Unidos, mantendo fortes laços também com o movimento britânico, ela e seus irmãos receberam uma educação superior, o que os equipou para a luta antiescravista posteriormente.⁴⁵⁷ Sarah escreveu mais de uma dúzia de poemas e ensaios publicados em diferentes jornais entre 1831 e 1837, ela escrevia sob o nome de ‘Ada’, não por desaprovação da família, mas para ser julgada por si mesma, já que seu pai era um dos patrocinadores do *Liberator*, para o qual ela escrevia a maioria de seus textos. Os textos de Sarah Forten, além de exibirem seu talento e educação sofisticada – uma maneira de combater a hostilidade racial era a sofisticação intelectual por parte da elite negra –, expunham a hipocrisia da escravidão. Para isso a autora se debruçava sobre os escravos do Sul como oposição para abordar os problemas enfrentados pelas pessoas negras livres no Norte. Ela identificava os horrores da escravidão, sendo a separação de famílias talvez o principal deles, e acusava a América branca de amnésia histórica, esquecendo sua luta por liberdade e negando-a aos negros escravizados.⁴⁵⁸

Oh, certamente eles se esqueceram completamente
Que essa escravidão uma vez foi o seu destino
Agora que conhecem as doçuras da liberdade
Eles não se importam com os cativos.⁴⁵⁹

Sarah seguiu escrevendo para jornais durante a década de 1840, na Filadélfia ela se juntou à Sociedade Literária Feminina em 1830 e à Sociedade Antiescravista Feminina em 1833 com sua mãe e irmãs, ali ela ajudou a levantar fundos e organizar petições para endereçadas aos políticos. Apesar de seus pais não obrigarem suas filhas a casar, sua carreira como abolicionista chegou ao fim de maneira abrupta por conta do casamento e maternidade. Além de se casar com alguém que não tinha os mesmos interesses que ela, há indícios de que Sarah já estaria grávida no casamento, e por violar os códigos da virtude feminina, foi obrigada a se casar. Depois disso mudou de estado e viu-se muito

⁴⁵⁶ DUNBAR, Erica Armstrong. **Writing for True Womanhood...**, Op. cit., p. 304

⁴⁵⁷ WINCH, Julie. “Sarah Forten’s Anti-Slavery Networks”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007. p. 145

⁴⁵⁸ DUNBAR, Erica Armstrong. **Writing for True Womanhood...**, Op. cit., p. 306-307

⁴⁵⁹ “‘The Slave’ - Poema escrito através do pseudônimo Ada - (The Liberator, 16 Abr. 1831)” apud DUNBAR, Erica Armstrong. **Writing for True Womanhood...**, Op. cit., p. 307

distante do mundo que participava; segundo Julie Winch, o preço para a harmonia de seu lar foi se aposentar do abolicionismo.⁴⁶⁰ A vida de Sarah evidencia como, mesmo vinda de uma família bem colocada, abolicionista e que não via o casamento como algo obrigatório às mulheres, os códigos da moral e virtude femininas, quando quebrados, alteravam radicalmente a vida dessas mulheres. Mesmo envolvida e ativa dentro do movimento, uma possível gravidez precoce obrigou Sarah a se casar e a se retirar do ambiente abolicionista.

Falar em público era uma forma de engajamento intelectual e comunicação há muito tempo aceitável para homens, porém foi só nos anos 1840 que mulheres, brancas e negras, começaram aos poucos a quebrar essas barreiras. Dentro de suas associações femininas elas falavam diante de grupos de mulheres, o que era aceitável, além de ser espaço privado, propício e exclusivamente feminino; em associações masculinas elas só auxiliavam e não falavam ao público. Falar em público sobre os males da escravidão e igualdade racial, dar palestras abolicionistas, era um risco para qualquer um, todos estavam à mercê de hostilidades vindo da plateia, agressões verbais e físicas. Mas a violência nesses circuitos de palestras era maior e mais frequente quando as palestrantes eram mulheres negras, porque os sentimentos racistas, contrários ao abolicionismo e o ódio a ‘mulheres públicas’ acabavam motivando mais a hostilidade e violência da plateia. Quando mulheres falavam ao público, principalmente para audiências mistas, enfureciam os espectadores, que acreditavam que elas estavam violando os ideais básicos do comportamento feminino.⁴⁶¹

Para mulheres brancas falar em público colocava uma ameaça à tranquilidade familiar e doméstica, quando elas escreviam poesias não precisavam sair de suas casas, e quando frequentavam sociedades abolicionistas estas frequentemente eram próximas de suas casas. Mas, fazer discursos era um ato que exigia deixar o lar e os afazeres domésticos, além dos perigos físicos e psicológicos que poderiam ser encontrados nas ruas. Com tempo o apelo racial ajudou mulheres negras a justificar sua participação nessas atividades públicas, tornando mais aceitável para elas se engajarem em atividades pouco tradicionais, como falar ao público. O fato de que as mulheres negras ministravam palestras muito eficazes também ajudou a torná-las mais acessíveis ao público, os

⁴⁶⁰ WINCH, Julie. *Sarah Forten's Anti-Slavery Networks...*, Op. cit., p. 153-154

⁴⁶¹ YEE, Shirley J. *Black Women Abolitionist...*, Op. cit., p. 114

observadores masculinos reconheciam que muitas delas eram oradoras talentosas que expressavam suas ideias com clareza e intrigavam quem as ouvia.⁴⁶²

Embora tivessem o apoio dos homens negros em seus escritos, e por vezes palestras, as mulheres negras ainda se viam limitadas pelos códigos de comportamento feminino. Os líderes negros aplaudiam suas companheiras contanto que elas não criticassem diretamente os homens negros ou assumissem posições de liderança em eventos/encontros em que eles estivessem presentes.⁴⁶³ Ou seja, se não quisessem causar tensões, elas deveriam ter uma postura de liderança apenas em espaços exclusivamente femininos. Em algumas cidades as plateias se opuseram à presença de mulheres palestrantes até o fim da década de 1850. Os delegados da 11^o *Colored National Convention* (Convenção Nacional de Pessoas de Cor), realizada na Filadélfia em 1856, recusaram a presença de Mary Ann Shadd Cary. Falar ao público foi uma das questões que mais proporcionou conflitos entre homens e mulheres abolicionistas.

Mary Ann Shadd Cary foi um exemplo de radicalismo feminino que transgredia constantemente os limites de raça, gênero, classe e identidade nacional. Para ela o ativismo abolicionista causava (e deveria causar) fissuras na comunidade afro-americana relacionadas ao patriarcado, classe, cor, status; suas ideias misturavam ideologias nacionalistas negras e abolicionismo para definir uma estrutura política de mudança. Ela argumentava que os negros precisavam diminuir sua dependência econômica dos brancos e, como professora, privilegiava a educação ocidental; para ela, sem o conhecimento da cultura dominante a cidadania não seria possível para a comunidade negra.⁴⁶⁴ Cary foi jornalista, advogada, educadora e ativista. Em 1850 ela dava aulas em Nova York e frequentava encontros abolicionistas, quando então foi aprovada a *Fugitive Slave Law*,⁴⁶⁵ e muitos negros livres passaram a migrar para o Canadá. Em 1851 Mary Ann foi para lá com seu pai para dar uma palestra e decidiu ficar.

Em 1854 no Canadá ela se tornou a primeira mulher negra a ser editora de um jornal, o *Provincial Freeman*. Como Maria Stewart, a primeira mulher negra a falar para o público negro em 1830, Mary Ann não deixava de apontar os erros da comunidade

⁴⁶² Ibidem, p. 116-118

⁴⁶³ Ibidem, p. 114

⁴⁶⁴ RHODES, Jane. **At the Boundaries of Abolitionism...**, Op. cit., p. 349

⁴⁶⁵ A “Fugitive Slave Law” (Lei do Escravo Fugitivo), aprovada em setembro de 1850 pelo Congresso dos Estados Unidos, autorizava senhores do Sul a recapturarem seus escravos fugitivos nos estados do Norte. Além disso, qualquer cidadão branco poderia capturar uma pessoa negra se desconfiasse que se tratava de um fugitivo.

negra, nem de se posicionar com firmeza.⁴⁶⁶ Por isso, embora fosse admirada, sua assertividade acabava antagonizando com colegas e possíveis apoiadores, sobretudo homens. Como Mary Ann buscava ultrapassar barreiras do gênero participando de fóruns políticos, ela foi demonizada por homens abolicionistas (brancos e negros), retratada com desviante por sua pouca disposição em agir de acordo com as normas de gênero.⁴⁶⁷ Em 1856, a 11ª *Colored National Convention*, que até então não havia permitido mulheres participantes, negou sua participação, e depois de muita discussão – inclusive na imprensa – sua presença foi autorizada, mas suas palavras não foram bem recebidas pelos homens.⁴⁶⁸

Estudiosos tem sugerido que a imprensa negra antes da Guerra Civil era quase uniforme quanto à adesão ao culto vitoriano da domesticidade, criando um ambiente opressor par amulheres negras se expressarem. Outros sugerem que esta foi uma postura de defesa assumida para melhorar a imagem das mulheres negras. Independentemente da motivação, a imprensa negra era fielmente enraizada na ideologia das esferas separadas, e o **conteúdo de Mary Ann Shadd foi uma mudança radical desta tradição, ao promover um discurso sobre as possibilidades para mulheres além da domesticidade.**⁴⁶⁹

Todas essas mulheres utilizaram a imprensa como um veículo para o seu ativismo político, dando ímpeto ao movimento abolicionista, cimentando o caminho para a próxima geração de mulheres negras abolicionistas, como Sarah Parker Remond. Sarah era uma mulher negra livre que havia nascido em uma próspera família negra de alta classe, em Massachusetts. Ela era irmã de um proeminente abolicionista Garrisoniano, com quem tinha uma relação de muita proximidade, o que certamente influenciou sua participação em diversas palestras antiescravistas. Encorajada por seu irmão Charles, ela se juntou a ele como palestrante abolicionista. Em 1856 ela já estava aprimorando suas habilidades como conferencista em palestras por diferentes estados do Norte, pouco depois se juntou à *American Anti-Slavery Society* e logo foi eleita uma das vice-presidentes da associação, no comitê financeiro. Em 1858 Sarah confirmou seu desejo de ir para Inglaterra para, em suas palavras “*desfrutar da liberdade, longe da atmosfera de escravidão e segregação racial na América, para servir a causa antiescravista*”⁴⁷⁰, a escolha estava intimamente ligada ao que a Inglaterra representava para o movimento

⁴⁶⁶ RHODES, Jane. **At the Boundaries of Abolitionism...**, Op. cit., p. 351

⁴⁶⁷ Ibidem, p. 347; DUNBAR, Erica Armstrong. **Writing for True Womanhood...**, Op. cit., p. 308

⁴⁶⁸ DUNBAR, Erica Armstrong. **Writing for True Womanhood...**, Op. cit., p. 309

⁴⁶⁹ RHODES, Jane. **At the Boundaries of Abolitionism...**, Op. cit., p. 361, tradução nossa, **grifo nosso**.

⁴⁷⁰ COLEMAN, Willi. “‘Like Hot Lead to Pour on the Americans . . .’: Sarah Parker Remond - From Salem, Mass., to the British Isles”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007. p. 178; MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p.140

aboliconista internacional. Por décadas, o território britânico carregou a reputação de ser um lugar aberto para reformistas, radicais e exilados, abolicionistas e escravizados que, fugidos da escravidão, buscavam oportunidades profissionais e educação, negadas em suas terras natais. Esses fatores ajudaram a consolidar uma imagem do país como uma espécie de árbitro moral do mundo ocidental.⁴⁷¹

Sarah chegou em Liverpool em janeiro de 1859, em um momento que o envolvimento das mulheres nas campanhas abolicionistas britânicas tomava novo fôlego, fazendo parte de uma campanha ampliada pelos direitos das mulheres. Mesmo nesse clima de efervescência do abolicionismo, Sarah representava uma experiência nova para o público britânico porque fazia parte da terceira geração de mulheres livres de sua família; ela não era uma fugitiva, não havia vivido a escravidão. Poucos europeus até aquele momento haviam entrado em contato com outra representação que não fosse a da mulher negra vítima da escravidão, e a vida de Sarah não condizia com esse imaginário. Ela se tornou a primeira mulher a abordar a questão da escravidão diante de grandes públicos viajando pela Grã-Bretanha, em 1859; suas palestras foram assistidas por milhares de pessoas.⁴⁷² Talvez por não se encaixar perfeitamente nas políticas de classe e convenções de gênero inglesas, por sua raça e nacionalidade, Remond era capaz de atrair um público extremamente diverso em suas palestras, desde homens operários até mulheres da alta classe de Londres.

Elas estão expostas à venda e sujeitas ao máximo de indignidades vergonhosas. Quanto mais sangue anglo-saxão se mistura com o sangue do escravo, mais ouro é derramado quando o leiloeiro tem uma mulher à venda, porque elas são vendidas para serem concubinas de americanos brancos. Elas não são vendidas para trabalhar na plantação de escravos.⁴⁷³

Seus discursos enfatizavam a exploração sexual das mulheres negras no regime escravista. Ela expôs a existência de um verdadeiro mercado sexual, em que mulheres eram vendidas a altos preços para se tornarem objetos do desejo dos senhores. Sarah ainda apontou a existência de mais de 800 mil cativos *'mulatto'/'mixed'* no Sul, como prova da licenciosidade de proprietários, sexo interracial, e exploração sexual de mulheres.⁴⁷⁴ Além disso, ela ressaltou que a mistura do sangue faria com que as mulheres cativas

⁴⁷¹ COLEMAN, Willi. **“Like Hot Lead to Pour on the Americans . . .”**: Sarah Parker Remond..., Op. cit, p. 178

⁴⁷² Ibidem, p.179

⁴⁷³ “Discurso de Sarah Park (Remond, Warrington – 02 de Fevereiro de 1859)”, in: MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 141-142

⁴⁷⁴ Ibidem, p.142

fossem mais desejáveis sexualmente aos olhos dos proprietários. Ao mesmo tempo, Remond abordou os desejos de homens brancos por mulheres negras, enquanto denunciava a mistura ilegal no Sul, decorrente da violência, abuso sexual e muitas vezes incesto.⁴⁷⁵ Quando Sarah Remond abordou o tema da vulnerabilidade sexual e dilaceração familiar, transmitiu sua mensagem abolicionista por meio do apelo aos sentimentos de sua plateia, método empregado também pelos romances sentimentais, como vimos.

Ela se apresentou como uma representante de sua raça e falou contra a escravidão e discriminação racial nos Estados Unidos. Implorou especialmente em nome de seu próprio sexo, que sofria sob a crueldade e licenciosidade de seus senhores brutais, **relatando casos de mulheres que preferem morrer e matar seus próprios filhos do que continuar a viver sob a escravidão**. Remond enfatizou que a situação da mulher escravizada era muito pior do que a de inglesas, e **instou as mulheres inglesas a exigir para a mulher escravizada a proteção e direito desfrutados pelas brancas**.⁴⁷⁶

O tema da exploração sexual e maternidade acabava sublinhando uma experiência comum às mulheres, mas Remond também enfatizava que o status de escravidão das mulheres negras impedia a criação de uma noção universal de irmandade entre mulheres. Segundo ela, havia uma diferença desmedida entre uma mulher branca pobre e uma mulher escravizada, isso porque, apesar de tudo, as mulheres brancas tinham sua liberdade e seus filhos. Quando Remond caracterizou a vida da mulher escravizada em termos de exploração sexual e reprodutiva, fez uma distinção importante entre mulheres brancas e negras para um público internacional.

Apesar da distinção apontada, ela acreditava que as barreiras raciais dentro dos círculos abolicionistas podiam ser superadas.⁴⁷⁷ Diferentemente da experiência de Mary Prince, que era uma mulher ex-escravizada na Inglaterra, Sarah Remond dizia ter se sentido acolhida pelas mulheres brancas pela primeira vez em sua vida. Por ser uma mulher negra livre, cristã e muito bem-educada, visitando a Inglaterra como palestrante abolicionista, é possível que Sarah tenha recebido um tratamento diferenciado, excepcional se comparado ao de uma mulher escrava fugida e humilde. Ela se via como representante tanto dos escravizados, quanto dos negros livres, chamando a atenção para o sofrimento de ambos nos Estado Unidos. Em uma pequena autobiografia publicada na Inglaterra em 1861, ela enfatizou que “*o preconceito de cor sempre foi, acima de tudo,*

⁴⁷⁵ SALENIUS, Sirpa. “Transatlantic Interracial Sisterhoods: Sarah Remond, Ellen Craft, and Harriet Jacobs in England”, in: **Frontiers: A Journal of Women Studies**. v. 38, n. 1, 2017. p. 177

⁴⁷⁶ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 141, tradução nossa.

⁴⁷⁷ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 125

uma sombra gigante em sua vida”, condenando a separação racial de igrejas e escolas em seu país.⁴⁷⁸

A maioria das mulheres negras que se engajaram como palestrantes e escritoras, compartilhavam experiências comuns, vindas de famílias livres nas quais puderam desfrutar, em alguma medida, de um privilégio econômico e acesso à educação formal. Esses fatores, em conjunto com o ativismo abolicionista de suas famílias, acabavam separando-as tanto dos escravizados, quanto de grande parte da população negra de maneira geral. As conexões pessoais e profissionais por elas estabelecidas com abolicionistas, e seu talento, ajudaram-nas a acessar os jornais abolicionistas e a plataforma pública.⁴⁷⁹ Algumas delas, como Sarah Remond, puderam inclusive criar conexões internacionais, levando seu ativismo abolicionista para outros países.

Como pudemos evidenciar, apesar da maternidade e dos ideais femininos serem aspectos importantes das vidas das mulheres negras, o contexto pessoal e da comunidade negra não permitia que essas mulheres se restringissem aos campos da feminilidade e domesticidade porque elas precisavam enfrentar outros problemas. Seus textos mostram como seu engajamento político precisava ser e era diversificado, marcando seus lugares na sociedade elas falavam sobre maternidade, trabalho, raça, escravidão, abolição, racismo, educação, nacionalismo. No entanto, experiência de mulheres negras bem-educadas e com relativo conforto econômico não era a mais comum, muitas mulheres precisaram trabalhar em posições não prestigiadas, como era a das professoras, para sustentar a si e suas famílias, e ainda assim acharam meios de exercer seu ativismo através de uma escrita literária, sobre suas próprias vidas.

Black Womanhood: Escrita literária, autobiografias e ressignificação dos padrões de feminilidade

A experiência da escravidão moldou a vida e a escrita dos afro-americanos, mesmo depois da abolição, e mesmo para aqueles que não haviam vivido diretamente em cativeiro, mas que tiveram familiares escravizados ou conviveram com a escravidão sendo pessoas livres. A experiência do cativeiro também impulsionou ex-escravizados, homens e mulheres, a documentarem suas vidas, e essas narrativas forneceram ao movimento abolicionista a perspectiva diferenciada dos próprios escravizados, esse olhar

⁴⁷⁸ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 142

⁴⁷⁹ YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist...**, Op. cit., p. 113

também foi utilizado para promover a causa. Quando nos debruçamos sobre a escrita de mulheres negras, escravizadas ou livres, antes da emancipação, é preciso considerar que além da escravidão, a ideologia que as excluía da categoria feminina também afetou a maneira como elas escreveram e se apresentaram diante do seu público leitor.

Mary Prince (1831), Harriet Jacobs (1861) e Harriet Wilson (1859) escreveram sobre suas vidas. As autodefinições e expressão da identidade de cada uma delas nos revelam aspectos importantes do ‘eu’ para a mulher negra. Essas definições acabam desafiando as restrições sociais impostas por dois tipos de escrita da época: a feminina branca e a masculina negra. As mulheres negras acabam confrontando as narrativas escravas predominantemente masculinas de um lado, e a tradição feminina do romance sentimental/doméstico de outro, porque cada uma delas eclipsava, em alguma medida, a perspectiva particular da mulher negra.⁴⁸⁰ Apesar da diferença entre os gêneros das produções de Prince, Jacobs e Wilson – duas narrativas escravas e um romance – todas são autobiográficas e nos possibilitam uma compreensão aprofundada da história de mulheres afro-americanas e da busca por reconhecimento/identidade por meio da literatura.⁴⁸¹

Até meados do século XIX a narrativa escrava – *Slave narrative* –, um gênero já consolidado, havia ouvido pouco ou quase nada do que as mulheres escravizadas tinham a dizer sobre a escravidão. As mulheres não recebiam a mesma atenção e encorajamento que seus irmãos de cativeiro para escrever sobre suas vidas, e isso se devia, em partes, às expectativas sobre o gênero feminino na época.⁴⁸² O ato de escrever sobre si mesma carrega um senso de auto importância que uma mulher não poderia ter, porque contrariava a submissão e o silêncio esperado de mulheres condizentes com os princípios da feminilidade. Ademais, para mulheres escravizadas, ou egressas do cativeiro, relatar a própria vida envolvia rememorar situações (na maioria das vezes traumáticas) que colocariam em questão sua pureza e castidade⁴⁸³ – ainda que a experiência da escravidão por si só fosse incompatível com tais virtudes.

⁴⁸⁰ PATTON, Venteria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 49

⁴⁸¹ DORIANI, Beth Macley. “Black Womanhood in Nineteenth-Century America: Subversion and Self-Construction in Two Women's Autobiographies”, in: **American Quarterly**: Publication of American Studies Association. Baltimore, v. 43, n. 2, 1991. p. 199-200

⁴⁸² PATTON, Venteria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 53

⁴⁸³ Ibidem, p. 54

Por isso, é significativo que Mary Prince tenha documentado sua vida em 1831. Mulher escravizada, ela havia vivido nas colônias britânicas das Ilhas de Bermudas e Antígua e foi levada à Inglaterra para acompanhar seus senhores em 1828. Prince procurou refúgio na *Anti-Slavery Society* de Londres em novembro daquele mesmo ano, e foi responsável por uma das duas únicas petições femininas endereçada à Câmara dos Comuns na Inglaterra antes de 1830, porque desejava voltar para o seu país e marido como uma mulher livre. Seu caso foi levado ao Parlamento pelo *Anti Slavery Commitee*, mas seu senhor retardou o processo o quanto pôde, partindo posteriormente para as colônias em 1829 sem levar Prince. Além de ser a primeira petição feita por uma mulher a chegar ao Parlamento Britânico, seu caso também serviu para a apresentação de um projeto de lei que libertaria todos os escravos levados ao território metropolitano inglês posteriormente.⁴⁸⁴

Em 1831, Mary Prince contou sua história em uma autobiografia intitulada “*A West Indian Slave*”, que foi editada e publicada por Thomas Pringle, secretário da *Anti-Slavery Society* que havia abrigado Prince na época do processo contra o senhor, e a empregado como serva doméstica. Ela narrou sua história para Susanna Strikland, uma convidada de Pringle, responsável por colocar a história de Prince no papel.⁴⁸⁵ Segundo Prince, sua intenção era fazer o povo da Inglaterra ouvir de uma escrava o que ela havia sentido e sofrido “*deixando os ingleses saberem a verdade sobre a escravidão*”, ela afirmava saber o que os escravos sentiam: “*posso dizer por mim mesma o que os outros escravos sentem, e pelo que eles me disseram*”.⁴⁸⁶ Dessa forma, ela é a primeira mulher negra a reivindicar para si a autoridade como porta-voz de todas as pessoas negras, por meio da tradição autobiográfica afro-americana.⁴⁸⁷

Apesar de estabelecer em sua narrativa algumas simpatias e similaridades que poderiam existir entre mulheres brancas e suas escravas negras, sua obra revela uma percepção consciente de que sua feminilidade era essencialmente diferente da feminilidade branca. Prince também demonstrou conhecimento sobre sua desumanização

⁴⁸⁴ MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 86-87

⁴⁸⁵ PAQUET, Sandra Pouchet. “The Heartbeat of a West Indian Slave: The History of Mary Prince”, in: **African American Review**. v. 26, n. 1, Spring. 1992 (Women Writers Issue). p. 131; TODOROVA, Kremena. “‘I Will Say the Truth to the English People’: The History of Mary Prince and the Meaning of English History”, in: **Texas Studies in Literature and Language**. v. 43, n. 3, Fall. 2001. p. 285

⁴⁸⁶ PRINCE, Mary. **The History of Mary Prince, a West Indian Slave, Related by Herself**. London: F. Westley and A. H. Davis, 1831. Edição Kindle (ebook). Tradução nossa.

⁴⁸⁷ PATTON, Venetria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 54

e desqualificação enquanto mulher ao descrever a maneira como foi vendida quando ainda era uma criança: examinada como gado, valorizada como reprodutora. Ao longo de narrativa, ela afirma sua competência para julgar e condenar aqueles que negaram sua humanidade e ameaçaram sua autonomia sexual.⁴⁸⁸

Logo fui cercada por homens estranhos, que me examinaram e me trataram como um açougueiro faria com um bezerro ou um cordeiro (...) que falavam da minha forma e tamanho (...) quando fui arrematada pelo maior lance, as pessoas que estavam por perto disseram era uma grande soma uma escrava tão jovem.⁴⁸⁹

A aparente resignação com os castigos e violências sofridas revela, na verdade, como Prince usava sua dor física como um local central de resistência, rejeitando o auto sacrifício típico das heroínas sentimentais, ela se agarrava à sobrevivência. Apesar de se passar nas Índias Ocidentais, sua história assemelha-se muito às narrativas dos escravos norte-americanos, e oferece-nos uma crítica à feminilidade porque ela não só preserva sua própria vida se rebelando em algumas situações, como ajuda sua senhora a sobreviver à violência sofrida por um homem. Mary interferiu fisicamente quando seu senhor estava espancando a filha, interrompendo o episódio e impedindo um desfecho também típico das tramas sentimentais: a vítima inocente que morre e é capaz de conquistar a constituição moral pela ética do sacrifício.⁴⁹⁰

Em outro momento, Prince age em benefício próprio ao se rebelar contra o proprietário que havia pedido para que ela lhe desse banho, tomada pela repulsa, ela se recusa a obedecer ao senhor, sofrendo punição física por defender sua moral. Apesar de se aproximar do ideal da feminilidade ao preservar sua castidade, ela não estava disposta morrer como alternativa ao abuso. Diante da possibilidade de morrer em decorrência dos espancamentos, ou se submeter à degradação, Prince eventualmente se recusa a viver com o proprietário e foge. Depois de recapturada, seu senhor decide deixá-la ser contratada por terceiros, decisão que sugere que a ação de Prince poderia ameaçá-lo de alguma

⁴⁸⁸ CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit. p. 37

⁴⁸⁹ PRINCE, Mary. **The History of Mary Prince...**, Op. cit., Edição Kindle (ebook). Tradução nossa.

⁴⁹⁰ RENKA, Candice E. **Escaping the auction block and rejecting the pedestal of virtue: slave narratives redefine womanhood in nineteenth-century America**. [Honors Theses] University of Richmond, 2002. Paper 326, p. 49-50. Disponível em: <https://scholarship.richmond.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1324&context=honors-theses>. Acessado em: 09 Maio. 2021

forma, fosse servindo de exemplo aos outros escravos, ou denunciando sua moral e degradando sua autoridade.⁴⁹¹

A narrativa de Prince foi também uma grande contribuição para as campanhas abolicionistas, que estavam em seu auge quando sua história foi publicada na Inglaterra, justamente por ser uma história contada por uma mulher negra, representante de uma massa de escravizados nas colônias britânicas que não teriam a mesma oportunidade. A relação de Mary Prince com o movimento abolicionista britânico elucida como o abolicionismo branco lidava de maneira ambígua com pessoas negras que buscavam participar dele. Apesar do papel fundamental no movimento antiescravista, Prince foi integrada apenas em partes. A *Antislavery Society* precisou averiguar se sua história era autêntica, porque a palavra de uma ex-escravizada e serva precisava ter o respaldo moral de pessoas idôneas, o que de fato aconteceu na escrita do prefácio de sua narrativa, feita por Thomas Pringle. O questionamento sobre sua índole foi consequência, em partes, dos ataques feitos por seu proprietário durante a disputa por liberdade que os envolvia anteriormente. Apesar da campanha em torno de sua autobiografia, Prince não era tratada como ativista pelas mulheres abolicionistas, e sim como uma vítima da escravidão que precisava, como membro de uma classe trabalhadora, ser validada por outras pessoas.⁴⁹²

O gênero literário de narrativas escravas contempla diferentes registros feitos por homens e mulheres africanos ou afrodescendentes que foram submetidos ao tráfico e/ou à escravidão atlântica. Essas histórias, contadas em primeira pessoa, tiveram grande importância para a construção do movimento abolicionista em uma dimensão atlântica, principalmente nos Estados Unidos, Caribe e Inglaterra. Os relatos daqueles que sobreviveram ao cativeiro buscaram escancarar os males da escravidão nas Américas, como forma de sensibilizar o público em prol da causa abolicionista.⁴⁹³ A primeira do gênero, “*The Interesting Narrative of the life Oulaudah Equiano, or Gustav Vassa, the African*”, publicada em 1789, foi um grande sucesso editorial na Grã-Bretanha. O sucesso contínuo deste gênero literário estimulou sua produção e publicação, e a partir da década de 1830, os relatos vincularam-se definitivamente ao movimento abolicionista atlântico.⁴⁹⁴

⁴⁹¹ Ibidem, p. 51

⁴⁹² MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery...**, Op. cit., p. 88-90

⁴⁹³ SAMPAIO, Maria Clara C.; ARIZA, Marília Bueno A. **Narrativas de mulheres escravizadas...**, Op. cit., p. 179

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 180

A perspectiva, no entanto, era predominantemente masculina, conforme mencionado. A famosa história de Frederick Douglass, publicada pela primeira vez em 1845⁴⁹⁵, ressaltava sua habilidade de ler, trabalhar pesado e se defender fisicamente, a construção da sua fuga emblemática é a consolidação de sua masculinidade. Ao descrever relação entre senhor e escravo em termos de força física, Douglass parece afirmar sua masculinidade em termos de força, essa é sua autodefinição baseada em concepções de gênero.⁴⁹⁶ Talvez a própria liberdade significasse para ele o exercício de sua masculinidade. As narrativas masculinas revelam também uma representação comum das mulheres escravizadas como mães, irmãs e filhas que são vítimas de violências físicas e sexuais, e frequentemente estão ligadas a uma ameaça, à negação da masculinidade ao homem negro escravizado. Porque, quando os homens não conseguiam proteger as companheiras de cativeiro conforme as convenções que ditavam a inviolabilidade das mulheres brancas, sua masculinidade não podia ser completamente alcançada.⁴⁹⁷ Nesse sentido, abordar a situação feminina sob cativeiro era expor, de alguma forma, uma ‘falha’ desse homem, segundo as definições de gênero vigentes.⁴⁹⁸

Homens e mulheres negras estavam, assim, buscando afirmar e construir concepções sobre suas masculinidades e feminilidades. A predominância masculina ditou por muito tempo os parâmetros do que deveria ser considerado *slave narratives*, por isso a questão da conformidade com as convenções estabelecidas foi, por muito tempo, associada à autenticidade das narrativas escravas por parte dos historiadores.⁴⁹⁹ Em última instância, as narrativas produzidas por mulheres escravizadas possuíam certos elementos que destoavam da representatividade masculina já consolidada. De acordo com Hazel Carby, John Blassingame, em “*The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South*”, concluiu que a narrativa de Harriet Jacobs não era autêntica por não estar de acordo com as diretrizes da representatividade escrava, para ele “*a história é muito*

⁴⁹⁵ DOUGLASS, Frederick. **Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave**. New York: Penguin Books, 1987.

⁴⁹⁶ PATTON, Venetria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 65

⁴⁹⁷ CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 35

⁴⁹⁸ Em sua autobiografia, “**Incidentes na vida de uma menina escrava**”, Harriet Ann Jacobs, sob o pseudônimo Linda Brent, escreve uma passagem sobre seu primeiro namorado em que deixa evidente a impossibilidade dos homens negros, mesmo que livres, protegerem suas companheiras escravizadas. Ela afirma: “Meu namorado era um homem inteligente e religioso, mesmo que tivesse obtido permissão para casar comigo enquanto eu era escrava, o casamento não lhe daria poderes para me proteger do meu senhor”. JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava**. São Paulo: Todavia, 2019. p. 63

⁴⁹⁹ CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 45

melodramática: miscigenação e crueldade, virtude ofendida, amor não correspondido e licenciosidade do proprietário aparecem em cada página”.⁵⁰⁰ Segundo Carby:

Ao comparar narrativas de escravos entre si, historiadores e críticos literários se baseiam em um conjunto de suposições inquestionáveis que **relacionam a busca por liberdade e alfabetização com o estabelecimento da masculinidade** e, portanto, na obtenção da voz pública. A grande força dessas autobiografias, Blassingame afirma, é que, ao contrário de outras fontes importantes, elas incorporam o percepção dos próprios escravos sobre suas experiências. No entanto, **é dada por certa esta experiência, que é única, representativa, e também é masculina**.⁵⁰¹

A forma como o gênero *slave narratives* era concebido, portanto, não contemplava, ou não era receptiva às questões enfrentadas por mulheres escravizadas, por isso, uma reconfiguração era necessária. Para Venetria K. Patton, a obra de Stowe foi a primeira a reunir elementos da narrativa escrava com o romance sentimental, servindo como precursora para as mulheres negras escritoras, as quais reconfiguraram os dois gêneros a fim de abordar questões de raça e gênero.⁵⁰² Harriet Jacobs e Harriet Wilson escreveram quando a escravidão ainda era uma realidade, Jacobs já havia vivido o cativeiro, enquanto Wilson era uma mulher livre. Ambas escreveram procurando um meio de sustentar seus filhos, ambas usaram a maternidade em seus textos como uma lente de análise para questões importantes, e principalmente, para reivindicar os títulos de ‘mulher’ e ‘mãe’ para mulheres negras, questionando as definições de feminilidade.

Harriet Ann Jacobs nasceu na Carolina do Norte, foi uma escrava letrada por sua primeira senhora e se escondeu por quase sete anos no porão de sua avó, até que conseguiu fugir do sul dos Estados Unidos em 1842 em direção ao Norte, onde viveu e trabalhou por dez anos até conseguir sua liberdade. Depois disso, ela se mudou com o irmão ativista para Rochester, entrando em contato com os círculos abolicionistas. Jacobs chegou a escrever cartas anônimas para jornais que assinava como ‘fugitiva’. A autora passou então a escrever a narrativa de sua vida, publicada em Boston em 1861, e um ano depois na Inglaterra, sob o título de *“Linda: Incidents in the life of a slave girl seven years concealed in slavery, written by herself”* (em português: *“Incidentes na Vida de Uma Menina Escrava, Escrito por ela mesma”*).⁵⁰³ Utilizando o pseudônimo Linda Brent, Harriet narrou sua história, a primeira do gênero ‘narrativa escrava’ a ser publicada nos

⁵⁰⁰ BLASSINGAME, John. **The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South**. Oxford: Oxford University Press, 1979, p. 373

⁵⁰¹ CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 46, tradução nossa, **grifo nosso**.

⁵⁰² PATTON, Venetria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 54-55

⁵⁰³ JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava...**, Op. cit.

Estados Unidos, com sucesso discreto imediatamente após a publicação.⁵⁰⁴ Apesar da recepção lisonjeira por parte da imprensa abolicionista, a obra foi logo esquecida em meio aos acontecimentos da Guerra Civil norte americana.

A história contada por Jacobs apresenta diversos elementos do romance sentimental, a primeira questão colocada pela autora é a da virtude e pureza feminina. Linda relata a ‘perseguição’ e obsessão de seu proprietário sobre ela quando ainda era uma criança, fazendo isso, Jacobs chama a atenção para a vulnerabilidade que meninas escravizadas precisavam enfrentar desde cedo. Jacobs ressaltou ainda os efeitos deletérios da escravidão na vida das mulheres, em seu caso, sua inocência, pureza e castidade lhe foram tomadas muito cedo. A escravidão lhe negou virtudes femininas: “*Durante anos, meu senhor havia feito o possível para poluir minha mente com imagens sujas para destruir os princípios puros que minha avó e a boa senhora da minha infância me imbuíram [...]*”.⁵⁰⁵ Há, portanto, a imagem da mulher como uma vítima/presa sexual dos homens a sua volta, era comum que para personagens como esta houvesse dois caminhos: resistir, preservando sua pureza e castidade, ou cair nas garras do homem e como resultado de seus erros morrer passiva e subserviente – a morte funcionaria como um reencontro com a pureza.⁵⁰⁶ Jacobs recusa-se a cair nos assédios de seu proprietário, ou a morrer por ter tido sua pureza ‘corrompida’. Sua narrativa desafia a ideologia da feminilidade, mostrando que dentro da escravidão tal virtude não está disponível, mesmo para meninas inocentes.

Diante das investidas constantes do proprietário, Linda, contrariando novamente os padrões das heroínas sentimentais, decide agir por conta própria. Ela decide se envolver sexualmente com outro homem. Segundo ela: *As influências da escravidão tinham o mesmo efeito em mim e sobre outras meninas escravas, fizeram com que eu tivesse consciência das maldades do mundo de forma prematura. Estava ciente dos meus atos e agi de maneira deliberada e bem calculada.*⁵⁰⁷ Ao expor suas experiências sexuais, ela revela não se encaixar na definição de mulher verdadeira, mas sua revelação é feita com vergonha e relutância. Em cartas à amiga Amy Post, Jacobs mostrou

⁵⁰⁴ SAMPAIO, Maria Clara C.; ARIZA, Marília Bueno A. **Narrativas de mulheres escravizadas...**, Op. cit.; YELLIN, Jean Fagan. “Incidents Abroad: Harriet Jacobs and the Transatlantic Movement”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007. p.158-164

⁵⁰⁵ JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava...**, Op. cit., p. 80

⁵⁰⁶ DORIANI, Beth Macley. **Black Womanhood in Nineteenth-Century America...**, Op. cit., p. 204

⁵⁰⁷ JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava...**, Op. cit., p. 80

preocupação com a inclusão desse aspecto de sua vida no livro e com a reputação de sua amiga branca, que escreveria seu prefácio.⁵⁰⁸ Apesar de conhecer sua própria realidade como escrava, a culpa revela como a narrativa de Jacobs reflete os padrões da sociedade branca de classe média. Segundo Maria C. Sampaio e Marília Ariza:

(...) a linguagem indireta que alude à corrupção sexual de mulheres como Jacobs atende à necessidade de retratar a imoralidade resultante da escravidão em termos conformes a uma literatura de propósitos políticos, destinada à ampla divulgação, e a um público para o qual pureza sexual, pudor e honestidade feminina encontravam-se inexoravelmente entrelaçados.⁵⁰⁹

Apesar da vergonha, Jacobs não se permitia ser consumida pela culpa e ou achar que não merecia o título de ‘mulher’. Quando se recusou a se apresentar no papel de vítima, assumindo totalmente a responsabilidade por seus atos, Jacobs acabou questionando os valores da feminilidade, sugerindo que mulheres escravizadas deveriam ser julgadas por padrões diferentes daquele, afinal as circunstâncias de suas vidas eram outras. Em sua escrita a autora deixa bem evidente o abismo que separa mulheres brancas das mulheres escravizadas.

Mas **vocês, mulheres felizes cuja pureza foi protegida desde a infância**, que tiveram a liberdade de escolher os objetos de sua afeição, que têm um lar protegido pela lei, **não julguem a menina escrava, infeliz e desolada com severidade excessiva!** Se a escravidão tivesse sido abolida, eu também poderia ter me casado com o homem da minha escolha; poderia ter tido um lar protegido pelas leis; e deveria ter sido poupada da tarefa dolorida de confessar o que estou prestes a relatar, mas todas as minhas perspectivas foram destruídas pela escravidão. **Queria me manter pura e, sob as circunstâncias mais adversas, me esforcei muito para preservar meu respeito próprio**, mas estava lutando sozinha contra as garras poderosas do demônio da Escravatura (...) ⁵¹⁰

Marcando seu lugar diferenciado naquela sociedade, Jacobs procura modificar as definições brancas sobre a verdadeira feminilidade, afirmando seus próprios valores femininos: inteligência, esperteza, vontade e coragem.⁵¹¹ Quando Linda age, decidindo se relacionar com um homem sem se casar, quando se esconde e engana seu senho e finalmente quando foge, ela se afasta das convenções impostas às heroínas do romance sentimental do século XIX. Ela escolheu se permitir, ao invés de se submeter:

⁵⁰⁸ CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 48

⁵⁰⁹ SAMPAIO, Maria Clara C.; ARIZA, Marília Bueno A. **Narrativas de mulheres escravizadas...**, Op. cit., p. 187

⁵¹⁰ JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava...**, Op. cit., p. 80

⁵¹¹ DORIANI, Beth Macley. **Black Womanhood in Nineteenth-Century America...**, Op. cit., p. 209-211; PATTON, Venetria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 67

[...] mas ser o objeto de interesse de um homem que não é casado, e que simplesmente não é seu senhor, agrada ao orgulho e aos sentimentos de uma escrava, se é que a miserável situação dela lhe deixou qualquer orgulho ou sentimento. Parece menos degradante se entregar do que se submeter à compulsão. Há algo semelhante à liberdade em ter um amante que não tem controle sobre você, exceto pelo controle conquistado por meio de bondade e apego.⁵¹²

Quando Linda descobre que estava grávida e depois dá a luz a uma menina, ela se entristece: *“A escravidão é terrível para o homem, mas muito pior para as mulheres”*. A vulnerabilidade das mulheres escravizadas à violência sexual seria a partir de então uma preocupação para ela, agora no papel de mãe: *“A mãe das escravas sempre presta muita atenção. Ela sabe que não existe segurança para suas filhas. Depois que entram na adolescência, a mãe vive com a expectativa diária de problemas.”*⁵¹³ Jacobs faz questão de ressaltar que as coisas que são vistas como qualidades para mulheres brancas, eram, na verdade, infortúnios na vida de mulheres negras escravizadas: *“Se Deus a dotou de beleza, isso vai se revelar sua pior maldição. Aquilo que desperta admiração nas mulheres brancas só serve para aumentar a degradação de uma escrava.”*⁵¹⁴

Vulnerabilidade sexual e o não-exercício da maternidade foram o cerne da narrativa de Harriet, da mesma forma que sexualidade (inocência e pureza sexual) e o exercício da maternidade eram os elementos principais da construção em torno da ‘verdadeira’ feminilidade. A narrativa de Linda se coloca como uma exposição de uma feminilidade e maternidade que contradiziam aquela ideologia dominante, que não abarcava a experiência feminina negra ali retratada, e que não deixava de ser feminina por isso.

É através da maternidade que Jacobs constrói sua ‘redenção’, restituindo suas virtudes ‘verdadeiramente’ femininas. Quando se vê diante de uma situação em que seus filhos poderiam ser punidos como forma de castigá-la por suas ações, Linda toma a decisão de fugir, ou seja, o ápice de seu sofrimento enquanto uma pessoa escravizada foi vislumbrar o sofrimento de seus filhos, ela era uma mãe que se afastaria para tentar livrá-los dos males da escravidão. Se não fosse por seus filhos, ela preferiria morrer: *“não fosse a esperança de atender aos meus filhos, eu me sentiria grata por morrer, mas pelo bem deles, estava disposta a suportar.”*⁵¹⁵ Ela se reconecta com o feminino pelo amor

⁵¹² JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava...**, Op. cit., p. 81

⁵¹³ Ibidem, p. 84

⁵¹⁴ Ibidem, p.45-46

⁵¹⁵ Ibidem, p.175

materno, esse amor, ao mesmo tempo, intensifica-se e singulariza-se pela dificuldade e sofrimento que é ser uma mãe escrava.

As referências aos predicados **da maternidade sacralizada** cumprem, por certo, a tarefa de **restituir Jacobs ao conjunto das mulheres assistidas pelas mais nobres qualidades e direitos femininos**, segundo eram entendidos pelo corolário da domesticidade oitocentista, contrariando tanto as representações sexualizadas das mulheres escravizadas quanto aquelas relativas às suas supostas incapacidades maternas. Contudo, **essa identidade comum que unia autora a suas leitoras é tensionada por dimensões do sofrimento que, embora fossem entendidos como inerentes à maternidade, agigantava-se sob a escravidão.**⁵¹⁶

A maternidade é o elemento que motiva Linda a se esconder, a agir com esperteza, mandando cartas para seu senhor como se estivesse no Norte, e por fim, a fugir para posteriormente recuperar seus filhos. Apesar do amor aos filhos ser aquilo que lhe move, a maternidade também é uma virtude da feminilidade que lhe era negada por muito tempo. Ela só consegue exercê-la de fato quando se liberta do cativeiro. Enquanto seus nobres sentimentos maternos a conectam com a feminilidade, eles não são, contudo, suficientes para impedir os sofrimentos (maternos) da escravidão.

Para Hazel V. Carby, a obra de Jacobs é a narrativa mais sustentada e sofisticada na empreitada de dissecar as convenções da verdadeira feminilidade, escrita por uma autora negra antes da emancipação. Segundo a autora, Harriet Jacobs usou as circunstâncias materiais de sua vida para criticar padrões convencionais de comportamento feminino e questionar a relevância e aplicabilidade destes às vidas e experiências particulares de mulheres negras.⁵¹⁷ Quando Jacobs faz um reconhecimento da sua condição de vida e escrita, sem acesso à educação formal ou lazer, ela identifica seu público leitor, as mulheres do Norte, contrapondo-se a ele. tenta estabelecer uma base comum que conecte mulheres brancas e negras, diante das crueldades sofridas pelas mulheres escravizadas.

Não escrevi minhas experiências para chamar a atenção para mim mesma; ao contrário, **teria sido mais agradável permanecer em silêncio a respeito da minha própria história.** Também não pretendo despertar comiseração pelos meus sofrimentos. Mas, sinceramente, **desejo despertar nas mulheres do Norte a consciência da condição de 2 milhões de mulheres no Sul, ainda em cativeiro, sofrendo o que eu sofri – a maior parte delas sofre muito mais.**⁵¹⁸

⁵¹⁶ SAMPAIO, Maria Clara C.; ARIZA, Marília Bueno A. **Narrativas de mulheres escravizadas...**, Op. cit., p. 189, **grifo nosso.**

⁵¹⁷ CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 45

⁵¹⁸ JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava...**, Op. cit., p. 10, **grifo nosso.**

As abolicionistas brancas tentaram encontrar uma unidade comum e se colocar em nome de suas ‘semelhantes’, mas o fizeram a partir de suas próprias perspectivas, e isso gerou tensões e conflitos dentro do movimento abolicionista à medida que mais mulheres negras se juntavam a ele. Ao mesmo tempo que o movimento tentava incluir a mulher negra escravizada aos ideais de feminilidade em voga, a imagem da mulher ideal e verdadeiramente feminina era construída a partir de parâmetros que a deixavam de fora. A escrita de autoras negras evidencia essa tensão entre se reconhecer fora desses padrões ideais e construir uma nova concepção de feminilidade e maternidade que fosse negra, e ao mesmo tempo tentar se encaixar como uma forma de apagar concepções equivocadas sobre elas mesmas.

O final de trajetória de Jacobs também contrastava com os ‘finais felizes’ dos romances sentimentais, segundo ela: “*Leitores, minha história termina com a liberdade; não da maneira costumeira, com o felizes para sempre...*”⁵¹⁹, e a liberdade definida pela experiência feminina da escravidão também contrasta com liberdade comum às narrativas escravas escritas por homens. Para as mulheres, e principalmente para as mães, a liberdade após a escravidão adquire um sentido que as conecta com outras pessoas, tem um sentido comunitário. O final de Linda é a conquista da sua liberdade e da liberdade de seus filhos, e o fato dela não desejar ou esperar por uma figura masculina provedora é, também, uma crítica às expectativas tradicionais de gênero.⁵²⁰

Harriet Wilson era uma mulher livre vivendo no Norte quando publicou “*Our Nig; or, Sketches from the Life of a Free Black*”⁵²¹ em 1859. Em seu prefácio, apresentou o livro como produto do seu trabalho e um meio de sobrevivência. Wilson ressaltou que estava à procura de patrocínio dos seus ‘irmãos de cor’, ela tentava, assim, ganhar autoridade para sua voz pública por meio de uma narrativa que compartilhava suas experiências com a própria comunidade negra. O livro conta a história de sua vida, uma mulher negra do Norte, legalmente livre, que vivia na casa de uma família branca, sua guardiã legal. Segundo Hazel V. Carby, sua obra pode ser considerada uma alegoria às narrativas escravas, seria uma narrativa escrava localizada no Norte livre. A primeira indicação seria o próprio subtítulo de sua obra: “*Sketches from the Life of a Free Black, in a Two-Story White House, North. Showing That Slavery's Shadows Fall Even There.*”

⁵¹⁹ Ibidem, p.270

⁵²⁰ PATTON, Venetria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 75

⁵²¹ WILSON, Harriet E. **Our Nig; or, Sketches from the Life of a Free Black**. Nottingham: Trent editions, 1998. Edição Kindle (ebook), 2020.

(“Esboços da vida de uma negra livre, em duas histórias em uma casa branca no Norte. Mostrando que as sombras da escravidão chegam até lá.”).⁵²²

Harriet Wilson não estava inserida nos círculos abolicionistas, e ao endereçar seu trabalho às pessoas negras, deixa o leitor branco à margem, em uma reafirmação da população negra enquanto comunidade. Ao procurar sua independência financeira e se colocar no mercado a partir de sua escrita, ela também desafia o culto da domesticidade.⁵²³ Apesar do interesse do seu livro ser a vida doméstica, Wilson não produz um romance sentimental, ela procura retratar o cotidiano doméstico em uma casa branca do Norte, expondo o racismo e o sofrimento de mulheres negras. A casa de sua história pode ser interpretada como um equivalente das plantações do Sul, em que a protagonista, Frado, é mantida praticamente em escravidão. Cenas de punição e violência são evocadas, como em uma narrativa escrava convencional. A senhora de Frado detém o poder supremo, e apesar de alguns personagens apresentarem sensibilidade e compaixão, os protestos em favor da protagonista são ignorados por sua senhora. O tratamento de Frado representa, em última instância, os debates sobre o futuro dos negros nos Estados Unidos.⁵²⁴

A história das seduções e julgamentos de uma menina órfã contra uma vilã (a senhora) é semelhante às tramas típicas do século XIX, mas, como Jacobs, Wilson manipula o enredo com o intuito de mostrar a complexidade das questões morais. Enquanto Linda nunca casa, Frado foi abandonada e depois se tornou viúva, a maternidade de mulheres sozinhas é usada pelas duas autoras para criticar construções sobre família e maternidade. Ao invés de terminar seus textos com romances, as autoras fazem questão e deixar um final aberto, e essa abertura não se dá pela falta de maridos, e sim pela incapacidade delas de sustentarem suas famílias⁵²⁵ em uma sociedade que espera que mulheres tenham maridos e fiquem em casa.⁵²⁶ Wilson oferece uma visão diferente sobre a maternidade, as mães retratadas em sua narrativa estão longe do ideal materno, a mãe de Frado a abandona, e a madrasta da senhora abusa dela. Para Patton, Wilson estava oferecendo uma crítica evidente à maternidade celebrada como regra em textos como “A Cabana do Pai Tomás”.⁵²⁷

⁵²² CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 43

⁵²³ DORIANI, Beth Macley. **Black Womanhood in Nineteenth-Century America...**, Op. cit., p. 213

⁵²⁴ CARBY, Hazel V. **Reconstructing Womanhood...**, Op. cit., p. 45

⁵²⁵ Wilson escreve o livro também como uma tentativa de recuperar seu filho, que estava em um lar adotivo. Cf. DORIANI, Beth Macley. **Black Womanhood in Nineteenth-Century America...**, Op. cit., p. 202

⁵²⁶ PATTON, Venetria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 75

⁵²⁷ Ibidem, p. 79

Apesar disso, Frado é descrita como uma boa mãe, mas a protagonista é negra e mãe solteira. O livro de Wilson critica implicitamente a crença de que maternidade branca e os valores maternos vitorianos seriam a salvação da nação.⁵²⁸ Frado trabalha para si e para seu filho, a ponto de entregar a criança a um “gentil” casal que poderia fornecer a ele um bom lar até que ela pudesse recuperar sua saúde e superar a pobreza. Jacobs e Wilson sugerem uma nova definição de maternidade, que ainda assim é abnegada, exige auto sacrifício e lealdade, a ponto de suas mães se separarem de suas crianças para beneficiá-las: Jacobs esconde-se no sótão de sua avó e foge, enquanto Wilson abre mão da criança por não ter condições de criá-la adequadamente.⁵²⁹ Apesar do amor incondicional, característica comum ao ideal de maternidade branco, a maternidade proposta pelas autoras está inserida no contexto de suas experiências, de suas condições e dificuldades – que são principalmente financeiras – para exercer a maternidade.

Ambas ‘aceitam’ a ideologia do lar e maternidade, mas demandam por seu próprio poder de definição e independência, elas insistem em prover a si mesmas e seus filhos, dentro de sua própria economia doméstica e feminina. Jacobs e Wilson usam a maternidade como um meio de combater a desumanização da escravidão e o racismo, definindo sua própria concepção de maternidade de acordo com suas experiências, elas usam a maternidade como uma forma de acessar o poder e combater estereótipos que rebaixavam a feminilidade negra.⁵³⁰

As mulheres, brancas e negras, se valem dessas construções e representações sobre a feminilidade para construir seus próprios argumentos, e acabam mobilizando aquilo que as excluía do debate (como a fragilidade e sentimentalismo, no caso das mulheres brancas), para ressignificar e politizar essas questões. Nesse sentido, as mulheres negras constroem uma ideia de maternidade disruptiva, porque apela aos atributos da feminilidade para conseguir dialogar com as mulheres brancas inseridas nos circuitos abolicionistas da época. Elas atribuem para si mesmas esse lugar comum das mulheres brancas, mas em contrapartida, mostram o quanto estão sendo privadas, e o quanto a escravidão viola a possibilidade de que elas reclamem o estatuto da feminilidade. E, apesar disso, elas não abandonam esses ideais de gênero e feminilidade.

O movimento de exclusão da mulher negra ao longo da consolidação dos ideais de feminilidade e maternidade, e posteriormente a tentativa discursiva de encaixá-la

⁵²⁸ Ibidem, p. 80

⁵²⁹ DORIANI, Beth Macley. **Black Womanhood in Nineteenth-Century America...**, Op. cit., p. 217

⁵³⁰ PATTON, Venetria K. **Women in Chains...**, Op. cit., p. 92

nesses mesmos padrões, foram contradições que ultrapassaram o campo da literatura e propaganda abolicionista. As mulheres negras, além de terem sido alvo de políticas coloniais e de abolição gradual em diversos lugares da América, precisaram combater diariamente estereótipos sobre sua sexualidade, feminilidade e maternidade. A força dessas representações negativas fazia com que as mulheres negras desejassem e precisassem se encaixar nos padrões femininos brancos. Com o passar do tempo, elas passaram a reivindicar para si padrões diferentes, baseados em experiências diversas, marcadas pela herança escravista e pela raça. Essas mulheres exploraram uma variedade de formas narrativas, abordando diferentes questões, numa tentativa de estabelecer uma presença pública e seguir encontrando maneiras de construir heroínas negras que pudessem transcender o peso negativo da comparação com a figura feminina branca. As consequências de não ser mais escrava não acabaram com a abolição, e isso está refletido nos textos de mulheres negras ao longo do século XIX em diante... A transição da escravidão para a liberdade não libertou necessariamente essas mulheres dos limites políticos e ideológicos impostos sobre sua raça e sexualidade.

Considerações Finais

Mulheres negras escravizadas foram alvo do olhar de viajantes europeus desde as primeiras expedições à África. Esses homens descreveram seus corpos, comportamentos e culturas como uma forma de afirmar sua própria identidade europeia, hierarquizando povos e construindo uma imagem dessas mulheres, em oposição à mulher branca europeia. À mulher negra africana couberam representações carregadas de valor reprodutivo, ligando sexualidade à selvageria, para justificar o trabalho produtivo e reprodutivo que as mulheres desempenhariam nas Américas. Estabelecida a escravidão no continente americano, a condição escrava de uma pessoa foi determinada pela condição das mães. O ventre escravo foi, assim, determinante. O ‘parto segue o ventre’ (*partus sequitur ventrem*) significa dizer que a maternidade (ou a não maternidade) foi o veículo pelo qual os significados raciais acabaram se concretizando no contexto escravista do Novo Mundo. A escravidão serviu como um alicerce importante para que as relações de poder se consolidassem também com base em categorias de gênero.

Quando a abolição da escravidão passou a ser uma realidade, o discurso abolicionista buscou ‘devolver’ às mulheres negras os atributos femininos que antes o discurso escravista havia negado. Assim, os processos de emancipação nas Américas seguiram uma tradição de libertar o ventre escravo, que a partir de então passaria a gerar crianças supostamente livres. Ao mesmo tempo, mulheres negras ativistas do movimento abolicionista norte-americano escreveram e reivindicaram para si feminilidade e maternidade próprias às suas experiências, negras e marcadas pela escravidão.

Esta pesquisa passou por algumas dificuldades ao longo do último ano, por conta da pandemia. Em função da falta de acesso a bibliotecas e arquivos, a investigação aqui realizada se fez majoritariamente por meio do que estava disponível em plataformas digitais, o que exigiu um redirecionamento. Foi necessário estabelecer recortes e fazer adaptações. O estudo nos permitiu compreender que enquanto estavam sendo aprovadas as primeiras legislações e ascendia um discurso abolicionista centrado no papel da mulher escravizada enquanto mulher e mãe, criava-se uma ‘tradição’ no mundo atlântico: libertar o ventre de mulheres escravizadas.

No entanto, essas primeiras experiências se diferenciam em muitos aspectos daquelas observadas tardiamente no Brasil (1871) e em Cuba (1870), lugares que, inicialmente estavam no horizonte da pesquisa. Mas, foram justamente as diferenças e

complexidade identificadas ao longo do estudo que impuseram um recorte, no qual, o cenário apresentado por estes dois países precisaria ser analisado posteriormente com maior detalhamento. Segundo a *Lei Moret*, cubana, e a *Lei Rio Branco*, brasileira, respectivamente:

Sequer podem ser vendidas crianças menores de quatorze anos separadas de suas mães, nem os escravos que estejam unidos pelo casamento⁵³¹

Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos que estejam em poder do senhor dela (...) lhe serão entregues. [...]
No caso de alienação da mulher escrava, **seus filhos, menores de doze anos, a acompanharão**⁵³²

As legislações e algumas experiências apontadas em estudos sobre Brasil e Cuba no fim do século XIX, nos dão indícios de que pode ter existido uma penetração maior do discurso sobre a maternidade escrava, quando comparadas às primeiras legislações aqui visitadas. Os casos cubano e brasileiro, se mostram mais favoráveis à questão, ao proibir a separação de mães e filhos, com a possibilidade da mãe se libertar e permanecer com o filho, no Brasil. É possível questionar se a circulação de informação pelo atlântico pode teria marcado esses processos, tanto por meio dos discursos abolicionistas quanto pelas experiências construídas anteriormente.

Os caminhos percorridos por esta pesquisa e seus resultados foram cruciais para que pudéssemos enxergar as particularidades dos casos tardios. Brasil e Cuba, proporcionam novas questões a serem exploradas em um contexto diferente apresentado na segunda metade do século XIX, e sempre foram um horizonte do estudo aqui apresentado, caminho pelo qual seguiremos em uma nova pesquisa.

⁵³¹ “*Lei Moret*” (1870). Trecho retirado de: ORTIZ, Fernando. *Los Negros Esclavos: Estudio sociológico y de derecho público*. Havana: Revista Bimestre Cubana, 1916. p. 495-498

⁵³² “*Lei Rio Branco*”, Lei n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acessado em: 05 Abr. 2021.

Fontes

Las Siete Partidas. Edição: Biblioteca Virtual Universal. Disponível em: <<https://www.biblioteca.org.ar/libros/130949.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020

Ordenações Filipinas, Livro V, Título XVIII, in: ALMEIDA, Candido Mendes (Org.). **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em: 10 Abr. 2021

LUCENA SALMORAL, Manuel. “Leyes para esclavos: El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española” [Recurso electrónico], in: **Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica: ensayos y monografías**. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2011, Acesso em: 20 Jun.2021

Argentina

Registro oficial de la República Argentina que comprende los documentos espedidos desde 1810 hasta 1873: tomo primero 1810-1821. Buenos Aires: La República – Publicacion Oficial, 1879. Disponível em: <<http://cdi.mecon.gob.ar/greenstone/collect/registr1/index/assoc/HASH8387.dir/doc.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2020.

Brasil

Código Criminal do Imperio do Brasil. Recife: Typ. Universal, 1858. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221763>>. Acessado em: 10 Abr. 2021

“Lei Rio Branco”, Lei n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acessado em: 05 Abr. 2021.

Bolívia

Constitución Política del Estado de 1826, in: BOLIVIA. **Las Constituciones Políticas de Bolivia 1826-2009**. Sucre: Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia, 2018. Disponível em: <<https://tcpbolivia.bo/apectcp/sites/default/files/pdf/Librolasconstituciones1826-2009.pdf>>. Acesso em: 10 Maio. 2021

Constitución Política del Estado de 1851, in: BOLIVIA. **Las Constituciones Políticas de Bolivia 1826-2009**. Sucre: Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia, 2018. Disponível em: <<https://tcpbolivia.bo/apectcp/sites/default/files/pdf/Librolasconstituciones1826-2009.pdf>>. Acesso em: 10 Maio. 2021

“Ley de 19 de diciembre de 1826: El Congreso jeneral Constituyente de Bolivia, queriendo hacer efectivas las indemnizaciones de que habla el artículo 11 de la Constitución”, in: BOLIVIA. **Colección Oficial de Leyes, Decretos, Ordenes de La Republica Boliviana - Años 1825 y 1826**. La Paz: Imprenta Artística-Socabaya, 1827. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-18261219-1.xhtml>>. Acesso em: 10 Maio. 2021

Chile

“Colección de las leyes i decretos del gobierno desde 1810 hasta 1823: Publicada con la autorización i revisión competente”, in: **Gaceta ministerial**. Santiago: Imprenta chilena, 1846.

Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.a0009177874&view=1up&seq=34>>.
Acesso em: 20 Dez. 2020.

Colômbia

“Ley sobre la manumisión de la posteridad de los esclavos africanos, y sobre los medios de redimir sucesivamente a sus padres, extendida y propuesta para su sanción a la Cámara de Representantes del Pueblo por el excelentísimo dictador, ciudadano Juan Bautista del Corral” (1814), in: MARTÍNEZ GARNICA, Armando (Org.). **Colección Bicentenario - La construcción de la patria nuestra: la Nueva Granada después de 1810**. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 2009. Disponível em:

<<https://redaprende.colombiaaprende.edu.co/metadatos/recurso/construccion-de-la-patria-nuestra-la-nueva-granada/>> . Acesso em: 08 Maio. 2021.

“Ley de la manumisión de esclavos - (Sesión del día 19 de Julio de 1821)”, in: CORTÁZAR, Roberto; CUERVO, Luis Augusto. (Orgs.). **Congreso de Cucuta - Libro de Actas**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1923. p. 306-309. Disponível em:
<<https://play.google.com/books/reader?id=1sMTAAAAIAAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1>>.
Acesso em: 08 Maio. 2021.

Cuba

“Lei Moret” (1870). Trecho retirado de: ORTIZ, Fernando. **Los Negros Esclavos: Estudio sociológico y de derecho público**. Havana: Revista Bimestre Cubana, 1916. p. 495-498

Paraguai

Ley Estableciendo la libertad de vientre” (1842), in: **Revista del Paraguay: Ciencias, Literatura y Artes**. Ano I, n. 1. Buenos Aires, Jan. 1891. p. 530-531. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=PKQoAAAAIAAJ&pg=PA532&dq=%22todo+tr%C3%A1fico+de+esclavos%22+paraguay+1842&hl=en&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 08 Maio. 2021.

Peru

“Decreto sobre la libertad de los vientres (Dado en Lima a 24 de noviembre de 1821), in: **El General San Martín**. Buenos Aires: Imprenta del Comercio del Plata, 1863. p. 244-245. Disponível em:
<<https://play.google.com/books/reader?id=AodMAAAAcAAJ&hl=pt&pg=GBS.PR1>> . Acesso em: 07 Maio. 2021.

Uruguai

“La Constitución de 1830”, in: GROS ESPIELL, Héctor; ESTEVA GALLICCHIO, Eduardo G. **Constituciones Iberoamericanas** (Disco Compacto). México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. p. 1-25. Disponível em:
<<https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv/detalle-libro/1739-constitucionesiberoamericanas-uruguay>> . Acesso em: 07 Maio. 2021.

Actas de la H. Camara de Representantes, Tomo III, Años 1837-1841. Montevideo: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1906, p. 443-444. Disponível: <
https://books.google.com.br/books?redir_esc=y&id=0CANAAAAIAAJ&dq=%22todos+los+que%2C+por+haber+nacido+en+el+territorio+del+Estado%22&pg=PA443&lpg=PA443&sig=AC>

fU3U1fINnkR8WutcnEgXPmHL9oSnhU7w&focus=searchwithinvolume&q=%22todos+los+que%2C+por+haber+nacido+en+el+territorio+del+Estado%22 >. Acesso em: 09 Maio.2021

“Lei n.º 242, de 1842”, in: URUGUAY. **Compilación de leyes y decretos**: 1825-1930. Tomo II. Montevideo: Imprenta Nacional Colorada, 1930. p. 351-352. Disponível em: <http://www.impo.com.uy/armandugon/02/351?carfin=352>>. Acesso em: 07 Maio. 2021

Estados Unidos

“Fugitive Slave Act of 1793”, in: **Acts of Congress**. Annals of Congress, 2nd Congress, 2nd Session, February, 1793. The Library of Congress: American Memory. Disponível em: <https://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=llac&fileName=003/llac003.db&recNum=702>>.

Connecticut

Acts and Laws of the State of Connecticut in America. New London: Governor and Company of the State of Connecticut, 1784. p. 234-235. Disponível em: <<https://archive.org/details/actsandlawsstat00lawgoog/page/n255/mode/2up>>. Acesso em 07 Jan. 2021.

Nova Jersey

An Act for The Gradual Abolition of Slavery (1804). **The Library of Congress**: American Memory. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/rbpe.0990100b/?st=text> >. Acesso em: 08 Maio. 2021.

Nova York

An Act for The Gradual Abolition of Slavery (1799). **Acts of State Legislature**: Laws of 1799, Chapter 62. New York State Archives. Disponível em <https://digitalcollections.archives.nysed.gov/index.php/Detail/objects/10815>>. Acesso em 08 Maio. 2021.

Pensilvânia

An Act for the Gradual Abolition of Slavery (1780). **The Avalon Project**: Documents in law, History and Diplomacy. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/18th_century/pennst01.asp . Acesso em: 03 Fev. 2021

Pennsylvania Legislation Relating to Slavery, in: **Adams County History**, v. 9, n. 1, Article 8. Disponível em: <<https://cupola.gettysburg.edu/ach/vol9/iss1/8>>. Acessado em 03 Fev. 2021.

Rhode Island

An Act authorizing the Manumission of Negroes, Mullattoes, & others, and for the gradual Abolition of Slavery (1784). **Rhode Island Departament of State**: Published Public Laws, Acts & Resolves, General Statutes (1647-2015). Disponível em: https://sosri.access.preservica.com/uncategorized/digitalFile_cb907aee-887d-4c77-9cdd-88ac56b0ec9c/ >. Acesso em 06 Maio. 2021.

Upper Canadá

An Act to Prevent the further Introduction of Slaves and to limit the Term of Contracts for Servitude (1793). **Statutes of Upper Canada. Archives of Ontario.** Disponível em: http://www.archives.gov.on.ca/en/explore/online/alvin_mccurdy/big/big_03_anti_slavery_act.aspx >. Acesso em 23 Out. 2020

Inglaterra

Slavery Abolition Act (1833). Parliament of the United Kingdom. Session in 28th August. 1833. Disponível em: <https://www.pdavis.nl/Legis_07.htm>. Acesso em 09 Maio. 2021

Autobiografias

DOUGLASS, Frederick. **Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave.** New York: Penguin Books, 1987

JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava.** São Paulo: Todavia, 2019

PRINCE, Mary. **The History of Mary Prince, a West Indian Slave, Related by Herself.** London: F. Westley and A. H. Davis, 1831. Edição Kindle (ebook). Tradução nossa.

WILSON, Harriet E. **Our Nig; or, Sketches from the Life of a Free Black.** Nottingham: Trent editions, 1998. Edição Kindle (ebook), 2020.

Bibliografia

ABREU, Martha. “Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law. Rio de Janeiro, 1871”, in: **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v.28, n.9, out.1996, p.567-580.

ABREU, Martha. “Slave Mothers. Partus Sequitur Ventrem and the Naturalization of Slave Reproduction”. In: Dossiê: Novas Perspectivas na história da escravidão, **Tempo** (Niterói online), Rio de Janeiro, v.22, n.41, set/dez.2016, p.467-487.

ACEITUNO, Yolanda Caballero. “Anti-slavery and Sentimentalism in Aphra Behn’s Oroonoko”, in: **The Grove: Working Papers on English Studies**. Jaén: Grupo de Investigación Hum, n. 13, 2006, p.19-28.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**. Estudos sobre a escravidão no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1981.

ALTINK, Henrice. **Representations of Slave Women in Discourses of Slavery and Abolition 1780-1838**, The University of Hull. Cardiff, Wales, 2002.

ALVES, Maíra Chinelatto. “Crimes de Escravos e os caminhos da autonomia”. Campinas, 1876. In: MACHADO, Maria Helena P.T., CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se Livre**. Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.43-64.

ANDREWS, George R. **América Afro-Latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

ARAUJO, Thiago Leitão de. **Desafiando a escravidão: fugitivos e insurgentes negros e a política da liberdade nas fronteiras do Rio da Prata (Brasil e Uruguai, 1842-1865)**. [Tese de doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Mães infames, rebentos venturosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)**. [Tese de doutorado], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**. O negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem, Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992, 6.ed.

BERLIN, Ira. **Many Thousands Gone: the First Two Centuries of Slavery in North America**. Cambridge: Belknap Press, 1998.

BERCOVICI, Gilberto. “A Constituição invertida: A Suprema Corte Americana no combate à ampliação da democracia”, in: **Lua Nova**, São Paulo, v. 89, 2013, p.107-134.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias em São Paulo do Século XIX: Liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2004.

BLACKBURN, Robin. **The American Crucible: slavery, emancipation and human rights**. London: Verso, 2013, Edição Kindle (ebook).

BLASSINGAME, John. **The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South**. Oxford: Oxford University Press, 1979,

BLOCK, Sharon. **Rape and Sexual Power in early America sexual power**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

BONVENTRE, Laurie. **Cult of True Womanhood: Women of the Mid-nineteenth Century and their Assigned Roles as Reflected in Contemporary Writing**. [Master of Liberal Studies in American Culture]. University of Michigan, 2005.

BORUCKI, Alex. **Abolicionismo y tráfico de esclavos en Montevideo tras la fundación republicana (1829- 1853)**. Montevideo: Biblioteca Nacional: Universidad de la Republica, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2009.

BRAGA, Marcelle Danielle de C. “Espaço feminino e abolicionismo no romance ‘A Cabana do Pai Tomás’”, in: **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, Jul. 2014, p.89-112.

BRAUDY, Leo. “The Form of the Sentimental Novel”, in: **NOVEL: A Forum on Fiction**. Durham, v. 7, n. 1, 1973. p. 5-13.

BROWN, Christopher Leslie. **Moral Capital: foundations of British Abolitionism**. Published for the Omohundro Institute of Early History and Culture, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 2006.

BRUNO, João Victor Rosa Cezário. **Escravidão e Direito: Estudo de casos de ações de Liberdade no crepúsculo do Império**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PPGDC-UFF, 2015.

BROWN, Kathleen M. **Good Wives, Nasty Wenches, & Anxious Patriarchs**. Pennsylvania, University of Pennsylvania Press, 1996.

BURNARD, Trevor. "The Sexual Life of an Eighteenth-Century Jamaican Slave Overseer". In: SMITH, Merril D. (ed.) **Sex and Sexuality in Early America**. New York: New York University Press, 1998.

BUSH, Barbara. "African Caribbean Slave Mothers and Children: Traumas of Dislocation and Enslavement Across the Atlantic World". **Caribbean Quarterly**. v.56, n.1/2, March-June, 2010), p. 69-94.

BRYCCHAN, Carey. **British Abolitionism and the Rhetoric of Sensibility: writing, sentiment, and slavery 1760-1807**. New York, Palgrave Macmillan, 2005.

CAÉ, Rachel da Silveira. **Escravidão e Liberdade na Construção do Estado Oriental do Uruguai**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CALDEIRA, Newman. "Os casos de fuga internacional de escravos e a atuação da chancelaria brasileira: as negociações com a República da Bolívia entre 1829 e 1870", in: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Ano XIII, v. 15, 2013. p. 37-78.

CAMP, Stephanie M. H. **Closer to Freedom**. Enslaved Women and Everyday Resistance in the Plantation South, North Carolina. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

CANDIOTI, Magdalena. "Abolición gradual y libertades vigiladas en el Río de la Plata. La política de control de libertos de 1813". **Corpus [En línea]**, Mendonza, v. 6, n. 1, 2016, p.1-16.

CANDIOTI, Magdalena. "Free Womb Law, Legal Asynchronies, and Migrations: Suing for an Enslaved Woman's Child in Nineteenth-Century Río de la Plata.", in: **The**

Americas – A Quarterly Review of Latin American History, Cambridge, v. 77, n. 1, 2020, p. 73-99.

CANDIOTI, Magdalena. “Regulando el fin de la esclavitud. Diálogos, innovaciones y disputas jurídicas en las nuevas repúblicas sudamericanas 1810-1830”, in: **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, Berlim, n. 52, 2015, p.149-171.

CARBY, Hazel V. **Reconstructing womanhood: The Emergence of the Afro-American Woman Novelist**. New York: Oxford University Press, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

CHAVES MALDONADO, María Eugenia; ESPINAL PALACIO, Juan J. “Los usos de las leyes de libertad de vientres de 1814 y 1821 entre los esclavos antioqueños: Ejemplos e indicios para una hipótesis de trabajo”, in: **Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano**. Universidad del Norte, Barranquilla, n. 41, 2020, p.81-102.

CHAVES MALDONADO, María Eugenia. “Paternalismo, iluminismo y libertad. La vigencia de la Instrucción esclavista de 1789 y su impacto en la sociedad colonial”, in: **Historia y Sociedad**, Medellín, n. 21, dic. 2011, p. 61-93.

CLAPP, Elizabeth J.& JEFFREY, Julie Roy. (ed) **Women, Dissent, & Anti-Slavery in Britain & America, 1790-1865**, Oxford: Oxford University Press, 2011.

CLARK-PUJARA, Christy M. **Slavery, emancipation and Black freedom in Rhode Island, 1652-184**. [Thesis for degree of Doctor of Philosophy]. University of Iowa, 2009.

COLEMAN, Willi. “‘Like Hot Lead to Pour on the Americans . . .’: Sarah Parker Remond - From Salem, Mass., to the British Isles”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p.173-188.

CONRAD, Robert. **Childs of God Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil**. Princeton Pennsylvania State University Press, 1984.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

COOPER, Afua. “Acts of Resistance: Black Men and Women Engage Slavery in Upper Canada, 1793-1803”, in: **Ontario History**, v. 99, n. 1, 2007, p. 5-17.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora UNESP. 5.ed. 2010.

COWLING, Camillia. **Concebendo a Liberdade**: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Tradução Patrícia Ramos Geremias, Clemente Pena. Campinas: SP, Editora Unicamp, 2018

COWLING, Camillia. “‘Como escrava e como mãe’: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro”. In: MACHADO, Maria Helena P.T., CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se Livre**. Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.143-166.

COWLING, Camillia. “Debating Womanhood, Defining Freedom: The Abolition of Slavery in 1880s Rio de Janeiro”. in: **Gender and History**, v.22, n.2, 2010, p.284-301.

COWLING, Camillia. “O Fundo de Emancipação “Livro do Ouro” e as Mulheres Escravizadas: Gênero, Abolição e os Significados da Liberdade na Corte, anos 1880”. In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto, Gomes, Flávio (Orgs.) **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.

COWLING, Camillia, CASTILHO, Celso. “Bancando a Liberdade, Popularizando a Política: Abolicionismo e Fundos Locais de Emancipação na Década de 1880 no Brasil”. in: **Afro-Ásia**, 47 (2013), p.161-197. Traduzido por Marília Bueno de Araújo Ariza.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Sobre os silêncios da Lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no século XIX”, In: **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo, Brasiliense/Edusp, 1986.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, David Brion. **O Problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

DAVIS, David Brion. **The Problem of Slavery in the Age of Revolution (1770-1823)**. New York: Cornell University Press, 1975.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 278, jan-mar, p.105-170.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. **Revista de História da USP**, São Paulo, n.114, 1983 p. 31-45.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Novas Subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. **Revista Estudos Feministas**, n.2, 1994, p.373-382.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo do Século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DORIANI, Beth Macley. “Black Womanhood in Nineteenth-Century America: Subversion and Self-Construction in Two Women's Autobiographies”, in: **American Quarterly**: Publication of American Studies Association. Baltimore, v. 43, n. 2, 1991, p.199-222.

DOUGLASS, Frederick. **Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave**. New York: Penguin Books, 1987.

DRESCHER, Seymour, **Abolição**: uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DRESCHER, Seymour. **From Slavery to Freedom**: Comparative studies in the rise and fall of Atlantic Slavery. New York: New York University Press, 1999.

DRESCHER, Seymour. “Women’s Mobilization in the Era of Slave Emancipation”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p.98-120.

DUNBAR, Erica Armstrong. **A Fragile freedom**: African American women and emancipation in the antebellum city. New Haven: Yale University Press, 2008.

DUNBAR, Erica Armstrong. “Writing for True Womanhood: African American Women’s Writings and the Antislavery Struggle”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p.299-218.

FERRETI, Danilo José Z. “A publicação de “A Cabana do Pai Tomás” no Brasil Escravista: O “momento europeu” da edição Rey e Belhatte (1853)”, in: **Varia História**, Minas Gerais, v. 33, n. 61, 2017. P.189-223.

FISCH, Audrey A. **American Slaves in Victorian England: Abolition Politics in Popular Literature and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FREGA, Ana. “Caminos de libertad en tiempos de revolución. Los esclavos en la Provincia Oriental Artiguista, 1815-1820”, in: FREGA, Ana; BETANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex. **Estudios sobre la cultura afro-rioplatense - V. 1**. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004. p. 45-66.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava**. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

GOMES, Flávio, MACHADO, Maria Helena P.T., “Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando caminhos para outros percursos”. in: MACHADO, Maria Helena P.T., CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se Livre**. Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.19-41.

GONZÁLEZ, Margarita. “El proceso de manumisión en Colombia”, in: **Cuadernos Colombianos**, v. 2, 1974.

GRINBERG, “Alforria, direito e direitos no Brasil e Estados Unidos”, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº27, 2001, p.63-83.

GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. **Escravidão e Liberdade nas Américas**. São Paulo: Editora FGV.

GRINBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

GROS ESPIELL, Héctor; ESTEVA GALLICCHIO, Eduardo G. **Constituciones Iberoamericanas (Disco Compacto)**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. p. 1-25.

HARRIS, Leslie M. **In the Shadow of Slavery: African Americans in New York City (1626-1863)**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

HARTMAN, Saidiya. "Seduction and the Ruses of Power", in: KAPLAN, Caren; ALARCÓN, Norma; MOALLEM, Minoo (eds.). **Between Woman and Nation: Nationalisms, Transnational Feminisms, and the State**. London: Duke University Press, 1999, p.111-141.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2ª Ed, 2017.

HÜNEFELDT, Christiane. **Mujeres:** esclavitud, emociones, y libertad, Lima 1800-1854. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, documento de trabajo n º24, serie Historia, nº4, 1988.

HUNT, Lynn. **Inventing Human Rights: A History**. New York: W. W. Norton and Company, 2007.

JACOBS, Harriet Ann [Linda Brent]. **Incidentes na vida de uma menina escrava**. São Paulo: Todavia, 2019.

JEFFREY, Julie Roy. **The Great Silent Army: Ordinary Women in Antislavery Movement**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

JENNINGS, Thelma. "'Us Colored Women Had to Go Though A Plenty': Sexual Exploitation of African-American Slave Women". **Journal of Women's History**. v. 1, n. 3, Winter 1990, p. 45-74.

KELOW, Margaret M. R. "Women and Abolitionism in the United States: Recent Historiography", in: **History Compass**, v. 11, n. 11, Nov. 2013

KENNON, Donald R. "'An apple of discord': The woman question at the world's anti-slavery convention of 1840", in: **Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies**, London, v. 5, n. 3, 1984. p. 244-266.

KLEIN, Herbert S. **The Atlantic Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KITTLESON, Roger A. “Women and Notions of Womanhood in Brazilian Abolitionism”. In: PANTON, Diana, SCULLY, Pamela (ed). **Gender and Slave. Emancipation in the Atlantic World**. Durham: Duke University Press, 2005.

LAGE, Lana e NADER, Maria Beatriz. “*Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social*”. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. **História Das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

LARA, Silvia Hunold. “Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa”, in: José Andrés-Gallego (coord), **Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica**. Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000. (Disponível online).

LAPSANSKY, Phillip. “Graphic Discord: Abolitionist and Abolitionist Images”, in: YELLIN, Jean Fagan; HORNE, John C. Van (Orgs.). **The Abolitionist Sisterhood: Women’s Political Culture in Antebellum America**. New York: Cornell University Press, 2018, p.201-230.

LASSER, Carol. “Immediatism, Dissent, and Gender: Women and the Sentimentalization of Transatlantic”, in: CLAAP, Elizabeth J.; JEFFREY, Julie Roy. **Women, Dissent and Anti-Slavery in Britain and America (1790-1865)**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p.111-131.

LIBERATO, Carlos; CANDIDO, Mariana P.; LOVEJOY, Paul E.; FRANCE, Renée Soulodre-La. “Laços entre a África e o mundo atlântico durante a era do comércio de africanos escravizados: uma introdução”, in: **Laços Atlânticos: África e africanos durante a era do comércio transatlântico de escravos**. Luanda: Museu Nacional da Escravatura, 2017.

LITWACK, Leon F. **North of Slavery: The Negro in the Free States, 1790-1860**. Chicago: University of Chicago Press, 1961.

LIVESEY, Andrea. “Conceived in violence: enslaved mothers and children born of rape in nineteenth-century Louisiana”. **Slavery & Abolition: A journal of Slave and Post-Slave Studies**, 2017, nº2, 373-391.

LYNCH, John. “As origens da Independência da América espanhola”, in: BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina: Da independência a 1870**, volume III. São Paulo: EDUSP, 2018, p. 71-72.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: A história de Benedicta Maria Albina da Ilha/Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”, Salvador, **Afro-Ásia**, n.42, 2010 p.157-193.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**. Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas, 1830-1888. São Paulo: Edusp. 2.ed, 2014.

MACHADO, Maria Helena P.T. “Entre Dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão”. In: Giovana Xavier, Juliana Barreto Faria e Flávio Gomes (orgs.), **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo, Summus/Selo Negro, 2012, pp. 199-213.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade?”. In: LIMA, Ivana Stolze, GRINBERG, Keila, REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Instituições Nefandas**. O fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

MACHADO, Maria Helena P.T.; ARIZA, Marília B.A. “Escravas e libertas na cidade: experiências de trabalho, maternidade e emancipação em São Paulo (1870-1888)”, in: BARONE, Ana e RIOS, Flávia (org.). **Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2019. p.117-142.

MACHADO, Maria Helena P.T., “Mulher, Corpo e Maternidade”, in: SCHWARZ, Lilia Moritz, e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p.334-340.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico**. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. São Paulo: Edusp, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas’: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão.”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial-V.III-1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: Ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis: Vozes/ INL, 1976, 2v.

MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. “*Recônditos do mundo feminino*” 7º, in: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, v.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.367-421.

MARTINS, Roberto Borges. “Códigos negros e políticas pronatalistas em Cuba Colonial”, in: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 2017.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio. Os significados de liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MATTOSO, Kátia. “O Filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre Livre)”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8 nº16, mar./ago 88, p.37-55.9.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Tradução Plínio Dentzien. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2010.

MCMANUS, Edgar J., **Black Bondage in the North**. Syracuse-NY: Syracuse University Press, 1973.

MELISH, Joanne P. **Disowning Slavery: Gradual Emancipation and 'Race' in New England 1780-1860**. Ithaca-NY: Cornell University Press, 1998.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999

MENSCHER, David. “Abolition Without Deliverance: The Law of Connecticut Slavery (1784-1848)”, in: **Yale Law Journal**, v. 111, 2001, p. 189. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.yale.edu/ylj/vol111/iss1/4xtv>>. Acessado em 17 Nov. 2020

MIDGLEY, Clare. “British Abolition and Feminism in Transatlantic Perspective”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p.121-139.

MIDGLEY, Clare. **Women Against Slavery: The British Campaigns (1780-1870)**. London: Routledge, 1992.

MIRANDA, Clícea Maria. “Repercussões da guerra civil americana no debate político sobre a abolição no Brasil, 1861-1888”, in: **7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, maio de 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/clcea%20maria%20miranda.pdf> [Acessado em: 1 de julho de 2019]

MONTESQUIEU, **Do Espírito das Leis** [1748]. Coleção Os Pensadores: Montesquieu. Trad Bras. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MELISH, Joanne Pope. **Disowning Slavery**. Gradual Emancipation and “Race” in New England, 1780-1860. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

MORGAN, Jennifer L., **Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2004.

MORGAN, Jennifer L., “Partus sequitur ventrem: Law, Race, and Reproduction in Colonial Slavery”, **Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism**, March 2018, 22 (1 (55)): 1–17. [<https://read.dukeupress.edu/small-axe/article-pdf/22/1>]

MORGAN, Tabitha A. “Revolution and Roses: The Voice and Aesthetic of Sarah Mapps Douglass”, in: **Pennsylvania History: A Journal of Mid-Atlantic Studies**, v. 87, n. 4, Autumn. 2020.

MORÓN URBINA, Juan Carlos. “Bolívar y su propuesta constitucional de 1826”, in: **Derecho-PUC: Revista de la Facultad de Derecho**. Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, n. 53, 2000, p.173-243.

MORRIS, Thomas. **Southern Slavery and the Law, 1616-1860**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1996.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e Resistência**. A mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Editora Contexto, 2ed., 1991.

MOUTINHO, Laura. **Razão, Cor e Desejo**. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

NASH, Gary B. **Forging Freedom: The Formation of Philadelphia's Black Community, 1720-1840**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

NASH, Gary B.; SODERLUND, Jean R. **Freedom by Degrees: Emancipation in Pennsylvania and Its Aftermath**. New York: Oxford University Press, 1991.

NEQUETE, Lenine. “As Relações entre Senhor e Escravo no Século XIX: o caso da Escrava Honorata”, in: **Revista Brasileira de Estudo Políticos**, Belo Horizonte, n. 53, 1981, p. 223-248.

NEQUETE, Lenine. **O Escravo na Jurisprudência brasileira:** Magistratura & Ideologia no 2º Reinado, Porto Alegre: Edição do Tribunal da Justiça, 1988.

ORTIZ, Fernando. **Los Negros Esclavos:** Estudio sociológico y de derecho público. Havana: Revista Bimestre Cubana, 1916.

OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam:** legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas *Dum diversas* (1452) e *Romanus Pontífex* (1455). [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Alfenas, 2018.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII.** Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PALERMO, Eduardo. “Vencidad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil”, in: **Memorias del Simposio - La ruta del esclavo em el Río de la Plata:** su historia y sus consecuencias. Montevideu: UNESCO, 2005, p. 91-113.

PAQUET, Sandra Pouchet. “The Heartbeat of a West Indian Slave: The History of Mary Prince”, in: **African American Review.** v. 26, n. 1, Spring. 1992 (Women Writers Issue). p.131-146.

PATON, Diana. “Decency, Dependence and The Lash: Gender and The British Debate Over Slave Emancipation, 1830-34”, **Slavery and Emancipation**, v. 17, nº 3, December 1996, p.163.184.

PATON, Diana; SCULLY, Pamela (ed). **Gender and Slave.** Emancipation in the Atlantic World. Durham: Duke University Press, 2005.

PATTON, Venetria K. **Women in chains:** the legacy of slavery in Black women’s fiction. Albany: State University of New York Press, 2000.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871.** São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império:** relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

PRINCE, Mary. **The History of Mary Prince, a West Indian Slave, Related by Herself.** London: F. Westley and A. H. Davis, 1831. Edição Kindle (ebook).

RENKA, Candice E. **Escaping the auction block and rejecting the pedestal of virtue:** slave narratives redefine womanhood in nineteenth-century America. [Honors Theses] University of Richmond, 2002. Paper 326. Disponível em: <<https://scholarship.richmond.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1324&context=honors-theses>>. Acessado em: 09 Maio. 2021

RHODES, Jane. “At the Boundaries of Abolitionism, Feminism, and Black Nationalism: The Activism of Mary Ann Shadd Cary”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p.346-366.

RODAS, Alberto Crespo. **Esclavos Negros en Bolivia**. La Paz: Academia Nacional de Ciencias de Bolivia, 1977.

ROMAÑACH, Alfredo Boccia. “La esclavitud en el Paraguay”, in: **Memoria del Simposio “La ruta del esclavo en el Río de la Plata”**: su historia y sus consecuencias. Montevideu: UNESCO, 2005, p.75-91.

ROSA, Margarita. “Filial freedoms, ambiguous wombs: Partus Sequitur Ventrem and the 1871 Brazilian free womb law”, **Slavery & Abolition: A journal of Slave and Post-Slave Studies**, 2019.

ROSS, Marc Howard. **Slavery in the North: forgetting history and recovering memory**. Philadelphia-PA: University of Pennsylvania Press, 2018, Edição Kindle (ebook).

ROTH, Cassia. “From free womb to criminalized woman: fertility control in Brazilian slavery and freedom”, Londres, **Slavery and Abolition: A journal of Slave and Post-Slave Studies**, 2017.

ROTHMAN, Joshua D. **Notorious in the Neighborhood**. Sex and Families across the Color Line in Virginia, 1781-1861, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

SALENIUS, Sirpa. “Transatlantic Interracial Sisterhoods: Sarah Remond, Ellen Craft, and Harriet Jacobs in England”, in: **Frontiers: A Journal of Women Studies**. v. 38, n. 1, 2017, p.166-196.

SAMPAIO, Maria Clara C; ARIZA, Marília Bueno A. “Narrativas de mulheres escravizadas nos Estados Unidos do século XIX”, in: **Revista de Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, 2019, p. 179-197.

SANTOS, Martha. “Slave Mothers”, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil”, **Revista Tempo-História**, 22(41), 2016, p. 467–487.

SCHMIDT-NOWARA, Christopher. **Slavery, Freedom, and Abolition in Latin America and the Atlantic World**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 144-145.

SCHWARTZ, Marie Jenkins. **Birth of a Slave**. Motherhood and Medicine in the Antebellum South. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, in: **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 71-99.

SCOTT, Rebecca J. e HÉBRARD, Jean M. **Provas de Liberdade**: Uma odisseia atlântica na era da emancipação. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

SENADO FEDERAL. **A abolição no parlamento**: 65 anos de luta. 2º ed. V. 01. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações (SEEP), 2012.

SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. **História, direito e escravidão**: a legislação escravista no Antigo Regime ibero-americano. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

SKLAR, Kathryn Kish. “‘The Throne of My Heart’: Religion, Oratory, and Transatlantic Community in Angelina Grimke’s Launching of Women’s Rights (1828-1838)”, in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007. p. 211-241.

SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women’s Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SILVA, Eduardo. ““Sinhás e sinhazinhas avançadas no tempo”: a participação de mulheres brancas e negras no underground abolicionista”. In: LIMA, Stolze, GRINBERG, Keila, REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Instituições Nefandas**. O fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In: **História da Vida Privada no Brasil**, 4 Vols. (org. geral: Fernando A. Novais), V. II: Império: A Corte e a Modernidade Nacional (org. do volume: Luiz Felipe de Alencastro). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p233-290.

SILVA, Patrícia Garcia Ernando da. **Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de alforrias em São Paulo (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2010.

SOUSA, Caroline Passarini; TARDIVO, Giovana Puppini; HAACK, Marina Camilo. “Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho”, in: **Revista Cantareira**, n. 34, 2021, p.54-75.

STOWE, Harriet Beecher. **A Cabana do Pai Tomás**. Lisboa: Editorial Verbo, 2004. Edição Kindle (ebook).

TANNENBAUM, Frank. **Slave and Citizen**. New York: Alfred A. Knopf, 1946

TELES, Lorena Féres da Silva. “Pregnant slaves, workers in labour: amid doctors and másters in a slave-owning city (nineteenth century Rio de Janeiro)”. In: **Journal of Women’s History**, n.30, v.1, winter/2018.

TELLES, Lorena Féres da Silva. “**Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**”: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). [Tese de doutorado], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

TODOROVA, Kremena. “‘I Will Say the Truth to the English People’: The History of Mary Prince and the Meaning of English History”, in: **Texas Studies in Literature and Language**. v. 43, n. 3, Fall. 2001. P. 285-302.

TURLEY, David. “Complicating the Story: Religion and Gender in Historical Writing on British and American Anti-Slavery”, in: CLAAP, Elizabeth J.; JEFFREY, Julie Roy.

Women, Dissent and Anti-Slavery in Britain and America (1790-1865). Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 20-43.

TURNER, Sasha. **Contested Bodies.** Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica. Philadelphia: PENN. University of Pennsylvania Press. 2017.

TWELLS, Alison. “‘We Ought to Obey God rather than man’: Women, Anti-Slavery and Nonconformist Religious Cultures”, in: CLAPP, Elizabeth J.& JEFFREY, Julie Roy. (edt) *Women, Dissent, & Anti-Slavery in Britain & America, 1790-1865*, Oxford: Oxford University Press, 2011, p.66-87.

UNDURRAGA, Carolina González. “La esclavitud en los registros judiciales y en las leyes de libertad (Chile, 1810-1823)”, in: MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela (ed). **América en diásporas:** Esclavitudes y migraciones forzadas en Chile y otras regiones americanas (siglos XVI-XIX). Santiago: RIL Editores. Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017. p. 113-129.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão:** os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

VIANA, Kelly Cristina Benjamin. “Prostitutas e “Mães sem Mácula”: Alteridade e Identidade Feminina no Brasil Colonial”, in: **Revista História.** Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 2011. p. 71-78.

VOSNE, Ana Paula Martins. “A Feminilização da Filantropia”, in: **Revista Gênero,** Niterói, v. 15, n. 2, 2015, p.13-28.

WEST, Emily. **Enslaved Women in America:** from colonial times to emancipation. London: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2015.

WELTER, Barbara. “The Cult of True Womanhood 1820 -1860.”, in: **American Quarterly:** Publication of American Studies Association. Baltimore, v. 18, n. 2, Summer. 1966. p. 151- 174.

WILLIAMS, Carolyn. “The Female Anti-Slavery Movement: Fighting Against Racial Prejudice and Promoting Women’s Rights in Antebellum America”, in: YELLIN, Jean Fagan; HORNE, John C. Van. **The Abolitionist Sisterhood:** Women’s Political Culture in Antebellum America. New York: Cornell University Press, 2018, p.159-178.

WILSON, Harriet E. **Our Nig; or, Sketches from the Life of a Free Black**. Nottingham: Trent editions, 1998. Edição Kindle (ebook), 2020.

WINCH, Julie. "Sarah Forten's Anti-Slavery Networks", in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women's Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p.143-157.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Women: with Strictures on Political and Moral Subjects**. London: J. Johnson, 1792.

WOOD, Marcus. "Beyond the Cover: Uncle Tom's Cabin and Slavery as a global entertainment", in: WOOD, Marcus. **Blind Memory: Visuals Representations of Slavery in England and America (1780-1865)**. Manchester: Manchester University Press, 2000. p. 143-213.

WOOD, Marcus. **The Horrible Gift of Freedom: Atlantic Slavery and Representation of Emancipation**. Georgia: The University of Georgia Press. 2010.

YEE, Shirley J. **Black Women Abolitionist: A Study in Activism (1828-1860)**. Knoxville: University of Tennessee Press.

YELLIN, Jean Fagan. "Incidents Abroad: Harriet Jacobs and the Transatlantic Movement", in: SKLAR, Kathryn Kish; STEWART, James Brewer (Orgs.). **Women's Rights and Transatlantic Antislavery in the Era of Emancipation**. New Haven: Yale University Press, 2007, p.158-172.

YELLIN, Jean Fagan; HORNE, John C. Van (Orgs.). **The Abolitionist Sisterhood: Women's Political Culture in Antebellum America**. New York: Cornell University Press, 2018. Project MUSE. Disponível em: [Project MUSE - The Abolitionist Sisterhood \(jhu.edu\)](https://www.projectmuse.org/viewdoc.aspx?cid=1234567890)

ZILVERSMIT, Arthur. **The First Emancipation: The Abolition of Slavery in the North**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

Anexos

Documento 1: *An Act for the Gradual Abolition of Slavery (Pennsylvania, 1780)*

SECTION 1. WHEN we contemplate our Abhorrence of that Condition to which the Arms and Tyranny of Great Britain were exerted to reduce us, when we look back on the Variety of Dangers to which we have been exposed, and how miraculously our Wants in many Instances have been supplied and our Deliverances wrought, when even Hope and human fortitude have become unequal to the Conflict; we are unavoidably led to a serious and grateful Sense of the manifold Blessings which we have undeservedly received from the hand of that Being from whom every good and perfect Gift cometh. Impressed with these Ideas we conceive that it is our duty, and we rejoice that it is in our Power, to extend a Portion of that freedom to others, which hath been extended to us; and a Release from that State of Thralldom, to which we ourselves were tyrannically doomed, and from which we have now every Prospect of being delivered. It is not for us to enquire, why, in the Creation of Mankind, the Inhabitants of the several parts of the Earth, were distinguished by a difference in Feature or Complexion. It is sufficient to know that all are the Work of an Almighty Hand, We find in the distribution of the human Species, that the most fertile, as well as the most barren parts of the Earth are inhabited by Men of Complexions different from ours and from each other, from whence we may reasonably as well as religiously infer, that he, who placed them in their various Situations, hath extended equally his Care and Protection to all, and that it becometh not us to counteract his Mercies. We esteem a peculiar Blessing granted to us, that we are enabled this Day to add one more Step to universal Civilization by removing as much as possible the Sorrows of those, who have lived in undeserved Bondage, and from which by the assumed Authority of the Kings of Britain, no effectual legal Relief could be obtained. Weaned by a long Course of Experience from those narrow Prejudices and Partialities we had imbibed, we find our Hearts enlarged with Kindness and Benevolence towards Men of all Conditions and Nations; and we conceive ourselves at this particular Period extraordinarily called upon by the Blessings which we have received, to manifest the Sincerity of our Profession and to give a substantial Proof of our Gratitude.

SECT. 2. And whereas, the Condition of those Persons who have heretofore been denominated Negroe and Mulatto Slaves, has been attended with Circumstances which not only deprived them of the common Blessings that they were by Nature entitled to, but has cast them into the deepest Afflictions by an unnatural Separation and Sale of Husband and Wife from each other, and from their Children; an Injury the greatness of which can only be conceived, by supposing that we were in the same unhappy Case. In Justice therefore to Persons so unhappily circumstanced and who, having no Prospect before them whereon they may rest their Sorrows

and their hopes have no reasonable Inducement to render that Service to Society, which they otherwise might; and also ingrateful Commemoration of our own happy Deliverance, from that State of unconditional Submission, to which we were doomed by the Tyranny of Britain.

SECT. 3. Be it enacted and it is hereby enacted by the Representatives of the Freemen of the Commonwealth of Pennsylvania in General Assembly met and by the Authority of the same, That all Persons, as well Negroes, and Mulattos, as others, who shall be born within this State, from and after the Passing of this Act, shall not be deemed and considered as Servants for Life or Slaves; and that all Servitude for Life or Slavery of Children in Consequence of the Slavery of their Mothers, in the Case of all Children born within this State from and after the passing of this Act as aforesaid, shall be, and hereby is, utterly taken away, extinguished and for ever abolished.

SECT. 4. Provided always and be it further enacted by the Authority aforesaid, That every Negroe and Mulatto Child born within this State after the passing of this Act as aforesaid, who would in Case this Act had not been made, have been born a Servant for Years or life or a Slave, shall be deemed to be and shall be, by Virtue of this Act the Servant of such person or his or her Assigns, who would in such Case have been entitled to the Service of such Child until such Child shall attain unto the Age of twenty eight Years, in the manner and on the Conditions whereon Servants bound by Indenture for four Years are or may be retained and holden; and shall be liable to like Correction and punishment, and intitled to like Relief in case he or she be evilly treated by his or her master or Mistress; and to like Freedom dues and other Privileges as Servants bound by Indenture for Four Years are or may be intitled unless the Person to whom the Service of any such Child shall belong, shall abandon his or her Claim to the same, in which Case the Overseers of the Poor of the City Township or District, respectively where such Child shall be so abandoned, shall by Indenture bind out every Child so abandoned as an Apprentice for a Time not exceeding the Age herein before limited for the Service of such Children.

SECT. 5. And be it further enacted by the Authority aforesaid, That every Person who is or shall be the Owner of any Negroe or Mulatto Slave or Servant for life or till the Age of thirty one Years, now within this State, or his lawful Attorney shall on or before the said first day of November next, deliver or cause to be delivered in Writing to the Clerk of the Peace of the County or to the Clerk of the Court of Record of the City of Philadelphia, in which he or she shall respectively inhabit, the Name and Surname and Occupation or Profession of such Owner, and the Name of the County and Township District or Ward where he or she resident, and also the Name and Names of any such Slave and Slaves and Servant and Servants for Life or till the Age of thirty one Years together with their Ages and Sexes severally and respectively set forth and annexed, by such Person owned or statedly employed, and then being within this State in order to ascertain and distinguish the Slaves and Servants for Life and Years till the Age of thirty one

Years within this State who shall be such on the said first day of November next, from all other persons, which particulars shall by said Clerk of the Sessions and Clerk of said City Court be entered in Books to be provided for that Purpose by the said Clerks; and that no Negroe or Mulatto now within this State shall from and after the said first day of November be deemed a slave or Servant for life or till the Age of thirty one Years unless his or her name shall be entered as aforesaid on such Record except such Negroe and Mulatto Slaves and Servants as are hereinafter excepted; the said Clerk to be entitled to a fee of Two Dollars for each Slave or Servant so entered as aforesaid, from the Treasurer of the County to be allowed to him in his Accounts.

SECT. 6. Provided always, That any Person in whom the Ownership or Right to the Service of any Negro or Mulatto shall be vested at the passing of this Act, other than such as are herein before excepted, his or her Heirs, Executors, Administrators and Assigns, and all and every of them severally Shall be liable to the Overseers of the Poor of the City, Township or District to which any such Negroe or Mulatto shall become chargeable, for such necessary Expense, with Costs of Suit thereon, as such Overseers may be put to through the Neglect of the Owner, Master or Mistress of such Negroe or Mulatto, notwithstanding the Name and other descriptions of such Negroe or Mulatto shall not be entered and recorded as aforesaid; unless his or her Master or Owner shall before such Slave or Servant attain his or her twenty eighth Year execute and record in the proper County, a deed or Instrument securing to such Slave or Servant his or her Freedom.

SECT. 7. And be it further enacted by the Authority aforesaid, That the Offences and Crimes of Negroes and Mulattos as well as Slaves and Servants and Freeman, shall be enquired of, adjudged, corrected and punished in like manner as the Offences and Crimes of the other Inhabitants of this State are and shall be enquired of adjudged, corrected and punished, and not otherwise except that a Slave shall not be admitted to bear Witness against [sic] a Freeman.

SECT. 8. And be it further enacted by the Authority aforesaid That in all Cases wherein Sentence of Death shall be pronounced against a Slave, the Jury before whom he or she shall be tried shall appraise and declare the Value of such Slave, and in Case Such Sentence be executed, the Court shall make an Order on the State Treasurer payable to the Owner for the same and for the Costs of Prosecution, but in Case of a Remission or Mitigation for the Costs only.

SECT. 9. And be it further enacted by the Authority aforesaid That the Reward for taking up runaway and absconding Negroe and Mulatto Slaves and Servants and the Penalties for enticing away, dealing with, or harboring, concealing or employing Negroe and Mulatto Slaves and Servants shall be the same, and shall be recovered in like manner, as in Case of Servants bound for Four Years.

SECT. 10. And be it further enacted by the Authority aforesaid, That no Man or Woman of any Nation or Colour, except the Negroes or Mulattoes who shall be registered as aforesaid shall at any time hereafter be deemed, adjudged or holden, within the Territories of this Commonwealth, as Slaves or Servants for Life, but as freemen and Freewomen; and except the domestic Slaves attending upon Delegates in Congress from the other American States, foreign Ministers and Consuls, and persons passing through or sojourning in this State, and not becoming resident therein; and Seamen employed in Ships, not belonging to any Inhabitant of this State nor employed in any Ship owned by any such Inhabitant, Provided such domestic Slaves be not aliened or sold to any Inhabitant, nor (except in the Case of Members of Congress, foreign Ministers and Consuls) retained in this State longer than six Months.

SECT. 11. Provided always and be it further enacted by the Authority aforesaid, That this Act nor any thing in it contained shall not give any Relief or Shelter to any absconding or Runaway Negroe or Mulatto Slave or Servant, who has absented himself or shall absent himself from his or her Owner, Master or Mistress, residing in any other State or Country, but such Owner, Master or Mistress, shall have like Right and Aid to demand, claim and take away his Slave or Servant, as he might have had in Case this Act had not been made. And that all Negroe and Mulatto Slaves, now owned, and heretofore resident in this State, who have absented themselves, or been clandestinely carried away, or who may be employed abroad as Seamen, and have not returned or been brought back to their Owners, Masters or Mistresses, before the passing of this Act may within five Years be registered as effectually, as is ordered by this Act concerning those who are now within the State, on producing such Slave, before any two Justices of the Peace, and satisfying the said Justices by due Proof, of the former Residence, absconding, taking away, or Absence of such Slave as aforesaid; who thereupon shall direct and order the said Slave to be entered on the Record as aforesaid.

SECT. 12. And Whereas Attempts may be made to evade this Act, by introducing into this State, Negroes and Mulattos, bound by Covenant to serve for long and unreasonable Terms of Years, if the same be not prevented.

SECT. 13. Be it therefore enacted by the Authority aforesaid, That no Covenant of personal Servitude or Apprenticeship whatsoever shall be valid or binding on a Negroe or Mulatto for a longer Time than Seven Years; unless such Servant or Apprentice were at the Commencement of such Servitude or Apprenticeship under the Age of Twenty one Years; in which Case such Negroe or Mulatto may be holden as a Servant or Apprentice respectively, according to the Covenant, as the Case shall be, until he or she shall attain the Age of twenty eight Years but no longer.

SECT. 14. And be it further enacted by the Authority aforesaid, That an Act of Assembly of the Province of Pennsylvania passed in the Year one thousand seven hundred and five, intituled “An Act for the Trial of Negroes;” and another Act of Assembly of the said Province passed in the Year one thousand seven hundred and twenty five intituled “An Act for “the better regulating of Negroes in this Province;” and another Act of Assembly of the said Province passed in the Year one thousand seven hundred and sixty one intituled “An Act for laying a Duty on Negroe and Mulatto Slaves imported into this Province” and also another Act of Assembly of the said Province, passed in the Year one thousand seven hundred and seventy three, intituled “An Act for making perpetual An Act for laying a duty on Negroe and Mulatto “Slaves imported into this Province and for laying an additional “Duty on said Slaves;” shall be and are hereby repealed annulled and made void.

JOHN BAYARD, SPEAKER

Enabled into a law at Philadelphia, on Wednesday, the first day of March, A.D. 1780

Thomas Paine, Clerk of the General Assembly

<p>Disponível em: “Pennsylvania Legislation Relating to Slavery”. Adams County History. v. 9 , Article 8, 2003, p. 80-83. <https://cupola.gettysburg.edu/ach/vol9/iss1/8/> Acesso em: 9 Maio. 2021</p>
--

Documento 2: *An Act to explain and amend an act, entitled “An act for the gradual abolition of slavery” (Pennsylvania, 1788)*

SECT. I. FOR preventing many evils and abuses arising from ill disposed persons availing themselves of certain defects in the act for the gradual abolition of slavery, passed on the first day of March, in the year of our Lord one thousand seven hundred and eighty.

SECT. II. *Be it enacted, and it is hereby enacted by the Representatives of the Freemen of the commonwealth of Pennsylvania, in General Assembly met, and by the authority of the same,* That the exception contained in the tenth section of the aforesaid act, relative to domestic slaves attending upon persons passing through or sojourning in this state, and not becoming residents therein, shall not be deemed or taken to extend to the slaves of such persons as are inhabitants of or resident in this state, or who shall come here with an intention to settle and reside, but that all and every slave and slaves who shall be brought into this state, by persons inhabiting or residing therein, or intending to inhabit or reside therein, shall be immediately considered, deemed and taken to be free, to all intents and purposes.

SECT. III. And be it further enacted by the authority aforesaid, That no negro or mulatto slave, or servant for term of years, (except as in the last exception of the tenth section of the said act is excepted,) shall be removed out of this state, with the design and intention that the place of abode or residence of such slave or servant shall be thereby altered or changed, or with the design and intention that such slave or servant, if a female, and pregnant, shall be detained and kept out of this state till her delivery of the child of which she is or shall be pregnant, or with the design and intention that such slave or servant shall be brought again into this state, after the expiration of six months from the time of such slave or servant having been first brought into this state, without his or her consent, if of full age, testified upon a private examination, before two Justices of the Peace of the city or county in which he or she shall reside, or being under the age of twenty-one years, without his or her consent, testified in manner aforesaid, and also without the consent of his or her parents, if any such there be, to be testified in like manner aforesaid, whereof the said Justices, or one of them, shall make a record, and deliver to the said slave or servant a copy thereof, containing the name, age, condition, and then place of abode, of such slave or servant, the reason of such removal, and the place to which he or she is about to go. And if any person or persons out of this state, or shall send or carry, or cause to be sent or carried, any such slave or servant out of this state, for any of the purposes aforesaid, whereby such slave or servant would lose those benefits and privileges, which by the laws of this state are secured to him or her, and shall not have obtained all such consent as by this act is required, testified in the manner before mentioned, every such person and persons, his and their aiders and abettors, shall severally forfeit and pay, for every such offence, the sum of seventy-five pounds, to be recovered in any court of record, by action of debt, bill, plaint or information, at the suit of any person who will sue for the same, one moiety thereof, when recovered, for the use of the plaintiff, the other moiety for the use of the poor of the city, township or place, from which such slave or servant shall be taken and removed.

SECT. IV. And be it further enacted by the authority aforesaid, That all persons who now are, or hereafter shall be possessed of any child or children, born after the first day of March, one thousand seven hundred and eighty, who would by the said act be liable to serve until the age of twenty-eight years, shall, on or before the first day of April, one thousand seven hundred and eighty-nine, or within six months next after the birth of any such child, deliver, or be caused to be delivered, in writing, to the Clerk of the Peace of the county, or the Clerk of the Court of Record of the city of Philadelphia, in which they shall respectively inhabit, the name, surname and occupation or profession of such possessor, and of the county, township, district or ward, in which they reside, and also the age, (to the best of his or her knowledge,) name and sex of every such child or children, under the pain and penalty of forfeiting and losing all right and title to every such child and children, and of him, her or them immediately becoming free, which said return or account in writing shall be verified by the oath or affirmation of the party, which the

said Clerks are hereby respectively authorized and required to administer, and the said Clerks shall make and preserve records thereof, copies and extracts of which shall be good evidence in all courts of justice, when certified under their hands and seals of office. For which oath or affirmation, and entry or extract, the said Clerks shall be respectively entitled to one shilling and six-pence, and no more, to be paid by him or her, who shall so as aforesaid make such entry or demand the extract aforesaid.

And whereas it has been represented to this House, that vessels have been fitted out and equipped in this port, for the iniquitous purpose of receiving and transporting the natives of Africa to places where they are held in bondage, and it is just and proper to discourage, as far as is practicable, such proceedings in future:

SECT. V. Be it therefore enacted, and it is hereby enacted by the authority aforesaid, That if any person or persons shall build, fit, equip, man, or otherwise prepare any ship or vessel, within any port of this state, or shall cause any ship or other vessel to sail from any port of this state, for the purpose of carrying on a trade or traffic in slaves, to, from, or between Europe, Asia, Africa or America, or any places or countries whatever, or of transporting slaves to or from one port or place to another, in any part or parts of the world, such ship or vessel, her tackle, furniture, apparel, and other appurtenances, shall be forfeited to the commonwealth, and shall be liable to be seized and prosecuted by any officer of the customs, or other person, by information *in rem* in the Supreme Court, or the county court of Common Pleas for the county wherein such seizure shall be made, whereupon such proceedings shall be had, both unto and after judgment, as in and by the impost laws of this commonwealth, in cases of seizures, is directed. And, moreover, all and every person and persons so building, fitting out, manning, equipping, or otherwise preparing or sending away, any ship or vessel, knowing or intending that the same shall be employed in such trade or business, contrary to the true intent and meaning of this act, or any wise aiding or abetting therein, shall severally forfeit and pay the sum of one thousand pounds, one moiety thereof to the use of the commonwealth, and the other moiety thereof to the use of him or her who will sue for the same, by action of debt, bill, plaint, or information

And whereas the practice of separating, which is too often exercised by the masters and mistresses of negro and mulatto slaves, or servants for term of years, in separating husbands and wives, and parents and children, requires to be checked, so far as the same may be done without prejudice to such masters or mistresses:

SECT. VI. Be it enacted by the authority aforesaid, That if any owner or possessor of any negro or mulatto slave or slaves, or servants or servants for term of years, shall from and after the first day of June next, separate or remove, or cause to be separated or removed, a husband from his wife, a wife from her husband, a child from his or her parent, or a parent from a child, of any or either of the descriptions aforesaid, to a greater distance than ten miles, with the design and

intention of changing the habitation or place of abode of such husband or wife, parent or child, unless such child shall be above the age of four years, or unless the consent of such slave or servant for life or years shall have been obtained, and testified in the manner herein before described, such person or persons shall severally forfeit and pay the sum of fifty pounds, with costs of suit, for every such offence, to be recovered by actions of debt, bill, plaint or information, in the Supreme Court, or in any court of Common Pleas, at the suit of any person who will sue for the same, one moiety thereof, when recovered, for the use of the plaintiff, the moiety for the use of the poor of the city, township or place, from which such husband or wife, parent or child, shall have been taken and removed.

SECT. VII. And be it further enacted by the authority aforesaid, That if any person or persons shall, from and after the passing of this act, by force or violence, take and carry, or cause to be taken and carried, or shall be fraud seduce, or cause to be seduced, any negro or mulatto, from any part or parts of this state, to any other place or places whatsoever, with the design and intention of selling and disposing, or of causing to be sold, or of keeping and detaining, or of causing so to be, as a slave, or servant for term of years, every such person and persons, their aiders and abettors, shall on conviction thereof in any court of Quarter Sessions for any city or county within this commonwealth, forfeit and pay the sum of one hundred pounds to the overseers of the poor of the city or township, from which such negro or mulatto shall have been taken or seduced as aforesaid, and shall also be confined at hard labour for any time not less than six months, nor more than twelve months, and until the costs of prosecution shall be paid.

Disponível em: "Pennsylvania Legislation Relating to Slavery". **Adams County History**. v. 9 , Article 8, 2003, p. 80-83. <<https://cupola.gettysburg.edu/ach/vol9/iss1/8/>> Acesso em: 9 Maio. 2021

Documento 3: *An Act concerning Indian, Mulatto, and Negro Servants and Slaves* (Connecticut, 1784)

Therefore, Be it enacted, That no negro or mulatto child, that shall, after the first day of March, *one thousand seven hundred and eighty-four*, be born within this state, shall be held in servitude, longer than until they arrive to the age of twenty-five years, notwithstanding the mother or parent of such child was held in servitude at the time of its birth; but such child, at the age aforesaid, shall be free: any law, usage, or custom to the contrary notwithstanding.

Disponível em: **Acts and laws of the State of Connecticut in America**. New London: Governor and Company of the State of Connecticut, 1784. p. 234.
<<https://archive.org/details/actsandlawsstat00lawgoog/page/n255/mode/2up>> Acesso em: 9 Maio. 2021

Documento 4: *An Act authorizing the Manumission of Negroes and Gradual abolition of Slavery (Rhode Island, 1784)*

An Act authorizing the Manumission of Negroes, Mallattoes, & others, and for the gradual Abolition of Slavery. Whereas all Men are entitled to Life, Liberty and the Pursuit of Happiness, yet the holding Mankind in a State of Slavery, as private Property, which has gradually obtained by unrestrained Custom and the Permission of the Laws, is repugnant to this Principle, and subversive of the Happiness of Mankind, the great End of all civil Governments: Be it therefore enacted by this General Assembly, and by the Authority thereof it is enacted that no Person or Persons, whether Negroes, Molatoes or others, who shall be born within the Limits of this State, on or after the first day of March AD 1784, shall be deemed or considered as Servants for Life or Slaves, And that all Servitude for Life to be born as aforesaid, or Slavery of Children's in Consequence of the Condition of their Mothers, be and the same is hereby taken away, extinguished & forever abolished.

And whereas Humanity requires that Children declared free as aforesaid remain with their Mothers a convenient Time from and after their Birth, To enable therefore those who claim the Services of such Mothers to maintain and support such Children in a becoming Manner, it is further enacted that such Support and Maintenance be at the Expense of the respective Town where those Reside and are settled, Provided however that the respective Town Councils may bind out such Children as Apprentices, or otherwise provide for their Support and Maintenance, at any Time after they arrive to the age of one Year and before they arrive to their respect ages of Twenty one and Eighteen: And whereas it is the earnest Desire of this Assembly that such Children be educated in the Principles of Morality and Religion, and instructed in reading, writing and Arithmatic, Be it therefore enacted by the Authority aforesaid, that due and adequate Satisfaction be made as aforesaid for such Education and Instruction: And for ascertaining the Allowance for such support and Maintenance, Education and Instruction aforesaid, the respective Town Councils are hereby required to adjust and settle the amounts in this behalf from Time to Time as the same shall be exhibited to them, which Settlement so made shall be final and the respective Towns, by Virtue thereof shall become liable to pay the Sums therein Specified and allowed.

And be it further enacted by the Authority aforesaid that all Persons held in Servitude or Slavery, who shall be hereafter emancipated by those who claim them, shall be Supported as other and not at the separate Expense of the Claimants Paupers ^ if they become chargeable, provided they shall be between the Ages of Twenty one Years, if Males, and Eighteen Years, if Females, and forty Years, and are of sound Body and Mind, which Shall be judged of, and determined by the Town Councils aforesaid.

Disponível em: **Published Public Laws, Acts & Resolves, General Statutes (1647-2015)**. Rhode Island Department of State. <https://sosri.access.preservica.com/uncategorized/digitalFile_cb907aee-887d-4c77-9cdd-88ac56b0ec9c/>. Acesso em: 06 Maio. 2021

Documento 5: *An Act to prevent the further introduction of Slaves, and to limit the Term of Contracts for Servitude within this Province (Upper Canada, 1793)*

Whereas it is unjust that a people who enjoy Freedom by Law should encourage the introduction of Slavery in this Province, and whereas it is highly expedient to abolish Slavery in this Province so far as the same may gradually be done without violating private property; Be it enacted by the King's Most Excellent Majesty, and by and with the advice and consent of the Legislative Council and Assembly of the Province of Upper Canada, constituted and assembled by virtue of and under authority of and Act passed in the Parliament of Great-Britain, intituled, "An Act to repeal certain parts of an Act passed in the fourteenth year of His Majesty's Reign, intituled 'An Act for making more effectual provision for the Government of the Province of Quebec, in North America, and to make further provision for the Government of the said Province," and by the authority of the same, That from and after the passing of this Act, so much of a certain Act of the Parliament of Great-Britain, passed in the thirtieth year of the His present Majesty, intituled "An Act for encouraging new settlers in His Majesty's Colonies and Plantations in America." as may enable the Governor or Lieutenant Governor of this Province, heretofore parcel of His Majesty's Province of Quebec, to grant a licence for importing into the same any Negro or Negroes, shall be, and the same is hereby repealed; and that from and after the passing of this Act it shall not be lawful for the Governor, Lieutenant Governor or other Person administering the Government of this Province, to grant a licence for the importation any Negro, or other person to be subjected to the condition of a Slave, or to a bounden involuntary service for life, into any part of the Province; nor shall any Negro, or other person who shall come or be brought into this Province after the passing of this Act be subject to the condition of a Slave, or to such service as aforesaid, within this Province, nor shall any voluntary contract of service or indentures that may be entered into by any parties within this Province, after the passing of this Act, be binding on them or either of them, for a longer time than a term of nine years, from the day of the date of such a contract.

II. Provided always, That nothing herein contained shall extend, or be construed to extend to liberate any Negro, or other person subjected to such service as aforesaid, or to discharge them or any of them from the possession of the owner thereof, his or her executors, administrators or assigns, who shall have come or been brought into the Province, in conformity to the conditions prescribed by any authority for that purpose exercised, or by any Ordinance or Law of the Province of Quebec, or by Proclamation of any His Majesty's Governors of the said Province for the time being, or of any Act of the Parliament of Great Britain, or shall have otherwise come into the possession of any person, by gift, bequest or bona fide purchase before the passing of this Act, whose property therein is hereby confirmed, or to vacate or annul any contract for service that may heretofore have lawfully made and entered into, or to prevent parents or guardians from binding out children until they shall have obtained the age of twenty-one years.

[The children that shall be born of female slaves, to remain in the service of the owner of their mother until the age of 25 years, when they shall be discharged.]

[Birth of the children of slaves to be recorded.]

[Penalty for neglecting or refusing to record the same.]

III. And in order to prevent the continuation of Slavery within this Province, Be it enacted by the authority aforesaid, That immediately from and after the passing of this Act, every child that be born of a Negro mother, or other woman subjected to such service as aforesaid, shall abide and remain with the master or mistress in whose service the mother shall be living at the time of such child's birth, (unless such mother and child shall leave such service, by and with the consent of such master or mistress) and such master or mistress shall, and is hereby required to give proper nourishment and cloathing [sic] to such child or children, and shall and may put such child or children to work, and shall and may retain him or her in their service, until every such child shall have attained the age of twenty-five years, at which time they and each of them shall be entitled to demand his or her discharge from and shall be discharged by such master or mistress, from any further service. And to the end that the age of such child or children may be more easily ascertained, the master or mistress of the mother thereof, shall and is hereby required, to cause the day of the birth of every such child as shall be born of a Negro or other mother subjected to the condition of a Slave, in their service as aforesaid, to be registered within three months after its birth, by the Clerk of the parish, township or place wherein such

master or mistress reside, which Clerk shall be authorized to demand and receive the sum of one shilling, for registering the same. And in case any master or mistress shall refuse or neglect to cause such register to be made, within the time aforesaid, and shall be convicted thereof, either on his or her confession, or by the oath of one or more credible witness or witnesses, before any Justice of the Peace, he or she shall, for every such offence, forfeit and pay the sum of five pounds, to the public stock of the District.

[Remedy against the undue detention of such children. Provision for the Issue of children of slaves.]

IV. And be it further enacted by the authority aforesaid, That in case any master or mistress shall detain any such child born in their service as aforesaid, after the passing of this Act, under any pretence whatever, after such Servant shall have attained the age of twenty-five years, except by virtue of a contract of service or indentures, duly and voluntarily executed, after such discharge as aforesaid, it shall and may be lawful for such Servant to apply for a discharge to any of His Majesty's Justices of the Peace, who shall and is hereby required thereupon to issue a summons to such master or mistress to appear before him to shew cause, why such Servant should not be discharged, and the proof that such Servant is under the age of twenty-five years, shall rest upon and be adduced by the master or mistress of such Servant ; otherwise it shall and may be lawful for the said Justice to discharge such Servant from such service as aforesaid, Provided always, That in case any issue shall be born of such children, during their infant servitude, or after, such issue shall be entitled to all the rights and privileges of free born subjects.

[Security to be given on liberating a slave.]

V. And be it further enacted, That whenever any master or mistres [sic] shall liberate or release any person subject to the condition of a Slave from their service, they shall at the same time, give good and sufficient security to the Church or Town Wardens of the parish or township where they live, that the person so released by them shall not become chargeable to the same, or any other parish or township.

<p>Disponível em: Archives of Ontario. Ministry of Government and Consumer Services. http://www.archives.gov.on.ca/en/explore/online/alvin_mccurdy/big/big_03_anti_slavery_act.aspx. Acesso em: 06 Maio. 2021</p>

Documento 6: *An Act for the Gradual Abolition of Slavery* (New York, 1799)

March 29, 1799, State of New-York, Passed at the Twenty-Second Meeting of the Legislature

Begun the Second Day of January, 1799 (Albany, 1799).

Be it enacted ... That any child born of a slave within this state after the fourth day of July next shall be deemed and adjudged to be born free: Provided nevertheless. That such child shall be the servant of the legal proprietor of his or her mother until such servant, if a male, shall arrive at the age of twenty-eight years, and if a female, at the age of twenty-five years. And be it further enacted ... That such proprietor, his, her or their heirs or assigns, shall be entitled to the service of such child until he or she shall arrive to the age aforesaid, in the same manner as if such child had been bound to service by the overseers of the poor. And be it further enacted ... That the person entitled to such service may, nevertheless, within one year after the birth of such child, elect to abandon his or her right to such service, by a notification of the same from under his or her hand, and lodged with the clerk of the town or city where the owner of the mother of any such child may reside; in which case every child abandoned as aforesaid shall be considered as paupers of the respective town or city where the proprietor or owner of the mother of such child may reside at the time of its birth; and liable to be bound out by the overseers of the poor on the same terms and conditions that the children of paupers were subject to before the passing of this act.

Disponível em: **New York State Archives.**

<<https://digitalcollections.archives.nysed.gov/index.php/Detail/objects/10815>>. Acesso em: 06 Maio. 2021

Documento 7: *An Act for the Gradual Abolition of Slavery* (New Jersey, 1804)

SEC. 1. BE it enacted by the Council and General Assembly of this State, and it is hereby enacted by the authority of the same, That every child born of a slave within this state, after the fourth day of July next, shall be free; but shall remain the servant of the owner of his or her mother, and the executors, administrators or assigns of such owner, in the same manner as if such child had been bound to service by the trustees or overseers of the poor, and shall continue in such service, if a male, until the age of twenty five years; and if a female until the age of twenty one years.

SEC. 2. And be it enacted, That every person being an inhabitant of this state, who shall be entitled to the service of a child born as aforesaid, after the said fourth day of July next, shall within nine months after the birth of such child, cause to be delivered to the clerk of the county whereof such person shall be an inhabitant, a certificate in writing, containing the name and addition of such person, and the name, age, and sex of the child so born; which certificate, whether the same be delivered before or after the said nine months; shall be by the said clerk recorded in

a book to be by him provided for that purpose; and such record thereof shall be good evidence of the age of such child; and the clerk of such county shall receive from said person twelve cents for every child so registered: and if any person shall neglect to deliver such certificate to the said clerk within the said nine months, such person shall forfeit and pay for every such offence, five dollars, and the further sum of one dollar for every month such person shall neglect to deliver the same, to be sued for and recovered by any person who will sue for the same, the one half to the use of such prosecutor, and the residue to the use of the poor of the township in which such delinquent shall reside.

SEC. 3. And be it enacted, That the person entitled to the service of any child born as aforesaid, may, nevertheless within one year after the birth of such child, elect to abandon such right; in which case a notification of such abandonment, under the hand of such person, shall be filed with the clerk of the township, or where there may be a county poorhouse established, then with the clerk of the board of trustees of said poor-house of the county in which such person shall reside; but every child so abandoned shall be maintained by such person until such child arrives to the age of one year, and thereafter shall be considered as a pauper of such township or county, and liable to be bound out by the trustees or overseers of the poor in the same manner as other poor children are directed to be bound out, until, if a male, the age of twenty five, and if a female, the age of twenty one; and such child, while such pauper, until it shall be bound out, shall be maintained by the trustees or overseers of the poor of such county or township, as the case may be, at the expence of this state; and for that purpose the director of the board of chosen freeholders of the county, is hereby required, from time to time, to draw his warrant on the treasurer in favor of such trustees or overseers for the amount of such expence, not exceeding the rate of three dollars per month; provided the accounts for the same be first certified and approved by such board of trustees, or the town committee of such township; and every person who shall omit to notify such abandonment as aforesaid, shall be considered as having to retain the service of such child, and be liable for its maintenance until the period to which its servitude is limited as aforesaid.

Passed at Trenton, Feb. 15, 1804

Disponível em: **Library of Congress.**

<<https://www.loc.gov/resource/rbpe.0990100b/?st=text>>. Acesso em: 06 Maio. 2021

Documento 8: *Acta del Supremo Congreso Nacional (Chile, 1811)*

Sesión del día 11 de octubre [de 1811].

Aunque la esclavitud, por opuesta al espíritu cristiano, á la humanidad y á las buenas costumbres, por inútil y aún contraria al servicio doméstico, que ha sido el aparente motivo de su conservación, debería desaparecer en un suelo en que sus Magistrados sólo tratan de extinguir la infelicidad en cuanto alcancen sus últimos esfuerzos; con todo, conciliando estos sentimientos con la preocupación y el interés de los actuales dueños de esta clase de miserable propiedad, acordó el Congreso, que desde hoy en adelante no venga a Chile ningún esclavo y que los que transiten para países donde subsista esta dura ley, si se demoran por cualquier causa y permanecen seis meses en el reino, queden libres por el mismo hecho. Que los que al presente se hallan en servidumbre, permanezcan en una condición, que se las hará tolerable la habitud, la idea de la dificultad de encontrar repentinamente recursos de que subsistir sin gravamen de la sociedad, el buen trato que generalmente reciben de sus amos y, sobre todo, el consuelo de que sus hijos que nazcan desde hoy serán libres, como expresamente se establece por regla inalterable. Para evitar los fraudes de la codicia, y que no se prive de ese beneficio a las madres que sean vendidas para fuera del país, se declaran igualmente libres sus vientres, y que deben serlo por consiguiente sus productos en cualquiera parte y que así se anote por cláusula forzosa en las escrituras que se otorguen, y en los pases de las aduanas, a cuyo fin se hará entender a los escribanos y administradores.

Disponível em: **Colección de las leyes i decretos del gobierno, desde 1810 hasta 1823.** Santiago: Imprenta Chile, 1846. p. 29 <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.a0009177874&view=lup&seq=35>
Acesso em: 06 Maio. 2021.

Documento 9: *Reglamento para la educación y ejercicio de los libertos (Argentina, 1813)*

Art. 1º Para que no pueda cometerse el menor fraude en este particular, deberá ordenarse á todos los párrocos que pasen mensualmente al Intendente de Policía ó Juez respectivo de este ramo, y en los lugares ó pueblos de la campaña á las justicias ordinarias, una razón de los niños de castas que hayan bautizado, con espresion de sexo, cuartel y nombre de sus padres y patrones.

Art. 2º Los cabezas de familia, en cuya casa naciere algún niño de esta clase, deberán en las ciudades pasar una noticia circunstanciada dentro de tercero día, a lo más, de su nacimiento, al alcalde respectivo de su cuartel, quien deberá dar cuenta cada mes al Intendente de Policía ó Juez, con la razón que hubiesen pasado los vecinos; bien entendido que en ella deberá expresarse el número del cuartel y manzana, ó anotarse distintamente la casa ó barrio, donde no hubiere esta

división y también el nombre de sus padres, con la precisa circunstancia de si son libres, ó esclavos de que pertenencia. Los habitantes de los pueblos de campaña tendrán el mismo término perentorio para pasar dicha razón a las justicias respectivas, y los que habiten fuera del poblado la pasarán á éstas dentro del término que deberán establecer los Gobiernos respectivos, á virtud de informes convenientes; dichos Gobiernos fijarán a sí mismo el término, en que las justicias de la campaña deben pasar a la Policía respectiva, dicha razón.

Art. 3 ° Del mismo modo deberán pasar los párrocos á dicha Policía mensualmente la razón de los que de esta clase hubiesen sepultado; de las ciudades estarán obligados a pasar á lo menos dentro de tercero día la misma razón á los alcaldes de los cuarteles, para que estos la pasen a la Policía mensualmente. Los habitantes de los pueblos de la campaña pasarán esta razón a las justicias dentro de tercero día y los que habiten fuera de poblado en el término que establecieren los Gobiernos respectivos. Las justicias de la campaña pasarán también esta ^[1]~~[SEP]~~ razón a la Policía respectiva dentro del término que acordaren los Gobiernos de las Provincias respectivas según el artículo antecedente.

Art. 4 ° La lactación de los infantes libertos deberá durar doce meses por lo menos.

Art. 5 ° Cuando se hubiese de vender una esclava, que tenga un hijo liberto, deberá pasar con él á poder del nuevo amo si el liberto no hubiese cumplido aún los dos años; pero pasado este tiempo, será á voluntad del vendedor el quedarse con él, ó traspasarlo al comprador con la esclava.

Art 6 ° Todos los niños de castas, que nacen libres, deberán permanecer en casa de sus patrones hasta la edad de veinte años.

Art. 7 ° No tendrá lugar el artículo antecedente; si los libertos fuesen tratados con sevicia por sus patrones, pues justificado que sea ante la Policía, deberá ésta destinarlos á la casa que regulase más conveniente. Tampoco tendrá lugar si los patrones por pobreza conocida, por corrupción incorregible de los libertos, ó por otros motivos, resistieren mantenerlos consigo; en cuyo caso deberán aquellos dar cuenta á la Policía para darles otro destino.

Art. 8 ° Los libertos servirán gratis á sus patrones hasta la edad de 15 años; y en los cinco restantes se le abonará un peso cada mes por su servicio, siendo de cuenta de sus patrones la demás asistencia.

Art. 9 ° Cada mes deberán entregar el contingente del salario todos los vecinos por el número de libertos que tuviesen.

Art. 10 ° Se creará una tesorería con el nombre de *Tesorería Filantrópica*, y en esta serán percibidos los salarios mensuales de todos los libertos.

Art. 11° El destino ó profesión que hayan de tener los libertos cumplidos los 20 años, será del arbitrio de ellos mismos, cuidando el Intendente de Policía que no vaguen con perjuicio del Estado.

Art. 12° Cumpliendo el liberto los 20 años de su edad, deberá desde el mismo día ser emancipado de su patrono y darse cuenta a la Policía.

Art. 13° A cada liberto varón que prefiriese la labranza se le darán por el Estado cuatro cuadradas de terreno en propiedad.

Art. 14° No podrá señalarse al liberto el establecimiento en la campaña, ni ponerse en su posesión sin que se case con libre o liberta, si antes no lo hubiese verificado.

Art. 15° Las libertas quedarán emancipadas a los 16 años o antes si se casasen, y desde los 14 deberá abonárseles por sus servicios un peso mensual, que del mismo entregarán sus patronos en la *Tesorería Filantrópica*.

Art. 16° Con el fondo resultante del servicio de ambos sexos se comprarán al liberto que quisiese destinarse a la labranza, los útiles y aperos necesarios para su establecimiento; se le darán los materiales para construir su casa, las semillas precisas para sus primeros cultivos y la primera cosecha.

Art. 17° De las cuatro cuadras cuadradas que se donan a cada liberto que se dedicare a la labranza, deberán tener en el término preciso de dos años, una cuadra cuadrada por lo menos de monte, y otra labrada y sembrada.

Art. 18° Siendo este un establecimiento filantrópico y a efecto de no cargar los fondos que resulten del jornal de los libertos, deberá crearse una Junta de Piedad de los vecinos más honrados y rolar entre ellos por determinado tiempo los cargos de su manejo, bajo la inspección inmediata de la Policía.

Art. 19° El señalamiento del terreno que deberá darse á los libertos será de la inspección de la Policía. El Intendente General de ella en esta ciudad podrá cometerlo a sus comisarios, y en las demás los Jueces encargados de este ramo á las justicias territoriales, quienes deberán darles cuenta de la conducta de los libertos en el manejo de su labranza, para que se anote en un libro y pueda conocerse desde luego el grado de laboriosidad de cada uno y tomar en su vista las providencias que se estimen necesarias para el mayor adelantamiento del trabajo.

Art. 20° Desde el 27 de Febrero de 1813, inclusive en adelante, deberán ser bautizados gratis todos los niños de castas que nacieren dentro del territorio de las Provincias Unidas del Río de la Plata.

Art. 21° Del mismo modo serán enterrados gratis por los Párrocos de todas las Iglesias de las Provincias Unidas todos los libertos que muriesen hasta el punto de su emancipación, debiendo tener toda su fuerza obligatoria el presente artículo desde el 3 de marzo de 1813, inclusive.

Art. 22° Estas soberanas disposiciones serán observadas y cumplidas puntualmente en todo el territorio de las Provincias Unidas del Río de la Plata, á cuyo reglamento, firmado por nuestro Diputado Presidente en turno y refrendado por nuestro secretario más antiguo.

Buenos Aires á 6 de Marzo de 1813

Tomás Antonio Valle, Presidente
Hipólito Vieytes, Diputado Secretario.

Disponível em: **Trabajos legislativos de las primeras asambleas argentinas desde la junta de 1811 hasta la disolución del congreso en 1827.** Tomo 1 (1811-1820). Buenos Aires: Imprenta de La Universidad, 1832. p. 22 <<http://cdi.mecon.gob.ar/greenstone/collect/registr1/index/assoc/HASH8387.dir/doc.pdf>>
Acesso em: 06 Maio. 2021.

Documento 10: *Congresso de Cúcuta* (Colômbia, 1821)

Artículo 1°. Serán libres los hijos de las esclavas que nazcan desde el día de la publicación de esta ley en las capitales de provincia, y como tales se inscribirán sus nombres en los registros cívicos de las municipalidades y en los libros parroquiales.

Artículo 2°. Los dueños de esclavas tendrán la obligación precisa de educar, vestir y alimentar a los hijos de éstas, que nazcan desde el día de la publicación de la ley; pero ellos, en recompensa, deberán indemnizar a los amos de sus madres los gastos impendidos en su crianza con sus obras y servicios, que les prestarán hasta la edad diez y ocho años cumplidos.

Artículo 3°. Si antes de cumplir la edad señalada quisieren los padres, los parientes u otros extraños sacar al niño o joven, hijo de esclava, del poder del amo de su madre, pagarán a éste lo que regule justo por los alimentos que le ha suministrado, lo que se verificará por un avenimiento particular o por el prudente arbitrio del juez.

Artículo 4°. Cuando llegue el caso de que por haber cumplido los diez y ocho años salgan los jóvenes del poder de los amos de sus madres, será una obligación de éstos el informar a la Junta de que se hablará después, sobre la conducta y procedimientos de los expresados jóvenes, a fin de que promueva con el Gobierno el que se les destine a oficios y profesiones útiles.

Artículo 5º. Ningunos esclavos podrán venderse para fuera de la provincia en que se hallen, separándose los hijos de los padres; esta prohibición sólo subsistirá hasta que los hijos lleguen a los años de la pubertad.

Artículo 6º. Se prohíbe absolutamente la venta de esclavos para fuera del territorio de Colombia, lo mismo que su extracción con igual objeto de venta. Cualquiera que infrinja esta disposición estará obligado a restituir dentro de cuatro meses los esclavos extraídos, los que por el mismo hecho quedarán libres. En caso de no verificarse la restitución, el infractor pagará la multa de \$ 500 por cada esclavo, los que se aplican para los fondos de manumisión.

Artículo 7º. Se prohíbe la introducción de esclavos de cualquiera manera que se haga; prohibiciones asimismo que ninguno pueda traer como sirviente doméstico más de un esclavo, el cual no podrá enajenarse en el país, y a su arribo a los puertos de Colombia se hará entender al introductor la obligación de reexportarlo en que queda constituido, dando para ello las seguridades convenientes. Los esclavos introducidos contra la prohibición de esta ley, serán por el mismo hecho libres.

Artículo 8º. Se establecerá un fondo para la manumisión de esclavos, compuesto:

- 1º, de un 3 por 100 con que se grava, para tan piadoso objeto, el quinto de los bienes de los que mueren, dejando descendientes legítimos;
- 2º, de un 3 por 100 con que también se grava el tercio de los bienes de los que mueren, dejando ascendientes legítimos;
- 3º, del 3 por 100 del total de los bienes de aquellos que mueren dejando herederos colaterales;
- 4º, en fin, del 10 por 100 que pagará el total de los bienes de los que mueren dejando herederos extraños.

Artículo 9º. Para coleccionar estos fondos se establecerá en cada cabeza de cantón una junta llamada de manumisión, compuesta del primer juez del lugar, del vicario foráneo eclesiástico, si lo hubiere, y por su falta, del cura, de dos vecinos y un tesorero de responsabilidad, los que nombrará el gobernador de la provincia.

Artículo 10º. Formadas las juntas elegirán un comisionado en cada parroquia para que llevando listas de los que mueren y de las herencias que dejan, se cobre con la mayor brevedad y exactitud el impuesto de manumisión de esclavos, de que se hará cargo al tesorero con la debida cuenta y razón, para darla a su tiempo a quien corresponda.

Artículo 11º. Los tesoreros de los fondos de manumisión presentarán anualmente sus cuentas a los ministros principales del tesoro de la provincia; en donde no los haya, lo verificarán a los ministros principales de la más inmediata, pero las fenecerá el gobernador de la provincia en donde tuviere su origen.

Artículo 12°. Anualmente en los días 25, 26 y 27 de diciembre, destinados a las fiestas nacionales, la junta de manumisión de cada distrito libertará los esclavos que pueda con los fondos existentes. Su valor se satisfará a los amos a justa tasación de peritos, escogiéndose para la manumisión los más honrados e industriosos.

Artículo 13°. Cuando no haya esclavos en el cantón o provincia, los fondos se destinarán por el jefe del departamento a la manumisión de los esclavos de otra provincia; si no los hubiere en todo el departamento, el Presidente de la República designará los esclavos que deban manumitirse con aquellos fondos.

Artículo 14°. La contribución de que habla el artículo 8° quedará abolida por el mismo hecho de que se extinga la esclavitud en todo el territorio de la República; y ninguna autoridad podrá aplicar a otro destino la menor porción de su producto.

Artículo 15°. Se declaran perpetua e irrevocablemente libres todos los esclavos y partos de esclavas que habiendo obtenido su libertad en fuerza de leyes y decretos de los diferentes gobiernos republicanos, fueron después reducidos nuevamente a la esclavitud por el gobierno español. Los jueces respectivos declararán la libertad, acreditándose debidamente.

Comuníquese al Poder Ejecutivo para su publicación y cumplimiento.

Palacio del Congreso General de Colombia a 19 de julio de 1821

Disponível em: **Libro de Actas.** Act 84, Session of July 19. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/4546/1116/ACTAS_DEL_CONGRESO_DE_C%C3%9ACUTA_1821.html>. Acesso em: 06 Maio. 2021.

Documento 11: *Translation of a law registered at page 16, Vol. I. of Collection of Laws of Peru, transmitted to Foreign Office with Mr. B. Wilson's Despatch, of January 2nd, 1835 (Peru, 1821)*

When humanity has been greatly abused and their rights violated for a long time, a singular act of justice is, if not to compensate them entirely, at least to take the first steps in complying with the holiest of all obligations. A substantial portion of our species has until today been looked on as a permutable asset, and subject to the calculations of a criminal traffic: men have bought men and have been ashamed of debasing the family to which they belong, selling one to others. The institutions of barbarous centuries supported its curse, have established the right of property in violation of the most august that nature has conceded. I shall not try to attack this ancient abuse with a single blow: it is necessary that time itself which has sanctioned it will destroy it, but I would not be responsible to my public conscience and to my private feelings were I not to prepare

for the future with this merciful reform, reconciling for the present the interests of the proprietors with the vote of reason and of nature. Therefore, I declare the following:

1. All children of slaves born or who hereafter shall be born in the territory of Peru subsequent to the 28th of July of the present year in which Independence was declared, including the departments which are presently occupied by the enemy's forces and belong to this State, shall be free and shall enjoy the same rights as other Peruvian citizens, with the modifications which shall be stated in a separate regulation.
2. The baptismal certificates of those born shall be an authentic document of the restitution of this right.

Let it be printed, published by proclamation, and circulated.

Given in Lima, this 12th day of August, 1821, second of the liberty of Peru.

San Martín.

Bernardo Monteagudo.

In order to fulfill all the objectives proposed in the resolution of this past August 12 concerning the freedom of the womb, I have accorded and decreed.

1. It shall be the duty of the masters to provide for the small costs incurred by the rearing and education of the children of female slaves at the age of breast-feeding, and later until the age of twenty for females, and twenty-four for males.
2. Humanity prescribes, and social order imposes upon the masters the duty of caretaking during this time, not only for the maintenance of the *libertos*, but also for their instruction in the august principles of the religion of the state, and in the duties they have to the *patria*. They should also provide education of some industrial employment, through which the *libertos* can later subsist independently, and be useful to the community.
3. It is especially recommended to the philanthropy of the master, to teach the *libertos* how to read and write; and this being one of the principles that should most influence them in the improvement of public habits, the municipal councils of the state are by decree in charge of encouraging the zeal of the masters with all the means that are within their power for the fulfillment of this measure.

4. In each municipality, there shall be a *rejidor* [councilman] who from the immediate year is charged with the inspection and care in the greatest manner for the education of the *libertos*, and the same *rejidor* shall successively have a list of the masters who fulfill with the most zeal and humanity that which is here anticipated, so that a list of them shall be published by the press every year, which shall serve as a special title of recommendation, in virtue of which the government shall grant all the preference to those who are worthy and virtuous citizens.
5. As a just payment of the care and costs incurred by the good masters to rear and educate the *libertos*, particularly in their infancy, they are obligated to serve their masters until the age determined by the first article; once reached, they shall be allowed to remain in the same service if they desire, or adopt another honest employment to acquire their subsistence. Those who marry before this age or come to an agreement with their same masters shall also be emancipated.
6. The *libertos* who reach the age of twenty-one, and who exercise some useful profession or industry in conformity with the second article, second section of the decree of citizenship, shall enjoy the rights that are conceded to them with prescribed modifications.
7. The presidents of the departments, all the officials of the state, and private citizens, who have the noble emulation of contributing to the good of humanity and the progress of our institutions, shall be in charge of fulfilling this decree in the parts that affect them.

Given in Lima, November 24, 1821

Signed, San Martín

Disponível em: **Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, Called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and Held in London, from Tuesday, June 13th, to Tuesday, June 20th, 1843.** London: John Snow, 1843. p. 293-294.

<https://archive.org/details/proceedingsofgen00britrich/page/292/mode/2up?q=peru>. Acesso em: 06 Maio. 2021.

**Documento 12: *Decreto de la Junta de Representantes del 7 de setiembre de 1825*
(Uruguai, 1825)**

Dicho decreto de la Junta de Representantes del 7 de setiembre de 1825 expresa lo siguiente:

«La H. Sala de Representantes de la Provincia Oriental del Río de la Plata, en uso de la soberanía ordinaria y extraordinaria que legalmente reviste, ha sancionado con valor y fuerza de ley lo siguiente:

«Para evitar la monstruosa inconsecuencia que resultaría que en los mismos pueblos en que se proclama y sostienen los derechos del hombre continuasen sujetos a la bárbara condición de siervos, los hijos de éstos, se declara:

1º Serán libres sin excepción de origen los que nacieran en la Provincia desde esa fecha en adelante quedando prohibido el tráfico de esclavos de país extranjero.

2º Se reserva la Sala formar un reglamento sobre los objetos de esta ley, luego que las circunstancias lo permitan.

Lo que de orden de la misma H. Corporación transcribo a V. E. para su inteligencia, publicación y cumplimiento.

Dios guarde a V. E. muchos años.

Sala de Sesiones de la Representación Provincial en la Florida, 7 de setiembre de 1825. Juan Francisco Larrobla, Presidente. Felipe Alvarez Bengochea. Exmo.

Gobierno Provisorio de esta Provincia.

Disponível em: **Colección legislativa de la República Oriental del Uruguay**, Tomo I, 1825 á 1852. Montevideo, 1876. p. 5
<<https://play.google.com/books/reader?id=9nQVAAAAYAAJ&hl=pt&pg=GBS.PA5>>. Acesso em: 06 Maio. 2021.

Documento 13: *Art. 131 - Constitución de 1830* (Uruguai, 1830)

Artículo 131. En el territorio del Estado, nadie nacerá ya esclavo; queda prohibido para siempre su tráfico e introducción en la República.

Disponível em: **Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM**
 <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1739/6.pdf>>. Acesso em: 06 Maio. 2021.

Documento 14: *Proyecto de ley, 10 de mayo de 1838 (Uruguai, 1838)*

Artículo 1. Todos los que, por haber nacido en el territorio del Estado son libres á virtud de las leyes de 5 de septiembre de 1825, 20 de enero de 1830 y el artículo 131 de la Constitución, están sujetos á patronato, los varones hasta la edad de 20 años y las mujeres hasta la de 18.

Art. 2. El derecho de patronato es enajenable y puedes transferirse ó redimirse por el precio que se detalla en la siguiente tarifa:

Los de un año \$ 30

Los de dos \$ 40

Los de tres \$ 45

Los de tres á siete \$ 50

Los de siete á doce \$ 70

Los de doce á diez y seis \$ 100

Las mujeres de diez y seis á diez y ocho . . \$ 120

Los varones de diez y seis á veinte \$ 150

Las ventas ó redenciones que se verifiquen en las edades medias (á las que quedan detalladas), serán arregladas en la proporción que les quepa, según las cantidades designadas.

Art. 3. Los esclavos que por venta ó de otro modo saliesen del dominio de sus amos, y tuviesen hijos sujetos al patronato, cuya edad no pase de tres años, los llevarán consigo, pagando ellos ó sus nuevos amos al patrono la cantidad detallada en el artículo 2º. por los que vayan á su poder.

Art. 4. La madre del liberto es de mejor condición que cualquiera extraño para la redención del derecho de patronato en el caso de transferencia; y el patrono no podrá conservarlo cuando aquella quiera redimirlo.

Art. 5. Todo liberto, que naciera después de la promulgación de la presente ley, ha de ser previamente bautizado en la parroquia de su nacimiento, dentro de veinte días contados desde el en que salió á luz, cuidando los párrocos de anotar puntualmente el día del natalicio, y además los nombres de padres y padrinos y el del patrono, quien deberá exigir una copia de la partida de bautismo autorizada por el párroco, la cual le servirá de título para lo sucesivo.

Art. 6. El título del derecho del patronato de los libertos, que no estuviesen en el caso del artículo anterior por haber nacido antes de la publicación de esta ley, será igualmente la copia de la partida de bautismo que deberá sacar el patrono en cuya casa nacieron, ó el actual poseedor si no se conservasen en poder de aquél.

Art. 7. Los documentos que se otorgaren por el traspaso ó redención del derecho de patronato se extenderán á continuación de la partida de bautismo, y, cuando llegue el caso de haber cumplido el liberto la edad que se ha fijado para el patronato, el último poseedor de este derecho hará la respectiva declaratoria al pie de dichos documentos, los que entregará originales al liberto para que le sirvan de título.

Art. 8. El derecho de patronato se pierde: 1º. por no cumplir al patrono lo dispuesto en la primera parte del artículo 5º.; 2º por tratar al liberto con crueldad ó dejar de corregirle abandonándolo á sus propios vicios de que resulta la corrupción en sus costumbres; 3º por proceder con fraude llevando al liberto á bautizar fuera del Estado y aun fuera de la parroquia, sufriendo en uno y otro caso, además de la pérdida del derecho de patronato, la multa de 200 pesos al primero y de 100 al segundo, y colocados á interés con las seguridades competentes para entregarlos con los productos al liberto cuando cumpla la mayor edad.

Art. 9. Los libertos que salgan del poder de sus patronos, en los casos del artículo anterior, serán puestos por las justicias locales en casas de conocida moralidad hasta cumplid la edad que establece el artículo 1º, y en ese caso los depositarios del liberto adquieren el derecho del patronato.

Art. 10. Los hijos de los llamados colonos y lo mismo los de los libertos, como personas libres enteramente, no están sujetos á ningún género de patronato.

Art. 11. Se prohíbe la extracción de libertos si no es en servicio del patronato mismo, y en tal caso se dará fianza bastante que responda de volver aquél al territorio dentro del término que se le señale, ó justificar legalmente su muerte.

Art. 12. Los defensores de menores y pobres en especialidad velarán por el exacto cumplimiento de esta ley, y en los distritos donde no las haya cuidarán de su observancia los Jueces de Paz y Tenientes Alcaldes, quienes darán pronto aviso al defensor departamental de cualquier infracción que noten para que éste pida del Juez competente las providencias necesarias.

Art. 13. Comuníquese y publíquese.

Disponível em: **Actas de la H. Camara de Representantes**, Tomo III, Años 1837-1841. Montevideo: Imprenta "El Siglo Ilustrado," 1906, p. 443-444.

<https://books.google.com.br/books?id=0CANAAAAIAAJ&pg=PA443&lpg=PA443&dq=%22todos+los+que,+por+haber+nacido+en+el+territorio+del+Estado%22&source=bl&ots=gIZsNfXWJX&sig=iea6S-c32fHxRUGWqJtfIKyKY4E&hl=en&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 06 Maio. 2021.

Documento 15: *Art. 11 - Constitución Política de 1826 (Bolivia, 1826)*

Artículo 11°. - Son bolivianos:

- 1° Todos los nacidos en el territorio de la República;
- 2° Los hijos de padre ó madre boliviana, nacidos fuera del territorio, luego que manifiesten legalmente su voluntad de domiciliarse en Bolivia;
- 3° Los que en Junín ó Ayacucho combatieron por la libertad;
- 4° Los extranjeros que obtengan carta de naturaleza, ó tengan tres años de vecindad en el territorio de la República;
- 5° Todos los que hasta el día han sido esclavos y por lo mismo quedarán de derecho libres, en el acto de publicarse la Constitucion; pero no podrán abandonar la casa de sus antiguos señores, sino en la forma que una ley especial lo determine.

Disponível em: **Las Constituciones Políticas de Bolivia 1826-2009**. Sucre: Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia, 2018.

<<https://tcpbolivia.bo/apectcp/sites/default/files/pdf/Librolasconstituciones1826-2009.pdf>>. Acesso em: 06 Maio. 2021.

Documento 16: *Ley de 19 de Diciembre de 1826 (Bolivia, 1826)*

El Congreso jeneral Constituyente de Bolivia, queriendo hacer efectivas las indemnizaciones de que habla el artículo 11 de la Constitución.

DECRETA:

Artículo 1°.- Los esclavos declarados libres por el artículo 11 de la Constitución, permanecerán al servicio de sus actuales patrones en clase de meros deudores, mientras que con su trabajo indemnicen su valor, en el modo y forma prevenidos en esta ley.

Artículo 2°.- Cada liberto se reconocerá deudor de la cantidad que costó en su última venta; y no pudiendo ser aquella averiguada, quedará responsable á justa tasación.

Artículo 3°.- A todo liberto empleado en servicio doméstico, á más de dársele la comida y el vestido, se les abonará por el patrono treinta pesos anuales, que se descontarán de su deuda; y á los que cultiven tierras ó hagan de peones en otro jénero de trabajo, cincuenta pesos.

Artículo 4°.- A los libertos que se destinen al trabajo de minas, se les abonarán cien pesos anuales sobre su deuda.

Artículo 5°.- El que sin estar al servicio de su patrono pueda, con su industria particular, contribuir con mayores cantidades á la indemnización de su deuda, lo hará libremente, afianzando antes la resuelta á favor del patrono, quien en este caso queda ecsento de la obligación de mantenerlo y vestirlo.

Artículo 6°.- Podrá también cualquier liberto pasar al servicio de otro, con tal que éste afiance al patrono su haber anual.

Artículo 7°.- El liberto que llegue á la edad de cincuenta y cinco años, ó siendo liberto á la de cincuenta, sin haber llenado el total de su deuda, quedan ecsentos de ella, y en el pleno uso de su libertad.

Artículo 8°.- Los que al publicarse esta ley, se hallasen á la edad que fija el artículo anterior, quedarán libres absolutamente.

Artículo 9°.- La edad de cada liberto se computará por su fé de bautismo, y en su defecto por la escritura de la última venta.

Artículo 10°.- Se declaran ecsentos de toda indemnización los hijos de madre esclava, nacidos después del día 1° de enero de 1813 y que permanezcan en casa del señor de ella.

Artículo 11°.- Si alguno ó algunos hubiesen sido vendidos, su importe se abonará en favor de la libertad de la madre, siempre que ésta ecsista en poder del vendedor.

Artículo 12°.- Queda para siempre prohibido el tráfico de hombres y todo contrato de venta en órden á ellos.

Artículo 13°.- La infracción del artículo precedente, será castigada con la pena de quinientos pesos á cada uno de los contratantes, aplicables por tercias partes al vendido, denunciante y fondos de beneficencia pública; y el escribano ó juez que autorice la venta, quedará privado de su empleo.

Artículo 14°.- Los que estraigan libertos de la República, afianzarán á su salida, la cantidad anteriormente establecida, para el caso de que los vendan.

Artículo 15°.- La policía velará sobre la conducta y entretenimiento de todos los libertos.

Artículo 16°.- Puesto que según la presente ley, los esclavos libertos por ella, salen de casa de sus patronos dentro de ocho ó diez años, las cantidades que los propietarios se han ido reembolsando de los alquileres de los mismos libertos, serán considerados empréstitos que han hecho los dueños á la República, para indemnizarlos del valor de los esclavos; y para entonces el cuerpo lejislativo se los reconocerá como deuda nacional, la cual será amortizada con los fondos del crédito público y ganarán intereses desde que se haga la liquidación y se verifique el reconocimiento total de lo que importen estas indemnizaciones. Al efecto, la tasación de los esclavos se verificará con conocimiento de las autoridades locales y aprobación de los prefectos de departamento.

Disponível em: **Portal Jurídico Lexivox Libre.**

<<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-18261219-1.xhtml>>. Acesso em: 06 Maio. 2021.

Documento 17: “*Ley estableciendo la libertad de vientres*” (Paraguay, 1842)

Art. 1. Desde 1 de Enero del año entrante de 1843, serán libres los vientres de las esclavas y sus hijos, que naciesen en adelante, serán llamados Libertos de la República del Paraguay.

Art. 2. Quedan en la obligación los libertos de servir á sus señores, como patronos de los libertos hasta la edad de 25 años los varones, y las mujeres hasta los 24 años.

Art. 3. Los libertos de la República serán bautizados gratuitamente y del mismo modo sepultados falleciendo en la edad de la tutoría.

Art. 4. Los Curas Párrocos, anotarán en las partidas la cantidad de libertos y la edad en que se bautizan y fallecen, debiendo pasar todos los años al Supremo Gobierno de la República, un censo estadístico de los libertos que hubiesen bautizado y enterrado.

Art. 5. Será de cargo contra los Párrocos, la omisión del artículo anterior.

Art. 6. El amo, ó amos de esclavas que tuviesen precisión de venderlas, teniendo aquellas hijos libertos en la edad de lactación, no podrá pedir precio alguno por el liberto; y con esta misma cláusula de la libertad de la cría, se otorgará la escritura de venta. La edad de lactación concluye á los tres años cumplidos

Art. 7. Los tutores ó patronos de libertos que les diesen mala vida ó no les educasen en la Santa Religión, buen ejemplo, y máximas morales, perderán el patronato y pasará el liberto á depósito judicial donde consigue un trato cristiano y caritativo. Este depósito se hará por orden del Juez del partido, teniendo pruebas seguras de la verdad del hecho.

Art. 8. Cuando la esclava con cría liberto fuese vendida teniendo la cría 6 años será convencional entre comprador y vendedor la saca del liberto, bajo algún pacto, mas nunca obligatoria la entrega absoluta del liberto.

Art. 9. En tal caso, la enagenacion ó traspaso del liberto al comprador de la madre esclava, nunca se hará por más precio que diez y seis pesos corrientes teniendo la edad del artículo anterior.

Art. 10. Los libertos, después de emancipados, por algunos de los modos que se han designado en el artículo 2, podrán continuar el servicio de sus patronos, con la calidad de conchavados, siempre que esto les hiciese cuenta, y sus conchavos los percibirán al precio corriente de los jornaleros, con intervención judicial del Juez del Distrito donde celebrará una contrata para constancia.

Art. 11. Queda prohibido todo tráfico de esclavos, y el que lo hiciere será tratado pirata.

Art. 12. Todo esclavo que entrase en la República con su legítimo amo será considerado como un colono de su señor, y no podrá enagenarlo sino como colono, por un tiempo dado de diez años, poniéndose esta declaración en el documento de traspaso al comprador.

Art. 13. Queda prohibido sacar fuera del territorio de la República, esclavos ni libertos en la edad menor, aún cuando declaren aquellos y éstos, que quieren seguir á señores ó patronos.

Art. 14. Así mismo es prohibido admitir en el territorio de la República, esclavos de otras provincias de donde vengán prófugos, y los comandantes de fronteras los mandarán salir inmediatamente fuera del territorio, como está mandado anteriormente, para evitar reclamos y quejas de los interesados.

Art. 15. Este decreto lo tendrán fijado en sus oficinas los Jueces y comisionados de la campaña. Del mismo modo lo tendrán los párrocos en las sacristías de sus parroquias, y renovarán cada año la copia fiel para regirse en la parte que les corresponde.

Dado en la Asunción, Capital de la República del Paraguay, á 28 de Noviembre de 1842.

Disponível em: **Revista del Paraguay:** Ciencias, Literatura y Artes, Año 1, n.º 1. Buenos Aires, 1891. p. 530-532. <<https://tcpbolivia.bo/apectcp/sites/default/files/pdf/Librolasconstituciones1826-2009.pdf>>. Acesso em: 06 Maio. 2021.